CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

GISELA CARDOSO TEIXEIRA

A GUERRA DO GOLFO (1990-1991) NOS JORNAIS *FOLHA DE S.PAULO* E *O GLOBO*: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS NARRATIVAS SOBRE O CONFLITO

Belo Horizonte
2019

GISELA CARDOSO TEIXEIRA

A GUERRA DO GOLFO (1990-1991) NOS JORNAIS *FOLHA DE S.PAULO* E *O GLOBO*: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS NARRATIVAS SOBRE O CONFLITO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos de Linguagens, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Tecnologias e Processos Discursivos

Linha de Pesquisa: Discurso, mídia e tecnologia

Orientador (a): Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

Belo Horizonte

2019

T266g Teixeira, Gisela Cardoso.
A Guerra do Golfo (1990-1991) nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo : uma análise discursiva das narrativas sobre o conflito / Gisela Cardoso Teixeira. – 2019.
220 f.
Orientador: Cláudio Humberto Lessa

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Belo Horizonte, 2019.
Bibliografia.

1. Golfo Pérsico, Guerra do, 1991 - Cobertura Jornalística. 2. Análise do discurso. 3. Folha de S. Paulo (Jornal). 4. O Globo (Jornal). I. Lessa, Cláudio Humberto. II. Título.

CDD: 401.41

Ficha elaborada pela Biblioteca - Campus I – CEFET-MG
Bibliotecário: Wagner Oliveira Braga CRB6 - 3261

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me dar muitas forças e sabedoria para cumprir minhas metas.

Ao meu orientador, Cláudio Humberto Lessa, pela acolhida, pela paciência, pelo carinho, pela dedicação e pelos seus valiosos ensinamentos, os quais levarei por toda a vida.

Às professoras Emília Mendes Lopes e Mônica Santos de Souza Melo, pelas preciosas sugestões feitas durante o Exame de Qualificação, fazendo com que a realização deste trabalho fosse possível.

A todos os professores do Posling do CEFET-MG, pelos momentos de reflexões e aprendizagem, que me fizeram evoluir como estudante e pessoa. Em especial, agradeço aos professores que tive no Mestrado: Ana Maria Nápoles Villela, Carla Barbosa Moreira, Cláudio Humberto Lessa, Giani David Silva, Lilian Aparecida Arão, Maria Raquel de Andrade Bambirra e Vicente Aguimar Parreiras.

Ao CEFET-MG e a toda equipe do Posling, pela acolhida e pelo auxílio, principalmente em momentos de dúvidas.

Aos colegas do Mestrado e do Doutorado, por todo apoio e companheirismo, e pelo compartilhamento de ideias e experiências.

A toda a minha família, especialmente aos meus pais (Rubens Lopes Teixeira e Maria Teresa Cardoso Teixeira), a minha irmã (Isabela Cardoso Teixeira), a minha avó (Tereza Imaculada Cardoso) e aos meus tios (Edna Sebastiana Cardoso e Helder Rodrigues), pelo eterno apoio e incentivo; por sempre acreditar em meu potencial.

Ao meu amor e companheiro de todas as horas, Jean Philippe Brodu, pelo seu incrível apoio.

A CAPES, pelo seu auxílio financeiro para que este projeto fosse realizado da melhor forma possível.

Nesta trajetória, várias pessoas contribuíram de alguma forma com este trabalho. A todos com quem dialoguei, o meu eterno e sincero muito obrigado!

"É ilusão acreditar que as possibilidades virtuais, capazes de reproduzir imagens de realidades do outro lado do mundo dentro das nossas salas, nos façam entender aquelas realidades. Quanto mais a câmera focaliza os detalhes, menos vemos do quadro completo. Tão perto e, mesmo assim, tão longe".

Thomas Milz

"Doze vozes gritavam, cheias de ódio, e eram todas iguais. Não havia dúvida, agora, quanto ao que se sucedera à fisionomia dos porcos. As criaturas de fora olhavam de um porco para um homem, de um homem para um porco e de um porco para um homem outra vez; mas já era impossível distinguir quem era homem, quem era porco".

A Revolução dos Bichos – George Orwell

"Politicians hide themselves away
They only started the war
Why should they go out to fight?
They leave that role to the poor, yeah!"

War Pigs – Black Sabbath

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos discursivos das narrativas da cobertura impressa brasileira da Guerra do Golfo (1990-1991). Mais especificamente, busca investigar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais *A Folha de S.Paulo* e *O Globo* para aproximar e inserir o acontecimento da guerra à realidade do leitor brasileiro. Sendo assim, interessou-se analisar a constituição dos enquadramentos midiáticos da Guerra do Golfo e seus possíveis efeitos de sentido, observando uma possível influência de uma situação de comunicação na construção dessas narrativas, principalmente no que se refere à constituição do acontecimento e de seus atores. Para responder à problematização que move este trabalho, estabeleceu-se um diálogo entre os estudos da Análise do Discurso da linha francesa com os da Comunicação – mais precisamente, o principal aparato teórico-metodológico adotado foi a Teoria da Semiolinguística do Discurso, do pesquisador francês Patrick Charaudeau, em diálogo com alguns conceitos do campo jornalístico (como as reflexões teóricas em torno dos enquadramentos e dos critérios de noticiabilidade), além das noções acerca da Dimensão Argumentativa, postuladas por Ruth Amossy, que foram também essenciais para a análise. Para uma melhor contextualização e compreensão das intencionalidades que regem o Contrato de Comunicação, foi explicado a respeito do acontecimento da Guerra do Golfo a partir de alguns autores do âmbito das Ciências Políticas e das Relações Internacionais, além do que já se sabe acerca do jornalismo de guerra como prática jornalística, segundo a perspectiva de pesquisadores do próprio campo acadêmico da Comunicação. Em relação à análise, foi observada, primeiramente, a dimensão argumentativa subjacente às marcas de temporalidades e seus efeitos de sentido e, posteriormente, a construção de imagens dos "personagens" das narrativas midiáticas sobre a Guerra do Golfo. Em seguida, foram analisados os possíveis efeitos de sentido transmitidos por meio do uso de informações de caráter histórico e/ou didático como argumentos para se referir a um acontecimento que emergia naquela atualidade específica. Além disso, foi estudado como a tematização pôde se configurar como uma estratégia de proximidade entre a guerra e o público-leitor brasileiro. Desse modo, foram analisados quais temas foram predominantes na cobertura midiática e, a partir disso, como a Guerra do Golfo se tornou notícia no Brasil, tendo como suporte os dois periódicos supracitados. Buscou-se também discutir a respeito do papel das emoções presentes nas narrativas sobre ofensivas bélicas – ou melhor, analisar uma possível dimensão argumentativa

proveniente da mobilização de elementos que podem carregar certo teor de dramaticidade. Os resultados desta pesquisa mostram que as emoções são um dos componentes principais das narrativas de guerra, sobretudo descrições detalhadas e por determinados ditos relatados, o que pode ser considerado uma estratégia de captação e de pregância. Além disso, predominou uma narrativa em torno de "uma luta do bem contra o bem", a partir da constituição de uma imagem agressiva do Iraque de Saddam Hussein e de uma representação "salvadora" dos Estados Unidos de George Bush, o que foi verificado especialmente por meio dos ditos relatados atribuídos aos agentes envolvidos no acontecimento da Guerra do Golfo. Dessa forma, foi possível identificar certa parcialidade na cobertura midiática dos impressos analisados.

Palavras-chave: Jornalismo de Guerra; *Folha de S.Paulo*; *O Globo*; Guerra do Golfo; Análise do Discurso; Semiolinguística; Dimensão Argumentativa; Enquadramentos.

ABSTRACT

This research aims to analyze the discursive aspects of the narratives of the Brazilian printed coverage about the Gulf War (1990-1991). More specifically, it intends to investigate the discursive strategies used by the *Folha de S. Paulo* and *O Globo* newspapers to bring the war event closer to the reality of the Brazilian reader. Thus, it was analyzed the constitution of the mediatic frames of the Gulf War and their possible effects of meaning, observing a possible influence of a communication situation in the construction of these narratives, especially with regard to the constitution of the event and its actors. To answer the problematization that moves this work, a dialogue was established between the studies of Discourse Analysis of the French line with those of the Communication – more precisely, the main theoretical and methodological apparatus adopted was the Semiolinguistic Theory, by the French researcher Patrick Charaudeau, in relation to some concepts from the journalistic field (such as the theoretical reflections around the frameworks and the criteria of noticiability), as well as the notions about the Argumentative Dimension, postulated by Ruth Amossy, which were also essential for the analysis. For a better contextualization and understanding of the intentions that rule the Communication Contract, it was explained about the event of the Gulf War according to some authors in the field of Political Sciences and International Relations, besides what is already known about war journalism as a journalistic practice, according to the perspective of researchers from the academic field of Communication itself. In relation to the analysis, we first observed the argumentative dimension underlying the temporality marks and their effects of meaning and, later, the construction of images of the "characters" of the media narratives about the Gulf War. Then, we analyzed the possible effects of meaning transmitted through the use of historical and/or didactic information as arguments to refer to an event that emerged in that specific actuality. In addition, it was studied how thematization could be configured as a strategy of proximity between the war and the Brazilian public-reader. In this way, we analyzed which themes were predominant in media coverage and, from this, how the Gulf War became news in Brazil, according to the two newspapers mentioned. It was also sought to discuss the role of the emotions present in narratives about war offensives – or rather, to analyze a possible argumentative dimension from the mobilization of elements that can carry a certain content of drama. The results of this research show that emotions are one of the main components of war narratives, especially detailed descriptions and certain reported speaks, which can be considered a strategy of capture and

pregancia. In addition, a narrative about "a fight of good versus evil" was predominated, accordding to the constitution of an aggressive image of Saddam Hussein's Iraq and of a "saving" representation of the George Bush's United States, which was verified especially through the speaks reports attributed to the agents involved in the event of the Gulf War. In this way, it was possible to identify a certain partiality in the media coverage of the analyzed newspapers.

Keywords: War Journalism; *Folha de S.Paulo*; *O Globo*; Gulf War; Discourse Analysis; Semiolinguistic; Argumentative Dimension; Frames.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — A situação de comunicação 30
Quadro 2 — As fontes jornalísticas utilizadas pela *Folha de São Paulo* e *O Globo* 147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1. DISCURSO E SEMIOLINGUÍSTICA 21

1.1. Noções de discurso 22

1.2. A Teoria Semiolinguística 27

1.3. O contrato de informação midiático 34

1.3.1. Os modos de organização do discurso de informação 36

1.3.2. As visadas argumentativas 50

2. COMUNICAÇÃO, SEMIOLINGUÍSTICA E ARGUMENTAÇÃO 57

2.1. O acontecimento na instância midiática 57

2.1.1. O discurso relatado 61

2.1.2. O fato relatado 67

2.2. Considerações acerca dos critérios de noticiabilidade 72

2.3. Noções de enquadramento: relações com o discurso e a argumentação 80

2.4. Dimensão argumentativa e discurso midiático/jornalístico 89

3. A GUERRA DO GOLFO (1990-1991) E O JORNALISMO DE CONFLITOS ARMADOS 96

3.1. A Guerra do Golfo 97

3.1.1. Relações do Brasil com a Guerra do Golfo 101

3.2. A história de guerra como especialização jornalística 105

3.2.1. O jornalismo de guerra no Brasil 115

3.2.2. Jornalismo de guerra: características e perspectivas teóricas 122

4. OS COMPONENTES DISCURSIVOS NAS NARRATIVAS SOBRE A GUERRA DO GOLFO NA *FOLHA DE S. PAULO* E *O GLOBO* 127

4.1. As marcas temporais nas narrativas sobre a Guerra do Golfo 128

4.2. Os personagens da guerra: o vilão, a vítima e o herói 137

4.2.1. O Iraque de Saddam Hussein: o vilão da guerra? 139

4.2.2. Kuwait: a vítima indefesa 150

4.2.3. Os Estados Unidos e George Bush: a “salvação” 153

4.3. A presença de acontecimentos passados nas narrativas 160

5. A TEMATIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PROXIMIDADE: COMO A GUERRA DO GOLFO SE TORNOU NOTÍCIA NO BRASIL? 167

5.1. Os temas predominantes na *Folha de S.Paulo* 168
5.1.1. O Brasil no campo de batalha..... 169
5.1.2. Relações políticas entre Brasil, Iraque e Estados Unidos..... 171
5.1.3. A questão do petróleo..... 174
5.2. Os temas predominantes em *O Globo* 178
5.2.1. Os brasileiros em meio ao conflito..... 178
5.2.2. Política e diplomacia: a questão dos brasileiros detidos no Iraque 184
5.2.3. A Guerra do Golfo e a economia brasileira..... 187
5.3. As ofensivas bélicas e o papel das emoções..... 192
5.3.1. As ofensivas na *Folha de S.Paulo*..... 194
5.3.2. As ofensivas em *O Globo*..... 202
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....208
REFERÊNCIAS 214

INTRODUÇÃO

Segundo Natali (2004), o jornalismo já teria nascido internacional, já que os veículos de imprensa pioneiros no contexto da ascensão da burguesia na Europa, nos séculos XVII e XVIII, tinham como função informar os comerciantes e banqueiros locais sobre os ocorridos no exterior. Esse fato pode também ser associado aos relatos de guerra, que já eram frequentes antes mesmo do surgimento do jornalismo como atividade profissional.

Desde a Antiguidade, era comum que relatórios fossem escritos durante e após os conflitos bélicos. Com o advento das novas tecnologias, tais como o telégrafo, o telefone e o rádio, o chamado *Jornalismo de Guerra* se aperfeiçoou em sua prática, incluindo, aliás, novos formatos e linguagens para transmitir aquilo que era visto (e vivido) diretamente dos *fronts* de batalha para toda a sua audiência[1], distante geograficamente do local do conflito.

No entanto, sabe-se que há uma problemática geopolítica por detrás dos conflitos armados, o que inclui jogos de interesses políticos e/ou econômicos dos países envolvidos. Assim sendo, via de regra, espera-se que os correspondentes de guerra encontrem desafios ao longo de sua prática: além do perigo constante de estar em uma zona de conflito, os jornalistas precisam ainda lidar com a questão da censura governamental e atender aos interesses editoriais de seu veículo comunicacional.

Segundo Heller & Monteiro (2015), mesmo em países democráticos, a diversidade de opiniões se reduz diante de uma situação de guerra. Neste sentido, muitos autores concordam que a cobertura de conflitos se diferencie de outras práticas jornalísticas e apresente algumas particularidades.

> “A própria natureza da guerra”, observou Kate Adie (1998), “confunde o papel do jornalista” (1998, p. 44). Confrontado com as frequentes e horríveis realidades de um conflito, qualquer crença de que o jornalista consegue manter-se distante, remoto, ou imune ao que está a acontecer “tende a voar pela janela” rapidamente (ALLAN; ZELIZER, 2004, p. 3; tradução da autora)[2].

---

[1] O termo "audiência" utilizado nesta pesquisa refere-se à concepção de um público-leitor como "uma complexa configuração de subculturas e subgrupos superpostos, nos quais se situam os indivíduos" (MORLEY, 1996, p. 128), e não como uma massa passiva aos meios de comunicação e indiferenciada de indivíduos.

[2] "The real nature of a war," as Kate Adie observed it (1998), "confounds the function of the journalist" (1998, p. 44). When confronted with the frequent and horrible realities of a conflict, any belief that the journalist is able to stay distant, remote or immune to what is happening "tends to fly out the window" quickly.

Em situações de guerra, o próprio papel do jornalista é questionado, especialmente no que se refere ao idealismo da imparcialidade jornalística. Nesse caso, o que se pode observar é uma "parcialidade mascarada", uma vez que serão as intencionalidades (sejam elas políticas, econômicas e/ou editoriais) que guiarão o contrato de informação midiática da cobertura jornalística da guerra. Diante desse fato, a Análise do Discurso se mostra muito útil para observar e compreender as construções ideológicas que regem um texto jornalístico, considerando principalmente as condições de produção em que foi feito. Além disso, a Teoria Semiolinguística, principal referencial teórico-metodológico que orienta esta pesquisa, ainda contribui com suas noções de situação de comunicação e do princípio de influência.

Em relação às intenções editoriais, o pesquisador português Élvio da Silva Carvalho assevera que a especialização de guerra é altamente relevante para os meios de comunicação, especialmente para um jornal impresso, pois "o interesse do ser humano é atraído pela falta de segurança e pelo risco da fatalidade, e o exemplo máximo dessa possibilidade é, sem dúvida, a guerra" (CARVALHO, 2013, p. 52). Assim sendo, o supracitado autor defende que é por essa razão que um conflito armado não pode faltar na linha editorial de um veículo de comunicação – o que envolve um jogo de emoções para captar a audiência.

Um dos conflitos bélicos que recebeu uma ampla cobertura midiática foi a Guerra do Golfo, que teve como causa a anexação do Kuwait pelas tropas iraquianas, em agosto de 1990, contando com a interferência do exército de várias nações, especialmente dos Estados Unidos. Segundo Arbex Júnior (2001), a população mundial pôde acompanhar, pela primeira vez, a transmissão de uma guerra ao vivo pela televisão: a então pouco conhecida rede de notícias *CNN (Cable Network News)* transmitia imagens ao vivo de bombardeiros, das vítimas da guerra, dos navios lançando mísseis e dos caças saindo de porta-aviões. Além disso, a Guerra do Golfo possui uma relevância na história da geopolítica mundial: historiadores e outros pesquisadores – como Eric Hobsbawm (1995), por exemplo – concordam que o conflito pode ser considerado como a maior mobilização de recursos humanos e materiais desde o final da Segunda Guerra Mundial. Ademais, foi ainda uma das campanhas militares mais inovadoras da moderna história militar, introduzindo, no campo de batalha, a sofisticação tecnológica e um poder de fogo sem precedentes.

Sendo assim, este estudo propõe analisar as estratégias discursivas presentes nas narrativas da cobertura impressa brasileira da Guerra do Golfo[3]. Mais especificamente, busca investigar as estratégias discursivas utilizadas pelos jornais *A Folha de S.Paulo* e *O Globo*

[3] Agradecimentos às professoras Dra. Emília Mendes Lopes (UFMG) e Dra. Mônica Santos de Souza Melo (UFV) pelas sugestões dadas durante o exame de qualificação do projeto desta pesquisa.

para aproximar e inserir o acontecimento da guerra à realidade do leitor brasileiro, o qual estava distante geograficamente do conflito. Em outras palavras, observam-se, então, as estratégias de captação e de pregnância[4] para atrair o interesse do público de um país que não estava envolvido diretamente na guerra. Além disso, interessa-se analisar a constituição dos enquadramentos midiáticos da Guerra do Golfo e seus possíveis efeitos de sentido, observando uma possível influência de uma situação de comunicação na construção dessas narrativas, principalmente no que se refere à constituição do acontecimento e de seus atores. É importante ressaltar que, mesmo sabendo da presença significativa de fotografias, mapas e infográficos na editoria do jornalismo de guerra, o objetivo desta pesquisa pretende analisar somente as narrativas dos textos impressos.

Até o presente momento desta pesquisa, foi observado que, no Brasil, ainda há poucas pesquisas específicas a respeito da linguagem e discurso presentes no jornalismo de guerra, como também em uma abordagem histórica e internacional desta especialização jornalística. Ao realizar uma busca por dissertações e teses sobre o tema na Plataforma Sucupira[5], foram encontradas, até o presente momento, 12 trabalhos cadastrados, no âmbito dos estudos em Comunicação e em Análise do Discurso. Além disso, vale ressaltar que, em alguns estudos já feitos, o assunto não é o seu foco principal. Alguns exemplos são Sodré (1999) e Bahia (1990), autores de clássicos sobre a história da imprensa e do jornalismo. Em outras palavras, pode-se dizer que, em alguns dos estudos encontrados acerca do tema, não há uma abordagem mais aprofundada, uma vez que alguns pesquisadores citam brevemente a prática do jornalismo de guerra no Brasil, já que o foco principal de suas pesquisas é a história do jornalismo brasileiro em geral.

Em relação aos demais estudos desta temática, dotados de uma visão mais crítica, é possível observar que boa parte dos pesquisadores atentam-se especialmente aos textos de caráter mais opinativo, de acordo com a visão pessoal dos jornalistas e editores. Um exemplo pode ser visto na obra "Guerra e Imprensa: um olhar crítico da cobertura da Guerra do

---

[4] Tais estratégias serão explicadas no primeiro capítulo deste estudo, mais especificamente na seção 1.2 sobre a Teoria Semiolinguística e na seção 1.3, que aborda o contrato de informação midiático. Já as estratégias de captação e de pregnância referentes à cobertura jornalística da Guerra do Golfo serão explicadas durante a análise do *corpus*, a partir do capítulo 4.

[5] Desenvolvida pela Fundação CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a Plataforma Sucupira é uma importante ferramenta que coleta informações e realiza análises, sendo referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A plataforma disponibiliza informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica – o que inclui as pesquisas realizadas até então. A busca por dissertações e teses com o tema "jornalismo de guerra" foi realizada no dia 2 de fevereiro de 2019, no *site* https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/. No âmbito dos estudos da Comunicação, foram encontradas cinco dissertações e duas teses. No âmbito das Letras, foram duas dissertações e uma tese. Além disso, foram localizadas também duas teses acerca do tema no âmbito dos estudos em História.

Iraque", de Ogier & Goyzueta (2003). Também foi observado que há poucos estudos que se concentram principalmente na linguagem e no discurso dos textos midiáticos impressos de informação desta especialização jornalística, que levam em consideração as influências de seu contexto social, histórico e político (de sua situação de comunicação) — como dito anteriormente, muitos desses estudos tomam como objetos de pesquisa os artigos de opinião, conforme é possível observar também nos estudos de Zarpelão (2012), ou, então, são direcionados especialmente a um caráter histórico.

No âmbito dos estudos da Comunicação, foram encontradas, na Plataforma Sucupira, pesquisas cujos objetos são imagéticos — como por exemplo, a tese de Ferreira (2013) que buscou analisar a produção de sentido no fotojornalismo de guerra, e a dissertação de Moreira (2017), que analisou como a narrativa em história em quadrinhos contribui para o jornalismo, especialmente sobre conflitos armados. Além disso, Passos (2016) estuda também as narrativas visuais da Guerra do Contestado, analisando como a fotografia se constitui como um recurso de compreensão estética e histórica do conflito. A partir então desses estudos, pode-se dizer que, no âmbito das pesquisas da Comunicação, muitos autores se concentram nas narrativas imagéticas sobre guerras, enquanto os escritos (especialmente as notícias informativas) não são exploradas a fundo. Outro exemplo interessante é a obra de Lopes (2016), que procura responder "como a guerra afeta a prática jornalística?". No entanto, seu objeto de estudo consiste apenas nos relatos dos correspondentes de guerra, obtidos por meio de entrevistas, descartando o material informativo produzido por eles.

Já no domínio da Linguística, os estudos encontrados concentram-se nas crônicas de guerra, analisando especialmente as características literárias e jornalísticas presentes nesses textos – como é o caso, por exemplo, das pesquisas de Corrêa (2012) e Salles (1998). Em relação ao âmbito da Análise do Discurso, a pesquisa realizada por Leão (2015) chama atenção por estudar os aspectos discursivos da propaganda da guerra. Porém, o autor analisa somente os pôsteres (ou seja, um objeto de pesquisa visual) divulgados pelos governos durante a Segunda Guerra Mundial. Miranda (2015), por sua vez, analisa as experiências de guerra a partir dos relatos dos jornalistas acerca dos meios de reprodução técnica. Assim como foi observado nas pesquisas do âmbito dos estudos comunicacionais, as análises concentradas no domínio da Linguística se limitam ainda às narrativas visuais da guerra e aos textos de teor opinativo. Observa-se, então, uma ausência de estudos voltados ao discurso informativo impresso das coberturas midiáticas de conflitos armados.

Espera-se, então, que o presente trabalho possa contribuir para o entendimento de elementos do contrato comunicacional subjacente à produção da especialidade jornalística em

questão – principalmente no que se refere aos sujeitos da comunicação, às finalidades, aos temas, entre outros aspectos. Aliás, já que esta pesquisa possui um caráter interdisciplinar – transitando entre o jornalismo e a linguística –, espera-se contribuir para os estudos de ambas às áreas.

Quanto aos objetos de pesquisa selecionados para este estudo, a *Folha de S.Paulo* e *O Globo* são considerados os jornais de maior circulação no Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC): segundo uma pesquisa realizada no ano de 2015, o meio impresso e digital de *O Globo* ocupava o segundo lugar no *ranking*, com médias de circulação de 193.079 e 118.143, respectivamente. Já a *Folha de S.Paulo* estava em terceiro lugar no *ranking* dos impressos, com a média de 189.254. Porém, a versão digital da *Folha* fica em primeiro lugar, com 146.641 de média. Assim sendo, pode-se observar um fator de influência desses jornais, o que constituiu uma motivação para tomá-los como objetos de estudo.

Em relação ao problema da pesquisa, ele surgiu a partir dos seguintes questionamentos: quais são as características discursivas das narrativas dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* no período da Guerra do Golfo? Essas características poderiam ser consideradas como estratégias discursivas para atrair a audiência brasileira e aproximá-la do acontecimento da guerra? Como a Guerra do Golfo se tornou notícia nesses impressos? Quais foram os temas e enquadramentos predominantes? Que efeitos de sentido podem ser observados por meio desses enquadramentos? Houve uma possível influência/interferência do contexto político e econômico nesses mesmos enquadramentos?

Uma vez definido o problema de pesquisa, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as características discursivas, especialmente as estratégias de captação e de pregnância, do jornalismo de guerra dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, mais precisamente da cobertura impressa da Guerra do Golfo. Sendo assim, este estudo possui os seguintes fins específicos:

- observar os enquadramentos e temas predominantes na narrativa do acontecimento da guerra enquanto notícia; busca analisar como os enquadramentos contribuem para construir o acontecimento da guerra e as imagens das personagens;
- analisar como os modos de organização do discurso colaboram para imprimir uma dimensão argumentativa, especialmente a partir da descrição (do espaço, das ações e das marcas de temporalidade);
- verificar uma possível relação entre o contexto político e econômico daquele determinado momento e os temas e as imagens construídas dos personagens

envolvidos nas guerras (líderes políticos, países, etc) pela mídia, a partir da noção de enquadramento e da dimensão argumentativa.

- analisar quais os discursos de que o jornalismo se apropria para criar suas narrativas e transmitir o acontecimento da guerra ao público e quais efeitos de sentido podem ser transmitidos por eles. Nesse caso, é importante determinar/descrever as características dos contratos subjacentes à produção de notícias da editoria do jornalismo de guerra.

Já em relação à delimitação do *corpus* para a presente análise, considerou-se que utilizar um material publicado durante seis meses de conflito em dois impressos diários seria uma tarefa árdua e que, possivelmente, necessitaria de muito mais tempo além dos dois anos do Mestrado. Sendo assim, foram estabelecidos alguns critérios para selecionar o *corpus* específico desta pesquisa – isto é, a quantidade de narrativas das coberturas da Guerra do Golfo dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. Os impressos foram obtidos por meio de seus respectivos acervos digitais.

Para a definição do *corpus*, primeiramente, foram selecionados os dias considerados "mais impactantes" durante a guerra, julgados de acordo com os valores-notícia de proximidade, amplitude e relevância[6]. Assim, foram selecionadas as edições da *Folha de S.Paulo* e *O Globo* dos seguintes dias:

- 03 de agosto de 1990: o dia seguinte ao estopim da Guerra do Golfo (quando as tropas iraquianas invadiram o Kuwait);
- 05 de setembro de 1990: o conflito já possui um mês de duração e começam as negociações entre Brasil e Iraque para o resgate dos trabalhadores da empresa *Mendes Júnior*;
- 03 de outubro de 1990: é anunciada a libertação dos reféns brasileiros no Iraque;
- 17 de janeiro de 1991: a coalizão ocidental dá início à "Operação Tempestade no Deserto" (a maciça campanha aérea contra o Iraque);
- 25 de fevereiro de 1991: as tropas estadunidenses avançam pelo território iraquiano;

[6]Segundo Traquina (2008), o critério da "proximidade" se refere à distância do acontecimento noticiado com sua recepção ou, conforme completa Charaudeau (2012), ao modo de tratamento da notícia pela mídia. A "amplitude", por sua vez, se trata do número de pessoas envolvidas no acontecimento, enquanto a "relevância" é constituída por "quem" está envolvido no acontecimento e à significatividade do fato quanto à evolução futura de uma determinação situação.

- 28 de fevereiro de 1991: os Estados Unidos anunciam o fim do conflito no Golfo Pérsico.

Ao todo, foram contabilizadas 24 narrativas da *Folha de S.Paulo* e 27 de *O Globo*, resultando um total de 51 textos. Porém, ainda dentro deste número, foi realizado um novo "recorte", o qual se baseou nos seguintes critérios:

- prioridade por matérias produzidas por enviados especiais brasileiros à região do conflito;
- as narrativas cujos temas estão relacionados: a) ao andamento da guerra, mais precisamente às ofensivas bélicas; b) aos trabalhadores brasileiros detidos no Iraque e às vítimas da guerra; c) à questão do petróleo; d) às personalidades do conflito, como o líder iraquiano Saddam Hussein e o presidente estadunidense George H.W. Bush.

Como pode ser observado, foram utilizados também os critérios de noticiabilidade para esta segunda etapa da definição do *corpus*, os quais se basearam nos valores da proximidade, amplitude, relevância e notoriedade. A partir então deste momento, das 51 matérias jornalísticas contabilizadas anteriormente, foram selecionadas 30 (15 de cada jornal analisado), que estão de acordo com os critérios aqui estabelecidos. Além disso, é importante dizer que uma mesma narrativa pode ser utilizada para outras análises de diferentes vieses.

Em relação à fundamentação teórica, como base da metodologia aqui utilizada, estabeleceu-se um diálogo entre a Teoria Semiolinguística do Discurso, do linguista francês Patrick Charaudeau (1983)[7], e a determinadas noções do campo jornalístico, tais como as reflexões teóricas acerca dos enquadramentos e dos critérios de noticiabilidade, além dos conceitos acerca da Dimensão Argumentativa, postulados por Ruth Amossy (2000). Em outras palavras, trata-se de estabelecer um diálogo entre os Estudos da Comunicação e da própria Análise do Discurso, sendo que as noções da Teoria Semiolinguística e da Dimensão Argumentativa são consideradas a espinha dorsal da pesquisa, uma vez que seus conceitos estarão presentes durante todo o processo de análise.

A partir dos referenciais teóricos supracitados, buscou-se comparar as diferenças e semelhanças do discurso da cobertura da Guerra do Golfo pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, tendo como base todas as categorias supracitadas, a fim de apresentar os aspectos discursivos

[7] A Teoria Semiolinguística do Discurso foi apresentada no livro *"Langage et Discours",* lançado em 1983, por Patrick Charaudeau.

do jornalismo de guerra dos impressos em relação ao Golfo Pérsico. É importante ressaltar desde já que em nenhum momento da análise o público-leitor dos jornais é considerado uma audiência passiva, uma vez que são observados os possíveis efeitos de sentidos visados pelo enunciador (o jornalista). Sendo assim, consideram-se as possíveis intenções, os efeitos visados (não produzidos) pela instância de produção, mas sem garantia de que ele seja de fato produzido na instância de recepção.

O primeiro capítulo desta dissertação consistiu em explicar os conceitos acerca da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau e as aplicações no discurso da informação, principalmente em relação aos princípios em torno da Situação de Comunicação, do Contrato de Comunicação, e como eles se aplicam à metodologia da presente análise. Além disso, foram expostas também algumas definições de discurso consideradas importantes para uma melhor explicação e contextualização deste estudo, assim como os fundamentos e origens da Análise de Discurso segundo a perspectiva pêcheutiana.

Já no segundo capítulo, buscou-se traçar um diálogo teórico entre os conceitos voltados à Semiolinguística com determinadas noções do campo jornalístico, tais como as ideias relacionadas aos enquadramentos – especialmente os pressupostos teóricos formulados por Goffman (1974), Gitlin (1980), Entman (1993) e Porto (2002) – e aos critérios de noticiabilidade. Além disso, foram utilizados alguns fundamentos em relação ao conceito de Dimensão Argumentativa, a partir da distinção que Amossy (2000) estabelece entre dimensão e visada argumentativa, e as reflexões de Emediato (2013) sobre o discurso midiático e argumentação, o que pode também contribuir para a análise, uma vez que um de seus objetivos visa a investigar possíveis intencionalidades e influências do contexto sócio-histórico na ênfase e seleção de determinados elementos presentes nas narrativas sobre a guerra.

O terceiro capítulo, por sua vez, trouxe uma contextualização histórica a respeito da Guerra do Golfo e suas relações diplomáticas com o Brasil. Além disso, nesse capítulo, foram também apresentados alguns conceitos históricos e práticos a respeito da especialização jornalística chamada "Jornalismo de Guerra".

Já o quarto capítulo apresenta a primeira análise do *corpus* deste estudo, que consiste em apresentar e explicar os componentes discursivos que não apenas auxiliam na construção da narrativa, como também colaboraram na constituição dos efeitos de sentidos dos discursos informativos sobre a Guerra do Golfo na cobertura midiática dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Primeiramente, foi analisada a dimensão argumentativa subjacente às marcas de temporalidades e seus efeitos de sentido e, posteriormente, a construção dos "personagens"

das narrativas midiáticas sobre a Guerra do Golfo. Em seguida, analisam-se os possíveis efeitos de sentido transmitidos por meio do uso de informações de caráter histórico e/ou didático como argumentos para se referir a um acontecimento que emergia naquela atualidade específica. Desse modo, observam-se os enquadramentos configurados a partir desses acontecimentos históricos e/ou didáticos em meio à narrativa de guerra, considerando também uma possível dimensão argumentativa que emerge a partir da mobilização de tais elementos presentes nos textos informativos.

O quinto capítulo foi dedicado à segunda análise do *corpus*, que se refere à tematização como uma estratégia de proximidade. Ou seja, nesta parte, foram analisados quais temas foram predominantes na cobertura midiática e, a partir disso, como a Guerra do Golfo se tornou notícia no Brasil. Neste mesmo capítulo, buscou-se discutir também a respeito do papel das emoções presentes nas narrativas sobre ofensivas bélicas. Mais precisamente, analisar uma possível dimensão argumentativa oriunda da mobilização de elementos que podem carregar certo teor de dramaticidade – isto é, analisar as possíveis funções da emoção nessas narrativas e quais efeitos de sentido podem ser visados por meio das descrições presentes.

Por fim, foram apresentadas as últimas considerações a respeito da pesquisa realizada, observando se todos os objetivos foram ou não atingidos durante o percurso e, principalmente, analisar se foi possível traçar uma relação entre esse resultado obtido pela pesquisa com a situação de comunicação da época em que essas narrativas foram produzidas.

1. DISCURSO E SEMIOLINGUÍSTICA

A fundamentação teórica para esta pesquisa se baseia na Teoria Semiolinguística do Discurso, proposta pelo francês Patrick Charaudeau, principalmente no que se refere aos conceitos relacionados ao Contrato de Comunicação, em que se consideram as condições de produção dos discursos. A importância do uso da Semiolinguística neste estudo consiste no fato que

> a análise proposta pela Semiolingüística permite ao pesquisador se desvincular de idéias preconcebidas sobre a mídia e evidencia que, para se chegar a conclusões sobre os pontos positivos e negativos da mídia de informação, é preciso comparar. Comparar o tratamento da informação em diferentes meios, em diferentes épocas, em diferentes contextos sociais para, dessa forma, compreendermos como cada órgão de informação se distingue dos demais e estabelece a sua identidade discursiva (DAVID-SILVA, 2009, p. 10).

Essa ideia se aplica neste presente estudo, já que se propõe analisar e comparar como o acontecimento da Guerra do Golfo foi tratado na cobertura midiática de dois jornais brasileiros – *Folha de S.Paulo* e *O Globo* –, observando especialmente as estratégias discursivas constituídas para atrair a atenção do público-leitor brasileiro, de maneira com que ele pudesse se sentir próximo do conflito no Oriente Médio. Além disso, a pesquisa busca encontrar e/ou traçar uma relação entre essas estratégias e o contexto em que o discurso midiático foi produzido.

Neste capítulo, serão explicados os conceitos acerca da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau e suas aplicações no discurso da informação, principalmente em relação aos princípios em torno da Situação de Comunicação, do Contrato de Comunicação Midiático, dos modos de organização do discurso e das visadas argumentativas. Mas antes de aprofundar nos conceitos da Semiolinguística, é necessário compreender algumas definições de discurso consideradas importantes para uma melhor explicação e contextualização deste estudo, assim como os fundamentos e origens da Análise de Discurso segundo a perspectiva pêcheutiana – o que será tratado na seção a seguir.

1.1. Noções de discurso

Antes de analisar os conceitos acerca do "discurso midiático", é fundamental compreender as definições de "discurso", as quais serão aplicadas nesta pesquisa. Sendo assim, nesta seção, serão apresentados alguns conceitos de discurso, a partir de algumas definições atribuídas ao termo por Michel Pêcheux, por Dominique Maingueneau e, sobretudo, por Patrick Charaudeau, cuja teoria forneceu o principal aparato teórico-metodológico adotado nesta pesquisa.

Com o lançamento da obra *"Curso de Linguística Geral"*, no início do século XX, os postulados teóricos de Ferdinand de Saussure deram origem ao Estruturalismo. Essa corrente de pensamento compreendia que a língua seria formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionariam a partir de um conjunto de regras, constituindo uma estrutura. Essa organização dos elementos, segundo tal perspectiva, se estruturaria de acordo com as leis internas, estabelecidas dentro do próprio sistema.

Assim sendo, Saussure propôs um estudo imanente da língua – isto é, a língua deveria ser estudada em si mesma e por si mesma, uma vez que a língua foi considerada "a forma" (a estrutura), e não a substância. Porém, no fim dos anos 1960, na França – mais precisamente em uma conjuntura intelectual e política, em que as discussões acerca da linguística aconteciam de forma mais ampla –, essa visão sistemática da língua foi posta em discussão. Considerou-se então que somente a abordagem do sistema linguístico a partir de suas relações internas (dos níveis fonético-fonológico, morfológico e sintático) não seria mais suficiente como objeto de estudo.

Algumas críticas à concepção estruturalista se referem ao "sujeito ausente" em seus estudos, e também a uma visão mecanicista dos fatos linguísticos. Ao propor uma relação do discurso com as condições históricas e políticas, Mazière (2007) defende a ideia de que não se deve reduzir a Análise de Discurso ao conceito de "*parole*" de Ferdinand de Saussure. Segundo o autor, ao apresentar uma oposição entre "*langue*" (língua) e "*parole*" (fala), Saussure opõe uma forma contratual e coletiva (a língua) a uma atividade individualizada (a fala). Dessa forma, separando a língua da fala, aparta-se também o que é do âmbito social do individual. No entanto, a perspectiva da Análise do Discurso não considera o discurso como individual, mas governado por uma sobredeterminação – isto é, a significação não é um processo individual, uma vez que é atravessado pelo social. Além disso, o autor Georges-Elia

Sarfati (1997) lembra que, no âmbito estruturalista de Saussure, o conceito de "discurso" configurou-se como um terceiro termo excluído. Logo, os novos estudos buscavam uma compreensão do fenômeno linguístico não mais centrado somente na língua, mas em uma instância da linguagem, levando em consideração as condições ideológicas.

É nesse contexto então que, em meados da década de 1960, surge uma nova abordagem nos estudos da linguagem, denominada de Análise do Discurso. Michel Pêcheux, um dos precursores da Análise do Discurso Francesa, considera o discurso como seu objeto de estudo. Influenciado por Louis Althusser[8] – mais precisamente por sua releitura da ideologia de Karl Marx –, e pela abordagem de "sujeito" elaborada por Jacques Lacan, Pêcheux elaborou então os princípios de uma teoria da linguagem de inspiração marxista e psicanalítica, criando uma tensão com o Estruturalismo. Para Michel Pêcheux (1995), o funcionamento da língua é submetido a regras, as quais possuem uma determinação "não linguística" – como, por exemplo, os efeitos institucionais provenientes de uma formação social. Ou seja, segundo o supracitado autor, o funcionamento da língua ocorre no interior de uma formação social. No entanto, ele reconhece ainda que a língua constitui a base a partir da qual se constroem os processos discursivos.

De acordo com Mazière (2007), Michel Pêcheux teve influências em diversas disciplinas das ciências humanas para tentar responder às questões colocadas pela linguística. Apesar de não se considerar pertencente a nenhuma das disciplinas, este pesquisador mantinha um enfrentamento constante com a linguística – uma vez que o discurso abarca uma exterioridade da linguagem, assim como elementos ideológicos e sociais.

Segundo Michel Pêcheux, a ideologia se materializa na linguagem. Assim, são as condições históricas, sociais e políticas que produzem no sujeito seu discurso. Em sua obra "Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio", Pêcheux (1995) afirma que o sentido de um discurso não existe "em si mesmo", mas é determinado pelas posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico no qual o discurso está inserido. Segundo o autor, "as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam" (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Logo, as palavras adquirem sentido em referência às posições e à ideologia de quem as produz/reproduz.

---

[8] De acordo com o filósofo francês Louis Althusser, a ideologia é utilizada predominantemente pelos "Aparelhos Ideológicos de Estado" (como as instituições, por exemplo) para manter sua dominação. Além disso, o autor afirma que a ideologia compreende uma existência material, uma vez que ela se manifesta através de ações, que são inseridas em práticas como, por exemplo, rituais, comportamentos convencionais, etc. Além disso, Althusser diz que a ideologia se encontra difundida na constituição do sujeito, fazendo-o formar sua própria realidade como a "verdade" e o "óbvio". Baseado nos trabalhos de Jacques Lacan, Althusser defende a ideia de que a ideologia não reflete o mundo real, mas representa a relação imaginária entre os indivíduos e o mundo real.

Seguindo a perspectiva pêcheutiana, pode-se conceituar o discurso como uma materialização da ideologia – aliás, "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia" (ORLANDI, 2007 *apud.* PÊCHEUX, 1975, p. 17). Além do mais, o discurso pode ser também definido como uma relação entre uma materialidade e uma exterioridade. Ou seja, pode-se dizer que "a ideologia se materializa no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagem" (FERNANDES, 2013, p. 14). Desse modo, o discurso implica também uma exterioridade à língua, pois se presentifica no social, inscrevendo-se na história.

Além disso, o discurso é compreendido como efeitos de sentidos entre os sujeitos – isto é, o discurso é considerado o lugar em que se pode observar o uso da língua em relação à ideologia, para que seja possível compreender como a língua produz sentidos por/para os sujeitos (ORLANDI, 2007). A partir então dessa definição, Eni Orlandi reitera ainda que

> o discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2007, p. 15).

Essa noção de discurso pode ser associada à concepção de outros autores da Análise do Discurso Francesa. Segundo Dominique Maingueneau, para chegar a uma definição de discurso, é preciso considerar "quem fala o quê" dentro de condições históricas e sociais. Além disso, em sua obra *"Dicionário de Análise do Discurso"* (2002), organizada em parceria com Patrick Charaudeau, o autor propõe explicar a noção de discurso a partir de oito predicados:

- o discurso é uma organização situada para além da frase: isto é, consiste em uma organização transfrástica, já que ele não depende necessariamente de sequências de frases, mas de uma unidade complexa submetida a regras de organização em vigor em um determinado grupo social.
- O discurso é orientado, ou seja, ele "é concebido em função do propósito do locutor" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 170), além de ser desenvolvido no tempo e ser linear.
- O discurso é uma ação: uma enunciação constitui um ato visando a modificar uma dada situação. Mais precisamente, "esses atos elementares integram-se, por sua vez, em atividades linguageiras de um gênero determinado (um panfleto, uma consulta

médica, um jornal televisionado...), e estas, por sua vez, em relação com atividades não verbais" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 170). Dessa forma, o discurso é uma forma de ação sobre o outro, e não apenas representações.

- O discurso é interativo: já que envolve uma troca entre os sujeitos, sendo ela explícita ou implícita, considerando a presença de alguém a quem dirige o discurso.
- O discurso é sempre contextualizado: isto é, o seu sentido só pode ser compreendido pelas condições sociais e históricas em que está inserido – essa ideia, aliás, pode ser associada às definições propostas por Pêcheux (1975).
- O discurso é sempre assumido por um sujeito: o discurso remete a uma fonte de referências pessoais, temporais e espaciais do sujeito, assim como indica atitudes em relação ao que diz e a quem se dirige.
- O discurso é normalizado: ou seja, o discurso é sempre regido por ideologias, o que legitima o exercício da palavra.
- Por fim, o discurso deve ser compreendido também em relação a outros discursos, isto é, "o discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, através do qual ele deve abrir um caminho" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 172). Desse modo, pode-se dizer que a unidade do discurso é o interdiscurso.

Após apresentar tais predicados, Dominique Maingueneau ressalta também que "o discurso não delimita um domínio que possa ser estudado por uma disciplina coerente. É, antes de mais nada, uma maneira de apreender a linguagem" (MAINGUENEAU, 2004, p. 172), especialmente em seus diferentes usos e contextos. Para este analista do discurso, não existe uma "Análise do Discurso", mas sim "Análises de Discursos", já que são possíveis várias análises de discursos em espaços geográficos e atravessamentos epistemológicos distintos. Conforme já salientado, a Teoria Semiolinguística foi selecionada como o principal referencial teórico-metodológico para esta pesquisa. Assim sendo, na sequência, será apresentada a noção de discurso proposta por Patrick Charaudeau.

Segundo Charaudeau (2008), o discurso é um objeto resultante da combinação da percepção do mundo (tido como "real", construído por meio do procedimento de semiotização) com a linguagem (enquanto forma-sentido) e com a interação social. Assim, no âmbito da Teoria Semiolinguística, o termo "discurso" assume dois sentidos os quais, nas palavras de Corrêa-Rosado (2014), com base em Charaudeau (2007), consistem em:

> 1) Um primeiro sentido concebe o *discurso* como estando relacionado à *mise en scène* (encenação) do ato de linguagem; sendo tal encenação dependente de um dispositivo que engloba um circuito interno (dizer) e um circuito externo (fazer), estando o discurso reservado ao domínio do *dizer*. É a esse primeiro sentido que poderemos falar de ato de linguagem como encenação e de estratégias discursivas (ponto sobre o qual discorremos adiante).
> 2) Um segundo sentido compreende *discurso* enquanto relacionado aos saberes partilhados em uma sociedade. Desse modo, o discurso está imbricado aos *imaginários sociodiscursivos* de uma coletividade, isto é, aos diferentes modos de apreender o mundo que, nascidos da mecânica das representações sociais (o procedimento de semiotização do mundo), circulam no meio social sob a forma de saberes (de crença ou de conhecimento). São eles que constroem a significação dos objetos do mundo, levando em consideração comportamentos que os seres humanos produzem, por meio das práticas de uso da linguagem que transformam a realidade em real significante[9](CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 11-12).

Além disso, Charaudeau (2008) define algumas concepções de discurso ao estabelecer distinções entre a "frase", a "língua" e o "texto". Segundo o autor, a frase refere-se a uma unidade do texto que possui um sentido e um significado completo, enquanto o discurso dispõe de uma dimensão para além da frase, pois seu sentido se produz por meio de variados fatores de ordem contextual. Quanto à língua, Charaudeau (2008) a considera como um lugar de acordo entre formas e sentidos, organizando-se em sistemas. O discurso, por sua vez,

> é o lugar, ao mesmo tempo, de estruturação dos usos em função das condições de produção desses usos, relacionados a comportamentos linguageiros dos sujeitos falantes, e de categorizações de sentido relacionadas a sistemas de conhecimento e de crença aos quais aderem os indivíduos ou grupos sociais (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 12).

Já em relação ao texto, no âmbito da Teoria Semiolinguística, é tido como o resultado material de um ato de linguagem, de uma *mise en scène* linguageira. Sendo assim, trata-se da unidade onde se registra, por meio da materialidade linguística, os acontecimentos do ato de linguagem. Em oposição, o discurso consiste em um "percurso de significância que se acha inscrito num texto e que depende de suas condições de produção e dos locutores que o produzem e o interpretam" (CHARAUDEAU, 2011, p. 6). Dessa forma, é possível dizer que o discurso não é o texto, mas é constituído por textos. Logo, segundo o supracitado autor, um mesmo texto pode ser portador de variados discursos, enquanto um mesmo discurso pode materializar-se em diversos textos, gêneros, entre outros.

Por meio do diálogo teórico estabelecido aqui, nesta seção, buscou-se chegar a uma definição de discurso, passando por alguns dos conceitos iniciais da Análise de Discurso

[9] CHARAUDEAU, 2007.

propostos por Michel Pêcheux e pela Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Dessa forma, é possível dizer que o discurso é considerado uma atividade linguageira, realizada por sujeitos inscritos em um determinado contexto sócio-histórico. Além disso, são os imaginários e os propósitos dos sujeitos que serão a base de seus discursos. Em relação ao sentido, ele não é fixo e imutável, pois mudará em função do contexto e da forma de construção do discurso.

Retomando as definições propostas por Charaudeau (2008), o discurso é constituído por meio da combinação de um procedimento de semiotização, que consiste em uma relação entre a linguagem e a interação social. Desse modo, o autor propõe que sua posição tomada na Análise do Discurso possa ser chamada de "semiolinguística".

Para compreender então o funcionamento dos discursos nesse âmbito, é necessário considerar as restrições do Contrato de Comunicação no qual se inscrevem os textos, ressaltando as finalidades e as identidades dos parceiros, assim como seus dispositivos, e também os espaços de estratégias dessa mesma situação de comunicação (de legitimação, de credibilidade e de captação) – tais conceitos serão abordados e explicados nas seções a seguir.

1.2. A Teoria Semiolinguística

Nesta seção, serão apresentados alguns aspectos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Mais precisamente, serão esclarecidos alguns de seus principais pontos que constituem o aparato teórico-metodológico desta pesquisa. Assim, espera-se chegar a uma compreensão acerca de determinados termos, como a situação de comunicação, os sujeitos da linguagem e a *mise en scène*, por exemplo.

A Teoria Semiolinguística defende a ideia de que a construção do sentido se faz por meio de uma relação forma/sentido, o que pode ocorrer em sistemas semiológicos distintos, e "é resultante de operações discursivas de entidades subjetivas, sob a égide de um contrato comunicativo" (GOUVÊA; PAULIUKONIS, 2012, p. 51) – aliás, essa noção pode ser aplicada em estudos de diferentes discursos, principalmente o midiático.

No âmbito dos estudos discursivos, Charaudeau (1983) considera a Teoria Semiolinguística como interdisciplinar, uma vez que o discurso está inserido em uma problemática que estabelece uma relação entre os fatos da linguagem e determinados

fenômenos sociais e psicológicos, como a ação e a influência. Inicialmente, considera-se que a linguagem possua uma estreita ligação com seu contexto psicossocial. Desse modo, a Semiolinguística assevera que o ato de linguagem seja um produto de um dado contexto em que participam um emissor e um receptor, os quais podem atribuir diferentes interpretações a uma expressão linguística, dando a ela então sentidos não esperados. Segundo as palavras do supracitado autor,

> eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de semiolinguística. Semio-, de "semiosis", evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; linguística para destacar que a matéria principal da forma em questão – a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens (CHARAUDEAU, 2005, p. 01-02).

O ato de linguagem não consiste apenas em sua configuração semiológica visível, mas também pelos saberes que serão acionados pelos sujeitos durante o processo de produção e interpretação desse ato. Além disso, a Teoria Semiolinguística concebe o fenômeno linguageiro como um resultado de uma dupla dimensão: a "dimensão implícita" e a "dimensão explícita".

Essa dupla dimensão do ato de linguagem consiste em duas atividades: a simbolização do mundo referencial e a significação. De modo geral, a simbolização do referencial alude-se a uma "atividade estrutural da linguagem na medida em que ela se realiza a partir do jogo de reconhecimento morfossemântico construtor de sentido, que remete à realidade que rodeia os sujeitos (atividade referencial), conceituando-a (atividade de simbolização)" (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 4). A atividade de simbolização, por sua vez, refere-se à linguagem como condição de realização do signo[10], mas de uma forma que constitua uma totalidade discursiva.

Para Charaudeau (1983), o ato de linguagem seria então o resultado de um Explícito, o que corresponde à configuração semiológica, e de um Implícito, "proveniente das circunstâncias de produção/interpretação de ato de linguagem ou *Circunstâncias do Discurso*" (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 4). Já essas Circunstâncias do Discurso estariam relacionadas à dimensão implícita do ato, o que se refere aos saberes supostos que circulam entre os

[10] No âmbito da Semiolinguística, a problemática acerca dos signos só pode ser concebida como discursiva, já que, para Charaudeau (1983), o signo só existe no discurso. Dessa forma, o signo não é considerado completo, pois é o ato de linguagem que fornece as marcas semiológicas que atuam como índices portadores de "instruções de sentidos sistematizadas" (CORRÊA-ROSA, 2014).

protagonistas. Esses saberes, por sua vez, consistem "na relação entre os protagonistas e seu propósito linguageiro e, assim, configuram os saberes partilhados pelos sujeitos de uma determinada comunidade social" (CORRÊA-ROSADO, 2014, p. 5). Além disso, eles se referem aos filtros construtores de sentidos os quais os sujeitos mantêm entre si – sendo esses filtros relacionados às referências ou experiências dos protagonistas e partilhadas entre eles.

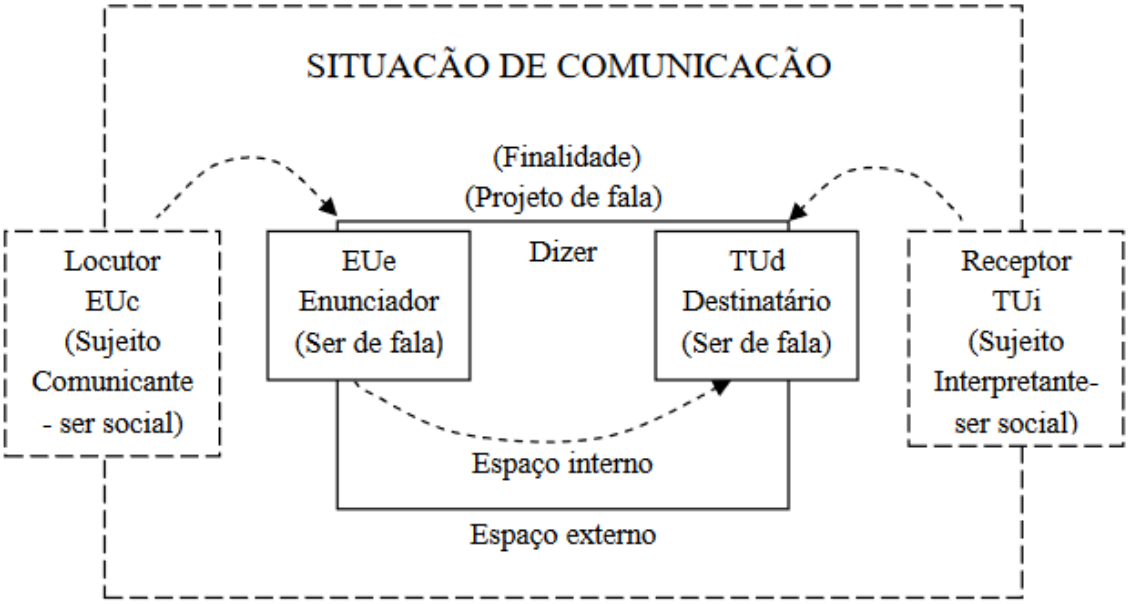
Assim sendo, a construção de sentido do ato de linguagem se dá no discurso, levando em consideração os fatores psicossociolinguageiros, ou seja, determinados fenômenos extralinguísticos que podem influenciar no momento da produção e da interpretação do enunciado. Além disso, os sujeitos participam de uma *mise en scène*[11] discursiva sustentada pelo contrato de comunicação.

Segundo Charaudeau (1992), em uma situação de comunicação, os sujeitos participam, de fato, de uma encenação. Então, "comunicar-se" seria um procedimento de encenação, pois, de acordo com o autor,

> da mesma forma que um ator em cena de teatro se utiliza do espaço cênico, da cenografia, da iluminação, da sonorização, dos comediantes, de um texto, para produzir os efeitos de sentido para um público que ele imagina, o locutor – que queira falar ou escrever – se utiliza dos componentes do dispositivo de comunicação em função dos efeitos que ele quer produzir sobre seu interlocutor (CHARAUDEAU, 1992, p. 635).

Nessa *mise en scène*, participam então os sujeitos da linguagem – ou seja, os parceiros e protagonistas –, em um cenário que seria a situação de comunicação, e que pode ser representado no quadro a seguir, construído por Patrick Charaudeau.

[11] Encenação.



Quadro 1: A situação de comunicação | Fonte: Charaudeau (2008, p. 52)

No quadro produzido por Charaudeau (2008), é possível ver os responsáveis pelos processos de produção e de interpretação do discurso em dois desdobramentos. Mais especificamente, pode-se também observar: a) um circuito externo, que corresponde ao material psicossocial do ato, isto é, à própria situação de comunicação, o contexto, incluindo dois sujeitos: os "parceiros", denominados de "sujeito comunicante" (EUc) e "sujeito interpretante" (TUi); b) um circuito interno, que consiste no material verbal do ato de linguagem, incluindo dois outros sujeitos, os quais são os "protagonistas" do dizer: o "sujeito-enunciador" (EUe) e o "sujeito-destinatário" (TUd).

Segundo a Teoria Semiolinguística, o "sujeito comunicante" (EUc) é o ser real, que ocupa determinados papéis sociais na troca, possuindo um estatuto e identidade sociais, e que produz o enunciado. Já o "sujeito enunciador" (EUe) é o ser de fala projetado pelo EUc em seu discurso. Então, esse "sujeito enunciador" (EUe) produz seu discurso tendo em mente um "sujeito-destinatário" (TUd) específico – o TUd, aliás, é também um ser de fala, mas existente apenas no discurso, enquanto o "sujeito-interpretante" (TUi) existe no circuito externo (o contexto do ato discursivo), assim como o "sujeito comunicante" (EUc).

Segundo Charaudeau (2008), o ato de linguagem pode ser considerado originário de uma situação concreta de troca, que depende de uma intencionalidade e se organiza ao mesmo tempo em um espaço de restrições e em um espaço de estratégias, produzindo significações

por meio da correlação de um espaço externo e de um espaço interno. De acordo com essa definição, Charaudeau (2008) propõe um modelo de estruturação em três níveis:

- o nível situacional, que se refere aos dados do espaço externo e que constitui o espaço de restrições do ato de linguagem. Além disso, é também o lugar onde estão determinados: a finalidade do ato de linguagem; a identidade dos parceiros da troca linguageira; o domínio de saber veiculado pelo objeto da troca; o dispositivo determinado pelas circunstâncias materiais da troca;
- o nível comunicacional, que consiste no lugar onde estão definidas as formas de falar/escrever, em relação aos dados situacionais. Desse modo, o sujeito falante se pergunta quais papéis linguageiros deve assumir que justifiquem sua finalidade (seu "direito à fala"), que mostrem sua identidade e que lhe permitam abordar acerca de um tema (o propósito) em determinadas circunstâncias (o dispositivo);
- o nível do discursivo, por sua vez, determina o lugar de intervenção do sujeito falante, enquanto sujeito enunciador, que deve atender às condições de legitimidade, de credibilidade e de captação. Assim, seu texto se configura pela utilização dos meios linguísticos, que consistem nas categorias de língua e nos modos de organização do discurso, mas levando em consideração as restrições do situacional e das possíveis formas de dizer do comunicacional, assim como o próprio "projeto de fala" do sujeito comunicante.

Durante a troca linguageira, o sentido será construído de acordo com as restrições determinadas pelo contrato de comunicação, que funcionam como normas convencionadas (isto é, coerções impostas pelo contrato) que fazem com que os sujeitos participantes compreendam a natureza do contrato – ou seja, entender o que é permitido ou não ser feito em tal situação. No entanto, os enunciadores tentarão ainda cumprir seus interesses, fazendo-os então querer influenciar seu destinatário, segundo as condições de legitimidade, de credibilidade e de captação. Essas condições, por sua vez, estão estreitamente ligadas às noções de *ethos, pathos* e *logos*[12], provenientes da Retórica.

Antes de explanar a respeito das condições de legitimidade, de credibilidade e de captação, é preciso compreender inicialmente os três tipos de provas retóricas. Segundo

[12] Patrick Charaudeau incorporou tais categorias da retórica após sua obra *"Langage et Discours",* lançada em 1983. O autor trabalha com esses conceitos, por exemplo, em "Discurso Político" (2006) e no texto "A patemização na televisão como estratégia de autenticidade" (2007).

Aristóteles (2005), o *ethos* se refere às características do orador que podem influenciar o processo de persuasão – ou seja, é uma prova retórica que depende do caráter do orador, pois, segundo Aristóteles, o auditório pode ser persuadido pela imagem que faz do orador, o qual é visto como alguém que inspira confiança. Para isso, é preciso que o discurso crie no auditório uma imagem do orador como indivíduo sensato, virtuoso e benevolente. Dessa forma, o filósofo assevera que essa imagem precisa ser uma consequência do discurso do orador, e não de aspectos anteriores e exteriores a esse discurso.

Já o *pathos* diz respeito ao apelo ao lado emocional do auditório – isto é, se o orador pretende ser persuasivo, ele deve tentar suscitar sentimentos e emoções no auditório que o predisponha favoravelmente para o discurso que defende. Sendo assim, Aristóteles reconhece a importância das emoções – tais como o medo e a compaixão, por exemplo – para a persuasão do auditório.

O *logos*, por sua vez, se trata da argumentação (centrada no argumento racional) do conteúdo do discurso. Assim, os argumentos precisam estar organizados de modo a persuadir o auditório – ou seja, a tese deve estar estruturada sob o ponto de vista lógico-argumentativo, para que seja clara e compreendida pelo auditório. Além disso, o orador deve se precaver quanto a possíveis objeções à sua tese e, com isso, pensar em soluções às quais possa recorrer.

Uma vez explicadas as definições de *ethos, pathos* e *logos*, é importante saber que essas provas retóricas não são isoladas, mas há uma estreita relação entre elas, já que as emoções (*pathos*) que o discurso (*logos*) do orador visa a despertar no auditório possuem um papel importante na constituição da imagem que é feita do caráter (*ethos*) do orador e, então, de sua capacidade de persuasão.

A legitimidade[13] se refere a um *status* do locutor e ao seu poder social, sendo que esse *status* permite a ele agir de determinada maneira sobre seu interlocutor – essa noção, aliás, está relacionada ao *ethos* do locutor. Já a credibilidade se remete à maneira como o sujeito constrói seu discurso – o que se refere ao *logos*, mas também ao *ethos*, uma vez que o uso de argumentos credíveis colabora para que seja constituída uma imagem discursiva. A captação, por sua vez, diz respeito às estratégias por meio das quais o sujeito tenta seduzir seu destinatário com a tentativa de despertar determinadas emoções. Nesse caso, o sujeito utiliza argumentos que possam emocionar seu destinatário (isto é, argumentos patêmicos) – o que, claramente, relaciona-se com a ideia do *pathos*.

---

[13] Esse conceito foi desenvolvido por Patrick Charaudeau em sua obra "Discurso Político" (2006). Segundo o autor, a legitimidade não é o todo do ato de linguagem, pois é preciso que os sujeitos falantes conquistem a credibilidade e saibam captar o interlocutor ou o público.

Sendo assim, a legitimidade, a credibilidade e a captação podem ser consideradas estratégias discursivas utilizadas pelos sujeitos, os quais visam a influenciar uns aos outros. Mais precisamente, Charaudeau (2012) alega que

> a noção de *estratégia* repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído por EUc (CHARAUDEAU, 2012, p. 56).

Apesar de o contrato de comunicação possuir certas normas convencionadas, os sujeitos podem ainda tentar cumprir suas intenções (finalidades comunicativas) e produzir determinados efeitos sobre seu destinatário. Assim, de acordo com a Teoria Semiolinguística, o ato de comunicação é um fenômeno que mescla o "dizer" e o "fazer", articulados e indissociáveis um do outro em um duplo circuito comunicativo: o circuito externo (do "fazer") e o circuito interno (do "dizer"). Conforme foi visto, o "fazer" consiste no lugar da "instância situacional", em que atuam o sujeito comunicante e interpretante, os quais são os seres sociais da troca. Já o "dizer" se trata da "instância discursiva" – o espaço da "encenação do dizer", em que participam o sujeito enunciador e o sujeito destinatário, que são os "seres da palavra".

Desse modo, o "sujeito comunicante" tenta agir sobre o "sujeito interpretante" a fim de levá-lo a "fazer fazer", a "fazer sentir" e/ou a "fazer crer". Tais objetivos comunicativos são chamados por Charaudeau (2012) de "visadas" [14], que serão explicadas nas seções seguintes deste capítulo. A partir também dessa ideia, Charaudeau (2012) apresenta os modos de organização do discurso (que também serão aprofundados em seguida), relacionados às intenções dos sujeitos em seu ato comunicativo.

Compreendidos então os princípios da Teoria Semiolinguística, especialmente a respeito do funcionamento da Situação de Comunicação, é preciso analisar como esses conceitos podem ser relacionados ao contrato de informação midiático em si – uma vez que esta pesquisa se refere à instância midiática –, de acordo também com os pressupostos teóricos estabelecidos por Patrick Charaudeau.

---

[14] *Visées discursives*, em francês.

1.3. O contrato de informação midiático

Para a construção de seu interesse social, todo discurso depende das condições específicas da situação de troca na qual ele emerge. Ou seja, os indivíduos que desejam comunicar entre si devem considerar as características – ou melhor, os dados – da situação de comunicação. De acordo com Charaudeau (2012), toda troca linguageira se realiza em um quadro de "cointencionalidade". Além disso, é necessário um reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca, o que leva a um acordo prévio sobre os dados de seu quadro de referência. Assim sendo, é possível aplicar essa ideia de "cointencionalidade" no contexto midiático, especificamente no "acordo" entre a mídia e os públicos aos quais ela se endereça.

Assim como em todo ato de comunicação, Charaudeau (2012) afirma que o contrato midiático põe em relação duas instâncias: a de produção e a de recepção. Segundo o autor, a instância da produção teria uma "dupla função": fornecer informação (o que se refere ao seu dever de "fazer saber") e incitar o desejo de consumir as informações (o que consiste em captar seu público). Já a instância da recepção deve manifestar o seu interesse e/ou prazer em consumir tais informações.

No entanto, Charaudeau (2012) lembra que não se trata apenas de transmitir informações para "fazer saber", "mas de se confrontar com os acontecimentos que se produzem no mundo ou inteirar-se de sua existência, e de construir, a esse respeito, um certo saber – e isso, num tratamento que depende da maneira pela qual se constroem representações sobre o público" (CHARAUDEAU, 2012, p. 72). Vale ressaltar também que o público não coincide completamente com tais representações, não sendo apreendido com facilidade. Desse modo, o público não é considerado como um "receptor passivo", uma vez que ele segue seus próprios movimentos de ideias. Logo, Charaudeau (2012) diz que a instância midiática deve ser encarada como organizadora do conjunto de sistema de produção em um âmbito externo, como também organizadora da enunciação discursiva da informação.

Como já mencionado, outra característica do contrato midiático consiste em sua "dupla finalidade": uma delas se refere à visada do "fazer saber" (ou a visada de informação), "que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica de informar o cidadão" (CHARAUDEAU, 2012, p. 86); já a outra finalidade se trata da visada do "fazer sentir" (ou a visada da captação), "que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica

comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência" (CHARAUDEAU, 2012, p. 86). Assim, a instância midiática recorre a determinadas estratégias de encenação para tentar alcançar determinados fins (essas estratégias serão abordadas adiante, nesta pesquisa, especialmente quando serão tratados os modos de organização do discurso, as visadas argumentativas e a constituição do acontecimento).

De acordo com Charaudeau (2012), o contrato de comunicação resulta das características específicas da situação de troca e das características discursivas decorrentes – em outras palavras, dos dados externos e internos, respectivamente.

Os dados externos, segundo o autor, "são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permaneceram estáveis por um determinado período" (CHARAUDEAU, 2012, p. 68). Sendo assim, os dados externos constitutivos do contrato de comunicação seriam a identidade, a finalidade, o propósito e o dispositivo.

A identidade está relacionada aos sujeitos que estão inscritos no ato de comunicação e responde à pergunta "quem fala com quem?", abrangendo os traços identitários que interferem no ato de comunicação.

Já a finalidade diz respeito ao objetivo a ser buscado por meio do ato de linguagem, à expectativa de sentido em que se baseia a troca comunicativa, respondendo à pergunta "estamos aqui para dizer o quê?". Aliás, "a resposta a essa questão, numa problemática de influência, se dá em termos de *visadas*, pois na comunicação linguageira, o objetivo é, da parte de cada um, fazer com que o outro seja incorporado à sua própria intencionalidade" (CHARAUDEAU, 2012, p. 69). Em outras palavras, a finalidade refere-se às razões, aos interesses, que guiam o sujeito em sua comunicação.

O propósito corresponde à "condição que requer que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio de saber, uma maneira de recortar o mundo em universos de discursos tematizados" (CHARAUDEAU, 2012, p. 69), definindo-se por meio da pergunta "do que se trata?". Por fim, o dispositivo se refere às circunstâncias materiais nas quais se desenvolve o ato de comunicação, em resposta à pergunta "em que ambiente se inscreve o ato de comunicação?".

Os dados internos, por sua vez, se referem aos "propriamente discursivos", os quais buscam responder à questão "como dizer". Seriam eles o espaço de locução, de relação e de tematização. O espaço da locução é considerado aquele em que o sujeito falante deve justificar o motivo por ter tomado a palavra (isto é, conquistar o seu direito de comunicar), além de se impor como "sujeito falante", e identificar o destinatário ao qual ele se dirige. Já o

espaço de relação seria aquele em que o falante, "ao construir sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de conivência com o interlocutor" (CHARAUDEAU, 2012, p. 71). Assim sendo, os dados internos determinam o uso de estratégias discursivas para a organização do discurso da informação.

Charaudeau (2012) define o espaço da tematização como a instância em que são organizados os temas nos quais o locutor vai se apoiar. Para isso, além de escolher um modo de intervenção (diretivo, de retomada, etc), o sujeito falante deve também selecionar um modo de organização discursivo (descritivo, narrativo, argumentativo) para tratar desse campo temático.

1.3.1. Os modos de organização do discurso de informação

Para a formulação de seu propósito, a instância midiática busca categorias que a permitem descrever ("o descritivo"), a narrar (o "narrativo") e a como explicar e/ou persuadir (o "argumentativo"). Tais categorias, segundo Charaudeau (2008), são definidas como "modos discursivos", os quais são determinados de acordo com a situação de comunicação em que se encontram[15]. Mais precisamente, segundo o supracitado autor,

> os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupadas em quatro *Modos de organização*: o *Enunciativo*, o *Descritivo*, o *Narrativo* e o *Argumentativo*. Cada um desses Modos de organização possui uma função de base e um princípio de organização. A função de base corresponde à finalidade discursiva do Projeto de fala do locutor, a saber: O que é "enunciar"? O que é "descrever"? O que é "contar"? e o que é "argumentar"? O princípio de organização é duplo para o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo. Com efeito, cada um desses modos propõe, ao mesmo tempo: uma *organização do "mundo referencial"*, o que resulta em *lógicas de construção* desses mundos (descritiva, narrativa, argumentativa); e uma *organização* de sua *"encenação"* (descritiva, narrativa, argumentativa) (CHARAUDEAU, 2008, p. 74).

[15] Para esta pesquisa, é enfatizado o modo descritivo, uma vez que a análise visa a investigar a dimensão argumentativa das descrições presentes nas narrativas sobre a guerra. Além disso, vale observar a construção do acontecimento pelo modo narrativo e a representação de seus agentes pelo enunciativo, especialmente no que se refere ao dito relatado dos personagens envolvidos no conflito.

Assim, o modo descritivo permite determinar os seres do mundo ao nomeá-los, localizá-los e qualificá-los de modo particular. Já o modo narrativo possibilita organizar a sucessão de ações e eventos nos quais esses seres estão envolvidos. Por sua vez, o modo argumentativo permite organizar, em uma visada racionalizante, para influenciar o interlocutor, as relações de causalidade que se instauram entre essas ações, com auxílio de vários procedimentos que incidem sobre o encadeamento e o valor dos argumentos (KOMESU, 2008). Logo, a seleção de determinado modo discursivo corresponde à situação e às intenções do sujeito em seu ato de comunicação.

Os modos de organização não são isolados uns dos outros, mas se interpenetram na construção do texto. Assim, uma descrição, por exemplo, pode estar presente em um texto narrativo ou, então, usada como recurso para influenciar uma tomada de posição do interlocutor. Além disso, antes de abordar o modo de organização do discurso de informação em si, é importante compreender os principais aspectos dos modos de organização em geral – uma vez que esta pesquisa busca analisar como esses modos são tratados nas narrativas noticiosas sobre a Guerra do Golfo, atentando-se especialmente para os efeitos e enquadramentos que podem ser observados a partir dos procedimentos linguísticos da descrição e das categorias do discurso relatado.

O modo enunciativo tem como princípio de organização a posição do locutor em relação ao interlocutor, em relação ao mundo e em relação a outros discursos. Logo, o modo de organização enunciativo "aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação" (CHARAUDEAU, 2008, p. 82). No entanto, Charaudeau (2008) assevera que esse modo não deve ser confundido com a Modalização: segundo o autor Dominique Maingueneau, a Modalização "designa atitude do sujeito falante em relação ao seu próprio enunciado, atitude que deixa marcas de diversos tipos (morfemas, prosódias, mímicas...). Muitas dessas formas são unidades discretas, ao passo que a modalização é um processo contínuo" (MAINGUENEAU, 2004, p. 334). Já a Modalidade é definida como "facetas de um processo mais geral de modalização, de atribuição de modalidades ao enunciado, pela qual o enunciador, em sua própria fala, exprime uma atitude em relação ao destinatário e ao conteúdo de seu enunciado" (MAINGUENEAU, 2004, p. 334). Ou seja, a Modalidade pode ser considerada uma manobra discursiva que, explícita ou implicitamente, permite sua identificação no enunciado, agindo muitas vezes intencionalmente sobre o interlocutor, concretizando a Modalização como um processo responsável pelo efeito que se pretende causar sobre o outro. De acordo com Charaudeau (2008),

> o Enunciativo é uma *categoria de discurso* que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na *encenação* do ato de comunicação, embora Modalização e Enunciativo estejam intimamente ligados, tal como ocorre entre a Ação e o Narrativo, de um lado, e a Qualificação e do Descritivo, do outro. Isso porque assim como as categorias de língua permitem a constituição do discurso, as categorias de discurso têm sua contrapartida nas categorias de língua (CHARAUDEAU, 2008, p. 81).

Como já dito, esse modo é responsável por indicar o posicionamento do locutor em relação ao interlocutor, em relação ao que ele diz ou ao que um terceiro diz. Além disso, o modo enunciativo pode intervir na encenação dos modos descritivo, narrativo e argumentativo. Logo, pode-se dizer que se trata de um modo de organização que atravessa os discursos em geral e, por isso, ele deve ser tratado em primeiro lugar.

Já a respeito do posicionamento do locutor em relação ao interlocutor, o modo enunciativo possui três funções:

1) comportamento ou ato "alocutivo": o locutor enuncia seu posicionamento em relação ao interlocutor, impondo-lhe um comportamento que consiste em "fazer" ou "dizer". Nesse caso, o locutor pode mostrar uma posição de superioridade diante de seu interlocutor (ao utilizar modalidades como autorização, aviso ou interpelação, por exemplo) ou uma posição de inferioridade em relação ao interlocutor (utilizando modalidades como petição e interrogação);
2) comportamento ou ato "elocutivo": o locutor expressa seu ponto de vista em relação ao mundo, sem que o interlocutor seja implicado na tomada de decisão – isso pode ser apresentado por meio de determinadas categorias modais, tais como a constatação, opinião, apreciação, querer, promessa, aceitação/recusa, saber/ignorância, por exemplo;
3) comportamento ou ato "delocutivo": o locutor retoma a fala de um terceiro e se apaga de seu ato de enunciação ao mesmo tempo em que não implica o interlocutor. Nesse caso, o locutor apenas transmitiria discursos que pertencem a outro sujeito falante. Os enunciados delocutivos se apresentam pelas categorias modais da asserção e do discurso relatado.

Dentre essas três categorias, a análise destacará o discurso relatado, uma vez que um dos objetivos desta pesquisa, como mencionado na introdução, é o de analisar como as maneiras de relatar um discurso já enunciado podem contribuir para a constituição da imagem

de seu locutor de origem (ou seja, nesse caso, a imagem dos personagens envolvidos no acontecimento da Guerra do Golfo). Além disso, muitos pesquisadores, Vidigal-Dolabella (1999)[16] e Sant'Anna (2003)[17], afirmam que o discurso relatado é utilizado corriqueiramente pela instância midiática como uma estratégia para tentar criar certo efeito de objetividade. Mas, ao mesmo tempo, é possível ainda observar certas marcas linguísticas que identificam o enunciador-jornalista, tornando-se então um elemento importante para desfazer a ilusão de objetividade – isto é, "o enunciador-jornalista deixa registradas marcas reveladoras de opinião que não deveriam ser identificáveis" (SANT'ANNA, 2003, p. 183). Na maioria das vezes, isso ocorre por meio do discurso narrativizado, que é uma das maneiras de relatar o discurso de origem.

Nesse caso, "o discurso de origem é relatado de tal maneira que se integra totalmente, ou mesmo, desaparece no dizer daquele que relata. O Locutor de origem torna-se *o agente de um ato de dizer*" (CHARAUDEAU, 2008, p. 105). Assim, os verbos introdutores, ou as formas nominalizadas da ação, têm um papel relevante na identificação da relação citante/citado, além de criar determinados efeitos – uma vez que os verbos empregados para relatar o dito de origem podem ter um valor axiológico. Por exemplo, relatar que "Saddam **ameaçou** transformar o Kuwait em um cemitério" poderia criar uma imagem mais agressiva do enunciador de origem do que em "Saddam **alertou** transformar o Kuwait em um cemitério". Então, esta pesquisa pretende analisar o discurso relatado a partir da forma narrativizada a fim de observar os possíveis efeitos que podem ser criados em relação à imagem de seu enunciador de origem.

Para deixar mais clara essa ideia acerca do modo enunciativo, analisa-se o seguinte trecho, extraído do *corpus*, mais precisamente da matéria "Bush: 'o mundo já não podia esperar'".

> No discurso que fez ontem logo após o ataque aéreo ao Iraque, o Presidente George Bush disse:
> - Há cinco anos, o Presidente Saddam Hussein começou uma guerra cruel contra o Kuwait. Durante esse tempo, houve inúmeros esforços diplomáticos de muitos países (...). Nossos objetivos são claros: Saddam Hussein tem que sair do Kuwait. O Governo legítimo do Kuwait vai ser restabelecido. Por que agora? A resposta é clara: o Mundo já não podia esperar (O GLOBO, 1991)[18].

---

[16] VIDIGAL-DOLABELLA, Ana Rosa V. **O discurso relatado na imprensa brasileira: jogo de estratégias de apropriação de vozes e de construção de efeitos**. 1999. 378 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

[17] SANT'ANNA, V. L. A. O discurso relatado como estratégia organizadora da notícia. **The Especialist** , São Paulo, v. 24, p. 1-11, 2003.

[18] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.

Como pode ser observado, o excerto trata de um pronunciamento do presidente George Bush. Especialmente por meio do uso do travessão, o sujeito enunciador retoma a fala de um terceiro (o presidente) e se apaga em seu ato de enunciação, reportando então o seu dito de forma direta. Isso pode ser considerado como uma estratégia para autenticar o fato relatado pelo jornalista, o que serve também como um recurso para a busca de credibilidade.

Conforme já mencionado, o modo de organização descritivo é constituído pelos componentes "nomear", "localizar-situar" e "qualificar" de maneira objetiva ou subjetiva. O "nomear", segundo Charaudeau (2008), consiste em fazer com que os seres existam a partir de determinadas classificações em função das semelhanças e diferenças em comparação com outros seres. Já o "localizar-situar" consiste em determinar o espaço e o tempo, sendo que está diretamente relacionado ao "nomear", já que suas características podem também depender de sua posição espaço-temporal. O "qualificar", por sua vez, consiste em atribuir particularidades aos seres de forma específica e singular. Sendo assim, os procedimentos linguísticos utilizam uma ou mais categorias de língua que podem se mesclar para servir aos componentes de organização descritiva.

Os procedimentos linguísticos para "nomear" têm por efeito conferir existência aos seres, sendo eles:

- a Denominação: por meio de nomes comuns ou nomes próprios cuja função é de identificar os seres a partir de um ponto de vista geral (classe de pertença) ou particular (especificidade). Esse procedimento, por exemplo, pode ser muito útil para analisar a representação de Saddam Hussein pelos jornais analisados, a partir das denominações atribuídas a ele (como presidente, ditador, etc);
- a Indeterminação: que se opõe ao processo de denominação e se encontra em certos gêneros que inscrevem o relato em uma atemporalidade ("certo dia", "em uma noite escura") e em lugares não identificados ("em algum lugar", por exemplo). Além disso, a indeterminação pode também ser aplicada a personagens por meio da denominação através de um nome comum (como por exemplo, "segundo o exército americano..."), pelo uso da inicial de um nome próprio ou pelo uso de asteriscos;
- a Atualização (ou Concretização): por meio de artigos definidos que permitem produzir efeitos discursivos de singularidade, de insólito, ou efeitos de familiaridade, de evidência ou de idealização;

- a Dependência: com o uso dos pronomes possessivos, que possam produzir efeitos discursivos de apreciação;
- a Designação: através do uso dos pronomes demonstrativos (este, estes, esta, estas, etc), que permitem produzir efeitos de tipificação;
- a Quantificação: por meio do uso de quantificadores que produzem efeitos discursivos de subjetividade, como por exemplo, em: "Analistas afirmam que o exército iraquiano sofreu grandes baixas" – neste caso, não se especifica a quantidade de perdas humanas e materiais do exército iraquiano;
- a Enumeração: com o uso de dêiticos[19], de artigos, ou de nomes no plural não precedidos de artigos (o que provoca um efeito de indefinição, permitem criar listas de seres, qualidades, lugares e ações que produzem diversos efeitos discursivos).

Já os Procedimentos linguísticos para "localizar-situar" consistem em duas categorias de língua que têm seus respectivos efeitos discursivos:

- o uso de categorias de língua que têm por efeito proporcionar ao relato um enquadre espaço-temporal, especialmente por meio da precisão, do detalhe e da identificação dos lugares e da época de determinado relato.
- o uso de categorias de língua que não determinam os lugares e os tempos (ou seja, sem identificação particular), deixando-os vagos, pois o relato não consiste em uma realidade específica e, assim, o descritor utiliza destinos e arquétipos que são intemporais. Esses procedimentos linguísticos estão relacionados com o procedimento discursivo de identificação.

Por fim, os procedimentos linguísticos para "qualificar" permitem construir uma visão objetiva ou subjetiva do mundo e, desse modo, produzir efeitos de realidade/ficção por meio da caracterização dos seres de acordo com seus aspectos físicos, gestos, gostos, comportamentos, palavras, entre outros. Entre esses procedimentos, Charaudeau (2008) destaca:

---

[19] Elementos linguísticos que indicam lugar (aqui) ou tempo (agora) em que um determinado enunciado é produzido, assim como indicam também os participantes de uma situação de comunicação (eu/tu). Ou seja, trata-se de elementos que fazem referência ao falante, à situação de produção de um dado enunciado ou ao momento em que o enunciado é produzido. Os dêiticos podem ser considerados os pronomes pessoais (que indicam os participantes); os advérbios de lugar, que são marcadores de tempo (agora, hoje, amanhã, etc); os pronomes demonstrativos. Porém, os dêiticos só podem ser compreendidos se houver uma explicitação, mesmo dentro de sua situação de comunicação.

- a acumulação de detalhes e de precisões factuais acerca das maneiras de ser e de fazer, o que pode ocorrer por meio de termos especializados, mais ou menos técnicos, acompanhados também de definições, com o objetivo de produzir um efeito de coerência realista (o que se refere à verossimilhança);
- a utilização da analogia, que consiste em pôr em correspondência os seres e as qualidades pertencentes a âmbitos distintos. Essa analogia pode ser explícita (pelo emprego de termos de comparação) ou implícita (como o uso de metáforas e metonímias, por exemplo, que proporcionam uma transferência de sentido).

Ainda a respeito do modo descritivo, Charaudeau (2008, p. 125) ressalta também que "o universo assim construído é relativo ao imaginário pessoal do sujeito" – isto é, o sujeito constrói subjetivamente o mundo ao descrever os seres e suas ações de acordo com sua própria visão. Para deixar esse conceito mais claro, observa-se o seguinte trecho extraído do *corpus* desta pesquisa.

> Caía uma chuva fina e ventava muito quando chegou a ordem para o avanço. O céu estava coberto por uma espessa fumaça negra que brotava dos poços de petróleo incendiados pelos iraquianos. Além de contar com os veículos blindados, bombas atiradas por aviões e artilharia, as forças terrestres tinham o terreno à sua frente sacudido por projéteis de 900 quilos disparados do Golfo Pérsico pelos encouraçados "Missouri" e "Wisconsin" (O GLOBO, 1991) [20].

No texto, o jornalista descreve o tempo e o espaço no momento em que ocorreu uma operação militar executada pelo exército aliado, o que pode fazer com que o leitor possa criar uma visualização do cenário desta narrativa. Porém, essas descrições foram feitas de acordo com a visão do sujeito-enunciador a partir de sua experiência com o conflito, revelando então suas impressões sobre o ocorrido – aliás, é possível notar certa subjetividade do correspondente no discurso especialmente por meio das adjetivações.

Em relação a esta pesquisa, busca-se analisar então os possíveis efeitos que podem ser transmitidos por meio dos procedimentos linguísticos do modo descritivo presentes nas narrativas midiáticas sobre a Guerra do Golfo. Especificamente, pretende-se observar os efeitos, assim como os possíveis enquadramentos configurados, por meio dos procedimentos para "nomear" (especialmente pela denominação e pela quantificação), para "localizar-situar" (precisão da identificação dos lugares e da época de determinado relato) e para "qualificar" os agentes envolvidos e suas respectivas ações.

---

[20] Texto por José Meirelles Passos. Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

Também já mencionado anteriormente, o modo narrativo se caracteriza pela sucessão de ações, delimitada em seu princípio e fim, sendo motivada pela intenção do sujeito, o qual "elabora um projeto de fazer e tenta conduzi-lo bem" (CHARAUDEAU, 2008, p. 168). Então, o sujeito que narra, segundo o autor, desempenha principalmente o papel de uma testemunha que está em contato direto com o acontecimento vivido – ou seja, "com a experiência na qual se assiste a como os seres se transformam sob o efeito de seus atos" (CHARAUDEAU, 2008, p. 157). Além disso, o modo de organização narrativo se caracteriza por uma dupla articulação que consiste em uma organização da lógica narrativa e a organização da encenação narrativa.

A organização da lógica narrativa se refere à construção de uma sucessão de ações de acordo com uma lógica acional que constituirá a trama de uma história (em sentido restrito). Já a organização da encenação narrativa refere-se à realização de uma representação narrativa, isto é, daquilo que faz com que a história e sua organização acional se tornem um universo construído e narrado.

Nesta pesquisa, interessa-se analisar especialmente os componentes da lógica narrativa, os quais são: 1) os actantes, que desempenham certos papeis relacionados à ação da qual dependem e que podem receber qualificações; 2) os processos, que unem os actantes entre si, gerando uma orientação à sua ação; 3) as sequências, que integram actantes e processos em uma finalidade narrativa de acordo com determinados princípios de organização (como o princípio de localização[21], por exemplo). A partir então desses componentes, busca-se analisar as representações atribuídas aos personagens actantes especialmente por meio de seus ditos, além dos possíveis efeitos provocados por meio das sequências.

A narrativa pode ser considerada uma totalidade, enquanto o modo narrativo consiste em uma forma para organizar essa totalidade. "A narrativa corresponde à finalidade do 'que é contar?', e para, fazê-lo, descreve, ao mesmo tempo, *ações* e *qualificações*, isto é, utiliza os modos de organização do discurso que são o *Narrativo* e o *Descritivo*" (CHARAUDEAU, 2008, p. 156). Assim sendo, neste estudo, o modo de organização narrativo não será utilizado *in totum*, uma vez que a dimensão narrativa será considerada essencialmente por meio do diálogo com as reflexões que Patrick Charaudeau apresenta sobre discurso e fato relatado (o que será explicado na seção a respeito da constituição do acontecimento na instância midiática).

---

[21] Este princípio possui uma considerável incidência sobre a organização lógica, já que fornece medidas de referência à organização da trama narrativa. Os pontos de referência concernem à localização da sequência no espaço e à situação da sequência no tempo.

Para exemplificar essa ideia, observa-se o seguinte trecho, extraído da matéria "Avanço surpreende até os aliados", publicada no jornal *O Globo*.

> **Ás 16 horas,** diante do sucesso da investida inicial, o Comando Central **enviou** uma nova ordem às linhas de frente: os soldados deveriam ir adiante na maior velocidade possível. A tarefa não parecia ser tão difícil: **no final da noite,** algumas unidades já **podiam ser vistas chegando** à Cidade do Kuwait (...). **Às 23 horas (locais),** os aliados já tinham penetrado 80 quilômetros no Iraque **e continuavam avançando** em direção ao Norte (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[22].

A narrativa, no excerto acima, foi constituída por um encadeamento de ações (que podem ser identificadas por meio dos verbos e das locuções verbais), delimitadas de acordo com o momento em que ocorreram (o que pode ser observado por meio da descrição do horário em que tais fatos aconteceram). Assim, o sujeito-enunciador parece ter tido a intenção de fazer com que o leitor possa ter a impressão de "acompanhar" o desencadeamento do acontecimento. Dessa maneira, o sujeito-enunciador parece desejar aproximar o leitor daquilo que lhe é narrado.

Já o modo argumentativo, segundo Charaudeau (2008, p. 221), tem como função "expor e provar causalidades numa visada racionalizante[23] para influenciar o locutor". Segundo o autor, uma afirmação pode ser argumentativa a partir do momento em que ela se insere em um dispositivo argumentativo – o qual é definido quando o sujeito precisa tomar uma posição, utilizando determinadas estratégias de natureza semântica, discursiva e de composição, o que confirma o papel do sujeito persuasivo que tenta provar uma verdade.

Os procedimentos semânticos se baseiam no valor dos argumentos, ou seja, "consistem em utilizar um argumento que se fundamenta num *consenso social* pelo fato de que os membros de um grupo sócio-cultural compartilham determinados *valores*, em determinados *domínios de saber*" (CHARAUDEAU, 2008, p. 232). Ao todo, o supracitado autor elenca cinco domínios de saber:

i) o domínio da Verdade, em termos de verdadeiro ou falso, definindo de maneira absoluta a existência dos seres em sua originalidade;
ii) o domínio do Estético, que define em termos de belo e de feio os seres da natureza ou os objetos que os homens fabricam;

---

[22] Texto por José Meirelles Passos. Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

[23] É importante lembrar que, Patrick Charaudeau., em seus estudos, viria posteriormente a refletir sobre a dimensão patêmica da informação, conforme pode ser visto, por exemplo, nos textos "A patemização na televisão como estratégia de autenticidade" e "Pathos e discurso político".

iii) o domínio do Ético, que estabelece em termos de bem e de mal o que devem ser os comportamentos humanos diante de uma moral externa e interna;

iv) o domínio do Hedônico, que determina em agradável ou desagradável o que pertence ao âmbito dos sentidos que buscam prazer;

v) o domínio do Pragmático, que define em termos de útil e de inútil o que depende de um cálculo para medir os projetos e os resultados das ações humanas em razão das necessidades racionais dos sujeitos que os realizam.

Em relação aos valores, eles correspondem às normas de representação social, que são constituídas em cada domínio de avaliação. Por exemplo, os valores que concernem ao domínio do Ético podem ser de solidariedade, de fidelidade, de disciplina, de honestidade, etc. Já os valores do domínio do Pragmático consistem no que é habitual, durável, frequente, entre outros.

Os procedimentos discursivos, por sua vez, "consistem em utilizar ocasionalmente ou sistematicamente certas categorias de língua ou os procedimentos de outros Modos de organização do discurso, para, no âmbito de uma organização, produzir certos efeitos de persuasão" (CHARAUDEAU, 2008, p. 236). Dentre eles, o autor destaca principalmente a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa e o questionamento. Por fim, "os procedimentos de composição podem ser usados quando o sujeito tem a possibilidade de construir sua argumentação em texto oral ou escrito" (CHARAUDEAU, 2008, p. 243). Assim, esses procedimentos repartem, distribuem, hierarquizam os elementos do processo argumentativo ao longo do texto, a fim de facilitar a localização de diferentes articulações de raciocínio (composição linear[24]), ou a compreensão das conclusões (composição classificatória[25]).

Além disso, o dispositivo argumentativo se compõe de três quadros: o propósito (tese), a proposição e a persuasão. Logo, para que o processo argumentativo se desenvolva, é necessário que o sujeito que argumenta assuma posição em relação ao propósito existente, o qual pode ser emitido por ele mesmo ou por outro. No entanto, é preciso também que o

[24] A composição linear consiste em organizar os argumentos de acordo com uma cronologia, a partir de seus diferentes momentos de uma pontuação dos tempos fortes da argumentação que são as etapas (começo, transição e fim), o vai-e-vem (retomadas) e os tempos fortes (em relação a certos ritmos para despertar a atenção do público).

[25] A composição classificatória consiste em retomar diferentes argumentos, dados ou resultados de um determinado texto argumentativo, apresentando-os de modo resumido por meio de quadros, de figuras, dentre outros.

sujeito prove a veracidade de seu propósito, desenvolvendo, então, um quadro de raciocínio persuasivo.

O ato argumentar seria, então, uma atividade discursiva que objetiva uma busca de racionalidade e de influência, sendo que a busca da racionalidade se direciona a um ideal de verdade que depende das experiências sociais e individuais do sujeito, que são compartilhadas pelos membros de um grupo social. Com isso, Charaudeau (2008) postula também uma dupla razão de falar sobre a realidade: a razão demonstrativa e a razão persuasiva.

A razão demonstrativa, segundo o autor, estabelece ligações de causalidades a partir dos procedimentos baseados na lógica dos fatos para falar a respeito da realidade. Já a razão persuasiva consiste em provar que essa realidade é verdadeira por meio do uso de argumentos. Um breve exemplo dessa ideia das razões demonstrativa e persuasiva pode ser visto numa primeira análise do *corpus*: foi possível observar o uso de acontecimentos passados para explicar um acontecimento atual, o qual consiste no conflito da Guerra do Golfo. Esses acontecimentos antigos se referiam às "brutalidades" já cometidas por Hussein. Assim, pode-se considerar esse fato como um recurso para convencer o leitor, mesmo que indiretamente, a formar uma imagem agressiva do Iraque e de seu líder Saddam Hussein naquele contexto atual. Por fim, Charaudeau (2008) ressalta ainda que a persuasão depende do sujeito que argumenta em uma interação com o interlocutor, já que eles estão ligados por um contrato de comunicação.

Em relação ao Contrato de Comunicação, ele fornece "as chaves de interpretação de um texto" (CHARAUDEAU, 2008, p. 227). Assim, é possível que haja uma argumentação explícita (quando o texto remete a esse contrato) ou uma argumentação implícita (que ocorre quando o texto dissimula o contrato). No caso desta pesquisa, analisa-se a argumentação implícita das narrativas midiáticas impressas sobre a Guerra do Golfo a partir dos procedimentos linguísticos de outros modos de organização, especialmente a descrição. Pois, segundo Charaudeau (2008, p. 227), a argumentação implícita pode ser observada nos textos em que o quadro argumentativo não é especificado, sendo necessário então "interpretar asserções simples como participantes de uma Proposta, de uma Proposição e de um ato de Persuasão". Já a argumentação explícita está presente em textos que apresentam a Proposta, em que consiste a Proposição e qual será o quadro de Persuasão.

Sendo assim, o modo argumentativo será utilizado nesta análise a partir da ideia de que o ato de compartilhar com o outro a sua própria convicção (CHARAUDEAU, 2008), calcado em uma busca de influência que tende a um ideal de persuasão, pode ser obtido por outros meios diferentes do raciocínio, como por exemplo, pelos meios da sedução tomados de

empréstimo a outros modos de discurso (Descritivo e Narrativo) (CHARAUDEAU, 2008). Dessa maneira, esta pesquisa busca observar a argumentação por meio dos procedimentos da descrição e do discurso relatado, atentando-se para os possíveis efeitos de persuasão que tais elementos discursivos podem provocar.

Conforme mencionado anteriormente, no âmbito da argumentação, os procedimentos discursivos utilizam ocasionalmente ou sistematicamente algumas categorias de língua ou os procedimentos de outros modos de organização do discurso, a fim de produzir certos efeitos de persuasão. A definição, por exemplo, refere-se a uma atividade de linguagem que pertence à categoria da Qualificação e ao modo de organização descritivo. Porém, em uma argumentação, a definição é utilizada com fins estratégicos, geralmente para produzir um efeito de evidência e de saber para o sujeito que argumenta.

Outro exemplo, que será também útil para este estudo, é a descrição narrativa, pois, na perspectiva argumentativa, pode servir para desenvolver um raciocínio dito por "analogia", produzindo então um efeito de exemplificação. Além disso, na medida em que é descrito um fato, esse procedimento pode reforçar uma prova ou até mesmo produzi-la.

Já em relação ao procedimento da citação, que participa do fenômeno linguístico do discurso relatado, consiste em se referir, o mais fielmente possível, aos ditos escritos ou orais de outro locutor, a fim de produzir na argumentação um efeito de autenticidade. Além disso, a citação funciona como uma fonte de verdade, de testemunho de um dizer, de uma experiência e de um saber.

Uma vez compreendidos os modos de organização do discurso, é importante mencionar que seus respectivos procedimentos e categorias de língua podem auxiliar na análise dos enquadramentos presentes no discurso de informação, já que há uma intencionalidade, uma finalidade, por detrás da seleção de um determinado modo de organização para a constituição de um texto midiático. Essa ideia pode ser sustentada pela premissa de que o universo da informação midiática pode ser considerado um universo construído, já que

> o acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos (CHARAUDEAU, 2012, p. 151).

Em relação à mecânica de construção de sentido da informação, Charaudeau (2012) afirma que esse processo se dá por meio de uma troca social, mais especificamente pela transformação e pela transação. De acordo com o autor, a transformação consiste em "tornar

um ‘mundo a significar’ num ‘mundo significado’” (CHARAUDEAU, 2012). Em outras palavras, trata-se da estruturação de categorias que permitirão descrever, narrar e explicar o fato. A transação, por sua vez, dá um significado psicossocial à linguagem por meio de parâmetros: hipótese sobre a identidade do outro; efeito que pretende produzir; tipo de relação que pretende ter com esse outro. Assim sendo, Charaudeau (2012) defende a ideia de que o processo de transação comanda o da transformação – pois são as intencionalidades subjacentes ao ato informativo que influenciarão as narrativas e, logo, as estratégias discursivas que serão utilizadas, como explica o autor:

> trata-se de abordar agora a maneira pela qual a instância midiática procede à formulação de seu *propósito,* buscando as categorias que permitem, a todo sujeito falante, responder às questões do como descrever (o “descritivo”), como contar (o “narrativo”), como explicar e/ou persuadir (o “argumentativo”) (CHARAUDEAU, 2012, p. 150).

No caso da situação de comunicação midiática, segundo o supracitado autor, as categorias particulares, chamadas de “modos discursivos”, correspondem às seguintes especificidades das instruções dadas pela situação de comunicação:

- “relatar” o que acontece ou aconteceu no espaço público, construindo um espaço de mediação chamado “acontecimento relatado” (AR). Desse modo, o acontecimento é construído por fatos e ações dos atores envolvidos: trata-se, então, de “fato relatado” (FR); mas também de declarações e outras reações verbais dos atores da vida pública – o que é chamado de “dito relatado” (DR).
- “comentar” o porquê ou como o acontecimento relatado de acordo com análises e pontos de vistas especializados e justificar eventualmente seus próprios posicionamentos. Ou seja, trata-se de explicar o acontecimento. Com isso, “a explicação dada pode incidir tanto sobre o fato relatado quanto sobre o dito relatado” (CHARAUDEAU, 2012, p. 151). Nesse caso, há um “acontecimento comentado” (AC).
- “provocar” um confronto de ideias por meio do auxílio de variados dispositivos, como tribunas de opinião (TO), entrevistas (E) ou debates (D), a fim de contribuir para a deliberação social. Assim, isso seria um “acontecimento provocado” (AP).

Então, cada elemento da situação de comunicação (tais como as identidades dos parceiros, a finalidade, o propósito e o dispositivo) pode sugerir um modo de organizar o

discurso. Logo, esses elementos têm o poder de suscitar um conjunto de procedimentos discursivos de que o falante pode dispor para organizar o discurso de acordo com suas intenções. Esse fato pode ser analisado, por exemplo, no seguinte trecho da matéria "Relação entre os dois países sempre foi tensa" (*Folha de S.Paulo*).

> As relações entre o Kuait e o Iraque são historicamente tensas, especialmente devido à controvérsia sobre a fronteira de 120 km entre os países. O Kuait proclamou sua independência da Grã-Bretanha em 1961. O Iraque, que pretendia anexar o território, a reconheceu dois anos depois. Em maio de 1990, o chanceler iraquiano, Tareq Aziz, criticou alguns países da Opep, entre eles o Kuait, pela excessiva produção de petróleo, que teria forçado a redução do preço. No dia 18 de julho, o Iraque acusou o vizinho de extrair petróleo do campo de Rumallah, na fronteira entre os dois países. Bagdá exigiu uma indenização de US$ 2,4 bilhões. Em 24 de julho, 30 mil soldados foram deslocados para a fronteira com o Kuait (FOLHA, 1990) [26].

Como pode ser observado, o sujeito-enunciador utilizou um discurso dotado de cunho histórico e didático com a possível finalidade de explicar ao leitor uma das causas da guerra. Em outras palavras, a forma como o discurso foi organizado consistiu em descrever os acontecimentos passados para explicar um acontecimento atual naquele determinado momento. Sendo assim, a finalidade – a intenção – de contextualizar e informar o destinatário a respeito das causas da Guerra do Golfo organizou o discurso da narrativa em questão, contando com verbos predominantemente conjugados no pretérito perfeito e com minuciosas identificações temporais.

Em suma, conforme pôde ser analisado nesta seção, cada modo de organização do discurso possui suas próprias características referentes às funções de base relacionadas à finalidade discursiva e aos princípios de organização e da *mise en scène* de cada um deles. Em outras palavras, os modos de organização do discurso, segundo Charaudeau (2008), devem ser considerados como condições do discurso que o sujeito falante possuiria para organizar sua intenção discursiva.

A partir então dos conceitos aqui apresentados, pode-se dizer que é importante também compreender a respeito das visadas argumentativas, uma vez que as intenções comunicativas poderão determinar o modo de organização para a constituição de um dado discurso. Além disso, os conceitos acerca das visadas argumentativas podem também auxiliar na observação e compreensão das estratégias discursivas presentes nas narrativas, as quais podem ter como fim atrair a atenção do público-leitor para a guerra.

---

[26] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.

1.3.2. As visadas argumentativas

Conforme menciona Charaudeau (2012), o princípio da influência orienta o ato de linguagem. O autor coloca o sujeito no centro da linguagem e considera, em sua teoria, que os sujeitos são parceiros em uma troca comunicativa, e que ambos possuem uma intencionalidade em seu discurso. Denominado de "princípio de influência", está na origem de certas visadas, as quais determinam a orientação do ato de comunicação em função da relação que o sujeito falante quer instaurar com o seu destinatário (CHARAUDEAU, 2004, p. 21). Assim, o autor afirma que as visadas

> correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte, da própria troca linguageira. As visadas devem ser consideradas do ponto de vista da instância de produção que tem em perspectiva um sujeito destinatário ideal, mas evidentemente elas devem ser reconhecidas como tais pela instância de recepção; é necessário que o locutor e o interlocutor possam recorrer a elas (CHARAUDEAU, 2004, p. 23).

Considerando, então, as visadas como as intencionalidades que orientarão todo ato de linguagem, Charaudeau (2004) propõe inicialmente seis tipos de visadas: a visada de "prescrição", de "solicitação", de "incitação", de "informação", de "instrução" e de "demonstração". Em outras palavras, as visadas consistem em um "fazer saber", um "fazer sentir", um "fazer crer" e em um "fazer fazer", as quais podem ser explicadas da seguinte forma:

- a visada de "prescrição": o *eu* quer "mandar fazer", sendo que ele possui autoridade de poder sancionar, enquanto o *tu* se encontra na posição de "dever fazer";
- a visada de "solicitação": o *eu* quer "saber" sobre algo, e, por isso, "está em posição de inferioridade de saber diante do tu, mas legitimado em sua demanda" (CHARAUDEAU, 2004, p. 24); enquanto o *tu* está em posição de "dever responder" à solicitação;
- a visada de "incitação": *eu* que quer "mandar fazer", mas não está em posição de autoridade em incitar o *tu* a fazer. Então, ele deve "fazer acreditar" por meio da

persuasão ou sedução. Assim, o *tu* está em posição de "dever acreditar" que, se ele agir, será para seu próprio bem;

- a visada de "informação": "o *eu* quer "fazer saber", e ele está legitimado em sua posição de saber; *tu* se encontra na posição de "dever saber" alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento" (CHARAUDEAU, 2004, p. 24);
- a visada de "instrução": o *eu* quer "fazer saber-fazer" e se encontra em posição de autoridade de saber e de legitimação para transmitir o saber. Já o *tu* está em posição de "dever saber fazer", de acordo com um modelo (ou modo de emprego) que é proposto pelo *eu;*
- a visada de "demonstração": o *eu* busca "estabelecer a verdade e mostrar as provas" (CHARAUDEAU, 2004, p. 24), segundo uma determinada posição de autoridade de saber (cientista, especialista, por exemplo). O *tu*, por sua vez, está em posição de ter que receber e "ter que avaliar" uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo.

As visadas enunciativas são, então, relacionadas à finalidade do ato, por parte do sujeito falante, mas também envolvendo o produtor e receptor, de forma com que ambos possam recorrer a elas. Sendo assim, o receptor deve também reconhecer a finalidade, já que ela está ligada também à identidade do enunciador e sua respectiva legitimação. Segundo Charaudeau (2004),

> a finalidade, e, logo, a visada que ela seleciona, não é o todo da situação de comunicação. Mas ela é um de seus elementos essenciais que se combina com outras características dos outros componentes: **a identidade dos participantes** (por exemplo, para a comunicação midiática, a instância informante de um lado, a instância cidadã do outro ; para a comunicação publicitária, a instância publicista de um lado, a instância consumidora do outro) **; o propósito e sua estruturação temática** (por exemplo, para as mídias, os acontecimentos do espaço público ; para a publicidade, o sonho do bem-estar do indivíduo) ; e **as circunstâncias** que precisam as condições materiais da comunicação (rádio, imprensa, televisão, para as mídias ; cartazes de rua, propagandas televisivas, encartes nas revistas, para a publicidade) (CHARAUDEAU, 2004, p. 26; grifos da autora).

Assim, por meio das características de seus componentes, a situação de comunicação é o que determina as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, sob o seu aspecto externo. Logo, Charaudeau (2004) ressalta também que, para definir sua finalidade, cada situação de comunicação seleciona uma ou várias visadas, sendo que

geralmente uma (ou às vezes duas) é a dominante. Com isso, o autor diz que a situação de comunicação midiática pode convocar várias visadas.

> de *instrução* (em suas rubricas de conselhos), de *incitação* (em seus títulos dramatizantes), de *demonstração* (quando ela dá a palavra aos experts). Mas ela o faz sob a cobertura da visada dominante de informação (quer dizer daquela que determina a expectativa (*enjeu*) do contrato de comunicação) (CHARAUDEAU, 2004, p. 27).

No caso desta pesquisa, é levada em consideração a visada de informação, pois, trata-se de uma visada dominante no discurso jornalístico, conforme menciona Charaudeau (2004) no trecho acima. A visada de informação procura "fazer saber" ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social. Para isso, “a instância midiática tenta realizar essa visada através de dois tipos de atividade linguageira: a descrição-narração, para reportar os fatos do mundo, e a explicação, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos” (CHARAUDEAU, 2012, p. 87). A partir então dessa ideia, pretende-se se observar, nesta pesquisa, as descrições presentes nas narrativas noticiosas sobre a Guerra do Golfo, analisando especialmente as marcas que constituem o espaço e a temporalidade, e as possíveis atitudes do enunciador diante do que diz e do dito relatado, a partir do exame dos nomes e qualificações dos presidentes, por exemplo.

Porém, o autor ressalta que, com esta visada, as mídias enfrentam um confronto permanente com o problema da credibilidade, uma vez que ela é baseada em um “fazer crer que o que é dito é verdadeiro”. Então, na tentativa de contornar esse desafio, as mídias recorrem às estratégias para autenticar o seu discurso informativo, como o uso de táticas de apuração com relatos das fontes, do testemunho, por exemplo. O ato de “autenticar”, segundo Charaudeau (2012, p. 88), “é uma atividade que consiste em fazer crer na coincidência, sem filtragem nem falsas aparências, entre o que é dito e os fatos descritos”. Dessa forma, a autenticação nas mídias consiste em uma prova pelo “visto-dito-ouvido” – e, para isso, as mídias recorrem a uma “reconstituição” para “dizer o que aconteceu”. No entanto, o problema que se coloca é o da veracidade da reconstituição – isto é, o seu grau de verossimilhança.

Segundo Charaudeau (2012, p. 89), “tornar verossímil é tentar fazer crer que o relato corresponde à reconstituição mais provável, apresentando-se o dito como mais fiel possível ao fato como ele se realizou”. Ainda de acordo com o autor, as mídias recorrem ao procedimento da “analogia”, que tenta descrever o mundo segundo roteiros de verossimilhança, os quais são

reconhecidos como tais pelas representações sociais. Logo, Charaudeau (2012) conclui que, em sua visada de informação, as mídias

> estão em confronto permanente com um problema de credibilidade, porque baseiam sua legitimidade no "fazer crer que o dito é verdadeiro". Desse modo, estão engajadas num jogo de verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam (CHARAUDEAU, 2012, p. 90).

Já a visada de captação, que se refere ao "fazer sentir", é orientada para o parceiro de troca, "um parceiro que se supõe não natural (é necessário instituí-lo como destinatário de uma mensagem), não passivo (ele possui suas próprias faculdades de interpretação) e não ter sido conquistado antecipadamente pelo interesse que a mensagem pudesse ter despertado (é necessário persuadi-lo, seduzi-lo)" (CHARAUDEAU, 2012, p. 91). Em outras palavras, para atrair a atenção de seu leitor, as mídias podem apelar por uma busca da emoção. Isto é, a fim de comover o outro, o sujeito enunciador ingressa em um processo de dramatização, utilizando argumentos que apelem aos sentimentos e aos valores do sujeito destinatário – o que provoca, então, um "efeito de patemização".

O *pathos*, em uma definição mais literal, consiste no uso de estratégias discursivas que visam a despertar as emoções. Esse conceito pode ser associado às estratégias de captação, que são mobilizadas quando o sujeito procura assegurar o interesse do interlocutor por aquilo que diz, em relação ao compartilhamento de sua opinião ou à adesão irracional aos seus próprios sentimentos. Para fazer isso, pode ser utilizada "uma manipulação discursiva que atinge o componente afetivo de seu interlocutor" (CHARAUDEAU, 2010, p. 9). Assim, pode-se dizer que a dimensão patêmica, expressa nos discursos, consiste em tocar os afetos compartilhados socialmente pelo auditório, provocando-lhe certo estado emocional que seja favorável a uma visada de influência do sujeito falante. Mais especificamente, pode-se dizer que

> para satisfazer esse princípio da emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se, ao mesmo tempo, aos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. Essa regulação, por um lado, segue os movimentos da afetividade e, paralelamente, as representações que atribuem valores às condutas e às reações emocionais (CHARAUDEAU, 2012, p. 92).

Para a pesquisadora Adélia Barroso Fernandes[27], "o *pathos* é uma condição necessária (e não uma contradição aparente) do discurso jornalístico e promove uma ligação entre interlocutores num contrato de comunicação" (2012, p. 109). Desse modo, o jornalismo impresso pode utilizar determinados efeitos de dramatização e do ludismo, a fim de provocar, no receptor, certo estado emocional que seja favorável a uma visada de influência do produtor da notícia.

Fernandes (2012) defende a ideia de que a dimensão patêmica pode estar expressa em qualquer discurso, inclusive no jornalístico. Para isso, a autora utiliza as palavras de Muniz Sodré (2006), que afirma que o ato de comunicar, especialmente na mídia, consiste em "usar a emoção e a estética do afeto, do sensível, como espaços de construção do senso comum e de ligação dos seres humanos" (FERNANDES, 2012, p. 110). Em seguida, a pesquisadora também utiliza as ideias de Charaudeau (1996), que se referem aos três objetivos que atendem à estratégia de captação no jornalismo.

> O **objetivo informativo**, que tem o princípio da novidade, ou seja, o de transmitir fragmentos de saber que o leitor parece ignorar. O **objetivo persuasivo**, que consiste em fazer o outro crer em alguma coisa, com argumentos não contraditórios, com rigor lógico, fazendo o outro aderir a seu universo de discurso. E **o objetivo sedutor**, que pretende o controle do outro, agradando-o, fazendo-o sentir prazer, emoções, usando discursos não racionais, da verossimilhança com o ficcional, do imaginário mítico, dos jogos de palavras. Para alcançar a estratégia de captação, o jornalismo pode utilizar-se dos efeitos de dramatização e do ludismo, por exemplo. A dramatização, no discurso jornalístico, é aparente nos relatos de tragédias, medos, grandes e pequenas histórias do cotidiano. O lúdico é conseguido através de recursos jornalísticos misturados à poesia, à aventura, à ficção, ao cinema etc (CHARAUDEAU, 2012, p. 111-112; grifos da autora).

Além disso, Fernandes (2012) menciona também as contribuições de Plantin (1999), o qual apresenta algumas possibilidades de utilizar técnicas de análise discursivas que permitem identificar "a emoção nas argumentações explicitadas em certos dados lexicais e sintáticos, em termos comuns que evocam manifestações emocionais relativamente fixas numa cultura" (FERNANDES, 2012, p. 112). Assim, ainda segundo a autora, alguns assuntos possuem uma considerável carga de apelo emocional, tais como vitimização de pessoas inocentes, mortes, catástrofes e medo, por exemplo.

Por fim, na interseção entre a credibilidade e a captação, surge a seguinte tensão: "quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas

[27] Doutora e pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em uma de suas pesquisas, trabalhou sobre as estratégias discursivas do *pathos* no jornal *Folha de S.Paulo.*

exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão" (CHARAUDEAU, 2012, p. 93). Ou seja, a dimensão patêmica presente no discurso jornalístico afasta-se dos argumentos racionais, que também permeiam a prática jornalística.

Em uma análise preliminar, é possível identificar como as visadas ocorrem no *corpus* desta pesquisa, principalmente no que se refere à visada de captação quando se refere à questão do petróleo e especialmente quando enfatizam a destruição e as vítimas da guerra – uma exemplificação acerca desse fato pode ser observada no trecho a seguir, da reportagem "18.000.000 kg de bombas numa noite".

> (...) O Pentágono estima que 18 mil toneladas de bombas tenham sido lançadas sobre o território inimigo. Sadam acredita que perderá meio milhão de homens em combate, segundo médicos norte-americanos recém-chegados de Bagdá. O ataque ao Iraque começou pelo ar e à noite, confirmando previsões da maior parte dos estrategistas militares ocidentais (FOLHA, 1991) [28].

Observa-se que o enunciador buscou imprimir um alto teor de dramaticidade no trecho da reportagem acima, o que é reforçado principalmente pela descrição precisa dos números do ataque e suas vítimas (nesse caso, isso pode se referir à categoria do "qualificar", mas de forma mais objetiva), o que parece contribuir para a produção de um efeito de proximidade com o acontecimento da guerra, já que esse discurso possivelmente pode tocar as emoções do leitor.

Em relação à visada de informação, conforme explicado, busca-se também certa autenticidade por meio do verossímil – as descrições muito bem detalhadas, principalmente feitas por um enviado especial, podem colaborar para esse efeito. No entanto, o objetivo de "fazer saber" o cidadão sobre um acontecimento portador de "importância pública" pode também ser constituído por elementos de dramaticidade – como pode ser observado a seguir, no trecho da reportagem "Iraque ameaça usar armas químicas".

> Numa advertência aos países que se decidam a participar de um ataque ao Iraque, seu Presidente, Saddam Hussein, afirmou ontem que não hesitará em usar armas químicas contra eles, particularmente a "arma química dupla". Especialistas ocidentais, que desconhecem tal tipo de armamento, supõem que se trata de uma combinação de gás neurológico – que afeta o sistema nervoso, causando paralisia – e gás mostarda, que penetra no organismo da pele. A advertência de Hussein foi divulgada pela Rádio Bagdá e reiterada em Atenas, pouco mais tarde, pelo embaixador do Iraque na Grécia, Abdul Fatah Al Khereji (O GLOBO, 1991) [29].

---

[28] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.
[29] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.

Pode-se dizer que, nas reportagens de guerra, busca-se um “fazer saber” também por meio do “fazer sentir” – já que a visada da informação se baseia no ideal de “informar os cidadãos”, principalmente quando direitos humanos são violados. Porém, ao captar a atenção do público por meio da dramaticidade nas narrativas, identifica-se também a visada de captação, o que pode promover um encurtamento de distâncias entre acontecimento e recepção.

Em suma, neste capítulo em geral, foram apresentados os conceitos acerca do contrato de informação midiático, os modos de organização do discurso e as visadas argumentativas. Conforme mencionado, são as intencionalidades que conduzirão o contrato informativo, sendo elas refletidas por meio da seleção de determinados modos de organização do discurso e seus respectivos procedimentos linguísticos e/ou categorias de língua para a constituição do relato de um dado acontecimento – aliás, isso pode ser considerado como estratégias utilizadas pela instância midiática, a fim de alcançar seus determinados objetivos. A partir então dessa ideia, é importante também estabelecer uma reflexão acerca da constituição do acontecimento pelos meios de comunicação, o que inclui as noções a respeito dos ditos e dos fatos relatados.

2. COMUNICAÇÃO, SEMIOLINGUÍSTICA E ARGUMENTAÇÃO

Neste capítulo, busca-se traçar um diálogo teórico entre os conceitos voltados à Semiolinguística com determinadas noções do campo jornalístico, tais como as ideias relacionadas aos enquadramentos – especialmente os pressupostos teóricos formulados por Goffman (1974), Gitlin (1980), Entman (1993) e Porto (2002) – e aos critérios de noticiabilidade. Neste trabalho, então, dialoga-se com os campos dos estudos da Análise do Discurso e com os da Comunicação, tendo em vista a pertença da pesquisadora em ambos os domínios.

Além disso, serão utilizados alguns fundamentos em relação ao conceito de Dimensão Argumentativa, a partir da distinção que Amossy (2000) estabelece entre dimensão e visada argumentativa, e as reflexões de Emediato (2013) sobre o discurso midiático e argumentação, o que pode também contribuir para a análise, uma vez que um de seus objetivos visa a investigar possíveis intencionalidades e influências do contexto sócio-histórico na ênfase e seleção de determinados elementos presentes nas narrativas sobre a guerra.

2.1. O acontecimento na instância midiática

O acontecimento, segundo Charaudeau (2012), é convertido em informação por uma determinada instância, enquanto a credibilidade dessa informação será avaliada segundo a natureza da fonte. Assim, a notícia é tratada sob uma forma discursiva que consiste em o ocorrido, reportar suas reações e analisá-lo.

Já de acordo com França (2012), é tarefa do jornalismo localizar e identificar os acontecimentos para, então, inseri-los em uma narrativa. Ainda segundo a autora, a mídia pode tanto ser um dos lugares nos quais surgem e produzem os acontecimentos (na sua

dimensão existencial), como espaço em que são repercutidos e adquirem uma dimensão simbólica ao serem narrados.

É importante mencionar que França (2012) considera a dimensão discursiva do acontecimento. No entanto, a autora ressalta que o acontecimento não se resume apenas a um objeto a ser explicado ou a uma construção linguageira condizente à realidade. Seguindo um viés pragmatista, França (2012) adota a perspectiva de Louis Quéré, que define os acontecimentos como ocorrências no mundo material que promovem a afetação dos sentidos, seja antes ou depois de um processo de simbolização pela linguagem – sendo assim, o acontecimento possui uma dimensão da experiência.

De acordo com os conceitos de Quéré (2005)[30], França (2012) diz que o acontecimento possui um poder hermenêutico, isto é, faz emergir sentidos, discursos e simbolizações a fim de compreendê-lo, defini-lo, apreendê-lo e narrá-lo. Ainda segundo a perspectiva de Louis Quéré, a autora concorda com a ideia de que o acontecimento torna perceptível a movimentação de temporalidades – ou seja, ao localizá-lo no presente, a instância midiática convoca o passado, podendo até mesmo reconstruí-lo, e aponta para futuros possíveis. Segundo a autora, fundamentada nos conceitos de Queré (2005, 2012)[31],

> os acontecimentos são fatos que ocorrem a alguém; que provocam a ruptura e desorganização, que introduzem uma diferença. Eles fazem pensar, suscitam sentidos, e fazem agir (têm uma dimensão pragmática). E tais ocorrências curto-circuitam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e re-posicionam o futuro (FRANÇA, 2012, p. 14).

É possível dizer que o universo da informação midiática é a construção narrativa. Na mesma perspectiva de França (2012), Charaudeau (2012) diz que o discurso midiático não reflete a realidade – ao contrário do que se costumava a acreditar segundo a Teoria do Espelho[32]. O acontecimento, então, não é transmitido em seu estado bruto, pois antes de ser transmitido, é racionalizado, enquadrado, segundo os critérios de seleção.

Ainda segundo o autor, o acontecimento midiático constrói-se de acordo com três tipos de critérios ancorados em determinados princípios: de atualidade (princípio da

---

[30] QUÉRÉ, L. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, v. 6, 2005, p. 59-75.

[31] QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

[32] Considerada a teoria mais antiga do jornalismo, defende a ideia da objetividade jornalística. Segundo essa perspectiva, o jornalista é um comunicador “desinteressado” e, então, as notícias são como são porque a realidade assim as determina.

modificação), de expectativa (relacionado também ao princípio de saliência no que se refere à imprevisão), e de sociabilidade (princípio de pregnância).

No processo de narrar o acontecimento, segundo Charaudeau (2012), as mídias constituem o texto informativo em um tempo presente, o que confere atualidade à notícia. A noção de atualidade é considerada importante no processo do contrato midiático, pois pode guiar as escolhas temáticas. Logo, isso explica duas características essenciais do discurso de informação midiático: a efemeridade e sua a-historicidade. Ou seja, pode-se dizer que "o acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo que se insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal" (CHARAUDEAU, 2012, p. 96). Logo, o acontecimento é sempre construído em uma narrativa, em que a mídia tenta explicá-lo, dando-lhe uma camada de sentido.

Sendo assim, associando os conceitos propostos por Charaudeau (2012), França (2012) e Quéré (2005, 2012), é possível afirmar que, após selecionar um fato de acordo com seus critérios, a instância midiática irá transformá-lo em "acontecimento" por meio de uma camada de sentido, inserindo-o em uma narrativa, a fim de relatá-lo e explicá-lo ao seu público destinatário.

Um exemplo de como um mesmo acontecimento pode receber diferentes tratamentos e narrativas pelos veículos pode ser observado na seguinte comparação entre dois trechos de notícias que abordam a invasão do Kuwait pelo Iraque nos anos 1990, dos jornais *O Globo* ("Kuait não tem exército para enfrentar o Iraque") e *Folha de S.Paulo* ("Invasão causa surpresa a técnicos de futebol"), respectivamente.

> Apesar de rico, o Kuait não dispõe de forças armadas capazes de enfrentar o poderio bélico do invasor. Nem pode contar com o apoio de seus vizinhos do Golfo, igualmente despreparados. Enquanto o Iraque dispõe de um milhão de soldados e armas sofisticadas, o Kuait tem apenas 20 mil e um equipamento tecnologicamente inferior (O GLOBO, 1990) [33].

> A invasão do Kuait pelo Iraque surpreendeu o técnico de futebol Mario Jorge Lobo Zagalo, 58. Zagalo, que dirigiu a seleção do Kuait entre 75 e 77, disse que apesar do clima "explosivo" da região, o país não acreditava em uma invasão. "A razão para isso é que o Kuait é um dos menores países da área e um dos que menos preocupa com questões de guerra e compra de armas". O técnico acha que o Kuait não tem a mesma resistência do Irã, que esteve em guerra com o Iraque por quase dez anos. "Pelo o que eu sinto, o Iraque vai tomar conta do país todo em pouco tempo. Mas isso pode mexer com a Arábia Saudita, que se manteve longe da guerra Irã-Iraque" (FOLHA, 1990) [34].

[33] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.
[34] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.

Ambos os impressos têm o mesmo objetivo com seus respectivos textos: contar e explicar o acontecimento da Guerra do Golfo – o qual acaba de emergir de um "novo" –, mais precisamente, identificar e enquadrar um de seus personagens: o Kuwait, enquadrado como uma "vítima" no conflito. Porém, apesar dos temas e enquadramentos serem similares, cada jornal optou por estratégias discursivas diferentes para dar uma camada de sentido a esse "recorte" do acontecimento da guerra.

O Globo preferiu fazer uma comparação entre números para explicar e convencer o leitor, por meio de seu discurso, que o Kuwait é inferior militarmente ao Iraque – essa diferença de poder se remeteria a uma injustiça de um "oponente forte contra um fraco" em uma luta. A *Folha de S.Paulo*, por sua vez, recorreu ao testemunho de pessoas que vivenciaram a realidade do Kuwait para explicar o acontecimento. Desse modo, o jornal aparentemente joga com a estratégia de credibilidade ao relatar o discurso de um técnico de futebol popularmente conhecido e que goza de admiração. Ainda sobre o fato das fontes serem técnicos de futebol popularmente conhecidos no Brasil, tal estratégia pode contribuir para produzir um efeito de proximidade com o leitor brasileiro – uma vez que o futebol é um dos elementos valorizados no contexto e imaginário brasileiros. Então, observa-se aqui uma forma de captar a atenção do leitor.

Assim, por meio de uma primeira e breve análise, observa-se que o "recorte" do acontecimento do primeiro dia do conflito entre Iraque e Kuwait tenha sido o mesmo entre os jornais, os quais utilizaram diferentes estratégias discursivas para dar uma camada de sentido em suas narrativas também distintas.

Em suma, o acontecimento midiático, para Charaudeau (2012), consiste em uma construção, selecionado em função de seus potenciais de atualidade, de sociabilidade e de imprevisibilidade. Já a pesquisadora Vera França reitera que os acontecimentos midiáticos possuem uma dimensão simbólica, promovendo uma afetação dos sentidos – o que se refere ao seu poder hermenêutico.

Além disso, Charaudeau (2012) afirma que relatar o acontecimento consiste em construí-lo midiaticamente – ou seja, no mesmo instante em que ele é relatado, é construída uma notícia no espaço temático de uma rubrica. Assim, segundo o autor, "a notícia é objeto de um tratamento discursivo desenvolvido sob diferentes formas textuais" (CHARAUDEAU, 2012, p. 152), tais como de anúncio, de notificação, de relatório, dentre outras. Ainda de acordo com o autor, para compreender o acontecimento relatado pela instância midiática, é preciso analisar seus fatos e ditos que o compõem.

Para compreender então o acontecimento relatado pela instância midiática, serão explicadas as noções do discurso relatado a fim de compreender como o discurso relatado presente nas narrativas informativas da *Folha de S.Paulo* e *O Globo* podem apontar possíveis enquadramentos sobre a Guerra do Golfo, especialmente em relação à imagem dos agentes envolvidos no conflito, e aos efeitos de sentido que podem ser provocados.

2.1.1. O discurso relatado

Segundo Charaudeau (2012, p. 152), o acontecimento relatado compreende "ditos" e "fatos". Os ditos "têm relação com pronunciamentos diversos, pronunciamentos que ora adquirem valor de testemunho, ora de decisão, ora de reação etc". Já os fatos têm relação com o comportamento dos indivíduos e suas respectivas ações, assim como a relação com aquilo que modifica o estado do mundo.

Então, interessa-se aqui, nesta seção, apontar algumas considerações a respeito do chamado "discurso relatado" e analisar, mesmo que brevemente, suas relações com o *corpus* desta pesquisa. De acordo com a definição de Charaudeau (2012),

> o discurso relatado é o ato de enunciação pelo qual um locutor (Loc/r) relata (Dr) o que foi dito (Do) por outro locutor (Loc/o), dirigindo-se a um interlocutor (Interloc/r). A isso é preciso acrescentar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem (Do, Loc/o, e Interloc/o) encontram-se num espaço-tempo (Eo-To) diferente daquele (Er-Tr) do dito relatado (Dr), do locutor-relator (Loc/r) e do interlocutor final (Interloc/r) (CHARAUDEAU, 2012, p. 162).

Assim, é possível dizer que o discurso relatado se caracteriza pela manifestação da heterogeneidade do discurso, ou seja, "de um dito num outro dito" (CHARAUDEAU, 2012, p. 162). Logo, o discurso relatado caracteriza-se por uma dupla operação de reconstrução/desconstrução. A reconstrução consiste no fato de que um determinado dito será reintegrado a um novo ato de enunciação, que passa então a depender do locutor-relator. Já a desconstrução se baseia na ideia de que um dito foi tirado de um outro ato de enunciação, "distinguindo o dito relatado do dito de origem e operando uma rejeição deste último, que serve para provar a autenticidade do discurso do relator" (CHARAUDEAU, 2012, p. 163). Com isso, o autor defende a ideia de que o discurso relatado possui determinadas funções e efeitos, sendo que ele pode funcionar especialmente como um "discurso de prova" em relação ao outro e em relação a si mesmo.

Em relação ao outro, Charaudeau (2012) diz que o discurso relatado visa a produzir diferentes tipos de prova: 1) de autencidade; 2) de responsabilidade daquele que disse; 3) de verdade do que foi dito, que vem sustentar, justificar ou fundamentar os propósitos do locutor-relator. Já em relação a si mesmo, o discurso relatado tem como objetivo produzir a prova de um determinado posicionamento do locutor-relator. Os posicionamentos podem ser: 1) de poder, "na medida em que citar é fazer alguma coisa ao outro, revelar-lhe o que foi dito e ele ignora" (CHARAUDEAU, 2012, p. 163); 2) de engajamento,

> na medida em que relatar revela, por uma determinada escolha de palavras, a adesão do locutor-relator aos propósitos do locutor de origem ou sua não adesão ao contestar o conteúdo de verdade do já dito ou ao distanciar-se com relação a este, ou mesmo ao denunciar sua falsidade (CHARAUDEAU, 2012, p. 164).

Charaudeau (2012, p. 164) explica também que "a descrição do dito relatado se baseia em três tipos de operação: a seleção feita a partir do dito de origem (Do), a identificação dos elementos dos quais depende o Do e a maneira de relatar". Em relação à seleção, o autor lembra que ela pode ser total ou parcial: total, quando o enunciador produz o dito *in extenso,* produzindo então um efeito de objetivação e de apagamento do locutor-relator. Já a parcial acontece quando o dito relatado é apresentado em trechos, o que produz um efeito de subjetivação na medida em que é imposta apenas uma parte do dito de origem.

Ainda a respeito da operação da seleção, a declaração a ser relatada pode ser escolhida ou provocada pela instância midiática com base em um efeito valorativo, o que pode ser: 1) efeito de decisão; 2) efeito de saber; 3) efeito de opinião; 4) efeito de testemunho.

O efeito de decisão, segundo Charaudeau (2012, p. 169), acontece "quando a declaração emana de um locutor que tem o poder de decidir". Neste caso, a declaração é também a realização de ação – ou seja, trata-se de uma "palavra performativa", como por exemplo, em: "George Bush declarou o fim das hostilidades" (FOLHA, 1991). O autor lembra também que uma enunciação performativa pode conferir factualidade à instância midiática.

O efeito de saber, por sua vez, ocorre "quando a declaração emana de um locutor que tem uma posição de autoridade pelo saber" (CHARAUDEAU, 2012, p. 169). Um exemplo desse fato é quando a mídia recorre a especialistas para explicar determinado acontecimento, como, por exemplo: "Especialistas militares israelenses explicaram que o ataque norte-americano deveria levar em conta dois fatores essenciais: um militar e outro político" (O

GLOBO, 1991). Além disso, o efeito de saber pode também ser endossado pela instância midiática, com maior ou menor distanciamento, de acordo com o caso.

Já o efeito de opinião refere-se a uma avaliação proveniente de uma personalidade conhecida ou de um anônimo, que expressa uma declaração de julgamento ou uma apreciação. Um exemplo: "As forças multinacionais 'esmagaram' o Exército de ocupação iraquiano, afirmou ontem o general norte-americano Norman Schwarzkopf, comandante da operação Tempestade no deserto" (FOLHA, 1991). Charaudeau (2012) ressalta também que, nesse caso, a instância midiática pode assumir um papel de desvendamento de opiniões, sendo declarações como confissões ou denúncias.

O efeito de testemunho, por fim, é obtido por meio de uma palavra testemunhal – isto é, "quando a declaração emana de um locutor que se contenta em descrever o que viu ou a respeito de um certo fato" (CHARAUDEAU, 2012, p. 169). Com isso, segundo o autor, a instância midiática visa a ganhar credibilidade, uma vez que a declaração relatada possui um caráter de veracidade, pois tem como finalidade descrever a realidade, como pode ser visto em: "Zagalo, que dirigiu a seleção do Kuait entre 75 e 77, disse que apesar do clima "explosivo" da região, o país não acreditava em uma invasão" (FOLHA, 1990). Utiliza-se, então, o relato de alguém que teve contato direto com a realidade e, logo, possui certa autoridade em relatá-la. Porém, vale observar que o treinador está também emitindo sua opinião, além de encenar o efeito testemunhal.

No entanto, Charaudeau (2012) ressalta também que uma determinada quantidade de seleção de declarações relatadas pode revelar o fato de que a mídia possivelmente não teve acesso ao acontecimento bruto, conforme o autor observou nos estudos acerca da cobertura televisiva da Guerra do Golfo (1990-1991)[35]. Assim, o autor afirma que o problema da seleção é saber se as mídias visam a produzir uma imagem institucional (efeito de decisão), democrática (efeito de opinião) ou populista (efeito de testemunho).

Sobre a identificação do discurso de origem pode também ser total, parcial ou não existir. Segundo Charaudeau (2012), quanto mais o locutor que relata identifica, mais ele produz uma garantia de autenticidade ao que foi dito. Assim, a identificação depende de três categorias linguísticas: a denominação, a determinação e a modalização.

A categoria da denominação "consiste em designar o locutor de origem por um nome que o identifique do ponto de vista de seu patronímico, de seu título, de sua função ou de uma forma coletiva, quando o indivíduo não é identificável" (CHARAUDEAU, 2012, p. 170).

[35] Charaudeau (2012) faz essa observação a partir dos estudos de Fleury-Villate (1992) sobre a cobertura midiática francesa da Guerra do Golfo *("Les médias et la guerre du Golfe")*.

Alguns exemplos dessa ideia podem ser observados em: "**O Exército iraquiano** não empregou nem o lançador de foguetes Astro-2, fabricado pela companhia paulista Avibrás, nem os tanques sobre rodas do tipo Cascavel da Engesa" (FOLHA, 1990; grifo da autora); "**O governo do Iraque** anunciou que mobilizou 14 divisões (cerca de 140 mil homens) na invasão" (FOLHA, 1990; grifo da autora). No entanto, Charaudeau (2012, p. 170) lembra também que "o problema que se coloca aqui, para o consumidor da informação, é saber o crédito que pode dar a uma informação cujo locutor de origem é designado de maneira coletiva, anônima ou vaga". Além disso, a instância midiática aparentemente se protege ou protege suas fontes, o que pode colocar em dúvida se ela realmente cumpre seu dever cidadão de informar a sociedade. Já a categoria da determinação, que está intrinsecamente ligada à denominação,

> consiste em definir esta última pelo emprego de um nome, de uma marca de deferência ou mesmo de um possessivo (nosso correspondente, nosso enviado especial), assinalando, de passagem, o tipo de relação que a instância midiática se atribui pela maneira de tratar os atores do espaço público (CHARAUDEAU, 2012, p. 170).

Um exemplo do *corpus* que pode ilustrar essa ideia é a maneira como os impressos analisados se referem a Saddam Hussein: no dia 3 de agosto de 1990, a *Folha de S.Paulo* publicou "No poder desde 79, **presidente** dirige o país com mão-de-ferro". Apesar de usar o termo "presidente", o enunciado transmite uma ideia que remete à identificação de um "ditador" (nesse caso, pode também observar uma dimensão argumentativa, o que será melhor explicado a seguir, neste trabalho). No mesmo dia, *O Globo* também publica "Saddam Hussein, **líder** agressivo e sedento por poder" – ao contrário da *Folha*, o jornal não designa Saddam como "presidente", mas como um "líder" também caracterizado (determinado) como um ditador.

A respeito da categoria de modalização, "é o meio de que dispõe o locutor-relator para expressar a atitude de crença para com a veracidade dos propósitos do locutor de origem" (CHAURAUDEAU, 2012, p. 171). Esse fato se reflete especialmente na escolha dos verbos que descrevem o modo de declaração ou nas marcas de distanciamento, como, por exemplo: "O Iraque **adverte** que usará armas químicas" (FOLHA, 1991; grifo da autora); "Bush **anuncia** o fim da guerra" (O GLOBO, 1991; grifo da autora); "**De acordo com o presidente,** depende apenas do Iraque se essa suspensão se transformará num cessar-fogo permanente" (O GLOBO, 1991; grifo da autora). Ademais, Charaudeau (2012) afirma também que tais

escolhas para a modalização dependem também do "posicionamento" do locutor-relator e das determinações ideológicas das linhas editoriais.

Em relação ao posicionamento, o autor ressalta que o locutor-relator opera, de maneira consciente ou não, transformações no dito de origem, o que pode indicar um determinado posicionamento do locutor-relator, revelando então seu próprio ponto de vista sobre a declaração de origem. Charaudeau (2012) denomina esse fato como "intervenções", as quais podem ser:

> intervenção nas palavras do enunciado de origem, operando uma transformação lexical (...). O Dr transforma a descrição de uma ação de partida, apresentada como uma "constatação", em ação de fuga cuja causa é explicitada, o que faz com que a ação transforme num ato "voluntário e repreensível"; intervenção nas palavras da enunciação de origem, operando uma transformação da modalidade do dito (...); intervenção na significação enunciativa de origem, transformando o dito em ação de dizer, e o locutor de origem em agente de ação (*modo narrativizado*); intervenção na enunciação do próprio locutor-relator, marcando uma certa "distância" com relação à veracidade da declaração. Esse distanciamento, que pode chegar a um questionamento, é expresso com o uso do modo condicional e com o uso de diversos componentes introdutórios (segundo, de acordo com, acredita etc) (...). Esse tipo de intervenção deixa a moral a salvo, pois não é o discurso de origem que se modifica, mas sim a explicitação da atitude enunciativa do locutor-relator (CHARAUDEAU, 2012, p. 173-174).

Para exemplificar essa ideia de posicionamento, analisa-se o seguinte trecho publicado na notícia "Iraque derruba o Governo do Kuait", publicada em 3 de agosto de 1990.

> O Governo do Presidente do Iraque, Saddam Hussein, disse em uma declaração que a intervenção fora a pedido de jovens revolucionários que teriam derrubado a família Sabah, há 250 anos no poder, e à qual qualificou de "bandos de agentes sionistas e do estrangeiro". **E advertiu que, em caso de intervenção estrangeira, "o Kuwait se transformará em um cemitério**" (O GLOBO, 1990; grifos da autora) [36].

É possível observar um modo narrativizado no trecho acima, uma vez que o locutor de origem (o Governo do Iraque) passa a ser o agente da ação (advertir que transformará o Kuwait em um cemitério). Além disso, em outros trechos do *corpus*, observa-se também uma intervenção nas palavras de origem – como, por exemplo, quando o exército da coalizão ocidental chega ao território iraquiano, ambos os impressos analisados não enfatizam o verbo "invadir", o qual é atribuído apenas às ações do Iraque durante o início da anexação do Kuwait.

Neste mesmo trecho acima, pode-se também observar a "maneira de relatar", que constitui também a descrição do dito relatado. Segundo Charaudeau (2012), a maneira de

[36] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 3 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

relatar pode ocorrer de diferentes formas: 1) por meio da citação, em que o dito de origem é relatado mais ou menos integralmente, em uma construção que aparentemente se mostra fiel ao que foi de fato enunciado, contando com marcas de autonomia no dizer do locutor que relata (CHARAUDEAU, 2012); 2) por meio da "integração" parcialmente do dito de origem, na terceira pessoa, sendo que os pronomes e os tempos verbais dependem do momento de enunciação do locutor que relata; 3) por meio de uma "narrativização", em que "o dito de origem que é relatado, de tal maneira que se integre totalmente, ou mesmo desapareça, no dito de quem relata" (CHARAUDEAU, 2012, p. 165). Nesse caso, o locutor do dito de origem, então, se torna agente de um ato de dizer; 4) por meio da "alusão", ou seja, "evocando" o dito de origem, mais especificamente como um resgate do que o locutor de origem já disse ou costuma dizer.

Assim, no último trecho extraído do *corpus*, por exemplo, observa-se a citação, a integração e a narrativização como maneiras de relatar o que foi pronunciado por Saddam Hussein – especialmente a citação, entre aspas, "o Kuait se transformará em um cemitério", em que o dito também é narrativizado, já que o locutor de origem (Saddam Hussein) é o agente de seu dizer. Desta forma, pode-se dizer que essas maneiras de relatar conferem a projeção da imagem de "agressor", de "violento" e "inimigo" ao líder iraquiano – ou seja, observa-se então um efeito de sentido, já que essa estratégia pode fazer com que o leitor acredite que tais palavras foram ditas diretamente pelo próprio Saddam Hussein. Essa ideia, aliás, pode ser sustentada pelas reflexões de Lessa (2001)[37], que diz que determinados índices lexicais são utilizados a fim de construir ou desconstruir imagens (positivas/negativas) de discursos e atores sociais. Desse modo, o uso de determinados termos com valor axiológico pelo sujeito enunciador de um texto jornalístico pode sinalizar a adesão a determinados discursos de representação.

Em uma primeira análise comparativa entre as representações dos países e seus respectivos líderes políticos, foi possível observar um significativo contraste entre os tipos de denominação e, especialmente, de modalizações atribuídos a cada um deles – o que, consequentemente, produz diferentes enquadramentos e efeitos de sentido. Alguns exemplos podem ser vistos a seguir:

[37] Em sua dissertação, o autor supracitado analisou a função dos índices de polifonia da construção e desconstrução de imagens em textos opinativos. Cláudio Humberto Lessa é professor orientador desta pesquisa.

- “Tanques e tropas do Iraque **invadiram** o Kuait às 2h de ontem (...). O Iraque **disse que** transformará o Kuait num **‘cemitério’** se forças estrangeiras entrarem no conflito” (*Folha de S.Paulo*).
- “**Em uma ofensiva fulminante**, milhares de soldados do Iraque **invadem** o território kuwaitiano (...). E **advertiu que**, em caso de intervenção estrangeira, **‘o Kuwait se transformará em um cemitério’**” (*O Globo*).
- **O avanço** das tropas aliadas sobre o Kuwait e o Iraque que, iniciado sob chuva às 4h de ontem (*O Globo*).
- Os aliados já tinham **penetrado** 80 quilômetros no Iraque e continuavam **avançando** em direção ao Norte (*Folha de S.Paulo*).

Como pode ser observado, os enunciadores de ambos os impressos utilizaram designações e modalizações (os verbos) que podem transmitir um efeito de sentido de agressividade ao Iraque de Saddam Hussein – como, por exemplo, “em uma ofensiva fulminante”; “invadir”; “advertir”. Mas apesar de os Estados Unidos de George Bush estarem inseridos em um mesmo contexto de guerra, as designações e verbos modalizadores atribuídos a eles não transmitem um efeito de agressividade – tais como “o avanço” (ao invés de “a invasão”) e “penetrar” (ao invés de “invadir”) –, o que, de certa forma, pode “amenizar” as ações cometidas pelo exército americano. Essa observação pode ser interessante para questionar a respeito das intencionalidades que guiam o contrato de informação midiático dos jornais em relação ao contexto sócio-histórico da guerra.

Então, por meio dessa breve análise, verifica-se a importância de levar em consideração os conceitos a respeito do discurso relatado para esta pesquisa, uma vez que eles podem contribuir especialmente para a análise das representações – dos enquadramentos – dos personagens envolvidos na guerra pelas narrativas dos jornais, que podem configurá-los como “o perseguidor”, “a vítima” ou “o salvador”.

2.1.2. O fato relatado

O fato relatado (FR), segundo Charaudeau (2012, p. 152), é “objeto de uma descrição, de uma explicação e de reações”. Com isso, descrever um fato, segundo o autor, depende de

seu "potencial diegético", assim como da encenação discursiva efetuada pelo sujeito que relata o acontecimento, construindo então uma "diegese narrativa". Resumidamente,

> trata-se de construir uma narrativa, um narrador (a diegese evenemencial existe sem o narrador, mas não a diegese narrativa) e um ponto de vista (não há narrativa sem um ponto de vista). É por isso que a narrativização dos fatos implica a descrição do processo de ação ("o quê?"), dos atores implicados ("quem?"), e do contexto espaço-temporal no qual a ação se desenrola ou se desenrolou ("onde" e "quando?") (CHARAUDEAU, 2012, p. 153).

No entanto, Charaudeau (2012) lembra também que o problema que se coloca à instância midiática, nesse caso, consiste na autenticidade ou na verossimilhança dos fatos que descreve. Sendo assim, as mídias recorrem a diversos meios linguísticos e semiológicos que remetem a três tipos de procedimentos: designação identificadora, analogia e visualização.

O procedimento de designação identificadora consiste em mostrar as provas de que o fato relatado realmente existiu, e isso se dá especialmente por meio do uso da imagem (fixa ou animada), "pela designação de uma realidade que se desenrola sob os nossos olhos" (CHARAUDEAU, 2012, p. 154) ou por meio de documentos que provem a existência do acontecimento que é noticiado. Associando essa ideia ao tema desta pesquisa, isso pode ser exemplificado quando as narrativas sobre conflitos armados são acompanhadas por fotografias ou contam com depoimentos de testemunhas que presenciaram o fato relatado.

Já o procedimento da analogia é utilizado "quando não se pode mostrar o fato diretamente, reconstituí-lo da maneira mais 'realista' possível, com profusão de detalhes na descrição, comparações, reconstituições (através de encenações posteriores)" (CHARAUDEAU, 2012, p. 154). Um exemplo disso, extraído do *corpus* deste estudo, pode ser observado em "**as tropas aliadas estavam a apenas 160 quilômetros – a distância do Rio a Cabo Frio – de Bagdá**, na maior aproximação das forças da coalizão Ocidental do Iraque" (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[38]. Nesse exemplo, o enunciador tenta fornecer ao seu leitor uma dimensão de espaço, a fim de mostrá-lo o quão perto as tropas ocidentais estavam de Bagdá, utilizando dados que fazem parte da realidade de seu "leitor médio".

O procedimento da visualização consiste em fazer o leitor "enxergar" a realidade relatada (o que pode ocorrer por meio do uso de imagens: mapas, maquetes, esquemas, etc), assim como em fazê-lo ouvir (sonoridades obtidas com o auxílio de técnicas de gravações e aparelhos especiais). Assim,

---

[38] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

> tais procedimentos fazem com que o leitor-ouvinte-espectador penetre num universo desconhecido, que não pode ser captado pelo simples exercício dos sentidos, o que provoca a ilusão de estar em contato com um mundo no qual agem forças sobrenaturais cujas intenções não poderia conhecer de outro modo (CHARAUDEAU, 2012, p. 154).

Esse conceito a respeito do procedimento da visualização pode ser associado a uma das hipóteses desta pesquisa, que consiste em considerar as descrições detalhadas presentes nas narrativas sobre a Guerra do Golfo como uma estratégia por meio da qual o enunciador busca encurtar a distância entre o acontecimento do conflito e os leitores dos jornais. Um exemplo a respeito do procedimento da visualização pode ser exemplificado com o trecho a seguir.

> As filas para a compra de alimentos são o primeiro sinal evidente de que o Iraque é um país à beira de uma guerra. Até agora, quem tivesse deixado de lado os jornais, o rádio e a televisão nos últimos 40 dias e desembarcasse na capital iraquiana, jamais poderia suspeitar de que a situação é crítica. A não ser pela presença de soldados portando metralhadoras ou fuzis em vários pontos da cidade. Bagdá vive dias aparentemente normais. O comércio continua aberto e movimentado. Os restaurantes continuam cheios. A vida, enfim, continua (...). Os iraquianos, no geral, evitam comentar a situação com estrangeiros. Os mais ousados se permitem apenas uma frase-padrão, em inglês, ao notar a aproximação de um "gringo" – seja ele americano, brasileiro, francês ou grego. "Saddam is good" (Saddam é bom), dizem eles, com um forte sotaque, como alguém que acaba de aprender a sua primeira frase num idioma estrangeiro (O GLOBO, 1990) [39].

Segundo Charaudeau (2012), a descrição pode ser considerada uma das características das narrativas midiáticas, uma vez que

> é preciso assegurar a sequência no desenrolar do acontecimento. Entretanto, tendo em vista o risco de recortes e redundâncias entre a descrição do narrador e o que o telespectador-ouvinte vê e ouve, esta será enriquecida com uma profusão de qualificações mais ou menos subjetivas com relação aos protagonistas da cena, aos objetos, ao ambiente (CHARAUDEAU, 2012, p. 158).

No caso do trecho do *corpus* acima, seu texto não possui imagens animadas ou sons (uma vez que se trata de uma mídia impressa), mas o leitor pode ter uma visualização do ambiente e dos personagens ali mencionados, por meio das descrições subjetivas do jornalista que teve um contato direto com a realidade relatada em sua narrativa – aliás, é possível que o leitor "ouça" também alguns fatos relatados, principalmente quando o autor caracteriza o sotaque dos iraquianos que tentam falar em inglês com os estrangeiros.

---

[39] Trecho do texto "Na capital, falta de pão é o único sinal da guerra", pelo enviado especial à Bagdá, José Meirelles Passos, publicado no jornal *O Globo*, no dia 5 de setembro de 1990.

Patrick Charaudeau menciona também o ato da instância midiática cuja finalidade é a de "explicar um fato" como um procedimento para assegurar a autenticidade e a verossimilhança dos fatos que descreve. Segundo o autor,

> explicar um fato é tentar dizer o que o motivou, quais foram as intenções de seus atores, as circunstâncias que o tornaram possível, segundo qual a lógica de encadeamento, enfim, que consequências que podem ocorrer. Isso porque toda narrativa se fundamenta não na simples lógica dos fatos, mas na conceitualização intencional construída em torno de diferentes questões: a da origem ("por que as coisas são assim?"), a da finalidade ("para onde vão as coisas?") e a do lugar do homem no universo ("por que eu sou assim no meio dessas coisas?") (CHARAUDEAU, 2012, p. 154).

Exemplos dessa ideia, em relação ao *corpus* deste estudo, podem ser observados no texto "Três temas que provocaram a luta", publicado pelo *O Globo,* em 3 de agosto de 1990, na edição seguinte ao início da Guerra do Golfo. Conforme o título diz, a matéria tenta explicar ao leitor os principais motivos que culminaram no acontecimento da crise no Golfo Pérsico: "as três divergências entre Iraque e Kuwait são a dívida externa iraquiana, as fronteiras territoriais dos dois países e uma disputa na cotação do preço do petróleo" (O GLOBO, 1990)[40]. Outro exemplo pode também ser observado no texto "Relação entre os dois países sempre foi tensa", publicado pela *Folha de S.Paulo,* também no início da guerra. Nessa matéria, o autor tenta resgatar fatos passados para tentar explicar um acontecimento atual.

Já o ato de "descrever as reações" pode mostrar "o interesse que os atores atribuem ao fato que acaba de ocorrer, qualquer que tenha sido a maneira pela qual souberam do ocorrido" (CHARAUDEAU, 2012, p. 155). Essa ideia pode ser analisada, por exemplo, na matéria "Bush, irritado, congela bens iraquianos", na qual o sujeito enunciador descreve a reação do presidente estadunidense à invasão das tropas iraquianas no Kuwait. Com isso, a reação-declaração emite um julgamento – nesse caso, oficial – que pode se converter em acontecimento associado ao seu precedente.

Ainda sobre algumas características da narrativa midiática, vale ressaltar também que, segundo Charaudeau (2012), "a posição do jornalista é a da testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente o acontecimento e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação" (p. 157). De acordo com esse conceito, pode-se mencionar então a "visada de informação", de um "fazer saber", mas também de um "fazer crer ser verdadeiro", a partir do efeito de verdade que busca provocar no leitor.

---

[40] Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, sexta-feira, 3 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

Para esclarecer melhor essa ideia, analisa-se o seguinte trecho da matéria "'Missouri' dá senha para ataque", do enviado especial José Meirelles Passos, publicado no jornal *O Globo,* em 25 de fevereiro de 1991.

> **Caía uma fina chuva e ventava muito quando chegou a ordem para o avanço. O céu estava coberto por uma espessa fumaça negra que brotava dos poços de petróleo incendiados pelos iraquianos.** Além de contar com os veículos blindados, bombas atiradas por aviões e artilharias, as forças terrestres tinham o terreno à sua frente sacudido por projéteis de 900 quilos disparados do Golfo Pérsico pelos encouraçados "Missouri" e "Wisconsin". Os fuzileiros navais começaram a caminhar (...). **Os marines pareciam seres extraterrestres, por causa de suas máscaras e trajes especiais contra armas químicas (...).** Estava escuro, mas os americanos conseguiam enxergar com seus óculos de lentes especiais para noite. Houve um golpe de sorte: uma mudança de ventos, que dispersou boa parte da fumaça negra, permitindo aos caças americanos, britânicos, sauditas, canadenses, italianos e dos Emirados descobrirem cerca de cem peças de artilharia (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[41].

O locutor-jornalista inicia a narrativa sobre o avanço das tropas aliadas com uma descrição do cenário, como em "caía uma fina chuva e ventava muito (...)" e "O céu estava coberto por uma espessa fumaça negra (...)". Posteriormente, o modo narrativo começa assim que o locutor-jornalista inicia o desencadeamento das ações, a partir do trecho "Os fuzileiros navais começaram a caminhar (...)". Desse modo, é possível transmitir ao público-leitor um efeito de sentido que lhe proporcione a sensação de acompanhar as ações narradas (como se estivesse ali presente), o que é reforçado também pelas descrições presentes. Aliás, a presença das descrições detalhadas pode proporcionar um efeito de testemunha à imagem do locutor-jornalista – ou seja, como uma prova de que ele, de fato, esteve presente no acontecimento.

Dessa forma, as descrições precisas e detalhadas podem transmitir um "fazer saber" (a respeito daquilo que é noticiado) e também um "fazer crer" que tal ocorrência realmente aconteceu. Além disso, é possível ainda que esses elementos provoquem também um "fazer sentir" na medida em que são narradas as ações dos personagens (os agentes envolvidos no relato) em meio ao cenário detalhadamente descrito. Isto é, é possível que o público-leitor tenha a sensação de "visualizar" e/ou "acompanhar" aquilo que lhe é narrado, sendo provocado então um "fazer sentir" em relação ao acontecimento, assim como um "fazer crer ser verdadeiro".

Como foi observado nesta seção, o acontecimento nunca é transmitido em seu estado bruto – ou seja, em seu estado no momento de sua emergência na realidade. Assim, o acontecimento transmitido refere-se a uma construção, sendo que as mídias o inserem em uma

---

[41] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

narrativa para explicá-lo ao seu público, dando-lhe então uma camada de sentido, o que poderá organizar as experiências de sua recepção em relação a esse acontecimento. Conforme assevera Patrick Charaudeau, o acontecimento é constituído a partir de ditos e fatos relatados, os quais podem provocar os efeitos visados pela instância midiática. Porém, a reconstrução dos ditos e fatos relatados, assim como as estratégias de captação e de pregnância, dependem dos critérios de noticiabilidade, os quais determinarão quais acontecimentos são mais suscetíveis a se tornarem notícias e interessar o público receptor. Então, pode-se dizer que, para ser constituído em uma narrativa informativa, o acontecimento precisa passar inicialmente por determinados critérios de seleção – o que será explicado na próxima seção.

2.2. Considerações acerca dos critérios de noticiabilidade

Nesta seção, serão realizadas algumas reflexões sobre a noção de "critérios de noticiabilidade", assim como especificar quais são os principais critérios de seleção utilizados pelos veículos midiáticos – mais especificamente, serão explicados alguns conceitos pertencentes ao campo da Semiolinguística e da Comunicação, visando a estabelecer uma relação entre eles. Para explicar as noções acerca dos critérios substantivos e relativos ao produto, serão expostos os conceitos de Nelson Traquina e Mauro Wolf, sendo complementados pelas teorias de Galtung e Ruge (1965) em relação às tipologias dos valores-notícias. Em seguida, serão explicadas as ideias a respeito dos critérios de noticiabilidade segundo a perspectivada da Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Assim, tais noções contribuíram para a compreensão acerca do acontecimento midiático, e também a respeito de seu processo de seleção e produção da notícia. Em relação aos objetivos desta pesquisa, essas noções são importantes para analisar a constituição do acontecimento midiático da Guerra do Golfo, mais precisamente a respeito dos enquadramentos temáticos predominantes nas coberturas jornalísticas da *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, considerando a configuração desses temas (selecionados a partir dos critérios de noticiabilidade) como estratégias a fim de captar a atenção do público-leitor brasileiro para o acontecimento do conflito no Oriente Médio – conforme será visto no capítulo 4 deste estudo.

Para que um determinado acontecimento se torne notícia, a mídia utiliza determinados critérios de seleção. Esse processo envolve uma caracterização dos fatos, o julgamento do

jornalista e de seu veículo comunicacional, a qualidade do material[42], a relação com as fontes e o público, os fatores éticos e as circunstâncias sociais, políticas, históricas e econômicas. O autor Nelson Traquina define o termo "noticiabilidade" como sendo

> o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo 'valor-notícia' (TRAQUINA, 2008, p. 63).

O acadêmico Mauro Wolf concorda com essa ideia e reitera que "a noticiabilidade está estreitamente ligada aos processos que padronizam e tornam rotineiras as práticas de produção: ela equivale a introduzir práticas de produção estáveis numa 'matéria-prima' (os acontecimentos do mundo), por sua natureza extremamente variável e imprevisível". (WOLF, 2008, p. 196). Ou seja, a função dos critérios de noticiabilidade consiste em selecionar o que pode ou que não pode ser transformado em notícia. Traquina (2008) e Wolf (2008) sugerem algumas especificações para os valores-notícia, classificando-os em "critérios substantivos" e "critérios relativos ao produto", por exemplo.

Os critérios substantivos referem-se aos fatores "importância" e "interesse" da notícia. O fator importância é determinado por quatro variáveis: grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; a quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve e a relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação. Já os critérios relativos aos produtos se referem à disponibilidade de materiais[43] e às características do produto informativo, que são determinadas de acordo com os critérios da disponibilidade, da atualidade, da qualidade e do equilíbrio.

Os autores Galtung e Ruge (1965), por sua vez, propõem a tipologia dos valores-notícia de acordo com o impacto que determinado acontecimento causará na sociedade, conforme as seguintes variáveis: amplitude, frequência, negatividade, caráter inesperado e clareza[44]. Além disso, há ainda os critérios relacionados à empatia com a audiência, os quais

---

[42] Traquina (2008) refere-se à qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem). Já Mauro Wolf determina cinco parâmetros de qualidade: ação, ritmo, caráter exaustivo, clareza da linguagem e padrões técnicos mínimos.

[43] O critério da disponibilidade de materiais consiste, mais especificamente, na necessidade de saber se os jornalistas têm capacidade de fazer a cobertura do acontecimento em termos de acessibilidade, da quantidade de dispositivos tecnológicos, da facilidade e rapidez da cobertura midiática.

[44] Segundo Galtung e Ruge (1965), o valor-notícia da amplitude se refere ao fato que um acontecimento é mais suscetível a se tornar notícia quando houver um grande número de pessoas envolvidas, levando também em consideração o critério de proximidade. Ainda segundo os autores, quanto menor for a duração da ocorrência,

são: a personalização, o significado, a referência a países de elite e a pessoas que integram a elite.

Já em uma perspectiva discursiva, Charaudeau (2012) lembra que conceitos como "notícias" ou "critérios de noticiabilidade" são estratégias usadas pelos diversos dispositivos para construir imaginários[45] sobre a realidade – o que pode também ser relacionado aos enquadramentos dados a determinados acontecimentos. Aliás, o autor sustenta que todo o processo de produção da notícia – desde a seleção da notícia até a sua apresentação – enfocam a informação a favor de grupos ou interesses políticos ou econômicos.

Segundo o pesquisador francês, "os critérios empregados ora correspondem a objetivos da credibilidade, ora a objetivos da captação" (CHARAUDEAU, 2012, p. 144), sendo eles:

i) o critério de notoriedade: uma das funções da mídia consiste em dar conta dos atores do espaço público que estejam em maior evidência, e que tenham responsabilidades coletivas – nesse caso, surge o problema de acesso às mídias para anônimos e grupos minoritário;
ii) o critério de representatividade: circunscreve o espaço público à democracia política e civil, "na medida em que se limite os atores que pertencem a grupos reconhecidos como detentores de poder ou contrapoder" (CHARAUDEAU, 2012, p. 145), como por exemplo, pessoas do governo, dos sindicatos, entre outros;
iii) o critério de expressão, sendo justificado pelo processo de captação: é necessário escolher as pessoas que possuem a capacidade de falar com clareza e simplicidade, que podem ser compreendidas pelas massas. De acordo com Charaudeau (2012, p. 145), "isso explica o gosto das mídias por uma fala que se expresse ao mesmo tempo segura (sem muitas hesitações) e simples (saber empregar as palavras de todos os dias)";

---

maior probabilidade terá de ser transformada em notícia – essa ideia se refere ao valor da frequência. Já em relação ao valor da negatividade, Galtung e Ruge (1965) afirmam que as consideradas "más notícias" vendem mais do que as boas, além de serem mais fáceis de noticiar. Além disso, os estudiosos defendem a ideia que um "evento inesperado" terá mais impacto do que um evento programado e previsto. Por fim, as ocorrências cujas implicações sejam de fácil compreensão também possuem potencial de serem noticiadas, segundo a perspectiva de Galtung e Ruge (1965) referente à clareza como valor-notícia.

[45] O conceito de "imaginário sócio-discursivo", segundo Charaudeau (2006), tem suas bases na ideia de "imaginários sociais" defendida por *Cornelius Castoriadis*, que se refere aos imaginários como a capacidade de simbolização da realidade por um determinado domínio de prática social (artística, política, jurídica, etc.) por um grupo social.

iv) o critério de polêmica, que também se justifica pela captação: é necessário organizar confrontos entre indivíduos que têm posições contrárias e que saibam polemizar.

Conforme já mencionado, os elementos situacionais são fundamentais no processo da constituição das notícias. Como por exemplo, os papeis sociais ocupados pelos envolvidos em determinado acontecimento podem influenciar na organização dos textos e nas modalidades que serão utilizadas. Em outras palavras, é a intencionalidade que determinará os enquadramentos e, logo, a organização do texto informativo.

Uma vez que a finalidade da informação midiática seja relatar o que ocorre no espaço público, Charaudeau (2012) afirma que o acontecimento será selecionado e construído a partir de seu potencial de "atualidade", de "socialidade" e de "imprevisibilidade" – o que condiz com os argumentos propostos por Traquina (2008) e Wolf (2008), vistos anteriormente nesta seção. Segundo o autor, "o potencial de 'atualidade' é avaliado segundo a distância que separa o momento de aparição do acontecimento do momento da informação" (CHARAUDEAU, 2012, p. 102). Com isso, as mídias recorrem a seus dispositivos próprios para configurar a contemporaneidade (com o uso da transmissão direta), dando a ilusão dessa contemporaneidade (transmissão gravada anteriormente) ou para justificá-la (pela comemoração – um exemplo dessa ideia pode ser visto quando os meios de comunicação promovem a celebração de um acontecimento passado, cujo valor simbólico merece ser "revivido". Nesse caso, o passado se torna presente). A Guerra do Golfo foi o primeiro conflito armado transmitido ao vivo pelas redes televisivas. Enquanto a *CNN* divulgava em tempo real as imagens de mísseis cruzando o céu de Bagdá, era configurado então um efeito de contemporaneidade do acontecimento. Assim sendo, ao tratar o acontecimento em seu imediatismo, as mídias fazem com que o acontecimento exista em um estado definitivo e seja afastado por outro acontecimento sem relação com o anterior – ou seja, as mídias fazem com que o acontecimento exista em um tempo presente e seja compreendido como uma emergência do novo. Logo, o potencial de "atualidade" faz com que a mídia trate o acontecimento em sua "imediatez", como se fosse algo definitivo, sem relação com um acontecimento anterior.

Ainda a respeito do potencial de "atualidade", Charaudeau (2012) lembra que está relacionado a um potencial de "proximidade", o qual consiste na qualidade do acontecimento em surgir em um espaço próximo ao sujeito informado. No entanto, "a noção de proximidade varia de acordo com a natureza do acontecimento e maneira de apresentá-lo"

(CHARAUDEAU, 2012, p. 102). Além disso, a noção de proximidade participa da atualidade como um imaginário de conjunção espaço-temporal.

Já em relação ao potencial de "socialidade", as mídias respondem à condição de pregnância, o que as leva a construir os universos de discurso do espaço público, configurando-os como pertencentes à esfera política, econômica, aos esportes, à cultura e às ciências, por exemplo. De acordo com sua definição, o potencial de "socialidade"

> é avaliado segundo a aptidão em representar o que acontece num mundo em que nada do que está organizado coletivamente (a vida da comunidade) e nada do que toca o destino dos homens pode ser estranho aos indivíduos que aí se inserem e que, por conseguinte, estão implicados como cidadãos ou seres humanos (CHARAUDEAU, 2012, p. 102).

O potencial de "imprevisibilidade" consiste na finalidade de captação do contrato de informação. Segundo Charaudeau (2012), a saliência será produzida pelo caráter "inesperado" do acontecimento, o qual perturba a tranquilidade dos sistemas de expectativas do público. Nesse caso, o papel da mídia é reinterpretar o acontecimento em função do potencial de pregnância do receptor, ou seja, "de sua aptidão em recategorizar seu sistema de inteligibilidade e em redramatizar seu sistema emocional" (CHARAUDEAU, 2012, p. 103). Então, a instância de produção tenta recuperar os lugares-comuns que presidem ao trabalho mental de recategorização. Por fim, o autor conclui que o "propósito[46]" guia os critérios para selecionar quais acontecimentos possuem potencial para serem transformados em notícia. O autor explica que

> o *propósito*, como componente do contrato de informação midiática, inscreve-se num processo de construção evenemencial, que deve apontar para o que é "notícia". O *propósito* recorta o mundo em um certo número de universos de discurso tematizados, transformando-os em rubricas, tratando-os segundo critérios de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade, assegurando-lhe assim uma *visibilidade*, uma *publicização*, e produzindo um efeito de captação. Com isso, compreende-se que o espaço público se confunda com o próprio acontecimento midiático, tal como aparece em sua configuração discursiva (CHARAUDEAU, 2012, p. 103).

Como já mencionado, as representações profissionais postulam que um acontecimento próximo interessa ao cidadão – o que não se refere apenas ao critério de proximidade geográfica, mas também ao que pode ultrapassar as fronteiras e atingir de certa forma o cotidiano do leitor, criando, desta forma, certa proximidade (o que será explicado e mais aprofundado ainda nesta pesquisa). Ainda segundo o supracitado autor,

---

[46] O "propósito", do francês *"propos",* se trata do assunto.

> essa questão do *aqui* e do *fora* é relativa, pois também tem a ver com o imaginário. Quando existem os chamados países da "cortina de ferro", a Iugoslávia, para os ocidentais, era tão longínqua, no imaginário, quanto à Chechênia. A partir do conflito na ex-Iugoslávia, esses países estão situados na Europa, "às portas de Paris", como destacaram alguns jornais em suas manchetes. A Guerra do Golfo também contribuiu para aproximar os países árabes da Europa, enquanto durou o conflito. O pouco caso que se faz de outros conflitos que ocorrem no mundo (Chechênia) os afasta. É, pois, mais uma vez, o modo de tratamento da notícia que faz com que o lugar do acontecimento esteja próximo ou longínquo (CHARAUDEAU, 2012, p. 136).

Aplicando essa ideia a este estudo, observam-se as estratégias de captação e pregnância utilizadas pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo* para aproximar o seu público-leitor da Guerra do Golfo, como por meio do apelo à emoção presente nos enquadramentos dados aos temas predominantes nas narrativas da cobertura midiática. Em uma primeira análise, por exemplo, foi possível perceber que os impressos enfatizaram o impacto do conflito na economia brasileira, os trabalhadores brasileiros no Iraque e a constituição das representações dos agentes envolvidos nos acontecimentos do conflito. Sendo assim, supõe-se que a Guerra do Golfo, distante geograficamente dos brasileiros, pôde se tornar mais próxima da realidade brasileira.

Ainda em relação às estratégias de seleção dos fatos, Charaudeau (2012) diz que as escolhas efetuadas pela instância midiática ocorrem em função de dados mais ou menos objetivos em relação ao tempo e ao espaço, como já mencionado, mas também à hierarquia que converte o acontecimento em notícia. Então, a partir da seleção dos acontecimentos, as mídias impõem um determinado recorte do espaço público e certa configuração dos acontecimentos a partir dos critérios externos e internos. De acordo com Charaudeau (2012), os critérios externos se referem ao modo de aparição do acontecimento, o qual pode ser classificado em três tipos:

i) o acontecimento surge em sua factualidade – isto é, possui um caráter de inesperado, uma vez que não pôde ser previsto pelo sistema de expectativas da vida social. Nesse caso, é considerado um "acontecimento-acidente", que pode ser exemplificado pelas catástrofes naturais (terremotos, tsunamis, furacões, etc);
ii) o acontecimento é programado por uma espécie de calendário que regula a organização e o desenvolvimento da vida social. Trata-se, então, da aparição de um evento conhecido ou anunciado anteriormente que já é esperado – exemplos desses casos são os torneios esportivos (Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas, etc),

manifestações culturais (concertos de grupos musicais, estreias de filmes, etc) e rituais da vida política institucional (eleições, festas oficiais, inaugurações, etc);

iii) o acontecimento é suscitado, pois é preparado e provocado por um setor institucional – geralmente o setor político – com fins estratégicos (como desviar a atenção da opinião pública a respeito de um problema ou revelar um escândalo para as mídias encobrirem outro caso, por exemplo). Nesse caso, Charaudeau (2012) menciona o problema da manipulação na origem do acontecimento, o que pode comprometer as mídias.

Já em relação aos critérios internos, Charaudeau (2012) os considera relativos às escolhas operadas pela instância midiática em função do princípio da saliência, que "dependem da maneira pela qual as mídias constroem representações sobre o que pode interessar ou emocionar o público" (CHARAUDEAU, 2012, p. 138). Um desses aspectos, por exemplo, refere-se aos critérios de proximidade espacial ou temporal. No entanto, o autor lembra que existem outros que se superpõem a esses ou mesmo os substituem, conforme aconteceu, por exemplo,

> por ocasião do conflito na ex-Iugoslávia houve acontecimentos dramáticos que ocorreram no mês de agosto de 1992 (descoberta de campos de prisioneiros na Sérvia) que, entretanto, foram relegados a um segundo plano nos telejornais em função da abertura dos Jogos Olímpicos. Inversamente, vê-se que um detalhe da vida pessoal de um político pode transformar-se em escândalo de corrupção, chegando mesmo a consequências dramáticas (CHARAUDEAU, 2012, p. 138).

A partir desse exemplo citado por Charaudeau (2012), pode-se dizer também que o que interfere na seleção não são apenas os critérios de saliência, mas os de pregnância. De acordo com o autor, saliência e pregnância interagem, produzindo, na organização dos fatos midiáticos, um fenômeno de amálgama no momento da seleção-construção-tratamento do fato, sendo que, em nome da inteligibilidade e da captação, as mídias apresentam relações de analogia ou de casualidade entre os fatos. Além disso, Charaudeau (2012) ressalta que o amálgama da produção se realiza em um fluxo de tratamento da informação segundo uma programação mais ou menos consciente, enquanto o amálgama da recepção se produz num curso fragmentado do ponto de vista do consumo da informação, e também em um fluxo contínuo, de acordo com a perspectiva da interpretação.

O pesquisador francês reflete também a respeito da aplicação dos conceitos de ubiquidade e proximidade na prática jornalística. Segundo Charaudeau (2012, p. 135), "as mídias têm por tarefa reportar os acontecimentos do mundo que ocorreram em locais próximos ou afastados daquele em que se encontra a instância de recepção". Porém, não se

trata apenas da distância espacial. Ou seja, para atingir o critério da proximidade, consideram-se os fatores espaciais, temporais e principalmente o uso da dramaticidade para alcançar uma aproximação entre acontecimento e público.

Além de a instância midiática se dotar de meios para alcançar geograficamente o acontecimento (como o uso de correspondentes, agências de notícias, etc), é criado também o desafio de encurtar os distanciamentos entre acontecimento e leitor por meio de estratégias discursivas na narrativa. Para isso, pode-se dizer, por exemplo, que a mídia recorre às táticas de dramaticidade e de pregnância. Ou seja, conforme já dito anteriormente, é o modo de tratamento da notícia que faz com que o lugar do acontecimento esteja próximo ou distante da recepção. Como por exemplo,

> se o que acontece trouxer uma sombra de ameaça aos interesses daqueles que recebem a informação (a Guerra do Golfo com sua dupla ameaça econômica, o petróleo, e civilizacional, a do Oriente contra o Ocidente; o conflito da ex-Iugoslávia para a nova ordem europeia), o local descrito pela notícia se tornará próximo; se o contrário, o conflito for tratado com distanciamento, o espaço público será então avaliado como pertencente a um mundo diferente, num local geograficamente longínquo (CHARAUDEAU, 2012, p. 136).

Embasados nos critérios de seleção, os enquadramentos configurados pelas mídias podem determinar se o acontecimento estará próximo ou distante do público. Vale então questionar quais estratégias discursivas são utilizadas para encurtar o espaço existente entre acontecimento e recepção. Aliás, os conceitos explicados aqui, nesta seção, colaboraram para analisar como os jornais trataram discursivamente o acontecimento da Guerra do Golfo em suas narrativas, mais especificamente como o apelo à emoção e aos valores – a dramaticidade – pode colaborar para encurtar a distância entre a guerra e o público brasileiro, especialmente por meio dos efeitos de sentido que os impressos possivelmente visam a provocar em seu leitor.

Para uma melhor compreensão sobre como os critérios de seleção podem constituir os enquadramentos das narrativas, observa-se o seguinte trecho da reportagem “Veja como a guerra afeta o seu bolso”.

> Uma guerra como esta – que atinge o abastecimento de combustíveis – afeta inevitavelmente a sua vida. No Brasil, ainda não há motivo para pânico, mas você pode tomar algumas precauções para adaptar a sua vida à economia de guerra. Uma das medidas que o governo pode adotar é o aumento dos preços dos combustíveis e fechamento dos postos nos finais de semana após as 20h, além de racionamento (FOLHA, 1991) [47].

[47] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.

Devido à ênfase ao petróleo nesta reportagem, pode-se identificar uma circunstância econômica que influenciaria na constituição desse discurso. Além disso, o critério da proximidade pode ser analisado, uma vez que o texto consiste em explicar diretamente ao leitor como a guerra pode impactar em seu cotidiano e quais as medidas devem ser tomadas nesta ocasião. Também é possível observar, no excerto acima, que o enunciador tenta criar um diálogo com seu leitor para instruí-lo a lidar com um eventual racionamento de combustível no Brasil – nesse caso, observa-se uma visada voltada ao "fazer fazer", mas também um "fazer crer" que a Guerra no Golfo poderia afetar a vida dos brasileiros. Assim, esse fato pode ser considerado como uma estratégia de captação, a fim de atrair a atenção de seu público para a guerra.

Em outras palavras, mesmo estando geograficamente distantes, pode-se dizer que a questão do petróleo causaria certa proximidade entre a guerra no Oriente Médio e a realidade brasileira, uma vez que o conflito pode trazer consequências para a economia do Brasil. Observa-se, então, a atuação de um critério de proximidade na construção do texto jornalístico.

A partir das reflexões feitas nesta seção, foi possível observar certa proximidade entre os Estudos da Comunicação e os da Semiolinguística de Patrick Charaudeau, uma vez que eles consideram os critérios de noticiabilidade a partir do potencial de atualidade, de socialidade, de imprevisibilidade e de representatividade do acontecimento na recepção midiática.

Essa relação entre os Estudos da Comunicação e os da Semiolinguística, referente aos critérios de noticiabilidade, torna-se útil para analisar a respeito das noções de enquadramento. Mais especificamente, buscou-se observar aqui como esses conceitos em torno dos valores-notícias se aplicam nos diálogos acerca das noções de enquadramentos midiáticos.

2.3. Noções de enquadramento: relações com o discurso e a argumentação

Nesta seção, serão apresentadas algumas definições acerca do conceito de "enquadramento", principalmente em relação à sua aplicação ao discurso midiático. Esses conceitos são fundamentais para a análise dos principais temas abordados pelas narrativas de

guerra, e como esses temas e os acontecimentos foram tratados para a produção das notícias. Mais precisamente, o conceito de enquadramento pode ser útil para elucidar o objeto investigado no que se refere às representações constituídas em torno dos agentes envolvidos no acontecimento e ao tratamento dos temas predominantes passíveis de captar a atenção dos leitores brasileiros. Neste ponto, assim como tem sido feito ao longo deste trabalho, é proposto um diálogo entre os Estudos da Comunicação e da própria Análise do Discurso. Para falar acerca da noção do enquadramento na área da Comunicação, utilizam-se as ideias formuladas por Goffman (1974), Gitlin (1980), Entman (1993) e Porto (2002). Já no campo da Análise do Discurso, são considerados os conceitos propostos por Emediato (2011, 2013), principalmente os que se referem à aplicação do enquadramento nos estudos argumentativos, levando também em consideração os pressupostos teóricos da Semiolinguística, especialmente a respeito da influência do situacional e das condições de produção na constituição dos discursos.

Muito se discute a respeito das noções de enquadramento, o que se estende a várias áreas, tais como a psicologia, sociologia e, principalmente, no campo da comunicação e linguística. Com isso, Porto (2002, p. 22) ressalta que o paradigma acerca do enquadramento "ainda se encontra em estado embrionário". Porém, sua aplicação tem dinamizado o campo da comunicação política, oferecendo uma nova perspectiva para entender o papel da mídia.

Em uma abordagem mais sociológica, Goffman (1974) afirma que o enquadramento pode ser visto como marcos interpretativos, construídos no âmbito social, que dão sentido às situações. Em outras palavras, os enquadramentos são princípios de organização que orientam os eventos sociais e a construção de como os indivíduos organizam a experiência. Já de acordo com Gitlin (1980), o conceito de enquadramento está relacionado a padrões de cognição, interpretação e apresentação, que envolvem a ênfase e a exclusão.

É possível dizer que o enquadramento guia como as pessoas entendem o mundo, e assim, formam julgamentos, conforme, também, defende Entman (1993). Segundo este autor, "enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual" (ENTMAN, 1993, p. 52). Ou seja, de acordo com o pesquisador, a noção de enquadramento aponta para a ideia de que as mensagens jornalísticas geralmente definem problemas, diagnosticam suas causas, sugerem julgamentos morais e, eventualmente, apontam determinadas soluções.

Aplicando-se mais os conceitos acerca do enquadramento na perspectiva jornalística, é possível dizer que a formação do enquadramento pode ser explicada pela interação de normas

e práticas jornalísticas e a influência de grupos de interesse (SCHEUFELE, 1999). Este autor levanta a hipótese de que certos tipos de interesses, incluindo fontes governamentais, que seriam provavelmente os mais influentes na seleção da agenda[48] e do enquadramento. Sendo assim, o conceito de enquadramento passa a ser visto como instrumento para examinar empiricamente o papel da mídia na construção da hegemonia[49].

Segundo Porto (2002, p. 5), os "enquadramentos são elementos constitutivos importantes das narrativas e do processo pelo qual fazemos sentido do mundo da política". Essa ideia pode ser relacionada aos argumentos de Charaudeau (2012), que defende a ideia de que o acontecimento jornalístico é sempre construído em uma narrativa.

As reflexões dos autores supracitados permitem considerar os enquadramentos como padrões de seleção, ênfase e exclusão. Essa ideia pode ser relacionada ao conceito de intencionalidade e de poder[50], o que pode ser observado por meio de alguns vestígios da subjetividade do jornalista e/ou da linha editorial em seus textos – como, por exemplo, por meio dos adjetivos, dos verbos, dos advérbios e de outros termos que possuam valor axiológico. Nesse sentido, Porto (2002) explica que

> efeitos de formulação podem ocorrer sem ninguém ter consciência do impacto do enquadramento adotado nas decisões e podem ainda ser explorados para alterar a atratividade relativa das opções. Enquadramentos são, portanto, importantes instrumentos de poder (PORTO, 2002, p. 5).

Assim sendo, os enquadramentos – considerando-os como padrões de seleção da realidade[51] – expressam-se nas seleções lingüístico-discursivo-retóricas, em suas estratégias

---

[48] O termo refere-se à hipótese do agendamento, a qual defende a ideia que os meios de comunicação dizem sobre o que falar e pautam os relacionamentos da sociedade.

[49] A hegemonia, tratada aqui, se refere ao conceito formulado por Dênis de Moraes (2010) a respeito de sua relação com a mídia. Baseado em Antonio Gramsci, o autor diz que a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia se refere também a entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política.

[50] Em sua obra "A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia" (1995), John B. Thompson define o poder como a capacidade de agir para alcançar determinados objetivos ou interesses. Para isso, os indivíduos empregam seus recursos disponíveis, os quais consistem em meios que possibilitam alcançar efetivamente suas finalidades. Entre as formas de poder, Thompson (2011) destaca quatro principais tipos: o econômico, o político, o coercitivo e o simbólico. Assim, o autor ressalta o poder simbólico como o predominante na instância midiática, uma vez que os meios de comunicação de massa são utilizados como recurso para intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e produzir eventos por meio da produção e transmissão de formas simbólicas.

[51] Para Patrick Charaudeau, a realidade é construída em real-simbólico pela atividade discursiva. Em seu texto "Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, muito melhor", Charaudeau (2017) afirma que a "realidade" se refere ao mundo empírico através de sua fenomenalidade, impondo-se ao homem em seu estado bruto, à espera de ser significada. O "real", por sua vez, corresponde ao mundo que é construído e estruturado por meio do exercício da linguagem em suas diversas operações de identificação dos seres do mundo, de caracterização de

discursivas que abarcam o jogo com elementos tanto verbais quanto visuais. No que tange ao plano verbal, pode-se observar também os enquadramentos, por exemplo, a partir do uso de elementos sintáticos (conectivos); de metáforas; assim como nos elementos estruturais do texto (como características composicionais do gênero; configuração das páginas) e recursos da enunciação.

Tomando a notícia como um discurso, os acontecimentos são construídos a partir do processo de referenciação, sendo utilizadas estratégias de dramatização e captação para atrair a atenção do leitor e influenciá-lo, mesmo que indiretamente, a respeito de determinado ponto de vista implícito no discurso jornalístico. Consequentemente, os enquadramentos podem levar a um agendamento[52] de determinados temas referentes aos acontecimentos que permeiam o mundo social. Segundo Charaudeau (2012), a hipótese da *agenda-setting* se baseia na ideia de que os indivíduos organizam seus comentários sobre o que acontece no espaço público de acordo com aquilo que as mídias lhes apresentam. Desse modo, as mídias selecionam e organizam as informações para apresentá-las como o que realmente aconteceu.

No entanto, Charaudeau (2012) lembra que não se pode prejulgar os efeitos reais do agendamento, uma vez que isso não inclui apenas os fatos, mas os fatos com seu tratamento. Segundo o autor, a *agenda* "não se constrói apenas segundo os critérios de saliência, mas também de pregnância, o que torna difícil a avaliação de seu impacto" (CHARAUDEAU, 2012, p. 140). Assim, para designar o fenômeno de relação entre o externo e o interno na construção do espaço público midiático, o autor prefere falar de função de "filtragem" das mídias, como uma tentativa de domínio do evenemencial.

Para uma breve demonstração analítica, os conceitos teóricos acerca da noção de enquadramento podem ser aplicados, por exemplo, nas seguintes amostras do *corpus* desta pesquisa. O primeiro trecho compõe a matéria "EUA lançam tapetes de bombas contra o Iraque", do jornalista Ricardo Bonalume Neto, para a *Folha de S.Paulo*.

> O último recado a Sadam era previsível. O anúncio ontem do envio de bombardeiros B-52 e a concentração de seis porta-aviões norte-americanos no Oriente Médio já indicava a determinação dos EUA de começar a guerra com ataques aéreos massivos. Foram feitos ataques de precisão, "cirúrgicos", contra alvos em Bagdá, com caças como F-15 e F-117. Ataques pesados, "tapetes de bombas", foram

---

suas propriedades, de descrição de suas ações inseridas no tempo e no espaço e de explicação de causalidade dessas ações. Título original do texto: *"Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux"*; tradução para o português por por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano (2017).

[52] A hipótese do agendamento, ou da *agenda setting*, defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes determinados assuntos veiculados pela imprensa, sugerindo que a mídia agende as conversas do público. Ou seja, os meios de comunicação determinam o que falar e pautam os relacionamentos da sociedade.

> reservados a tropas longe de concentrações civis, no Iraque e no Kuait (FOLHA, 1990) [53].

Apesar de o título da notícia destacar uma ofensiva dos Estados Unidos, o texto diz que os ataques foram feitos com precisão para evitar a morte de civis. Nesse caso, o jornal parece constituir um enquadramento "suavizado" para referenciar as ações agressivas dos estadunidenses, o que poderia levar o leitor a pensar que a potência ocidental estivesse lutando por um "bem comum". Essa ideia pode ser observada especialmente por meio dos recursos linguísticos usados para o enquadramento, como metáforas, sintagmas nominais e outros termos com valor axiológico – no caso desse último exemplo, os termos "ataques com precisão", "cirúrgicos" e "longe de concentrações civis" parecem contribuir para projetar uma "imagem pacificadora" das tropas americanas.

Já a imagem do Iraque pode ser representada discursivamente como o "vilão" pelos enquadramentos – essa ideia pode ser exemplificada com o seguinte trecho da reportagem "Saddam mostra na TV crianças reféns" (com a manchete na capa: "Saddam usa crianças inglesas para fazer chantagem pela TV").

> A televisão iraquiana difundiu ontem uma gravação que mostra o Presidente Saddam Hussein explicando a um grupo de civis ocidentais, inclusive crianças – aparentemente, pela pronúncia, britânicas – as razões pelas quais estão detidos contra a sua vontade no país. "Tentamos impedir que ocorra uma guerra", diz Saddam, na fita, retransmitida pela rede americana Cable News Network (CNN), e na qual o dirigente afirma que os estrangeiros estão sendo tratados melhor até que os iraquianos. "Vocês são nossa garantia", afirmou (O GLOBO, 1990) [54].

Por meio dessas exemplificações, é possível identificar determinados papéis atribuídos aos países e líderes políticos que participaram diretamente na guerra – ou melhor, foram constituídos personagens para as narrativas sobre a guerra, projetando a imagem de "vilão" (o Iraque de Saddam Hussein) e do "herói salvador" (os Estados Unidos e outros países da coalizão ocidental). Vale verificar, então, se esses enquadramentos podem também ser identificados em outras narrativas sobre a Guerra do Golfo e como eles são configurados por meio de elementos discursivos.

No âmbito dos Estudos da Linguagem, especificamente na Análise do Discurso, a noção de enquadramento definida por Emediato (2011) também será útil para o entendimento referente à problemática desta pesquisa. Segundo o autor,

---

[53] Texto por Ricardo Bonalume Neto. Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.

[54] Texto por José Meirelles Passos. Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.729, p.17.

> o enquadramento possui um escopo argumentativo na medida em que permite circunscrever a discussão pela tematização, apresentar os objetos de linguagem de uma forma e não de outra, por meio das operações de referência (nomeação, designação) e predicação, a fim de direcionar a problematização em um determinado curso (EMEDIATO, 2011, p. 6; tradução da autora)[55].

Então, de acordo com a perspectiva de Emediato (2011), o enquadramento pode ser caracterizado como uma esquematização que direciona o olhar do outro. Assim sendo, é possível, então, que a informação midiática possa ter uma dimensão argumentativa[56] que se expressa por meio de diferentes tipos de enquadramento. Aliás, a dimensão argumentativa permite analisar os discursos que não possuem uma visada argumentativa declarada, mas que comportam uma intenção de agir sobre os valores do leitor e suas representações sobre o mundo social. Segundo o autor, a estratégia pode delimitar o debate em torno de um determinado tema, seja por meio da tematização ou pelo questionamento. Desse modo, Emediato (2013) aponta as estratégias de enquadramento (*cadrage*) pela tematização, pela designação, pelo gerenciamento do dizer de outrem (os verbos de atitude) e pelo questionamento.

Em relação ao enquadramento pela tematização, as suas operações desempenham uma função importante na medida em que "visam a ativar na memória do leitor conteúdos e valores simbólicos e associá-los ao enquadramento efetuado" (EMEDIATO, 2013, p. 328). Logo, o enquadramento temático pode ser considerado uma operação discursiva, sendo que sua intenção consiste em agir sobre as representações do outro, propondo-lhe um debate de acordo com seus limites. Além disso, o autor diz que essa operação discursiva se situa no centro de uma intenção argumentativa direcionada ao controle da pertinência, o que pode colaborar para o surgimento de uma problematização e para a constituição de pontos de vista sobre o assunto.

> Por exemplo, designar um agente agressor por sua identidade étnica (árabe, cigano, magrebino, nordestino) pode ativar no leitor representações simbólicas, estereotipadas, e implicar sua interpretação em um raciocínio causal (uma causalidade não fundada). Tais representações são previstas, pela instância de produção, como consensuais e suscetíveis de serem validadas pelo leitor (EMEDIATO, 2013, p. 329).

---

[55] "Le cadrage a une portée argumentative dans la mesure où il permet de circonscrire la discussion par la thématisation, de présenter les objets de discours d'une manière plutôt que d'une autre par des opérations de référence (nomination, désignation) et de prédication, d'orienter la problématisation dans une certaine direction".

[56] A mídia, necessariamente, não faz uso da visada argumentativa, a não ser em editoriais e em textos opinativos. No entanto, na narrativa jornalística informativa, pode-se observar a dimensão argumentativa, em que o locutor-jornalista tenta atuar indiretamente sobre as crenças e representações do mundo social do leitor.

Um exemplo de enquadramento temático pode ser observado na ênfase que é dada pela mídia brasileira à questão do petróleo em sua cobertura da Guerra do Golfo. No primeiro dia do conflito, os jornais *O Globo* e *Folha de S.Paulo* associavam a invasão das tropas iraquianas no Kuwait à alta do petróleo e à queda das bolsas de valores, estabelecendo assim um efeito de "causa e consequência", projetando uma imagem do Iraque como o responsável pela instabilidade econômica mundial.

A respeito do enquadramento por designação, Emediato (2013, p. 330) pontua, primeiramente, as designações como tomadas de posições, "pois elas impõem atributos aos seres e fazem circular pontos de vista subjetivos através da atribuição. Nesse sentido, elas correspondem a uma modalidade apreciativa". Assim, o discurso da informação midiática utiliza constantemente os nomes comuns como operação, o que permite observar uma dimensão argumentativa subjacente. Então, os acontecimentos tornam-se simbólicos a partir do momento em que os agentes são enquadrados pelas seleções designativas do enunciador-jornalista. Dessa forma, o autor diz que

> tais designações podem provocar um raciocínio indutivo e sugerir um laço de causalidade não fundada (falsa causa). Esse efeito pode surgir na designação de um "policial" implicado em um caso de violência (logo, os policiais são violentos?), ou de um "professor agredido na saída da escola" (a escola é violenta? Os professores estão sendo vítimas da violência escolar?), de um "homem político" acusado de corrupção (os políticos são corruptos?), de um estuprador designado por uma etnia, caso já visto na imprensa europeia (logo, há relação de causa e efeito entre etnia e o tipo de violência praticado?) (EMEDIATO, 2013, p. 331).

Essa ideia pode ser relacionada, por exemplo, às designações dadas ao Iraque e ao seu povo durante a cobertura midiática da Guerra do Golfo, o que pode contribuir para interpretar seus discursos e ações como aquelas de "sujeitos fanáticos" que apoiam uma ditadura militarista – o que pode projetar então uma imagem negativa do Iraque. Essa ideia pode ser exemplificada com o seguinte excerto extraído do *corpus*.

> Os iraquianos, no geral, evitam comentar a situação com estrangeiros. Os mais ousados se permitem apenas uma frase-padrão, em inglês, ao notar a aproximação de um "gringo" – seja ele americano, brasileiro, francês ou grego. "Saddam is good" (Saddam é bom), dizem eles com um forte sotaque, como alguém que acaba de aprender sua primeira fase num idioma estrangeiro (O GLOBO, 1990)[57].

O enquadramento do dizer do outro, por sua vez, está relacionado ao que Emediato (2013) denomina como "verbos de atitudes", o que pode ser associado às ideias acerca do

[57] Texto por José Meirelles Passos. Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 de setembro de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.741.

discurso relatado segundo Charaudeau (2012) (essa ideia foi explicada na seção a respeito da constituição dos acontecimentos). Como já evidenciado na seção acerca do discurso relatado, Lessa (2001) defende também a ideia de que determinados índices lexicais são utilizados a fim de construir ou desconstruir imagens (positivas/negativas) de discursos e atores sociais. Para o autor, "o processo de construção de imagens pode estar indicializado tanto em um lexema específico, utilizado para referenciar um discurso ou um determinado sujeito enunciador, quanto no agenciamento de adjetivos e de outros recursos predicativos" (LESSA, 2001, p. 68). Assim, o uso de determinados termos com valor axiológico pelo sujeito enunciador de uma reportagem pode sinalizar a adesão a determinados discursos de representação.

Retomando as ideias de Emediato (2013), esses verbos podem expressar um ponto de vista e, logo, uma dimensão argumentativa, uma vez que eles remetem ao comportamento psicológico do agente, em que se focaliza o enunciado verbal. Alguns exemplos de verbos de atitudes são: "acusar", "negar", "rejeitar", "criticar", "condenar", "prometer", "ameaçar", "atacar", "desejar", "afrontar", "recusar", "exigir" e entre outros. Segundo a autora Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980), tratam-se, em sua maioria, de verbos subjetivos que, já segundo Emediato (2013, p. 331), são constantemente utilizados pela imprensa "para descrever o discurso como uma atitude que qualifica ação locutória e descreve também algo do caráter do agente e do ator social". Nessa circunstância, os verbos de atitude podem representar uma opinião do sujeito enunciador sobre o dizer de um ator social. Emediato (2013) observa que

> seu uso é corrente no discurso relatado e um exercício de interpretação por parte do jornalista. Na imprensa brasileira, por exemplo, o comentário desfavorável que um ator social faz sobre outra pessoa é geralmente descrito como um "ataque", em um esquema típico: *Se X faz um comentário desfavorável sobre Y, portanto, X ataca Y* (EMEDIATO, 2013, p. 331).

Um exemplo dessa ideia pode ser observado a partir do seguinte trecho, extraído do *corpus* desta pesquisa: "o Governo dos Estados Unidos **condenou** ontem a invasão iraquiana no Kuwait e **exigiu** a imediata retirada das tropas de Saddam Hussein**"** (O GLOBO, 1990; grifos da autora). Os termos "condenou" e "exigiu" podem ser considerados "verbos de atitude", uma vez que eles representam a opinião do enunciador sobre o posicionamento do governo americano acerca da ação iraquiana no Golfo Pérsico. Além disso, tais termos podem também influenciar na representação do acontecimento em questão – ou seja, a invasão

iraquiana no Kuwait –, podendo ser enquadrado como algo inaceitável que precisa ser combatido.

Os verbos de atitude, então, podem ser considerados uma estratégia de enquadramento do "dizer do outro", pois indicam em qual perspectiva se deve compreender esse dizer. Além disso, essa estratégia pode também provocar o acontecimento na medida em que suscitam reações dos atores sociais ao discurso relatado, gerando uma perspectiva de debate.

Já em relação ao enquadramento pelo questionamento, Emediato (2013, p. 332) diz que "a escolha da questão é uma operação de enquadramento maior para o discurso da informação midiática porque ela remete diretamente à problemática da pertinência". No caso da informação midiática, o papel da questão consiste em incitar o leitor a uma problematização, o que se trata, então, de uma visada de incitação. Aliás, o autor lembra também que uma única questão é capaz de comportar diferentes efeitos de sentido.

Em relação ao *corpus*, um exemplo do enquadramento pelo questionamento pode ser observado na edição da *Folha de S.Paulo* do dia 17 de janeiro de 1991, que publicou a seguinte pergunta: "como a guerra afeta o seu bolso?". A partir desse questionamento, é possível perceber que o enquadramento consiste em atrair a atenção do leitor para o conflito que, mesmo estando geograficamente distante, pode impactar na realidade do brasileiro. Desse modo, a Guerra do Golfo é enquadrada a partir de um viés econômico e pode provocar, como um efeito de sentido, a proximidade entre o conflito e o cotidiano brasileiro.

Sendo assim, compreendidas algumas noções acerca dos enquadramentos, é possível observar então a sua importância para uma compreensão mais aguçada a respeito do tratamento dado aos acontecimentos e a seus agentes pela instância midiática para a produção de notícias. Aliás, por meio também dos enquadramentos, pode-se também analisar a dimensão argumentativa das narrativas informativas, pois, segundo Emediato (2013), considerando o enquadramento como uma "esquematização", trata-se de uma organização de conteúdos que visa a influenciar as representações do público sobre determinado objeto de fala ou situação. Desse modo, o enquadramento mostra o modo como a entidade de produção do discurso representa a situação e o objeto do discurso, seja por meio de operações de referência (tematização, nomeação, designação), de predicação[58] (qualificação) ou de enunciação (modalização).

[58] O termo original é *prédication*.

2.4. Dimensão argumentativa e discurso midiático/jornalístico

Levando em consideração as noções apresentadas acerca do enquadramento, é possível traçar uma relação com o fato de que todo enunciado determina um ponto de vista sobre a realidade. No campo dos estudos da linguagem, especificamente da Análise do Discurso, a relação entre ponto de vista e dimensão argumentativa constitui o objeto de investigação de Amossy (2000), Rabatel (2013), entre outros autores. Amossy (2000), por exemplo, afirma que todo texto tem uma dimensão argumentativa, em que é possível encontrar determinadas representações dadas aos agentes envolvidos no relato. A autora pontua que

> da conversação corrente aos textos literários, muitos são os discursos que não têm objetivo argumentativo, no sentido de que eles não veiculam nenhuma intenção de persuadir e não esperam fazer o alocutário aderir a uma posição claramente definida por estratégias programadas. Todavia, mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar (AMOSSY, 2011, p. 129) [59].

Para Ruth Amossy, a dimensão argumentativa consiste em transmitir um ponto de vista sobre os fatos, sem que se pretenda expressamente modificar as posições do alocutário. Já a visada argumentativa, por sua vez, constitui um fundamento de persuasão sustentado por uma intenção consciente, oferecendo estratégias linguístico-discursivas programadas para sua realização.

Tais representações podem ser associadas ao reforço de determinadas crenças em que, de acordo com Emediato (2013), as narrativas enquadram, roteirizam e categorizam representações hegemônicas, assim como anti-hegemônicas, de acordo com as visadas argumentativas colocadas em jogo. No âmbito da argumentação, a questão das representações pode ser pensada a partir do conceito de *doxa*, tomado como representações partilhadas, como evidências, que permitem considerar um sujeito, sendo que sua intencionalidade é determinada por um conjunto de saberes dos quais ele nem sempre é consciente. Esse conceito remete aos fundamentos da "Retórica Aristotélica", considerada uma arte de reconhecer os meios disponíveis para persuasão, a partir do apelo à credibilidade (*ethos*), à lógica (*logos*) e à emoção (*pathos*). Então, é possível dizer que a Retórica é a arte de

[59] AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.

argumentar. Em relação ao *logos*, ele pode ser proferido em um determinado contexto. Aristóteles, então, utiliza o termo *"endoxa"* para se referir às crenças comumente sustentadas aceitas pelos sábios. Já a *doxa* é considerada como valores e saberes partilhados, fundamentados no que é da ordem do verossímil e do provável[60], e esse conceito pode ser utilizado/analisado nos estudos acerca da argumentação no discurso.

Já a argumentação, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), consiste em buscar a adesão de um determinado auditório a certas teses defendidas pelo orador. Mais precisamente, de acordo com os autores, "uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 50). Assim sendo, é essencial que haja a relação entre o orador e o auditório, pois a adesão obtida pela argumentação é sempre a adesão de um auditório determinado. Sendo assim, o conhecimento do auditório é de suma importância, uma vez que o orador sempre fundamentará seu discurso sobre determinados acordos prévios com o auditório.

Amossy (2000) define a *doxa* como um constructo social, um elemento essencial à argumentação, principalmente como condição de intersubjetividade e, por isso, constitui a interação, garantindo uma eficácia verbal do discurso – o que pode ser aplicado para analisar e compreender determinados fatos do mundo das notícias.

A *doxa* pode ainda ser entendida como algo construído e/ou legitimado nas interações humanas cotidianas, nas práticas sociais de que as pessoas participam, podendo ser expressa por diversas formas, explícitas e implícitas, tais como: *topoï* retóricos ("lugar comum"), *topoï* pragmáticos e "lugar específico". Segundo a autora, o "lugar comum" refere-se aos métodos de argumentação lógica em ideias já defendidas. Os *topoï* ou "lugares-comum" são flexíveis, provisórios e não dispostos hierarquicamente, cuja função é servir a uma discussão por meio do fornecimento de conteúdos essenciais que orientem o raciocínio. No entanto, esses

---

[60] Segundo Platão, a *episteme* seria um conhecimento verdadeiro, de natureza científica, em oposição à opinião infundada. Assim, para Platão, a Ciência seria uma opinião verdadeira e justificada, ou seja, para que um conhecimento seja legítimo e válido a todos, deveria corresponder ao mundo e ser reconhecido como tal. Em relação à Retórica, Platão faz uma dupla abordagem: por meio de diálogos entre Sócrates, Górgias e outros sofistas, Platão faz uma crítica à retórica, considerando-a não como uma técnica, mas como bajulação. Ou seja, segundo Platão, a retórica não poderia ser considerada uma arte, mas apenas uma espécie de rotina para produzir prazer e satisfação ao corpo, um simulacro da justiça, sem se preocupar com o bem. Posteriormente, Aristóteles, discípulo de Platão, teorizou a Retórica de forma sistemática, mas não lhe conferindo uma dimensão disciplinar e epistémica (no sentido de ser um conhecimento nem especializado, nem universal). Dessa forma, Aristóteles associou a Retórica ao domínio dos processos de escolha, influência e deliberação no que se refere àquilo que não cabe nos critérios da necessidade lógica, mas do plausível e do maleável por graus de intensidade, e não por um saber proposicional regido pelo binarismo do falso ou verdadeiro.

conteúdos precisam ser sustentados pelo reconhecimento de terceiros. Já o “lugar específico” tem papel de repertório, o que se aproxima do senso comum, fundamentando então o plausível. Como o próprio nome diz, os “lugares específicos” são característicos de uma ciência ou de um gênero oratório. Já o “lugar comum”, por não pertencer a nenhuma ciência, constitui os lugares utilizáveis em qualquer circunstância. De acordo com Amossy (2002),

> o espaço democrático que todos os cidadãos podem partilhar – o lugar comum – tornou-se então o espaço degradado dos vulgos, o público. Desde então, a *doxa*, em suas várias designações e terminologias, foi tomada como um discurso não crítico, repetição desprovida de reflexão. (AMOSSY, 2002, p. 374).

Considerando a *doxa* como uma condição da intersubjetividade, pode-se relacioná-la à noção de interação no que se refere ao caráter dialógico dos discursos que a compõem (ou seja, o interdiscurso[61]) e ao aspecto dialógico entre os elementos dóxicos que os sujeitos compartilham.

Assim sendo, em cada situação discursiva, um contrato de comunicação é instaurado, e seus sujeitos participantes são determinantes para a escolha dos elementos dóxicos que constituirão a argumentação de seu discurso e, consequentemente, para a produção dos argumentos que se fundamentam nesses elementos. Sendo assim,

> o locutor que se engaja em uma troca por colocar à frente seu ponto de vista é tomado em um espaço dóxico que determina a situação de comunicação na qual ele argumenta, moldando sua fala ao coração de sua intencionalidade e de sua programação (AMOSSY, 2000, p. 104).

Em relação à argumentação no discurso da informação midiática, Emediato (2013) ressalta que a análise da argumentação não deve se limitar à busca de elementos explicitamente argumentativos, nem a uma concepção restrita da argumentação como atividade de raciocínio ou a formas tipicamente argumentativas (tais como teses, provas, premissas, conclusões, etc). O autor defende essa ideia devido ao fato de que

> submetida às restrições deontológicas do jornalismo, a argumentação em certos gêneros textuais, como os títulos e as notícias, é com frequência mascarada por operações de apagamento enunciativo e de objetivação modal. Não se pode, por isso, deixar de ver nesses elementos do discurso da informação uma intenção de influência, sem prejulgar sua eficiência. Esses enunciados ditos de informação são portadores de pontos de vista sobre os fatos e esses pontos de vista são apresentados, com muita frequência, como evidências (EMEDIATO, 2013, p. 326-327).

---

[61] Segundo Amossy (2000), a noção de interdiscurso está relacionada a um processo de disseminação e de circulação de elementos dóxicos em vários tipos de discursos.

Esse fato pode ser relacionado ao que Ruth Amossy considera como "argumentação indireta" – mais precisamente, trata-se de uma terminologia de Alain Rabatel[62] para se referir propriamente a uma dimensão argumentativa não explícita por meio de elementos "visivelmente" argumentativos. Assim, Amossy (2000) sugere que a argumentação não deve ser analisada apenas na visada argumentativa explícita, característica de determinadas situações de discurso. A autora defende a ideia de que

> a noção de dimensão argumentativa foi desenvolvida para pensar em formas alternativas de argumentação que vão além das formas canônicas. Ao se debruçar sobre o elogio (e, portanto, o epidítico[63]), o testemunho, a descrição, os chamados textos de informação, a conversa familiar, a carta, a narrativa literária e muitos outros, mostra que eles argumentam do seu próprio jeito. Eles fazem isso no sentido de tentarem compartilhar opiniões, questões, através de procedimentos discursivos que não são argumentos em forma (AMOSSY, 2018, p. 4; tradução da autora)[64]

Então, a partir desse conceito, Emediato (2013) defende uma análise a partir de "uma dimensão que comporte estratégias, nem sempre conscientes ou manipuladoras, pelas quais um sujeito deseja propor pontos de vista a um destinatário/leitor" (EMEDIATO, 2013, p. 327). No que se refere ao discurso da informação, esse fato pode ser observado

> na maneira de gerir a palavra e a enunciação de outrem em textos escritos ou em debates orais (gestão do dialogismo interno em um texto ou gestão da palavra em uma interação face a face); nas categorias linguístico-discursivas utilizadas que são portadoras de intenções argumentativas (pontos de vista) e que evocam sequências e inferências avaliativas diversas (os verbos, os nomes e as designações, os adjetivos e as qualificações, as construções frásticas as modalidades enunciativas, etc); nos tipos de raciocínios mais prototípicos da situação de discurso da informação midiática, entre quais eu citaria a dedução, a indução, a disjunção, a conjunção, as analogias e causalidades) (EMEDIATO, 2013, p. 327).

---

[62] RABATEL, Alain. **Argumenter en racontant** (Bruxelles: De Boek).

[63] Os três gêneros iniciais da retórica são o judiciário, o deliberativo e o epidítico. Também conhecido como *Forense*, no judiciário, o orador emprega um método de ataque ou defesa, enquanto os ouvintes precisam tomar uma decisão em relação a um fato passado. Essa retórica é típica do tribunal. Já o gênero deliberativo, o orador deseja assegurara adoção ou rejeição de uma determinada atitude, empregando então um método de persuasão ou dissuasão, uma vez que os ouvintes precisam tomar uma decisão referente ao futuro. O gênero epidítico, ou demonstrativo, é típico de festividades. Nesse caso, o orador quer celebrar valores comuns e utiliza o método de louvor ou acusação. Os ouvintes, por sua vez, são observadores das habilidades do orador e o tempo em vista é o presente. Assim, o orador tenta adequar a conduta de acordo com o presente.

[64] "La notion de dimension argumentative a été au contraire avancée pour penser des formes d'argumentation alternatives qui dépassent les formes canoniques. En se penchant sur l'éloge funèbre (et donc l'épidictique), le témoignage, la description, les textes dits d'information, la conversation familière, la lettre, le récit littéraire, et bien d'autres, elle montre qu'ils argumentent à leur façon. Ils le font dans le sens où ils tentent de faire partager des opinions, des vues, des questionnements, à travers des procédures discursives qui ne sont pas des arguments en forme".

A partir disso, o autor apresenta três tipos de estratégias no discurso da informação jornalística: as estratégias de enquadramento (*cadrage*), as estratégias enunciativas e a orientação argumentativa indutora de raciocínios. Em relação às estratégias enunciativas, Emediato (2013) se refere especificamente ao caso da asserção e do discurso relatado. Segundo o autor, "o problema da dimensão argumentativa no discurso relatado está diretamente ligado ao modo como o discurso do outro é transformado pelo sujeito informante, manipulado e enquadrado por este com fins argumentativos" (EMEDIATO, 2013, p. 337). O pesquisador considera que: 1) o discurso relatado serve para qualificar, favorável ou desfavoravelmente. Nesse caso, comporta um conteúdo (des) qualificante e problemático, polêmico ou não conforme à *doxa*; 2) o discurso relatado serve para criar uma tensão em um determinado contexto devido a sua implicação simbólica nesse mesmo contexto; 3) o discurso relatado pode ser considerado uma opinião partilhada pelo sujeito informante, o qual deseja vê-la circular.

Os "tipos de raciocínio ou a orientação argumentativa" consiste no que Emediato (2013) denomina de "laços de causalidade" – isto é, uma explicação causal, considerada como o tipo de argumento mais comum do discurso da informação jornalística, "pois além de fazer saber aos leitores o que aconteceu no mundo social, ele deve responder ao problema do porquê dos acontecimentos (causa original) e de suas implicações possíveis (suas consequências e desdobramentos)" (EMEDIATO, 2013, p. 338). Assim, o autor afirma que a explicação causal está no "coração do imaginário jornalístico" e, por esta razão, a tensão criada pela emergência de um novo fato necessita de uma explicação que amplifique seu quadro de pertinência.

Além disso, Emediato (2013, p. 341) considera a orientação ética como parte do dispositivo comunicacional como um terceiro interdiscursivo – mais precisamente, nas palavras do autor, "de certo modo, essa orientação ética (e às vezes lógica) é a única forma de ler a informação jornalística". Porém, vale ressaltar que, segundo Emediato (2013, p. 341), "esse tipo de informação está orientado para uma razão ética supostamente partilhada pelo leitor e que é responsável por produzir nele uma emoção prototípica; esta razão (*logos*) que sustenta a emoção é a segunda dimensão, racional, do *pathos*". Com isso, o autor lembra a necessidade de compreender o *logos* em interação com o *pathos*[65].

Enfim, após compreender os diálogos teóricos aqui traçados, é possível dizer que as noções de enquadramento podem ser relacionadas com a dimensão argumentativa, lembrando

[65] Emediato (2013) ainda ressalta que esta ética é suposta no auditório e, por isso, pode ser considerada a primeira dimensão, racional, do *pathos*.

que o situacional e o princípio de influência poderão direcionar a informação a favor de grupos ou interesses políticos ou econômicos (CHARAUDEAU, 2012), o que influencia no "recorte" da realidade, do acontecimento, configurando assim o enquadramento das representações presentes no texto midiático – identificando, assim, certa subjetividade. Esse fato pode ser ilustrado com o seguinte exemplo do *corpus* desta pesquisa.

> Há 11 anos governando o Iraque com mão de ferro, inclusive durante os oito anos de guerra com o Irã, o Presidente Saddam Hussein, o "carniceiro de Bagdá", como a ele se referem muitos jornais ocidentais, sonha em fazer o seu país a grande potência militar do Oriente Médio. Para isso, conta com a devoção dos jovens iraquianos, que em suas canções prometem defendê-lo "com sua alma e seu sangue", e com uma sorte que lhe dá um verdadeiro fôlego de gato (O GLOBO, 1990) [66].

Os termos "mão de ferro", "carniceiro de Bagdá" e "fôlego de gato" carreiam certa subjetividade do locutor, que apontam um determinado enquadramento da imagem do líder Saddam Hussein – ou seja, a criação de uma identificação/representação de um objeto (neste caso, um personagem) presente no discurso da narrativa. Curiosamente, é usado o termo "presidente" para identificar o personagem em questão, enquanto a sua descrição, ao longo do texto, reúne traços éticos que remetem a um autoritarismo ditatorial.

Também é possível observar uma dimensão argumentativa por meios dos termos – conforme foi também ressaltado nos demais exemplos dados anteriormente – principalmente em: "(...) o Presidente Saddam Hussein, o **'o carniceiro de Bagdá', como a ele se referem muitos jornais ocidentais, sonha** em fazer o seu país a grande potência militar os Oriente Médio (...)" e em "Para isso, conta com a devoção dos **jovens iraquianos, que em suas canções prometem defendê-lo com 'sua alma e seu sangue'**(...)" (grifos da autora). Em outras palavras, pode-se dizer que o presente texto visa à criação de uma imagem discursiva negativa sobre o líder iraquiano – o que parece sinalizar uma dimensão argumentativa.

A partir da reflexão estabelecida nesta seção, é possível dizer que a dimensão argumentativa pode ser analisada especialmente nos discursos produzidos pela instância midiática, mas não somente em textos de cunho opinativo (como em editoriais, em crônicas, entre outros), como também em textos informativos, nos quais se espera o ideal da imparcialidade jornalística – isto é, em textos em que não haja uma visada argumentativa declarada. Assim, é possível analisar o posicionamento do locutor-jornalista acerca dos fatos reportados especialmente por meio dos enquadramentos dados aos acontecimentos que, por sua vez, podem ser observados por meio dos temas, dos ditos relatados, das adjetivações,

[66] Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, sexta-feira, 3 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

dentre outros. A partir dessa ideia, então, as noções acerca da dimensão argumentativa se tornam muito úteis para a análise das estratégias e representações presentes nas narrativas informativas da *Folha de S.Paulo* e *O Globo* a respeito da Guerra do Golfo.

Uma vez compreendido então o percurso teórico-metodológico desta pesquisa, o próximo capítulo consiste em estabelecer uma melhor contextualização para este estudo, antes de partir para a análise dos componentes discursivos presentes nas narrativas sobre a Guerra do Golfo. Primeiramente, serão explicadas as motivações e a história do conflito, assim como suas relações com o Brasil. Em seguida, será exposto o que já se sabe acerca do jornalismo de guerra, como sua história, suas característica e a prática jornalística no Brasil. Posteriormente, na parte da análise, serão observados os efeitos de sentido e os enquadramentos que podem ser observados a partir das marcas de temporalidade e de categorias do modo descritivo, assim como na configuração dos personagens das narrativas, especialmente por meio de seu discurso relatado, suas designações, suas modalizações e entre outros, atentando-se também a uma possível dimensão argumentativa em relação a determinados enquadramentos.

3. A GUERRA DO GOLFO (1990-1991) E O JORNALISMO DE CONFLITOS ARMADOS

Primeiramente, este capítulo tem como objetivo expor e explicar os principais eventos que culminaram no conflito selecionado para esta pesquisa: a Guerra do Golfo (1990-1991). Além disso, consiste em mostrar o impacto da guerra na geopolítica mundial e suas relações com o Brasil, analisando também sua relevância na mídia. Ademais, esses fatos podem colaborar para a justificativa da seleção desse conflito para a presente análise.

O discurso em si pode ser considerado como uma construção linguística atrelada ao contexto social no qual o texto é desenvolvido. É possível dizer que as ideologias presentes no discurso são diretamente determinadas pelo contexto sócio-histórico em que vivem os sujeitos comunicante e interpretante. Sendo assim, a ideia de que as condições de produção determinam os sentidos do discurso também justificam a importância de levar em consideração um regaste histórico do evento selecionado para esta pesquisa.

Posteriormente, serão apresentados alguns fatos e características a respeito da prática jornalística em tempos de conflitos armados, denominada de *Jornalismo de Guerra*, no Brasil e no mundo – uma vez que é interessante mencionar tais fatos e características, a fim de usá-los como "pano de fundo" para uma melhor compreensão do *corpus* da pesquisa, do contexto em questão e dos respectivos resultados da análise – aliás, durante o estudo, espera-se associar os fatos expostos aqui, neste capítulo, com os diálogos teóricos que serão traçados em relação ao Contrato de Informação Midiático.

Além disso, serão feitas reflexões sobre o jornalismo de guerra no decorrer da história mundial e posteriormente no Brasil, ressaltando as suas principais características e transformações (tanto teóricas como práticas, voltadas também ao avanço tecnológico) que podem ter influência nessa prática jornalística até atualmente. Em seguida, será exposto também o que já se sabe a respeito dos aspectos discursivos dessa especialização jornalística em questão.

Para falar a respeito do acontecimento da Guerra do Golfo e as relações diplomáticas entre o Brasil e os países envolvidos no conflito, foi traçado um diálogo teórico entre autores provenientes do âmbito da Comunicação ─ tais como Gordan & Trainor (1995), Teixeira (2012) e Zarpelão (2007) ─, e especialmente aqueles pertencentes ao campo das Ciências

Políticas e Relações Internacionais, como Brant (1992), Chomsky (2003), Fares (2003), Freire (2009), Hirst & Pinheiro (2005) e Mearsheimer (2003).

Já para abordar acerca do jornalismo de guerra ao longo da história, na mídia mundial e brasileira, e suas principais características, foram utilizadas principalmente as ideias dos estudiosos do âmbito acadêmico em Comunicação, como Allan & Zelizer (1996), Arbex Júnior (2001), Carvalho (2013), Dimitrova & Strömbäck (2008), Garambone (2003), Hohlfeldt (2009), Mercier (2005), Neuman (1996), Peres (2005) e Silveira (2014). Além disso, em relação às características do jornalismo de guerra, foi feita também uma relação com alguns dos conceitos da Teoria Semiolinguística, de Charaudeau (2012), especialmente no que se refere às estratégias discursivas.

3.1. A Guerra do Golfo

O conflito historicamente conhecido como a *Guerra do Golfo* começou quando as tropas do ditador iraquiano Saddam Hussein invadiram o território do Kuwait, na madrugada de 02 de agosto de 1990. De acordo com Mearsheimer (2003), em sua obra *"An unnecessary war"*, a decisão de Hussein de invadir o Kuwait foi basicamente uma tentativa de lidar com a contínua vulnerabilidade da sua economia e o seu consequente impacto nas finanças públicas. Ao fim da Guerra Irã-Iraque, em agosto de 1988, a economia iraquiana estava estagnada. Os maiores credores da dívida da nação eram a Arábia Saudita e o Kuwait. O governo do Iraque tentou fazer com que esses países perdoassem parte do débito, mas o pedido foi recusado.

Mearsheimer (2003) lembra também que, além da questão econômica, o conflito entre o Iraque e Kuwait acontecia por disputas territoriais, principalmente em relação às localizações das reservas e do escoamento de petróleo: Saddam alegava que estaria restituindo o antigo território de Basra, que era de domínio iraquiano durante a época do Império Turco-Otomano. Com isso, Saddam Hussein acusou o Kuwait de praticar uma política de superextração de petróleo, o que causava uma queda nos preços e prejudicava a economia iraquiana. Saddam ressuscitou também outros problemas antigos e exigiu indenização. Como o Kuwait não aceitou, foi invadido pelas tropas iraquianas.

De acordo com Gordan & Trainor (1995), o Kuwait praticamente não apresentou resistência durante o início da ocupação, uma vez que o Iraque apresentava uma superioridade no poderio militar – pois, segundo os autores, desde a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o país

era considerado uma potência militar no Oriente Médio, contando com os mais modernos e sofisticados equipamentos bélicos.

> Antes da invasão em agosto de 1990, acreditava-se que o exército iraquiano seria o quarto maior do mundo. Composto por aproximadamente um milhão de soldados regulares e mais 450 mil reservistas, o Iraque adquiriu uma vasta experiência em combate por meio dos oito anos de conflito armado com o vizinho Irã. O exército de Hussein foi claramente influenciado em sua organização e doutrina pelo modelo soviético apresentado até então durante o período da Guerra Fria (GORDAN & TRAINOR, 1995, p. 22).

Já de acordo com Brant (1992), a resposta da comunidade internacional foi imediata: os Estados Unidos congelaram os bens kuwaitianos em território norte-americano, seguidos pelas reações do Reino Unido, Alemanha, França e Japão. Também, segundo o autor, os Estados Unidos, na companhia das demais potências mundiais daquele contexto, possuíam interesses no Kuwait devido ao fato de se tratar de um dos maiores exportadores de petróleo do Oriente Médio. Além disso, Kuwait era apoiado pela Arábia Saudita, que rivalizava com o Iraque pela influência na região e também aliado estratégico dos Estados Unidos no Oriente Médio (BRANT, 1992). A Liga Árabe[67], por sua vez, exigiu a retirada das tropas iraquianas do Kuwait, mas pediu para que não houvesse interferências externas. No entanto, Líbia, Sudão e a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) declararam apoio a Hussein.

A Organização das Nações Unidas (ONU), com a aprovação de seu Conselho de Segurança, condenou a invasão e exigiu a imediata retirada das tropas iraquianas do Kuwait, o que de fato não aconteceu posteriormente, apesar das tentativas de acordo com Hussein. Assim, a ONU permitiu o uso da força militar, sendo formada uma *Coalizão Ocidental* (BRANT, 1992). Além dos Estados Unidos, o Kuwait ocupado contou ainda com o apoio de inúmeros países, como Arábia Saudita, Reino Unido, França, Egito, Austrália, Canadá, Espanha, Argentina, Paquistão, Itália, Polônia, Dinamarca, Marrocos, Grécia, Bélgica, Omã, Coreia do Sul e Nova Zelândia.

Quanto às justificativas dos Estados Unidos e da ONU para a intervenção militar no Golfo Pérsico, segundo Gordan & Trainor (1995, p. 32), elas consistiram no argumento da violação da integridade territorial do Kuwait e dos "direitos humanos e abusos cometidos pelo exército de Saddam Hussein". Ainda de acordo com os autores, haveria também a suspeita do

---

[67] Criada em 1945, na cidade do Cairo, no Egito, a Liga Árabe é uma organização regional composta por países localizados geograficamente no norte da África e no Oriente Médio, e tem como objetivo reforçar os laços de cooperação econômica, política, militar, social e cultural entre seus países membros. Além disso, busca estabelecer também um canal para mediação de conflitos entre seus membros. Egito, Iraque, Catar, Iêmen, Jordânia, Arábia Saudita, Líbano, Marrocos, Kuwait e Palestina são alguns países que compõem a Liga Árabe.

uso de armas químicas e biológicas, as quais o ditador iraquiano teria usado contra os iranianos na Guerra Irã-Iraque (1980-1988). No entanto, eram evidentes também os interesses americanos na região, sobretudo em relação às reservas petrolíferas e sua influência política no Oriente Médio.

Muitos historiadores e outros estudiosos, tais como Eric Hobsbawm (1995) e Noam Chomsky (1996), concordam que o conflito pode ser considerado como a maior mobilização de recursos humanos e materiais desde o final da Segunda Guerra Mundial. Essa guerra foi ainda uma das campanhas militares mais inovadoras da moderna história militar, introduzindo no campo de batalha a sofisticação tecnológica e um poder de fogo sem precedentes. Com a inovação tecnológica nos *fronts*, novos vocábulos foram adicionados ao léxico global, como "aviões *stealth"*[68],"bombas inteligentes"[69] e "guerra cirúrgica"[70].

Pela primeira vez, a população mundial pôde acompanhar a transmissão de uma guerra ao vivo pela televisão. A rede de notícias *CNN* (*Cable Network News*), que até então era pouco conhecida, transmitia imagens ao vivo de bombardeiros, das vítimas da guerra, dos navios lançando mísseis e dos caças saindo de porta-aviões. A respeito disso, Arbex Júnior (2001) diz que a Guerra do Golfo pode ser considerada um grande divisor de águas, uma vez que a imprensa enfatizou muito mais as armas, o *show* de imagens, as batalhas noturnas e a tecnologia do que o horror, o homem, a vida, as vítimas e a destruição. A respeito disso, o pesquisador francês Patrick Charaudeau reitera que a mediatização da Guerra do Golfo foi "impregnada da frieza de um jogo de videogame" (CHARAUDEAU, 2006, p. 5). Assim, o autor concorda que as mídias evidenciaram muito mais "as maravilhas tecnológicas da guerra" do que as próprias vítimas e a destruição.

Zarpelão (2007, p. 2) completa também que "a Guerra do Golfo é colocada pela imprensa como sendo uma guerra sem grande importância histórica, apenas conhecida pelas armas inteligentes, bombardeios cirúrgicos e alta tecnologia, desconhecendo talvez a sua real dimensão". Sendo assim, é possível dizer, mais uma vez, que a cobertura midiática da Guerra do Golfo apresentou uma nova abordagem na transmissão dos conflitos armados pela mídia: por meio das novas tecnologias, a guerra estava mais perto da audiência.

A pesquisadora Daniela Teixeira, em seu estudo acerca do jornalismo internacional na televisão portuguesa, ressalta que a Guerra do Golfo foi um evento importante na história

---

[68] Também conhecido como "Avião Furtivo", possui a camuflagem como uma das técnicas mais eficientes, podendo atacar sem ser detectado pelos radares do inimigo.

[69] Conhecida também como "GBU" (*Guided Bomb Unit*), é uma munição guinada destinada a atingir com alto grau de precisão alvos específicos.

[70] Desenvolvida a partir do uso de novas tecnologias para combates, a "Guerra Cirúrgica" consiste em atingir apenas os alvos estratégicos com precisão, com o objetivo de evitar um maior número de vítimas.

devido ao fato de ter ocorrido dentro de grandes transformações na geopolítica mundial, na virada da década de 1980 para 1990, com o mundo assistindo ao fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética e a queda de ditaduras em alguns países. Pode-se dizer que o conflito marca a primeira grande e relevante crise, com o reflexo mundial no período pós-Guerra Fria. A respeito disso,

> a Guerra do Golfo, 1990-1991, deu-se em um momento extremamente sensível da mudança da correlação de forças na geopolítica mundial. Trava-se um conflito no interior da URSS em torno do melhor projeto para recuperar o tempo perdido durante as administrações anteriores e, ao mesmo tempo, fornecer uma resposta adequada para o papel da URSS no cenário mundial.(...) Assim, dificilmente os soviéticos poderiam, (...) sair em socorro do aliado iraquiano (...). (...) A Guerra tornar-se-ia a única solução para evitar um quase monopólio hostil na produção de petróleo, acarretando uma importante virada na política mundial.(...) (TEIXEIRA, 2012, p. 12).

Noam Chomsky (2003), em sua obra *"Contendo a Democracia"*, analisa também o conflito no Golfo Pérsico na década de 1990 como uma reviravolta em toda geopolítica mundial desenhada e redesenhada até então. Segundo o autor,

> a ocupação militar do Kuwait – que, se mantida com êxito, faria do ditador iraquiano um grande ator no cenário mundial – não produziu uma ameaça de conflito entre superpotências e da guerra nuclear, como tinham feito os conflitos anteriores na região. Esse fato nada insignificante reflete, é claro, o colapso do sistema soviético, que deixou os Estados Unidos sem desafiantes em termos de poderio militar, e com a acentuada tentação de demonstrar a eficácia do instrumento que só esse país pode brandir. Essa concepção estratégica nada tem de incontestável, nem mesmo nos círculos da elite, onde em poucos meses começou a emergir um conflito, dentro dos moldes familiares. A estratégia global de controle mundial pela ameaça ou uso da força entra em choque com os objetivos de manter a saúde econômica e os interesses comerciais internacionais – problemas muito sérios, a esta altura, e difíceis de abordar sem mudanças significativas na política social interna. A forma da Nova Ordem Mundial dependerá, em grau nada desprezível, de qual dessas concepções irá prevalecer (CHOMSKY, 2003, p. 23).

A Guerra do Golfo, segundo Chomsky (2003), marcou então a primeira crise internacional na Nova Ordem Mundial. De acordo com a perspectiva do supracitado autor, com o colapso da União Soviética, os Estados Unidos ficaram sem oponentes em questão de poderio militar, econômico e político. Desse modo, a crescente supremacia do Iraque de Saddam Hussein, no Oriente Médio, foi encarada pela potência norte-americana como um novo desafio contra sua hegemonia política, sobretudo na região.

Uma vez compreendida a relevância da Guerra do Golfo no contexto político e econômico da época, é válido voltar à explicação e à cronologia do conflito. Conforme já mencionado, como o Iraque não retirou seu exército do Kuwait, a ONU autorizou a invasão militar do Iraque por um grupo de países, liderado pelos Estados Unidos. O maior ataque ao

Iraque, conhecido como “Operação Tempestade no Deserto”, teve início em 17 de janeiro de 1991 e durou aproximadamente um mês e meio – segundo Brant (1992), essa foi a maior campanha aérea e terrestre contra as tropas de Hussein.

Em 28 de fevereiro de 1991, com o Iraque já desgastado e tido como derrotado, um cessar-fogo foi imposto, mas só foi aceito oficialmente em abril do mesmo ano. Curiosamente, segundo Brant (1992), uma das decisões mais controversas tomadas pela coalizão foi a ordem dada pela administração do presidente George Bush de não invadir Bagdá e derrubar Saddam do poder, já que imaginavam que o custo humano e econômico não valeria a pena. Aliás, “o Congresso Americano declarou um gasto de 61,1 bilhões de dólares na guerra” (BRANT, 1992, p. 62). Sendo assim, o Iraque teve que retirar suas tropas do vizinho Kuwait, além de sofrer com o embargo econômico imposto pela ONU.

Assim como todas as guerras, o conflito teve um custo alto, principalmente em relação às vítimas. De acordo com Gordan & Trainor (1995), estima-se que, no Iraque, foram 20 mil a 35 mil mortos e mais de 75 mil feridos — entre eles, militares e civis. Já a coalizão, liderada pelos Estados Unidos, teve um total estimado de 392 mortos e 776 feridos.

Mas apesar da derrota, Hussein permaneceu no poder e, com o passar dos anos, conseguiu reestruturar a sua economia — ainda dependente da exportação do petróleo — e seu exército. O ditador iraquiano só viria a ser derrubado no ano de 2003, durante a Guerra do Iraque, liderada pelos Estados Unidos sob o comando do presidente George W. Bush, filho do então chefe do Executivo Federal na década de 1990.

3.1.1. Relações do Brasil com a Guerra do Golfo

No início da década de 1990, o Brasil experimentava a sua redemocratização. Pela primeira vez, após anos de Ditadura Militar (1964-1985), o povo brasileiro pôde eleger diretamente seu presidente, sendo Fernando Collor de Mello o escolhido para assumir a presidência em 15 de março de 1990.

Em relação ao contexto histórico vivenciado na época, as pesquisadoras Mônica Hirst e Letícia Pinheiro (1995, p. 6) afirmam que “a política externa brasileira durante o governo Collor é vista como um processo de ajuste não só à nova realidade doméstica, mas igualmente à internacional”. Ou seja, além das mudanças no sistema político interno, o governo brasileiro

precisou também reformular sua atuação no cenário geopolítico mundial como uma nova democracia. O pesquisador André de Aguiar Freire (2009) concorda com essa ideia e reitera que a Guerra do Golfo foi um momento decisivo para que o governo brasileiro definisse seu posicionamento político perante a Nova Ordem Mundial. Segundo o supracitado autor,

> a crise no Golfo Pérsico (1990-91) representou um impasse para essa política externa que já lutava para se adaptar. Por um lado, Collor tinha como objetivo retomar o paradigma americanista como eixo central da política externa brasileira e ao mesmo tempo avançar com a agenda liberal no país, em uma tentativa de aumentar a credibilidade internacional do Brasil para renegociar sua dívida (Pinheiro, 2004). Por outro, entretanto, o presidente deveria conciliar sua linha mestra da política externa com o fato de o Brasil ter sido, ao longo dos anos 70 e 80, um dos principais parceiros comerciais do Iraque, não objetivando, portanto, prejudicar os interesses nacionais na região (FREIRE, 2009, p. 59).

Anterior à Guerra do Golfo, é possível dizer que o Brasil era um dos principais aliados comerciais do Iraque durante a década de 1980 — quando ocorreu a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), enquanto o Brasil ainda vivia sob a Ditadura Militar, mais precisamente com a liderança do General João Baptista de Oliveira Figueiredo na presidência. A respeito das relações entre os países, Fares (2007) diz que

> o Iraque representou para o Brasil uma oportunidade em pelo menos dois aspectos: i) fornecimento de petróleo a preços oficiais, mesmo em tempos de crise no mercado internacional; e ii) mercado consumidor para exportações de produtos e serviços brasileiros. Isso porque o Iraque era um Estado altamente revisionista e, portanto, isolado, o que significava um importante espaço livre de atuação da diplomacia brasileira junto a um produtor de petróleo. Com o tempo, o Iraque receberia atenção privilegiada por parte da diplomacia, da Petrobrás e dos demais órgãos do governo (FARES, 2007, p. 7).

Fares (2007) lembra também que o governo de João Figueiredo vivenciou um cenário de desabastecimento e aumento no preço do barril de petróleo devido à eclosão da nova crise em 1979. Naquele ano, cerca de 90% do petróleo consumido no Brasil era importado do mundo árabe.

Outro fato a respeito da relação entre Brasil e Iraque é relacionado à construtora *Mendes Júnior*. Por meio de acordos comerciais, a empresa pavimentou várias estradas e construiu uma linha ferroviária, na época caracterizada como o maior contrato internacional já fechado pelo Brasil. Nesta ocasião, mais de 10 mil trabalhadores brasileiros foram enviados ao Iraque para a prestação dos serviços.

Já segundo Furlan (2015), durante os conflitos no Golfo Pérsico, o Brasil foi um dos principais países a fornecer equipamento bélico ao Iraque, principalmente mísseis e veículos de guerra. Curiosamente, sobre a fabricação do tanque *Ogum*, Furlan (2015) conta que

> novamente, quem solicitou o modelo foi Saddam Hussein, que desejava um blindado leve transportador de tropas movido por esteiras (mais eficientes que as rodas em terrenos off-road), com características similares às do alemão Wiesel. Assim, foi criado o primeiro protótipo do Ogum, em 1986. O governo iraquiano pediu modificações, que foram feitas pela Engesa e se materializaram num novo protótipo – no total, foram produzidos quatro exemplares prévios. O ditador do país do Oriente Médio chegou a negociar a aquisição de 200 unidades do Ogum, mas, com o desenrolar dos conflitos na região, a negociação não evoluiu, e o projeto foi abandonado (FURLAN, 2015, p. 3-4).

Retornando ao momento da crise do Golfo em 1990, ao mesmo tempo em que Collor continuava a enxergar no Iraque um parceiro comercial com potencialidade para a ampliação das relações (FREIRE, 2009), o presidente buscava também uma aproximação mais amistosa com os Estados Unidos. Além do mais, naquele momento,

> a política externa brasileira passava por uma revisão de suas prioridades. A construção de uma agenda positiva com os EUA traria mais benefícios ao país, assim como um aprofundamento das relações com a Comunidade Econômica Europeia e com os vizinhos na Bacia do Prata, com a criação do Mercosul, além de uma maior aproximação com a Ásia, em especial com o Japão. E no Oriente Médio, a Arábia Saudita e o Irã mostravam-se agora como alternativas para a questão energética (FREIRE, 2009, p. 67).

Mais adiante, o autor ressalta que "o Brasil não mais apoiaria o regime de Hussein em detrimento de sua imagem no exterior, tão importante para a construção de sua credibilidade internacional, uma vez que emergia como uma Nova República Democrática" (FREIRE, 2009, p. 68). Além disso, o Brasil, naquele contexto, não dependia mais do petróleo iraquiano, comparado com os anos anteriores. Freire (2009) ressalta também que, com a economia iraquiana ainda em recessão, o país devia ao Brasil pelos equipamentos bélicos adquiridos no passado.

Fares (2007), por sua vez, lembra que outro fato referente ao enfraquecimento das relações entre os dois países está relacionado ao fato de Saddam Hussein ter confiscado os vistos de todos os estrangeiros em solo iraquiano. Com esta ordem, jornalistas brasileiros na região foram obviamente afetados. Porém, o caso dos trabalhadores da construtora *Mendes Júnior* foi mais preocupante, uma vez que a colônia de brasileiros recebia poucas informações do ocorrido e ajuda praticamente escassa em meio ao deserto iraquiano. Segundo o autor,

apesar de o Brasil não ter enviado as suas tropas ao Oriente Médio, esse foi o momento decisivo para o posicionamento do país em meio ao contexto.

Apesar dos fatos aqui citados, é possível dizer que o governo brasileiro se viu dividido diante daquela situação: manter sua relação bilateral, e principalmente manter suas relações comerciais com o Iraque, ou então melhorar a sua diplomacia com a potência norte-americana. Sobre isso, Freire (2009) afirma que

> substituir a dependência brasileira pelo petróleo iraquiano e por outros bens e serviços transacionados entre ambos poderia facilmente ter sido alcançado no médio prazo. Todavia, substituir a dependência brasileira por investimentos, comércio e acordos governamentais norte-americanos e europeus parece algo impensável até para os padrões atuais. E esse sim era, fundamentalmente, o real impasse enfrentado pela política externa brasileira naquele momento (FREIRE, 2009, p. 72).

Assim como na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o Brasil, na Guerra do Golfo, ainda tentou manter certa neutralidade, mas foi possível observar — segundo os pesquisadores mencionados aqui — certo receio em romper sua relação comercial sólida com o Iraque. Por outro lado, o Brasil também necessitava de uma maior aproximação dos Estados Unidos e de outros países ocidentais e democráticos daquela época.

Conforme visto nesta seção, o estopim da Guerra do Golfo ocorreu quando o território do Kuwait foi anexado ao Iraque de Saddam Hussein, tendo como principal motivação uma rivalidade histórica e econômica entre as duas nações, especialmente no que se refere à exploração de petróleo na região. Com consequências no mercado internacional, os Estados Unidos intervieram militarmente no conflito, com o apoio de diversas nações ocidentais, a fim de retirar as tropas iraquianas do território kuwaitiano. Ademais, o Kuwait — junto com a Arábia Saudita — era um importante aliado econômico dos Estados Unidos, o que garantia a influência americana no Oriente Médio.

Apesar de o Iraque ter sido um parceiro comercial do Brasil no passado, o governo brasileiro — que passava pelo processo de redemocratização —, adotou um posicionamento mais a favor dos Estados Unidos durante o conflito no Golfo Pérsico. Mesmo o Brasil tendo se declarado neutro na guerra, o governo condenou a invasão iraquiana no Kuwait, sendo que a situação diplomática entre os dois países se deteriorou a partir do momento em que os trabalhadores brasileiros ficaram detidos no Iraque. Amorim[71] (2018), aliás, alega que

---

[71] Celso Amorim iniciou-se na carreira diplomática em 1963, formando-se pelo Instituto Rio Branco e fazendo pós-graduação na Academia Diplomática de Viena e na *London School of Economics and Political Sciences*. Foi presidente da Embrafilme, embaixador em Genebra e Londres, presidente do Conselho de Segurança da ONU, ministro das Relações Exteriores nos governos Itamar Franco e Lula e ministro da Defesa no primeiro mandato do governo Dilma.

> carros feitos no Brasil cruzavam as ruas de Bagdá, enquanto empresas brasileiras planejavam obras de grande vulto no país mesopotâmico. No caso do Iraque, evidentemente, essa presença praticamente cessou, com grande prejuízo para nossas empresas na esteira da primeira Guerra do Golfo (AMORIM, 2018, p.107).

Além disso, o autor lembra que, em 1991, sob os auspícios do Conselho de Segurança, foi criada a Comissão das Nações Unidas para Compensações, destinadas a gerir o pagamento de compensações por perdas e danos em decorrência da invasão iraquiana no Kuwait.

Essas informações acerca do contexto histórico e político são importantes para compreender especialmente a situação de comunicação e a produção de sentidos dos discursos midiáticos sobre o conflito em questão. Mais precisamente, essa contextualização pôde auxiliar no estudo da dimensão argumentativa projetada, por exemplo, nos enquadramentos identificados no discurso informativo - uma vez que, conforme visto na seção 2.4 desta pesquisa, a noção de dimensão argumentativa contribui para compreender as intencionalidades não explicitamente declaradas em um determinado discurso. Sendo assim, o conhecimento dos interesses políticos e econômicos do Brasil e das demais nações em torno da Guerra do Golfo pôde colaborar para uma análise de uma possível relação entre as estratégias utilizadas pelos jornais brasileiros e sua situação de comunicação, para transmitir os acontecimentos do conflito ao seu público-leitor.

3.2. A história de guerra como especialização jornalística

Esta seção tem como objetivo explanar acerca da especialização jornalística em conflitos armados. Primeiramente, será discutido a respeito do jornalismo de guerra ao longo da história mundial, observando suas principais mudanças no decorrer dos anos, especialmente em relação aos avanços tecnológicos que impactaram essa prática jornalística. Em seguida, será analisado também o que já se sabe sobre o jornalismo de guerra praticado pela mídia brasileira ao longo da história e, por fim, serão observadas as principais características estudadas até então dessa especialização jornalística.

O jornalismo de guerra, propriamente dito, trata-se da especialização jornalística referente à cobertura midiática de conflitos armados. De acordo com Carvalho (2013), o

correspondente de guerra é um cargo tão antigo quanto o próprio jornalismo. Desde a antiguidade, era comum que relatórios fossem escritos durante e no fim das guerras. Assim, dentro da perspectiva profissional, o correspondente de guerra é o jornalista que cobre acontecimentos diretamente de uma zona de conflitos bélicos.

Considerando então a correspondência de guerra como uma das formas mais antigas de se fazer jornalismo, Allan & Zelizer (1996) afirmam que o primeiro indivíduo a relatar por escrito uma guerra tenha sido Heródoto, que escreveu sobre as Guerras Médicas[72] (499 a.C. – 449 a.C.), mesmo não tendo participado dos eventos, ao contrário de Tucídides que, anos mais tarde, relatou detalhadamente a Guerra do Peloponeso[73](431 a.C. – 404 a.C.) em sua obra "História da Guerra do Peloponeso". No entanto, muito ainda se discute a respeito de quem seria o primeiro correspondente de guerra no que se refere à prática jornalística.

Segundo Allan & Zelizer (2004), o pintor holandês Willem van de Velde desempenhou um papel importante na história dos relatos sobre guerras. No ano de 1653, ele presenciou uma batalha naval entre a Holanda e a Inglaterra, registrando-a em desenhos no próprio local, que, posteriormente, foram transformados em uma única grande pintura que serviu para retratar o conflito. Porém, após esses períodos, surgiram várias modernizações, como o jornal e as revistas. Nesse caso, Allan & Zelizer (2004) afirmam também que um dos primeiros correspondentes de guerra profissionais tenha sido o inglês Henry Robinson, que cobriu as Campanhas Napoleônicas (1803-1815) na Espanha (o que inclui a Guerra de Independência Espanhola) e na Alemanha para o jornal londrino *The Times*.

Ainda segundo Allan & Zelizer (2004), os primeiros conflitos a receber uma ampla cobertura jornalística foram a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a Guerra Civil Americana (1861-1865). Considerando então esse período histórico, muitos pesquisadores concordam que o irlandês William Howard Russell seja o primeiro correspondente de guerra da História da Imprensa devido ao seu trabalho na Guerra da Crimeia. De acordo com o pesquisador português Élvio da Silva Carvalho, o título de "primeiro correspondente de guerra moderno" atribuído à Russell deve-se à sua forma com que relatava o conflito, o que fez com que suas narrativas de guerra fossem consideradas uma inovação na imprensa da época, uma vez que

> os seus relatos visionários, bastante detalhados e altamente críticos para com os malefícios que a guerra traz para soldados e civis, foram tão relevantes que se tornaram o estilo a seguir por todos os que lhe seguiram os passos. A descrição

[72] Também conhecidas como Guerras Greco-Persas ou Guerras Persas, foram uma sucessão de conflitos bélicos entre os antigos gregos e o Império Persa durante o século V a.C.

[73] A Guerra do Peloponeso foi um conflito armado entre as cidades de Atenas e Esparta, na Grécia Antiga. Além de Tucídides, Xenofonte registrou também os adventos da guerra em sua obra "Helênicas".

> quase literária daquilo que os seus olhos presenciavam era registrada em textos bem elaborados que transferiam as imagens dos cadáveres, dos mutilados e de todos os outros horrores que a guerra pressupõe, diretamente da frente de combate para os diários e semanários. Por outras palavras, graças a Russell, pela primeira vez a guerra ganhava o estilo de notícia propriamente dita. Nascia, pois, o jornalismo de guerra (CARVALHO, 2013, p. 12).

Então, segundo as palavras do supracitado autor, o jornalismo de guerra inaugurado por Russell tinha como características: uma narrativa de caráter mais literário; um distanciamento da objetividade jornalística devido ao teor crítico de seus discursos; uso de imagens fortes do conflito, como cadáveres e feridos, complementando o teor impactante dos textos os quais acompanhavam. Carvalho (2013, p. 12) ressalta ainda que a parcialidade de Russell, evidente em seus textos, "mostrava-se um aberto militante do lado britânico, denunciando por exemplo, a falta de mantimentos e cuidados médicos para os soldados, exigindo melhores condições para os 'seus' homens". Dessa forma, pode-se dizer que seus conceitos e ideologias eram transmitidos por meio de seus discursos nas narrativas sobre a guerra.

Outro correspondente que acompanhou a Guerra da Crimeia, e que também merece destaque, é Thomas Chenery, editor do jornal *The Times*, que inclusive chegou a incomodar a coroa britânica. Em seus relatos, Chenery denunciava a falta de assistência médica aos soldados britânicos e entre outros descasos do governo. Desse modo, é possível dizer que apesar de seu caráter literário, as narrativas de guerra na modernidade já possuíam um teor de denúncia, o que se tornou presente na especialização ao longo do tempo e que permanece ainda na atualidade. Ainda sobre o trabalho de Chenery, Carvalho (2013) diz que

> os leitores adoravam. Através das crônicas de guerra contadas por homens como Chenery era possível entender o que acontecia aos soldados, sem que fosse preciso ouvir as histórias contadas por eles mesmos após seu regresso a casa meses, talvez anos depois, de os eventos tomarem lugar. Assim, sozinhas, as histórias de guerra vendiam os jornais, e, por este motivo, a partir de 1854 a guerra torna-se o evento de excelência para publicação. Nenhum editor queria prescindir destas notícias, e uma por uma, todas as publicações de referência europeias e americanas (principalmente) começam a enviar os seus próprios correspondentes para os conflitos que se seguiram (CARVALHO, 2013, p. 12).

Os donos e editores de jornais perceberam que a guerra poderia ser lucrativa, já que o assunto despertava cada vez mais o interesse dos leitores. Com isso, os correspondentes de guerra passaram a ser mais numerosos e atuantes nos campos de batalha, não apenas pelo seu compromisso com a ética e por razões humanitárias, mas também pelos interesses comerciais da imprensa. Assim sendo, Carvalho (2013) assevera que o jornalismo de guerra tenha

inaugurado “os anos de glória da imprensa” – mais precisamente, segundo as palavras do supracitado autor,

> iniciaram-se os anos de glória da imprensa que chegariam ao fim por volta de 1914, com o início da primeira grande guerra com a imposição da censura governamental. Foi a era em que os media cultivaram e alargaram o seu poder de influência sobre os cidadãos comuns, no que toca aos conflitos bélicos. Os correspondentes passaram a ser vistos como heróis, não só pelos leitores, mas também por si mesmos, colocando-se no centro das histórias que contavam e cultivando a sua própria figura. Os editores e diretores das publicações, por sua vez, fizeram uso da liberdade de que dispunham e editavam tudo sem qualquer censura. Os leitores não podiam estar mais satisfeitos (CARVALHO, 2013, p. 13).

Assim, no final do século XIX, a cobertura jornalística de guerra era um reflexo da popularidade da imprensa. Segundo Carvalho (2013), foi a Guerra Civil Americana que provou que conflitos atraíam bons negócios. Com o uso do telégrafo, os correspondentes de guerra enviavam relatos diários sobre os acontecimentos dos campos de batalha. De acordo com Carvalho (2013), essa tecnologia permitia aos repórteres relatarem os eventos em textos descritivos menores e mais sucintos, com uma estrutura próxima à do *lead* jornalístico[74], modalidade de escrita que é uma prática comum na imprensa até nos dias atuais. Desse modo, a tecnologia fez com que a logística do ofício também mudasse, já que o telégrafo fornecia uma velocidade inédita. Logo, os jornais passaram a enviar correspondentes para lugares mais distantes com o apoio de editores influentes. É interessante, então, como não só o telégrafo, mas o jornalismo de guerra influenciou o jornalismo como prática.

Devido à “liberdade de impressa” presente neste período, Carvalho (2013) ressalta que surgiu um problema, o que colaborou também para a imposição da censura governamental anos mais tarde: o sensaciolinalismo, também conhecido como *yellow journalism* (jornalismo amarelo). Com a liberdade que as publicações dispunham até então, alguns jornais e repórteres passaram a praticar um “falso jornalismo” — ou seja, “transformar invenções em realidade e mentiras em verdade jornalísticas” (CARVALHO, 2013, p. 13) em nome do lucro financeiro – o maior exemplo desse fato é a história de William Randolph Hearst.

Empresário americano do ramo de editoras que criou uma enorme rede de jornais e aspirante a uma carreira política, Hearst enviou o artista Frederic Remington para a Guerra da Independência de Cuba (1865-1868). Sua missão era transmitir visualmente o que Richard

---

[74]O *lead*, no jornalismo, trata-se da primeira parte de uma notícia, sendo geralmente o seu primeiro parágrafo. É considerado um elemento fundamental para a funcionalidade do texto jornalístico, já que tem a missão de transmitir as principais informações da notícia e deve chamar a atenção do leitor para que o texto seja lido até o final. De maneira geral, o *lead* deve responder às seguintes questões: “o quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?”.

Harding Davis fazia com as palavras, noticiando as lutas dos revolucionários pela independência da ilha caribenha. Carvalho (2013), em sua obra, explica melhor o ocorrido:

> Já no local, Remington enviou um telegrama em que alegadamente alertava Hearst sobre a não existência de nenhum conflito e pedia também para regressar. Na resposta, Hearst proferiu a frase que lhe valeu a fama de ter começado a guerra: "Por favor, fique aí. **Forneça as imagens, eu fornecerei a guerra**[75]". E, realmente, o conflito não estaria longe de começar, quando o navio USS Maine afundou na baía de Havana após uma explosão misteriosa. Tentando não se precipitar para uma guerra, o governo dos Estados Unidos tentou apurar as causas da ocorrência; já a imprensa não seria tão paciente (...). O jornal de Hearst prontamente apontou os espanhóis como os culpados- 48 horas após o evento, a 17 de Fevereiro de 1898, oferecendo mesmo uma recompensa de 50000 dólares a quem entregasse os responsáveis. "Destruição do navio de guerra 'Maine' foi obra de um inimigo", lia-se. O relatório oficial só seria divulgado mais de um mês depois, e viria a concluir que a explosão ocorrera na parte inferior e exterior do navio (o relatório dos espanhóis apontava para o contrário e afirmava que a explosão fora originada na parte de dentro). No entanto, a esta altura, já os jornais de Hearst e Pulitzer haviam lançado uma intensa campanha para o início da guerra. Publicações diárias sobre o inimigo, títulos como "Agora vamos vingar o Maine!" e múltiplas especulações sobre como seria fácil vencer o conflito (CARVALHO, 2013, p. 50).

A partir desse ocorrido relatado por Carvalho (2013), é possível dizer que a cobertura jornalística de conflitos armados era guiada por determinadas intencionalidades dos meios de comunicação, uma vez que as notícias sobre guerras atraíam a atenção de seu público-leitor. Dessa forma, pode-se dizer que os jornais da época poderiam também influenciar a opinião pública em relação à participação de seu respectivo país no conflito.

Porém, conforme mencionado anteriormente, Carvalho (2013) assevera que o governo passou a reconhecer o "poder" da imprensa em conquistar o público com seus relatos de guerras. Assim, um problema passou a persistir na vida profissional dos repórteres e jornais: a censura governamental. Dessa forma, o governo influenciava a imprensa, ditando o que podia e o que não podia ser publicado. Logo, segundo Carvalho (2013), os anos de glória da imprensa chegaram ao fim por volta de 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial e, consequentemente, com a imposição da censura.

De acordo com a pesquisadora Johanna Neuman (1996), o século XX foi marcado por incríveis avanços nas comunicações, como a ascensão do telefone, o rádio e as câmeras que podiam registrar ações em movimento. No entanto, durante o advento da Primeira Guerra Mundial, a tecnologia teve seu uso limitado. Segundo a autora,

> a Primeira Guerra Mundial foi praticamente censurada. Não há muitos registros contemporâneos sobre ela. Porém, havia muita tecnologia disponível que pode ter

[75] "You furnish the pictures and I'll furnish the war".

> sido utilizada em coberturas de conflitos extremamente sangrentos, mas pouco foi divulgado (NEUMAN, 1996, p. 122; tradução da autora) [76].

Textos e imagens que mostravam mortos e feridos de seu exército eram severamente censurados pelo governo. Além disso, Neuman (1996) afirma que as tecnologias da guerra, como armas e gases venenosos, foram responsáveis por um massacre sem precedentes que os governos das nações ditas democráticas não queriam torná-lo público – como, por exemplo, quando autoridades britânicas chegaram a recusar o credenciamento de repórteres para a guerra. Na França, fotógrafos eram proibidos de registrar o *front* sob o risco de pena de morte. Mas apesar disso, Neuman (1996) diz ainda que a reconstituição em fotos e vídeos era divulgada, já que correspondentes de países neutros tinham uma liberdade maior na zona de guerra.

A censura esteve presente também durante a cobertura midiática da Segunda Guerra Mundial. Mas, desta vez, ela estava estreitamente ligada à propaganda governamental. No caso do Brasil, por exemplo, Garambone (2003) diz que a imprensa promoveu um patrulhamento ideológico pelo país, uma vez que o Brasil – sob a ditatura do Estado Novo de Getúlio Vargas – atuou diretamente na Segunda Guerra Mundial com o envio de tropas à Europa. O pesquisador português Carvalho (2013) concorda com essa ideia, afirmando que

> durante a Segunda Guerra, o processo voltou a repetir-se, com os jornais e rádios a serviço de um propósito propagandista nacional, ocultando e distorcendo os fatos, e ao publicar histórias que tomaram o lugar da realidade. Ainda que durante a Segunda Guerra as pressões tenham sido menores e o número de correspondentes tenha aumentado, era necessário consultar tanto a imprensa do lado Aliado, como do lado do Eixo, para se encontrar um "meio-termo" que mostrasse um pouco da verdade. O problema maior, no entanto, eram os próprios correspondentes, que sabiam bem que estavam a ser utilizados para uma campanha de propaganda nacional e, ainda sim, desistiam de lutar (CARVALHO, 2013, p. 16).

Pode-se dizer então que a censura, na Segunda Guerra Mundial, deixou mais nítida uma evidenciação por meio da seleção e ênfase de determinadas informações que podiam ser noticiadas e, consequentemente, poderiam provocar o efeito de sentido operado pela propaganda governamental em meio ao discurso jornalístico.

Já a respeito das tecnologias utilizadas pelos meios de comunicação, Carvalho (2013) ressalta que, apesar da ascensão do rádio naquele período, a imprensa escrita tinha ainda um grande destaque durante a Segunda Guerra Mundial. Neste advento, muitos jornalistas da

---

[76] The WWI was praticly censored. There are not many contemporary records about it. However, much technology was available that may have been used in extremely bloody clashes of conflicts, but little has been discovered about it (NEUMAN, 1996, p.122).

mídia impressa conquistaram o reconhecimento público. Entre eles, destaca-se Clare Hollingworth, a correspondente de guerra do jornal britânico *Daily Telegraph* que divulgou em primeira mão o início da guerra. Posteriormente, Hollingworth também relatou os conflitos no Vietnã, na Argélia e no Oriente Médio. Outro jornalista renomado na época foi Ernest Taylor Pyle – conhecido também como Ernie Pyle – que acompanhou as tropas americanas na Europa, no norte da África e na região do Pacífico. Seus relatos eram produzidos diretamente da frente de batalha e se destacavam pelo seu ponto de vista humanista, fazendo lhe render o *Prêmio Pulitzer* de jornalismo em 1944. Pyle foi morto no campo de batalha, enquanto exercia seu ofício na ilha de Okinawa, no Japão, em 1945. Por fim, outro correspondente da Segunda Guerra Mundial que merece destaque foi George Orwell – pseudônimo de Eric Arthur Blair. Mais conhecido pelas suas obras literárias, como "A Revolução dos Bichos" e "1984", Orwell trabalhou como correspondente na França e na Alemanha, onde atuou para a *BBC* e para o jornal britânico *The Observer*. Já em relação aos repórteres de guerra que se destacaram no rádio, Carvalho (2013) menciona que

> mais do que ler o jornal, programas de informação como War Report eram essenciais para saber o que estava a acontecer, e popularizaram repórteres como os britânicos Frank Gillard e Richard Dimbleby. Este último ficou famoso pela reportagem da libertação do campo de concentração de Belsen, na Alemanha, um relato tão chocante que os representantes da BBC recusaram admitir que pudesse ser verdade (CARVALHO, 2013, p. 13).

Retomando a questão da censura governamental, o caso da Guerra do Vietnã foi diferente: pela primeira vez, as autoridades não controlaram o material jornalístico produzido pelas mídias diretamente dos campos de batalha. Segundo Neuman (1996), a imprensa havia experimentado uma liberdade que jamais tivera antes, sendo a televisão, que naquele contexto se popularizava cada vez mais, a grande aliada dos correspondentes de guerra para driblar a censura governamental. Carvalho (2013) concorda também que a Guerra do Vietnã tenha sido o primeiro conflito verdadeiramente televisionado. Com isso, o público teve acesso à "realidade da guerra", já que assistiam aos horrores cometidos e sofridos por ambos os lados – ou seja,

> não havia uma tentativa inicial de controlar os *media*, como na Alemanha da segunda grande guerra, e ao longo deste conflito , a imagem que os jornalistas, não só americanos, mas também os dos seus países aliados. O que se pensavam acerca do governo dos E.U.A. foi-se deturpando ao ponto de perder o apoio que lhe era dado. Tal ato ajudaria a mudar as opiniões dos cidadãos relativamente ao conflito, que passam a desaprovar em grande escala - um "erro" que seria "corrigido" durante primeira guerra do Golfo. Os norte-americanos acabariam por sair da guerra deixando para trás o mito de que a imprensa era a responsável pela tomada desta decisão (CARVALHO, 2013, p. 27).

"O que não podia ser dito e visto", então, passou a ser enfatizado na cobertura midiática da Guerra do Vietnã, uma vez que, ainda segundo Carvalho (2013), o patriotismo foi esquecido, enquanto as estratégias mal executadas pelo exército passaram a ser abertamente criticadas. Além da comoção gerada pelas imagens reais de seus soldados mortos e feridos, houve um questionamento público a respeito do envolvimento das tropas americanas na prática de crimes de guerra. Os textos e as imagens não eram mais suavizados pelo "bem da nação": a cobertura midiática da Guerra do Vietnã foi marcada pela divulgação de imagens chocantes. Então, a exibição de imagens de civis apanhados pelos bombardeios de *napalm*, por exemplo, começou a aumentar e, consequentemente, a transformar opiniões que antes julgavam que aquela era uma "guerra limpa".

Um dos repórteres que "incomodou" o governo americano foi Peter Arnett[77], que foi para o Vietnã como correspondente de guerra da agência de notícias *Associated Press*. Arnett participou de diversas operações militares ao lado das tropas americanas e entre suas reportagens comoventes está o relato da traumática batalha na Colina 875, onde faleceram inúmeros soldados americanos durante uma tentativa fracassada de resgate de seus compatriotas que haviam sido capturados pelos vietnamitas. De acordo com a pesquisadora Johanna Neuman (1996), os relatos de Arnett focavam especialmente em histórias de soldados comuns e de civis vietnamitas, o que lhe causou inúmeros problemas com o governo norte-americano, já que suas reportagens eram consideradas "antipatrióticas e negativas para a causa da guerra". Outra reportagem famosa e polêmica consistiu em uma declaração dada por um oficial não identificado que revelou a destruição da vila de Bem Tre pelo exército americano. Durante a sua atuação no Vietnã, o comandante das forças americanas, General William Westmoreland, e o Presidente Lyndon Johnson chegaram a pressionar a *Associated Press* para retirar Arnett do país.

Conforme menciona Carvalho (2013), o que aconteceu durante a cobertura midiática na Guerra do Vietnã foi um erro que seria corrigido na Guerra do Golfo, no início da década de 1990. Porém, nesse período, o jornalismo de guerra entrou em uma nova era: a era do imediatismo (CARVALHO, 2013). Com o aprimoramento da tecnologia via satélite, as informações chegavam até o público com ainda mais velocidade — e isso, claramente, impactava na prática jornalística nos campos de batalha.

Pela primeira vez na história, o mundo assistia ao vivo as imagens de uma guerra. A mídia mostrava em primeira mão o avanço das tropas aliadas e toda sua capacidade de fogo.

[77] Peter Arnett recebeu o *Prêmio Pulitzer* em 1966 pelo seu trabalho no Vietnã.

No entanto, apesar da mídia visar produzir esse “efeito de veracidade” por meio das tecnologias que permitiam a transmissão simultânea dos acontecimentos na guerra, muitos fatos passaram a ser “excluídos” pela imprensa – pois, como cita Arbex Júnior (2001), durante a Guerra do Golfo, a imprensa enfatizou muito mais as armas, o *show* de imagens, as batalhas noturnas e a tecnologia do que os horrores e a destruição da guerra.

A rede de notícias *CNN* ficou mundialmente conhecida pela sua cobertura midiática da Guerra do Golfo, que transmitia os acontecimentos do conflito em tempo real para todo o planeta. Um de seus jornalistas mais conhecidos foi Peter Arnett, que já havia atuado como correspondente na Guerra do Vietnã. Nos primeiros dias dos ataques americanos no Iraque, Arnett foi o único jornalista a cobrir ao vivo a guerra diretamente de Bagdá. Suas reportagens, consideradas dramáticas, geralmente eram feitas ao som de explosões e sirenes de aviso antiaéreo.

Os termos “guerra cirúrgica” e “bombas inteligentes” eram corriqueiramente utilizados pela mídia para designar a atuação do exército ocidental no conflito do Golfo — já que os meios de comunicação americanos, mais uma vez em sua história, atendiam às expectativas do governo em relação à guerra. A respeito dessa ideia, Carvalho (2013), em seus estudos, observou que a Guerra do Golfo era representada pela mídia como

> rápida, cirúrgica, praticamente sem vítimas, limpa. Serão estes os adjetivos mais adequados para descrever o que aconteceu entre Agosto de 1990 e Fevereiro de 1991 em território Iraquiano. A primeira guerra do Golfo parece não ter sido tanto uma “guerra”, mas mais um espetáculo televisivo. Um autêntico “reality show” difundido para o mundo inteiro pelas mãos da americana CNN, onde se contou a história dos heróis soldados norte-americanos que partiram para o Oriente para salvar as vidas dos civis do Kuwait e Iraque das mãos de Saddam Hussein (...). As imagens e textos da guerra do Golfo eram, no entanto, quase perfeitas, praticamente sem mortos nem feridos, sem civis atacados, sem derrotas para os que foram praticar o “bem” (CARVALHO, 2013, p. 29-30).

Ou seja, além de enfatizar o *show* de imagens das ofensivas bélicas – o que mais parecia ser uma partida de *videogame* – as mídias evidenciavam a Guerra do Golfo como um conflito sem vítimas por parte do exército ocidental, em que os mísseis atingiam apenas alvos estratégicos, longe das áreas civis. Ao contrário da Guerra do Vietnã, as vítimas e outros horrores da guerra foram silenciados.

Posteriormente, em 2003, o mesmo ocorreu com a Guerra do Iraque, também conhecida como a Segunda Guerra do Golfo. Desta vez, a cobertura midiática se destacou pelo sistema *embedded*, que também havia ocorrido nos conflitos anteriores, mas chamou

mais atenção durante a invasão das tropas de George W. Bush no Iraque, no início dos anos 2000.

O sistema *embedded*, anunciado pelo presidente americano junto ao Departamento de Defesa, prometia agradar aos jornalistas, pois consistia em integrar os profissionais da imprensa no seio das tropas americanas, garantindo um suposto acesso a informação sem restrições e com um contato direto com os *fronts* de batalha. De acordo com Carvalho (2013),

> os jornalistas podiam, assim, ver tudo o que os militares vissem, experimentar o que estes experimentassem, enfim, viver em comum com os soldados. A experiência dos "embedded" prometia ser um sucesso para ambas as partes. Para os jornalistas, prometia imagens e relatos dos combates e bombardeamentos em direto acesso a operações e estratégias oficiais, entrevistas com soldados, demonstrações oficiais de artilharia e, principalmente, a isenção dos relatos. Os jornalistas seriam livres de reportar tudo e como quisessem, sem censura nem revisão dos seus documentos ou imagens. Para o governo, o sistema prometia os *media* como relações públicas face ao inimigo. As reportagens provindas do seio dos combatentes, onde se via a grande quantidade e qualidade de artilharia, tecnologia e recursos humanos, conseguiriam causar grandes dúvidas na fé de Saddam Hussein de vencer o conflito**. O objetivo era, portanto, usar os media para intimidar o inimigo** (CARVALHO, 2013, p.38-39; grifos da autora).

No entanto, a realidade foi outra, já que esse sistema foi uma estratégia semelhante ao da Segunda Guerra Mundial. Ainda segundo Carvalho (2013, p. 39), o governo e o exército davam aos jornalistas informações oficiais "em troca de uma isenção falaciosa". Antes de partir para os campos de batalha, os *embedded* precisaram concordar com uma lista de termos que os impedia de relatar certos fatos, como as baixas domésticas e a sua localização atual. Mais uma vez, estava imposta a censura aos correspondentes de guerra. Porém, Carvalho (2013) ressalta que a ideia não era convencer os jornalistas a beneficiar o lado americano, mas estimular o patriotismo, o companheirismo e a identificação com os então "colegas soldados". Dessa forma, o "eles" se tornou o "nós" nas narrativas midiáticas sobre a guerra, revelando a parcialidade jornalística diante ao conflito. Além disso, ao manter os jornalistas protegidos pelas tropas, o outro lado da guerra não era visitado.

A autora Daniela Teixeira (2012) alega que enquanto as mídias ocidentais, especialmente os canais televisivos, exibiam as maravilhas da tecnologia bélica americana, cabia à impressa árabe mostrar o outro lado da moeda. O canal *Al Jazeera*, em especial, apostou desde o início nas imagens fortes que eram silenciadas pela maioria das mídias ocidentais, como soldados iraquianos mortos numa trincheira, portando uma bandeira branca; prisioneiros de guerra americanos; imagens de cadáveres empilhados e de uma criança decapitada. A *Al Jazeera*, então, mostrou o lado dos atacados – ou seja, o lado que era

“ocultado” pela imprensa ocidental. Esse fato teria mudado o panorama visto até então, já que as imagens transmitidas pela mídia árabe passaram a ser cada vez mais difundidas pelo mundo, provocando críticas severas contra o jornalismo e o exército ocidentais.

Conforme pôde ser observado, a cobertura midiática de conflitos armados sempre captou a atenção do grande público, assim como atraía os interesses dos governos envolvidos nas guerras. Além disso, as transformações tecnológicas nos meios de comunicação, ao longo do tempo, deram ao jornalismo de guerra características fundamentais, tais como “o acréscimo da quantidade de informação, a credibilidade e sensação de realidade, e o aumento das possibilidades de interpretação por parte do espectador” (CARDOSO, 2013, p. 18) – e isso, de certa forma, causou preocupações aos governos, fazendo-os intervir na atuação da mídia nos conflitos para que seus efeitos visados fossem provocados efetivamente na audiência.

Então, uma vez expostas as considerações acerca da história do jornalismo de guerra no mundo, o próximo tópico desse capítulo consiste em expor o que já se sabe (até o presente momento desta pesquisa) a respeito do jornalismo de guerra praticado pela imprensa brasileira, atentando-se aos fatos aqui já explicados e também às suas possíveis características próprias.

3.2.1. O jornalismo de guerra no Brasil

Uma das primeiras coberturas midiáticas brasileiras de conflito se refere à Guerra do Paraguai (1864-1870), que ocorreu durante o período imperial de Dom Pedro II. No entanto, o pesquisador Mauro César Silveira lembra que, apesar de o Brasil ser um país onde poucos tinham acesso à informação escrita (já que uma grande parcela da população era analfabeta na época), os jornais recebiam uma atenção especial do poder, “empenhado em assegurar a imagem mais favorável possível em suas páginas” (SILVEIRA, 2014, p. 214). Assim, segundo o autor, um dos jornais mais prestigiados pela Corte e pelos poderosos da economia imperial era o *Jornal do Commercio*. Durante a guerra contra o Paraguai,

> o diário estampou, com regularidade, as partes militares distribuídas pelo Ministério da Guerra, contendo ofícios dos comandantes brasileiros presentes no teatro de operações. Mas não se constituíam em meros relatórios técnicos. As correspondências, transcritas integralmente, por vezes propalavam fatos inverídicos,

> contribuindo para disseminar o discurso brasileiro no episódio. Um exemplo de informação falsa foi a suposta execução do vice-presidente paraguaio Francisco Sánchez, em 1868, pelos *tribunales de sangre* instituídos por Solano López, para julgar os acusados de conspiração contra seu governo. O *Jornal do Commercio* publicou uma carta do comandante Caxias ao ministro da Guerra, Barão de Muritiba, redigida no acampamento de Vila Franca em 10 de setembro daquele ano, comunicando o fuzilamento do segundo homem na linha de poder naquele país. Na verdade, Sánchez estava vivo e morreria bem mais tarde, em 1º de março de 1870, alvejado pelo assalto final das tropas brasileiras às forças do Mariscal, em Cerro Corá (SILVEIRA, 2014, p. 219).

Então, segundo o supracitado autor, informações falsas e/ou equivocadas eram frequentes durante a cobertura impressa do *Jornal do Commercio*. Aliás, Silveira (2014) ressalta que o objetivo do jornal, aliado aos interesses políticos e militares, consistia visivelmente em "exagerar" as atrocidades cometidas pelo "tirano" Solano López (Presidente do Paraguai e Comandante das Forças Armadas durante o conflito) – isto é, o impresso divulgava "um estereótipo do presidente paraguaio como um homem autoritário e de maus instintos, comandando um país mergulhado nas trevas, atrasado e selvagem" (SILVEIRA, 2014, p. 225). Essa observação pode ser relacionada com um dos objetivos desta pesquisa, que busca analisar a construção das imagens dos líderes políticos envolvidos na Guerra do Golfo – conforme pôde ser observado em uma análise preliminar, os jornais brasileiros divulgavam também uma imagem do presidente iraquiano como um homem autoritário e cruel. Essa ideia pode ser associada ao conceito de "roteiro dramatizante" adotado pelas mídias, segundo Patrick Charaudeau (e que será discutido melhor no tópico 3.2.2 desta pesquisa).

Já em relação ao exército brasileiro na guerra, o *Jornal do Commercio* ovacionava suas conquistas e propagava o discurso oficial do Império. De acordo ainda com as palavras do pesquisador, "não há dúvidas que o jornalismo brasileiro realizou um prestimoso serviço ao Império durante a guerra" (SILVEIRA, 2014, p. 235) – o que revela, então, uma nítida parcialidade do jornalismo brasileiro na época.

Posteriormente, outro conflito que recebeu uma considerável atenção pela imprensa do Brasil foi a Guerra de Canudos (1896-1897) – ao contrário da maioria dos conflitos tratados pela mídia, esse ocorreu dentro do próprio território brasileiro. Um dos jornalistas que acompanhou a guerra foi Euclides da Cunha – sendo que seu trabalho na ocasião lhe rendeu a obra "Os sertões"[78].

---

[78] Considerada uma das obras mais notáveis do movimento pré-modernista brasileiro, foi composta a partir dos escritos de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos. Também conhecido como "Campanha de Canudos", esse foi o confronto entre o Exército Brasileiro e os integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso liderado por Antônio Conselheiro, na comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia.

O autor, que trabalhava como jornalista para *A Província de S.Paulo*, foi enviado como correspondente de guerra para cobrir os conflitos na comunidade de Canudos, no interior da Bahia. Devido a sua ampla cobertura, a Campanha de Canudos tornou-se o primeiro evento midiático da história brasileira. Segundo Hohlfeldt (2009), a reportagem de guerra de Cunha possui alguns aspectos que merecem atenção, tais como

> levantamento antecipado de dados, a partir do momento em que recebe a pauta para a viagem; b) visita e deambulação pelos lugares, na melhor prática da reportagem contemporânea; c) fala com todo o tipo de fonte, e não apenas com as fontes oficiais, estabelecendo, assim, equilíbrio quanto aos pontos de vista apresentados; d) entrevista as pessoas mais variadas e transcreve tais diálogos, numa prática de entrevista extremamente moderna e eficiente, porque profusamente dramática; e) utilização da primeira pessoa do singular, com o que enfatiza o depoimento que suas reportagens traduzem; f) como bem registrou Walnice Nogueira Galvão, e pode-se aplicar sobretudo a Euclides da Cunha, seu trabalho é grande e se tornou imortal porque foi feito no calor da hora. É testemunho, naquela linha que pouco depois John Reed realizaria com o mundialmente reconhecido Dez dias que abalaram o mundo, é o relato do aqui e agora, melhor característica do jornalismo, trazendo o distante para o perto e o passado para o presente, sempre atualizado (HOHLFELDT, 2009, p. 146).

Segundo a análise de Hohlfeldt (2009), os relatos informativos de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos eram constituídos por meio da apuração de detalhes precisos e especialmente pelos testemunhos dos “dois lados” envolvidos no conflito – diferentemente do que ocorreu na imprensa brasileira em sua cobertura da Guerra do Paraguai.

Já em relação à Primeira Guerra Mundial, o pesquisador Sidney Garambone afirma que a mídia brasileira – em especial os impressos *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* – adotou posicionamentos distintos em determinados momentos do conflito: no início da guerra, em 1914, Garambone (2003) diz que foi possível analisar certa neutralidade nas pequenas notícias que eram produzidas a partir do material recebido pelas agências de notícias europeias. Segundo as palavras do supracitado autor,

> o importante na leitura dos jornais é a percepção clara de que, quase um ano depois do início da Primeira Guerra, ainda não há simpatias declaradas nem por um lado e nem por outro. Apesar de próxima politicamente, a guerra estava distante geograficamente e ainda não passava pela cabeça dos formadores de opinião pública e dos tomadores de decisões uma atitude mais enérgica da diplomacia brasileira. A neutralidade era quase natural, tanto a do governo quanto a do povo (GARAMBONE, 2003, p. 77).

No entanto, Garambone (2003) afirma que esse posicionamento dos jornais perante o conflito mudou drasticamente a partir do momento em que um submarino alemão atacou um navio da Marinha Mercante brasileira, carregado de café, próximo ao litoral francês. A partir

de então, o *Correio da Manhã* e *Jornal do Commercio* passaram a produzir conteúdos de caráter analítico em relação à Grande Guerra. O Brasil, então, havia declarado guerra à Alemanha e o conflito se tornou rotina nos noticiários. De acordo com os estudos de Garambone (2003), essa mudança no tratamento dado à guerra pelos jornais pôde ser percebida especialmente por meio de seu discurso. Mais especificamente, de acordo com a análise do autor,

> (...) é no noticiário, normalmente isento, que se percebe a maior mudança na cobertura da imprensa brasileira na Primeira Guerra Mundial neste importante ano de 1917. O tom conciliador, que sempre procurou analisar tecnicamente as manobras tanto dos Aliados quanto das potências Centrais, perde espaço para uma adjetivação inédita nos textos. A Alemanha passa a ser, de uma hora para outra, inimiga secular do Brasil (...) (GARAMBONE, 2003, p. 86).

Então, com a entrada oficial do Brasil no conflito, Garambone (2003) diz que os jornais passaram a utilizar o título *"O Brasil na Guerra"* para informações e notícias da presença nacional na Primeira Guerra Mundial. Além disso, o autor ressalta que os impressos analisados ainda faziam questão de insuflar o patriotismo.

Como já mencionado anteriormente, a ênfase ao patriotismo também pôde ser observada nas narrativas da cobertura midiática brasileira da Segunda Guerra Mundial – aliás, o Brasil participou diretamente no conflito, enviando para Europa aproximadamente 25 mil homens da Força Expedicionária Brasileira (FEB), 42 pilotos e 400 homens de apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) para lutar ao lado das Forças Aliadas contra a Alemanha Nazista e a Itália. Assim sendo, houve também um maior número de correspondentes de jornais brasileiros enviados junto às tropas.

Entre os jornalistas brasileiros que cobriram o conflito, destaca-se o cronista Rubem Braga, que acompanhou o exército brasileiro na Itália como correspondente do jornal *Diário Carioca*. Outro jornalista que se juntou às tropas brasileiras foi Joel Silveira, que havia sido escolhido por Assis Chateaubriand, dos *Diários Associados*, para ser seu correspondente da guerra. Já em relação ao rádio, o radialista Francis Charlton Hallawell – conhecido também como o "Chico da BBC" – foi o único correspondente brasileiro a enviar boletins em áudio diretamente do *front* de batalha.

No decorrer do tempo, a correspondência de guerra se tornou uma prática recorrente nos meios de comunicação brasileiros, que passaram a enviar jornalistas para diversos conflitos. Na Guerra do Vietnã, um dos jornalistas brasileiros mais conhecidos por ter feito a cobertura do conflito foi José Hamilton Ribeiro. Repórter da revista *Realidade*, perdeu uma

perna ao pisar em uma mina terrestre enquanto fazia uma reportagem, em 1968. No ano seguinte, José Hamilton publicou sua experiência no livro *"O Gosto da Guerra"*.

Apesar do início dos conflitos nos Bálcãs, no início da década de 1990, não ter recebido uma notória atenção pelos meios de comunicação brasileiros, a pesquisadora Andréa Carolina Schvartz Peres alega que esses eventos foram intensamente divulgados pela imprensa no Brasil especialmente a partir do momento em que as atrocidades cometidas na Bósnia começaram a repercutir e comover o mundo – como o número recorde de jornalistas mortos, a campanha da "Limpeza Étnica" e estupros em massa como tática de guerra pelo exército sérvio. Segundo Peres (2005), que analisou a cobertura dos jornais *Estado de S.Paulo* e a *Folha de S.Paulo* sobre os conflitos na ex-Iugoslávia,

> a cobertura dos conflitos na ex-Iugoslávia não era, porém, apenas explicativa. Ela podia apontar para os últimos acontecimentos (confrontos e negociações diplomáticas), sendo este tipo de relato o mais comum, já que mais factualista e mais 'quente'. E podia também descrever atrocidades e destruição de cidades e trazer relatos das vítimas. Mas era principalmente quando a 'explicação' tomava a pauta que a cobertura mais nos remetia a esse uso de categorias plenas em significados, passando a ser marcadamente etnicista e o conflito caracterizado definitivamente como um conflito étnico ou religioso entre sérvios e croatas, primeiramente, e, logo a seguir, com o início da guerra na Bósnia, entre sérvios, croatas e muçulmanos (PERES, 2005, p. 230).

Em uma perspectiva antropológica, a supracitada autora conclui também que, durante a cobertura midiática impressa brasileira da Guerra da Bósnia (1992-1995), o jornalismo internacional praticado acabou sendo "pouco internacional", uma vez que "ao se constituir a partir de um senso comum que buscava linhas prontas de história para falar do outro, ele acabava (ao falar para nós) falando de nós o tempo todo, e muito pouco do outro" (PERES, 2005, p. 234). Relatos sobre a violência da guerra, os crimes contra a humanidade e suas vítimas eram corriqueiramente comuns nas páginas dos jornais e nos telejornais brasileiros. Entre os profissionais brasileiros que vivenciaram o conflito, destacam-se Leão Serva (*Folha de S.Paulo*), Marcelo Spina (*Estado de S.Paulo*), Rebeca Kritsch (*Estado de S.Paulo*), Pedro Bial (*Rede Globo*), Sérgio Gilz (*Rede Globo*) e Cristiana Mesquita (*Associated Press*).

A Guerra do Golfo, também no início dos anos 1990, foi outro conflito que recebeu uma ampla cobertura pela mídia brasileira, tanto pelas redes televisas quanto pelos meios de comunicação impressos – mas ao contrário do que ocorreu com a Guerra da Bósnia, as tensões no Golfo Pérsico foram acompanhadas pela mídia brasileira desde o seu início, em agosto de 1990. No caso da cobertura televisiva, o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, contou com seus correspondentes internacionais (entre eles, Pedro Bial e Silio Boccanera) e imagens

em tempo real do conflito. Já a imprensa escrita brasileira contou com inúmeros nomes no local do conflito, como José Arbex Júnior (*Folha de S.Paulo*), William Waack (*O Estado de S.Paulo*), Hélio Campos Melo (*O Estado de S.Paulo*), José Meirelles Passos (*O Globo*), Roberto Lopes (*Folha de S.Paulo*) e Ricardo Bonalume Neto (*Folha de S.Paulo*). Mas apesar da grande quantidade de jornalistas brasileiros *in loco*, Teixeira (2017) alega que a cobertura midiática da Guerra do Golfo consistiu majoritariamente em narrativas que abordaram "uma reparação do bem contra o mal", concentrando-se fortemente na figura agressiva e perversa do Iraque de Saddam Hussein contra a nação indefesa do Kuwait – ideia que se confirma a partir das análises do *corpus* desta pesquisa, como indicam as primeiras análises dadas como exemplo até o momento.

Em relação à Guerra do Iraque, também conhecida como a *Segunda Guerra do Golfo*, o conflito iniciado no ano de 2003 recebeu também uma ampla cobertura brasileira, principalmente a televisiva, apesar das grandes dificuldades dos jornalistas para chegar à zona de guerra. Os correspondentes Luiz Carlos Azenha e Sherman Costa, da *Rede Globo*, chegaram a ser enviados ao Iraque em janeiro de 2003, quando a ONU decidiria sobre o conflito por meio de uma votação. O portal do *Memória Globo* explica o ocorrido:

> No entanto, a decisão acabou sendo adiada, e o visto do repórter, que era de 15 dias, expirou. Ele foi obrigado, então, a ir para Amã, capital da Jordânia, com a promessa de que lá conseguiria outra permissão para retornar ao país. Mas isso não aconteceu. Apesar de todas as tentativas, as autoridades iraquianas negaram o visto de entrada. Nos bastidores, soube-se que as reportagens feitas da Jordânia desagradaram ao embaixador do Iraque no Brasil, o que dificultou tudo. Dentro do Iraque, as matérias de todos os correspondentes tinham que passar pelo crivo de um censor[79].

Como pode ser observado até o momento, a censura tem estado presente na maioria das coberturas jornalísticas de conflitos armados, muitas vezes para satisfazer as expectativas do governo que, geralmente, objetiva conquistar a adesão da opinião pública em relação à guerra. A censura no jornalismo de guerra, então, pode ser relacionada aos componentes situacionais do contrato – uma vez que "a situação de comunicação é o lugar onde se instituem as restrições que determinam a expectativa (*enjeu*) da troca, estas restrições provenientes ao mesmo tempo da identidade dos parceiros e do lugar que eles ocupam na troca" (CHARAUDEAU, 2004), além da finalidade que os unem em termos de visada, e do propósito que pode ser convocado (conforme foi explicado nas seções 1.2 e 1.3). No caso da especialização jornalística em questão, pode-se dizer que a censura é um componente

[79] Disponível em http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/guerra-no-iraque/equipe-e-estrutura.htm. Acesso em 07 de novembro de 2018.

situacional que garante que o contrato de comunicação do jornalismo de guerra não sofra uma manutenção em seu processo comunicativo, uma vez que a produção é condicionada pelo "respeito" à censura.

Posteriormente, os repórteres Marcos Uchoa e Sergio Gilz e o produtor Eric Hart, também da *Rede Globo*, foram enviados para a capital do Kuwait, onde estava baseada boa parte da imprensa internacional para cobrir o conflito. Por sugestão de Carlos Henrique Schroder, então diretor da *Central Globo de Jornalismo*, Eric Hart, Uchoa e Gilz fizeram um curso de proteção em áreas de conflito, oferecido pelo exército inglês. A equipe da *TV Globo* conseguiu chegar a Bagdá apenas em abril, após a capital iraquiana ter sido tomada pelas tropas aliadas.

Os jornalistas Sérgio Dávila e Juca Varella foram os únicos representantes da imprensa brasileira a cobrir a guerra diretamente de Bagdá. Com seus textos e fotografias publicados no jornal *Folha de S.Paulo*, seu trabalho na guerra lhe rendeu o livro *"Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados"*, lançado em 2003. Como parte de um grupo de 180 profissionais independentes, Dávila e Varella alegam que suas notícias não eram editadas pelas Forças Armadas presentes nos *fronts*. No entanto, a sua tentativa de imparcialidade teve seu preço, uma vez que os jornalistas que não estavam credenciados pela coalizão anglo-americana não tinham acesso às informações oficiais. De acordo com o testemunho de Sérgio Dávila,

> éramos traidores para os soldados americanos, porque havíamos concordado em permanecer em Bagdá enquanto o governo iraquiano existia. Os jornalistas que acompanharam as tropas invasoras tinham credencial que dava acesso a tudo, eram bem tratados, tinham fontes junto ao exército. Nós não tínhamos acesso a nada (DÁVILA, 2003, p. 12).

Segundo a pesquisadora e jornalista Veridiana Delia Bueno de Morais, a cobertura midiática brasileira da invasão ao Iraque foi parcial. De acordo com Morais (2011), os meios de comunicação no Brasil optaram por não fazer uso do material de agências de notícias árabes com credibilidade internacional, tais como a *Al Jazeera* e *Al Arabiya*. Além disso, foi observado também que a mídia não deu voz às comunidades árabes brasileiras, o que poderia aprofundar o debate sobre a guerra. Em seu estudo *"O Iraque na TV brasileira"* (2011), a autora conclui que essa abordagem parcial foi devido ao fato de que o modelo jornalístico brasileiro sofria ainda grande influência do modelo norte-americano. Com isso, os meios de comunicação brasileiros optaram pelo discurso estadunidense sobre a guerra. Dessa forma, a

imprensa brasileira se contentou em reproduzir o discurso da "Guerra contra o Terror", enquanto nenhum líder, civil ou especialista árabe foi ouvido durante a cobertura da invasão.

Por fim, durante a escrita desta pesquisa, foi uma tarefa árdua encontrar pesquisas que abordassem a respeito da cobertura midiática brasileira de conflitos armados internacionais. Ou seja, até o presente momento deste estudo, foi observada certa escassez de análises acerca desse tema no Brasil, tanto no campo dos estudos comunicacionais quanto no linguístico. Sendo assim, sugere-se a necessidade de mais pesquisas atuais sobre esse assunto, especialmente em torno das guerras mais recentes — como o caso da Guerra na Síria — e as novas tecnologias que possivelmente podem promover transformações na prática do jornalismo de guerra.

Como pôde ser observado ao longo deste capítulo, o jornalismo de guerra tem sido uma especialização presente nos meios de comunicação brasileiros desde seus tempos mais remotos, não sendo dependente apenas das agências de notícias internacionais, uma vez que contam também com seus próprios correspondentes nas zonas de conflito. No entanto, foi possível observar também uma significativa presença da parcialidade ao longo dessa prática jornalística, especialmente quando há interesses políticos e/ou econômicos em jogo no conflito, mesmo quando o país de origem das mídias não esteja diretamente envolvido na guerra (como foi o caso do Brasil). Esse fato possibilita então uma análise dos diferentes enquadramentos presentes, da pluralidade (ou não) de fontes e temáticas, nas narrativas sobre guerras, levando em conta as intencionalidades editoriais, políticas e/ou econômicas presentes em um dado contexto da realidade do conflito. Assim sendo, a próxima seção consiste em traçar um diálogo teórico a respeito das características discursivas e linguísticas já conhecidas a respeito da especialização do jornalismo de guerra.

3.2.2. Jornalismo de guerra: características e perspectivas teóricas

Nesta seção, serão apresentados alguns conceitos que determinam as características específicas do dito "Jornalismo de Guerra". Mais precisamente, será abordada inicialmente uma breve evolução da especialização jornalística em questão, no que se refere aos aspectos e componentes que geralmente constituem as suas narrativas. Então, espera-se que seus conceitos possam fundamentar o presente trabalho. Aliás, tratando-se de uma pesquisa

comparativa-contrastiva, será observado se estes aspectos podem ser identificados (ou não) ao longo da análise, verificando se eles se aplicam no jornalismo de guerra dos impressos utilizados na pesquisa.

Mais precisamente, será traçado um diálogo teórico entre os pesquisadores provenientes do âmbito da Comunicação, como Carvalho (2013), Dimitrova & Strömbäck (2008), Mercier (2005) e Teixeira (2017), com os conceitos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, especialmente no que se refere à visada de captação, à dramatização, o que leva à premissa de "roteiro dramatizante", utilizado pelas mídias para relatar os acontecimentos.

É possível observar que o jornalismo de guerra possui determinadas características específicas, principalmente no que se refere ao seu discurso. Como, por exemplo, a presença do "fator choque" e o apelo das emoções. Além disso, há ainda a construção de uma narrativa "do bem contra o mal" para relatar os acontecimentos das zonas de conflito. Um autor que procura identificar os aspectos particulares dessa especialização jornalística é o português Élvio da Silva Carvalho, que alega que as características do jornalismo de guerra consistem no fato que

> os textos utilizam uma linguagem indireta, tendendo a estrutura de notícia de guerra a desviar-se da pirâmide invertida para seguir um estilo mais próximo da grande reportagem. O fator 'choque' e o apelo às emoções está intimamente ligado às notícias de guerra, sendo recorrentes fotografias, textos, títulos e histórias de civis que apelem à emoção. Os exclusivos de guerra e os relatos dos enviados especiais de cada publicação recebem um destaque acrescido (CARVALHO, 2013, p. 20).

Esse “fator choque” e o apelo às emoções nas notícias de guerras, pontuados por Carvalho (2013), podem ser associados às estratégias de captação propostas por Charaudeau (2012), as quais consistem em uma dramatização. Isto é, a finalidade de “fazer sentir” por meio de “escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio da emoção ao produzir efeitos de dramatização” (CHARAUDEAU, 2012, p. 92). Nesse caso, a mídia busca atingir os valores e sentimentos do leitor a fim de dar visibilidade. Ainda segundo Carvalho (2013), a especialização da guerra é altamente relevante para a mídia, devido aos seguintes aspectos analisados:

> os temas ligados à guerra, são, na maioria das vezes, capa da publicação; há um número significativo de páginas dedicadas à guerra; os temas ligados à guerra são objeto frequente de notícias; o conflito é acompanhado mesmo depois do período inicial da guerra; os recursos adicionais no texto como fotografias e infografias estão presentes na maior parte dos casos. (CARVALHO, 2013, p. 19).

Também seria prudente ressaltar que a análise precisa ser feita com um olhar crítico, principalmente a respeito da chamada "imparcialidade jornalística". Aliás, uma vez que assuntos de interesses políticos e estratégicos estejam inseridos, é possível que “a manipulação da informação vai desde a edição de imagens até ao enfoque dado aos textos noticiosos” em tempos de conflito (MORETTI, 2004, p. 102). Isso pode ser associado, mais uma vez, à questão da censura na cobertura jornalística de conflitos aramados – mais precisamente, a censura como um dos componentes situacionais do contrato. Além disso, a manipulação da informação, a que se refere Moretti (2004), pode ser relacionada também à questão dos enquadramentos, que serão constituídos a partir das intencionalidades que regem o contrato de informação midiático.

Outro aspecto do jornalismo de guerra se refere à espetacularização da notícia, que geralmente se dá por meio da ênfase ao horror ou às "maravilhas" tecnológicas da guerra — isso, aliás, pode ser identificado por meio de seus enquadramentos. Além disso, Dimitrova & Strömbäck (2008) ressaltam a importância da relação entre o ambiente político e a forma de como os meios de comunicação abordam as questões julgadas politicamente relevantes, como é o caso das guerras. Pois, “as mídias desempenham um papel importante não só na informação do público, mas também no impacto da opinião pública. Esse papel é ainda mais importante em tempos de guerra” (DIMITROVA & STRÖMBÄCK, 2008, p. 216). Ainda em seu estudo comparativo entre os enquadramentos da mídia sueca e americana a respeito da Guerra do Iraque, os pesquisadores puderam concluir que

> a guerra moderna é travada não apenas com armas, mas também com palavras que visam a conquistar os "corações e mentes" das pessoas. Mesmo que a mídia se esforce para alcançar a independência e o equilíbrio em seus relatórios de guerra, elas podem seguir as lideranças políticas, confiando muito em fontes oficiais de governo e militares, enquadrando os eventos de forma consistente com o ambiente político nacional. O presente estudo mostra que, de fato, os jornais *mainstream*[80] na Suécia e nos EUA enquadraram a guerra de maneira congruente com a política externa nacional e as posições das elites políticas em cada país (DIMITROVA; STRÖMBÄCK, 2008, p. 216).

[80] As mídias *mainstream* ou "grandes mídias" são designadas como aquelas que influenciam um grande número de pessoas, refletindo correntes de pensamento dominantes, contrastando com a mídia alternativa, que produz um conteúdo com pensamento mais divergente. Mais especificamente, a mídia alternativa se trata de um conjunto de meios de comunicação que se contrapõem a uma hegemonia ou a uma posição política dominante. As mídias alternativas, historicamente, constituíram-se como produtoras de contra-discursos. No entanto, é possível também que haja mídias alternativas que produzem e reproduzem discursos e representações hegemônicas, conforme pode ser analisado na obra "Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática", organizado por Antônio Augusto Braighi, Cláudio Humberto Lessa (professor orientador desta pesquisa) e Marco Túlio Câmara (Editora CEFET-MG: 2018).

Essa ideia pode ser associada aos argumentos de Mercier (2005), que afirma que, na maioria das vezes, os meios de comunicação se tornam "ferramentas de propaganda" durante a cobertura da guerra – seja pela censura imposta pelo governo e exército de seu país ou pelos interesses do próprio veículo comunicacional. De acordo com o autor, a cobertura noticiosa passa por algumas fases ao decorrer do conflito: "antes, eles [os meios de comunicação] servem para convencer e se mobilizar; durante, ajudam a esconder, intoxicar e galvanizar; depois, eles ajudam a justificar a guerra, para moldar as percepções da vitória e proibir eventuais críticas" (MERCIER, 2005, p. 235; tradução da autora) [81]. Esses fatos condizem também com o que Richard Vincent[82] considera como a "demonização do inimigo": as mídias criam determinadas estratégias e narrativas a fim de influenciar a opinião pública a aderir à participação de seu país em conflitos armados, seja por motivos ideológicos e/ou mercadológicos.

Segundo Charaudeau (2012), as mídias adotam um "roteiro dramatizante" para relatar os acontecimentos, que consiste em: "(1) mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores; (2) apelar para a reparação do mal, interpelando os responsáveis por este mundo; (3) anunciar a intervenção de um salvador, herói singular ou coletivo com o qual cada um pode identificar-se" (CHARAUDEAU, 2012, p. 254). O autor ressalta também que, dependendo do momento em que o acontecimento é compreendido, a mídia enfocará mais as vítimas, ou mais sobre os perseguidores, ou sobre o herói.

> Assistimos a isso na Guerra do Golfo, quando as mídias contribuíram para fabricar a figura satânica do agressor na pessoa de Saddam Hussein, e, diante dele, a figura limpa e eficaz do salvador ("guerra cirúrgica"), representada pelo exército americano-europeu. Também assistimos a isso na guerra da ex-Iugoslávia, quando as mídias construíram a figura de perseguidor na pessoa de Milosevic, justificando com isso a intervenção salvadora da potência norte-americana. Quanto aos conflitos ocorridos na Chechênia e em Ruanda, como não contêm elementos que permitiam que se fale de um perseguidor (fala-se um pouco da Rússia para a Chechênia, mas é uma figura muito apagada), as mídias (particularmente a televisão) concentraram-se nas vítimas, descrevendo a miséria das populações que vivem nesses países. Quando ao conflito israelense-palestino, o projetor midiático orientou-se alternadamente para os perseguidores e para as vítimas dos dois campos (CHARAUDEAU, 2012, p. 254).

---

[81] "Avant, ils servent à convaincreet à mobiliser; pendant, ils aident à cacher, intoxiquer et galvaniser ; après, ils contribuent à justifier la guerre, à façonner les perceptions de la victoire et à interdire les éventuelles critiques" (MERCIER, 2005, p.235).

[82] A narrative analysis of US press coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo. In: **European Journal of Communication 15** (3), 2000, pp. 321-44. Disponível em http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323100015003004. Acesso em 14 de junho de 2018.

A partir dessa ideia de "roteiro dramatizante", proposta por Charaudeau (2012), Teixeira (2017) desenvolveu uma análise a respeito das representações presentes na cobertura midiática brasileira sobre a Guerra do Irã-Iraque (1980-1988) e a Guerra do Golfo (1990-1991). Segundo a supracitada autora, foi possível identificar esta "desordem social" atrelada à imagem do Irã, enquanto a representação de "herói singular ou coletivo" se referia ao Iraque, aliado dos Estados Unidos na ocasião. Já na cobertura midiática da Guerra do Golfo (1990-1991), ocorreu o inverso: a imagem da "desordem" foi atribuída ao Iraque, o que pode ter se dado devido às mudanças que ocorreram no contexto geopolítico entre as duas guerras. Mais precisamente, a pesquisadora alega que

> o contexto político e econômico tem o poder de interferir nos enquadramentos das narrativas, sendo refletido na configuração da identidade dos atores do acontecimento relatado. Logo, a reconfiguração desse contexto (o que envolve, inclusive, certo jogo de interesses) também altera as imagens já construídas anteriormente. Um exemplo desse fato é a imagem estabelecida em torno do Iraque, que protagonizou as duas guerras analisadas, mas assumindo papéis diferentes de acordo com o enquadramento das manchetes e dos textos que as acompanham - que, por sua vez, pode ter sido influenciado pelo posicionamento dos países ocidentais em face das tensões no Oriente Médio (TEIXEIRA, 2017, p. 80).

Conforme observado ao longo desta seção, o jornalismo de guerra — muitas vezes considerado uma vertente do jornalismo internacional em sua prática — possui suas particularidades, especialmente no que se refere à sua linguagem e ao seu discurso. Além disso, pode-se dizer que o jornalismo de conflitos pode ainda ser uma importante "ferramenta de guerra", considerando a sua influência em impactar a opinião pública. Com isso, vale ressaltar também as problemáticas em relação ao contexto geopolítico, o que possivelmente afeta a sua prática — e é por essa razão que o jornalismo de guerra pode se tornar um interessante objeto de investigação na área da Análise do Discurso.

Durante a observação das principais características do jornalismo de guerra, foi possível notar que um dos componentes de suas narrativas se refere ao "roteiro dramatizante", conceito postulado por Charaudeau (2012). Desse modo, a cobertura jornalística de conflitos armados tende a produzir e a enfatizar as imagens dos responsáveis pelo caos da guerra ou das vítimas ou de uma "figura salvadora" — aliás, essa premissa pode ser associada ao "fator choque" e ao apelo às emoções, o que é também recorrente nas narrativas sobre guerra. Assim sendo, no próximo capítulo, serão apresentadas as análises do *corpus* desta pesquisa, que busca também identificar as características aqui mencionadas nos componentes discursivos das narrativas sobre a Guerra do Golfo, além de associá-las com a fundamentação teórica trabalhada até então.

4. OS COMPONENTES DISCURSIVOS NAS NARRATIVAS SOBRE A GUERRA DO GOLFO NA *FOLHA DE S. PAULO* E *O GLOBO*

Esta parte do estudo trata-se da primeira análise do *corpus*, que consiste em apresentar e explicar os componentes discursivos que não apenas auxiliam na construção da narrativa, como também colaboraram na constituição dos efeitos de sentidos dos discursos informativos sobre a Guerra do Golfo na cobertura midiática dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

O primeiro desses componentes que foi identificado, e que será analisado na seção seguinte, refere-se às marcas de temporalidades, que foram encontradas frequentemente nos textos jornalísticos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Conforme será melhor explicado no estudo a seguir, essas marcas temporais (sejam elas datas, horas, advérbios ou mesmo outros léxicos de valor temporal) possuem não apenas a função de situar e organizar as ações narradas a partir de um determinado momento, mas podem também provocar diferentes efeitos de sentidos, possivelmente guiados pelas intencionalidades de seu enunciador. Para essa análise, então, foram considerados os conceitos acerca do modo de organização do discurso — especificamente à categoria do "localizar-situar" do modo descritivo. Além disso, atentou-se para como os acontecimentos, os fatos relatados, foram constituídos a partir de determinados marcos temporais. Em suma, essa observação visa mostrar que as marcas temporais nas narrativas podem ser tidas como estratégias para captar a atenção e o interesse do público-leitor para a guerra. Ademais, considera-se também uma possível dimensão argumentativa por trás dos efeitos de sentido que tais termos podem provocar em seu público-leitor.

Ao longo da primeira observação, foi possível também encontrar uma significativa ênfase a determinados agentes envolvidos nos acontecimentos relatados sobre a guerra. Mais precisamente, esses agentes seriam aqueles que foram enquadrados pela imprensa como os responsáveis por cometer ou sofrer certas ações durante o conflito. Dessa forma, esses agentes em especial seriam "os personagens" das narrativas midiáticas sobre a Guerra do Golfo. Uma vez estabelecido esse segundo componente, foram aplicadas os conceitos acerca dos modos descritivo e enunciativo, especialmente em relação ao discurso relatado. Assim, a partir das noções de discurso relatado, foi possível analisar as possíveis representações, imagens — ou melhor, possíveis enquadramentos — dadas aos personagens da guerra, considerando também

uma dimensão argumentativa em relação à seleção e ao tratamento dos ditos e descrições atribuídas a eles e aos seus efeitos de sentidos visados pelos enunciadores.

4.1. As marcas temporais nas narrativas sobre a Guerra do Golfo

Nesta análise, foi possível observar que a descrição esteve fortemente presente nas narrativas midiáticas sobre a Guerra do Golfo nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo,* especialmente nos textos que trazem o acontecimento das ofensivas bélicas. Com isso, vale lembrar que Charaudeau (2012) diz que o modo descritivo permite determinar os seres do mundo ao nomeá-los, localizá-los e qualificá-los, sendo que a seleção de um modo discursivo corresponde à situação e às intenções do sujeito em seu ato de comunicação. Além disso, é importante considerar que em um mesmo texto, de um determinado gênero, o sujeito enunciador pode mobilizar conjuntamente, além do descritivo, os modos narrativo e argumentativo.

Então, considerando o "nomear", "localizar-situar" e "qualificar" como componentes do modo descritivo, foi observada, primeiramente, certa ênfase ao "localizar-situar" do acontecimento nas narrativas sobre a guerra. Isso pode ser visto a partir do uso de categorias da língua que têm por efeito um enquadramento temporal, por meio de advérbios e locuções adverbiais – o que gera essencialmente uma precisão nos detalhes e na identificação da época do relato.

> As tropas iraquianas que invadiram o Kuait **de madrugada** buscava **ontem** consolidar suas posições na capital, enquanto o autodenominado Governo Livre Provisório do Kuait anunciava haver deposto o Emir JaberAl-Ahmed Al-Sabah (...). A invasão, **às 2h de quinta-feira (20h da quarta, hora de Brasília)**, seguiu-se a concentração de cerca de cem mil efetivos iraquianos na zona fronteiriça. **Ao cair da noite**, as tropas invasoras pareciam ter garantido o controle quase completo da capital (...). Mas a luta foi diminuindo de intensidade **ao longo do dia de ontem**, apesar dos tiroteios nos subúrbios da capital (...) (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[83].

> Continuavam **esta manhã** os ataques aéreos das forças aliadas sobre o território do Iraque e do Kuait ocupado (...). Um técnico da TV CNN afirmou ter visto Sadam na sede da TV iraquiano, **às 9h (hora local; 4h de hoje em Brasília),** onde teria gravado um novo discurso (...). **O ataque ao Iraque começou pelo ar e à noite**, confirmando previsões da maior parte dos estrategistas militares ocidentais. **As primeiras esquadrilhas aliadas decolaram de bases na Arábia Saudita à 0h58,**

[83] Publicado em *O Globo*, na edição do dia 03 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano LXVI; Nº. 20.708.

> **hora local (19h58 em Brasília). Bagdá, a capital do Iraque, começou a ser atingida por bombas às 2h40 locais, o início oficial da guerra** (...). A informação do início do ataque foi transmitida à opinião pública internacional **às 21h40 (horário de Brasília), 30 minutos antes do informe oficial da Casa Branca** (...). **Duas horas depois**, o presidente americano fez um pronunciamento à nação (...) (FOLHA, 1991; grifos da autora)[84].

O primeiro excerto aborda o dia inicial da Guerra do Golfo, quando as tropas iraquianas ocuparam o território do Kuwait, enquanto o segundo fala sobre as ofensivas ocidentais, as quais fizeram parte da "Operação Tempestade no Deserto" contra o Iraque. Em ambos os textos, além das qualificações (o que será abordado adiante nesta pesquisa), o sujeito enunciador busca descrever minuciosamente os momentos em que determinadas ações ocorreram, o que pode orientar a leitura de seu público a respeito do andamento da batalha relatada na narrativa dos jornais.

Observa-se, então, que estas narrativas foram organizadas de acordo com a ordem cronológica dos eventos que são relatados. Ou seja, é possível ver uma sequência de acontecimentos, em que suas ações são colocadas de acordo com seu local e horário de suas ocorrências. Nesse caso, além do modo descritivo, é possível também identificar o modo narrativo, uma vez que há uma organização baseada em uma sucessão de ações segundo uma lógica que constrói uma trama, ou melhor, um percurso do fato relatado. De forma geral, observa-se uma encenação narrativa – a construção do universo da guerra a ser narrado – a partir de uma sucessão de situações ligadas de forma coerente – no caso dessa análise, isso se dá por meio de uma precisa demarcação temporal e espacial. Em outras palavras, os fatos relatados nas narrativas sobre a guerra foram organizados a partir de um "quando" e de um "onde". Esse fato pode também ser exemplificado com os trechos a seguir.

> Tropas e tanques do Iraque invadiram o Kuait às **2h de ontem (20h de anteontem em Brasília) e poucas horas depois já controlavam a maior parte do país**. O palácio do governo em Kuait (capital) foi bombardeado. O emir do Kuait, xeque JaberAl-Ahmad Al-Sabah, e seus assessores fugiram para a Arábia Saudita. **No início da noite**, as tropas iraquianas controlavam as ruas do centro da capital (...). Caças, helicópteros de combate e tanques iraquianos chegaram à capital **às 11h30 locais (05h30 em Brasília)** e bombardearam o palácio do governo (...). (FOLHA, 1990; grifos da autora)[85].
>
> O avanço das tropas aliadas sobre o Kuait e o Iraque que, iniciado sob chuva às **4h de ontem (22h de sábado em Brasília),** foi arrasador, surpreendendo até as melhores expectativas de seus comandantes. Diante de uma frágil resistência, eles precisaram de **apenas 12 horas** para alcançar todos os objetivos programados para o primeiro dia (...). **Às 16h,** diante do sucesso da investida inicial, o Comando Central enviou uma nova ordem às linhas de frentes: os soldados deveriam ir adiante na

[84] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, 17 de janeiro de 1991, quinta-feira; Ano 70; Nº. 22.569.
[85] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.

> maior velocidade possível (...). **Ás 23h (locais),** os aliados já tinham penetrado 80 quilômetros no Iraque e continuavam avançando em direção ao Norte (...). (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[86].

Tratando-se de meios de comunicação impressos, os jornais analisados buscam detalhar o mais precisamente possível os acontecimentos reportados, o que pode fazer com que o público tenha uma visualização do fato relatado (criando uma visão do espaço e do tempo) durante a leitura. Aliás, segundo Charaudeau (2006), a encenação descritiva produz certo número de efeitos, os quais podem ser regulados por razões subjetivas e pela finalidade da situação de comunicação em que a descrição se inscreve. Sendo assim, as precisas demarcações temporais e espaciais presentes nos textos podem criar um efeito de proximidade do leitor com a realidade do conflito relatada. Ademais, segundo Charaudeau (2012), a proximidade refere-se a um dos critérios estruturadores da notícia.

Vale destacar também outro aspecto que pôde ser observado também nos exemplos anteriores, assim como em várias passagens do *corpus:* ao se referir ao horário local em que determinado acontecimento ocorreu, geralmente os jornais fazem uma conversão para a hora oficial do Brasil, como por exemplo, em "Tropas e tanques do Iraque invadiram o Kuait às **2h de ontem (20h de anteontem em Brasília)"**;"As primeiras esquadrilhas aliadas decolaram de bases na Arábia Saudita **à 0h58, hora local (19h58 em Brasília)**"; **"**O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima decidiu marcar **para esta tarde – 14 horas em Bagdá (8 da manhã no Brasil)** – a partida do Boeing 747 da Iraq Airways com os reféns brasileiros (...)"; "O Presidente George Bush anunciou ontem à noite um cessar-fogo na Guerra do Golfo **a partir de meia-noite de Washington(2h de Brasília)".** Além de situar temporariamente o leitor em relação ao acontecimento, essa estratégia pode também ser usada para provocar um efeito de proximidade entre duas realidades: a realidade dos campos de batalhas e a realidade do leitor brasileiro, o qual está distante geograficamente do conflito.

A dimensão argumentativa consiste em transmitir um ponto de vista sobre os fatos, sem que se pretenda diretamente modificar as posições do alocutário. A partir então dessa ideia, é possível dizer que o recurso das descrições detalhadas referentes ao "localizar-situar" pode promover implicitamente certa adesão dos leitores às ocorrências que lhes são relatadas. Então, ao enfatizar o horário do Brasil correspondente à hora dos acontecimentos relativos à guerra, a construção da argumentação tenta se associar à situação de comunicação na qual

---

[86] Texto publicado por José Meirelles Passos. Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.

deseja produzir um determinado efeito. Nesse caso, além da possível intenção de promover esse efeito de proximidade, pode haver também o desejo de um "fazer crer", uma vez que os detalhes da descrição — em especial, a precisão temporal — podem transmitir um efeito de verdade.

Em outros trechos do *corpus*, essa ideia de proximidade entre as realidades por meio do "localizar-situar" pôde também ser aplicada em relação ao espaço, ao lugar de determinada ocorrência. Esse fato pode ser observado mais claramente no trecho a seguir.

> No momento em que o presidente dos Estados Unidos, George Bush declarou o fim das hostilidades, **as tropas aliadas estavam a apenas 160 quilômetros – a distância do Rio a Cabo Frio – de Bagdá**, na maior aproximação das forças da coalização Ocidental do Iraque (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[87].

O excerto acima pertence à matéria "Aliados estão a 160 km de Bagdá", do enviado especial de *O Globo* ao local, José Meirelles Passos, publicada em 28 de fevereiro de 1991 – dia em que o presidente estadunidense George Bush decretou o fim da Guerra no Golfo. Neste trecho, assim como no título da notícia, o jornalista enfatiza a distância das tropas ocidentais da capital iraquiana – ou seja, destaca-se o espaço. Em seguida, faz uma comparação deste número com a distância entre duas cidades brasileiras. Nesse caso, o autor tenta fornecer ao seu leitor uma dimensão de espaço, a fim de mostrá-lo o quão perto as tropas ocidentais estavam de Bagdá – implicitamente, neste trecho, o enviado pôde mostrar também a superioridade do exército ocidental e a iminente derrota das tropas iraquianas dentro de seu próprio território. Nesse caso, o jornalista utilizou um dado que, a seu ver, é conhecido pela maioria dos leitores de seu jornal (uma vez que a sede de *O Globo* está situada na cidade do Rio de Janeiro, acredita-se que seu "leitor médio" tenha uma dimensão de espaço entre a capital e Cabo Frio). Logo, o jornalista utiliza um elemento da realidade brasileira (a distância entre Rio de Janeiro e Cabo Frio) para que o leitor compreenda a realidade do conflito, o que pode também provocar uma "aproximação" com o acontecimento da guerra por meio de uma analogia.

Também deve ser considerado o valor-notícia da atualidade, que consiste na relação entre o tempo em que determinado fato ocorreu e o momento em que ele foi divulgado pelos veículos de comunicação. Em outras palavras, o tempo entre a emergência do acontecimento

---

[87] Texto por José Meirelles Passos. Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.917.

na realidade e a sua transmissão pelos canais de notícias deve ser o mais curto possível[88]. Então, nesta análise, é possível notar que a predominância de advérbios e locuções adverbiais nas narrativas sobre a guerra – tais como "ontem", "nesta manhã", "ao longo do dia de ontem" –confere certa factualidade à narrativa, o que pode também atrair o interesse do leitor para o fato noticiado[89]. Ademais, isso pode fazer com que o leitor dê credibilidade à narrativa. Com essa observação, é possível considerar as visadas do "fazer saber", mas também do "fazer crer ser verdadeiro" – isto é, ao analisar as descrições detalhadas sobre um conflito armado, contando com demarcações temporais precisas e que conferem atualidade, é provável que os jornais busquem provocar um "efeito de verdade" em suas narrativas.

Outro ponto que pôde também ser observado nas narrativas sobre o conflito é o uso das demarcações temporais que possivelmente impactam os sentimentos do leitor em relação à guerra. No dia 3 de outubro de 1990, por exemplo, a *Folha De S.Paulo* destacou: "A crise no Golfo começou há 62 dias" (FOLHA, 1990). Essa ênfase na duração da guerra até então pode atrair a atenção do leitor e impactá-lo emocionalmente – o que revela, então, uma dimensão patêmica no enunciado. Esse fato ocorreu com certa frequência ao longo da análise do *corpus* e outro exemplo pode ser observado no dia 28 de fevereiro de 1991, em uma das narrativas de *O Globo*: "A Guerra do Golfo completou ontem 209 dias. O Iraque invadiu o Kuait em 2 de agosto do ano passado" (O GLOBO, 1991). Acredita-se que citar o número de dias de duração da Guerra do Golfo gere mais impacto ao invés de dizer seu número de meses (isto é, "209 dias de guerra" pode ter um efeito patêmico mais preciso ao contrário de "seis meses de guerra"). Então, ao enfatizar a duração temporal da Guerra do Golfo em suas narrativas, o enunciador possivelmente mostra aos seus leitores a dimensão e gravidade do conflito que, conforme dito anteriormente, pode impactar nos valores e sentimentos do público, o que atrai sua atenção para o fato noticiado. Com isso, é possível dizer que "o tempo" descrito nas narrativas sobre a guerra pode ser considerado uma estratégia de captação e de pregnância.

Ainda nesta análise a respeito da dimensão temporal e espacial presente nas narrativas, foi observado que ambos os jornais criaram uma "cronologia" da Guerra do Golfo, mas em períodos diferentes: na matéria "Guerra começa às 2h30 da madrugada em Bagdá", *Folha de S.Paulo* publica uma cronologia dos principais acontecimentos no decorrer do conflito até a

---

[88] É possível dizer que quanto mais "atual" for acontecimento, mais chances ele terá de ser transformado em notícia.

[89] Vale lembrar que os dois jornais analisados possuem uma circulação diária. Além disso, supõe-se que seja mais fácil o leitor se situar temporariamente na realidade noticiada quando é utilizado o "ontem" ao invés de mencionar a sua data precisa.

presente data (17 de janeiro de 1991, dia em que a coalizão ocidental deu início à maior ofensiva militar contra o Iraque). O jornal *O Globo*, por sua vez, publica também a cronologia dos principais fatos da guerra, mas isso acontece na edição de 28 de fevereiro de 1991 (o último dia do conflito). Outra diferença, que merece também observação, é que cada impresso enfatizou dias distintos como sendo "os mais importantes" ao longo dos seis meses de guerra, conforme pode ser analisado a seguir.

> Dia 2/08 – Tropas iraquianas invadem o Kuait. O emir JaberAl-Sabah foge para a Arábia Saudita. O conselho de Segurança da ONU condena a invasão.
> 3/08 – Washington anuncia o envio de força naval para o Golfo. Quatro dias depois, manda tropas para a Arábia Saudita.
> 6/08 – Tropas iraquianas detêm cidadãos ocidentais no Kuait. O CS da ONU impõe um embargo econômico ao Iraque.
> 8/08 – Bagdá anexa o Kuait.
> 12/08 – Sadam Hussein anuncia sua "iniciativa de paz", vinculada à desocupação do Kuait à retirada de Israel dos territórios palestinos ocupados.
> 15/08 – Sadam aceita todas as exigências do Irã e põe fim ao estado de beligerância com Teerã.
> 17/08 – Bagdá anuncia que os reféns estrangeiros serão levados para instalações estratégicas para servir de "escudos humanos" contra um eventual ataque.
> 28/08 – O Iraque declara que o Kuait é a sua 19ª Província. Decide liberar todas as mulheres e ocidentais retidas.
> 9/09 – Os presidentes dos EUA e URSS exigem a desocupação do Kuait.
> 13/09 – Embaixadas ocidentais no Kuait são cercadas por tropas iraquianas.
> 9/10 – Sadam ameaça atacar Israel com um novo míssil. O preço do barril de petróleo atinge US$ 40.
> 18/10 – Sadam oferece petróleo de graça ao 3º Mundo. Ninguém aceita furar o embargo.
> 8/11 – O Iraque ameaça reduzir a península Arábica a cinzas. Sadam substitui o chefe das Forças Armadas por um oficial de linha dura.
> 20/11 – Sadam diz que enviará mais de 250 mil homens para o Kuait, elevando para 600 mil o número de soldados iraquianos no emirado.
> 29/11 – A ONU autoriza, com oposição de Cuba e Iêmen e abstenção da China, o uso da força caso o Kuait não seja desocupado até 15 de janeiro.
> 30/11 – O Iraque rejeita o ultimato. Bush oferece diálogo, propondo a ida do chanceler iraquiano, Tareq Aziz, a Washington, e a ida do secretário de Estado, James Baker, a Bagdá. Nos dias seguintes, o diálogo é cancelado.
> 6/12 – Sadam surpreende o mundo ao anunciar a libertação de todos os reféns ocidentais. Washington saúda a medida mas exige a desocupação do Kuait.
> 22/12 – O Iraque adverte que usará armas químicas se for atacado.
> 3/01 – Bush oferece última chance de diálogo, com um encontro entre Baker e Aziz em Genebra.
> 8/01 – Bush pede autorização ao Congresso para começar a guerra.
> 9/01 – Fracassa o diálogo Baker-Azziz.
> 12/01 – O Congresso dos EUA autoriza o presidente Bush a usar a força para desocupar o Kuait.
> 13/01 – Fracassa o diálogo entre o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéller, e Sadam Hussein.
> 14/01 – O Parlamento iraquiano aprova a guerra para manter o Kuait.
> 15/01 – O CS da ONU volta a se reunir. A França retira a proposta vinculando a desocupação do Kuait à conferência que solucione a questão palestina. Vence o prazo e o Iraque não sai do Kuait.

> 16/01 – 2h30, hora de Bagdá – Aviões norte-americanos bombardeiam a capital do Iraque. Começa a guerra (FOLHA, 1991)[90].
>
> Principais fatos da crise no Golfo, a partir da invasão do Kuwait no dia 2 de agosto de 1990.
> 6 de agosto - a ONU impõe o boicote econômico ao Iraque.
> 8 de agosto - o Presidente Bush anuncia o envio de tropas à Arábia Saudita.
> 19 de agosto - Saddam Hussein propõe libertar os estrangeiros retidos no Iraque, em troca de uma retirada americana.
> 25 de agosto - ONU autoriza uso da força para fazer respeitar o embargo.
> 31 de agosto - Reuniões infrutíferas em Amã entre o Chanceler do Iraque, Tarek Aziz, e o Secretário Geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar.
> 23 de setembro - Na ONU, o Presidente francês, François Mitterrand, expõe um plano para uma solução da crise.
> 3 de novembro - George Bush convida o Iraque a conversações diretas de alto nível.
> 29 de novembro - A ONU autoriza o uso da força para expulsar o Iraque, se não houver retirada até 15 de janeiro.
> 5 de dezembro - Saddam anuncia a libertação de estrangeiros retidos no Iraque.
> 2 de janeiro - Bush propõe um encontro a Aziz-Baker, "última tentativa de paz"
> 7 de janeiro - Os EUA frisam que a data de 15 de janeiro para a retirada iraquiana é inegociável.
> 12 de janeiro - Congresso dos EUA autoriza ofensiva contra Iraque quando o prazo terminar.
> 17 de janeiro - Bush anuncia o início da guerra aérea.
> 18/19 de janeiro - Mísseis Scud causam feridos em Israel; bombardeios aliados ao Iraque e Kuwait.
> 24 de janeiro - Prossegue a guerra aérea. Primeiro território kuwaitiano retomado, a pequena Ilha de Qarawa.
> 18/'19 de fevereiro - Aziz vai a Moscou; plano da URSS prevê a retirada iraquiana; Saddam não diz se aceita.
> 21/22 de fevereiro - URSS modifica o primeiro plano de paz, já aceito por Saddam, mas a segunda versão também não é aceita pelos aliados; Bush dá ultimato a Saddam para se retirar até às 12h do dia 23.
> 23 de fevereiro - Saddam se recusa a sair e Bush anuncia o início do ataque terrestre.
> 24 de fevereiro - O Comando militar aliado anuncia grande êxito já nas primeiras horas de ofensiva.
> 25 de fevereiro - Aliados avançam; o Iraque anuncia que aceita a resolução 600 da ONU (retirada), mas a declaração não é aceita pelos EUA.
> 26 de fevereiro - Os aliados observam os primeiros sinais de retirada. A Cidade do Kuwait é retomada.
> 27 de fevereiro - Bush anuncia a vitória e a suspensão da luta (O GLOBO, 1991)[91]

É possível observar que os jornais selecionaram e enfatizaram diferentes datas e seus respectivos acontecimentos em suas cronologias da Guerra do Golfo. Assim, é possível dizer que A *Folha De S.Paulo* e *O Globo* determinaram quais fatos possuiriam maior relevância ao decorrer do conflito no Golfo de acordo com seus próprios critérios e valores. Logo, foi configurado um enquadramento, baseado em uma ênfase e seleção, dos momentos julgados como decisivos no percurso do conflito. É possível observar também que o jornal tenta reconstituir os fatos "segundo um princípio de coerência que corresponda a uma lógica de encadeamento mais próxima da experiência ingênua, por ser a mais facilmente apreendida por

---

[90] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.
[91] Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.917.

todos: a cronologia" (CHARAUDEAU, 2012, p. 159). Além disso, ao mesmo tempo em que os impressos tentam explicar a guerra, possuindo até um caráter didático, eles orientam o olhar do leitor para aquilo que é considerado importante na história da guerra, assim como o papel dos personagens envolvidos no conflito.

Observa-se também que, apesar do conflito ter se iniciado em 2 de agosto de 1991 (com a invasão das tropas iraquianas no território do Kuwait), a *Folha de S.Paulo* determina o dia 16 de janeiro de 1991 como o início da guerra (quando a coalizão ocidental inicia a maior ofensiva bélica no Kuwait e no Iraque). Já *O Globo* considera o dia 17 de janeiro como o dia em que o presidente Bush anunciou o início da "guerra aérea". Ou seja, um mesmo acontecimento (o início da ofensiva ocidental no Oriente Médio), identificado por uma demarcação temporal, recebeu enquadramentos diferentes pelos dois impressos, o que possivelmente pode impactar no direcionamento do olhar do leitor referente ao conflito.

Além de um aspecto didático, algumas demarcações temporais e espaciais podem remeter a uma historicidade, especialmente quando o autor utiliza fatos passados – fatos históricos – para explicar e/ou persuadir o leitor a respeito daquilo que é notícia sobre a Guerra do Golfo.

> O anúncio da presença do B-52 foi o lance final na guerra de nervos e um sinal claro de que os EUA pretendiam jogar pesado. **Em apenas uma batalha no Vietnã, em KheSahn, em 1968**, foram lançadas 110.000 toneladas de bombas em três meses. **Em 72**, a destruição da infraestrutura econômica do Vietnã do Norte e os ataques a cidades forçaram negociações diplomáticas (FOLHA, 1991; grifos da autora)[92].

> **Em 1944**, o comandante aliado na Europa, general Dwight Eisenhower, deixou que as tropas francesas do general Leclere fossem as primeiras a desfilar na retomada de Paris. É possível que, **passados 47 anos**, o comandante aliado no Golfo, general Norman Schwarzkopf, planeje algo semelhante. Pode ser essa a explicação para o fato de que as unidades kuaitianas estarem apenas a 40 km da capital de seu país (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[93].

Conforme pode ser observado, nos trechos acima, os autores utilizaram acontecimentos de guerras passadas para explicar o atual conflito – o que pode ser associado ao processo de "naturalização" do acontecimento pelas mídias, segundo Quéré (2012). Então, é possível identificar um discurso histórico presente na narrativa, que pode ser reforçado principalmente pelas demarcações temporais, o que remete também a uma memória discursiva, a conhecimentos partilhados no imaginário sóciodiscursivo de sua audiência – no

---

[92] Texto por Ricardo Bonalume Neto. Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.

[93] Texto por José Meirelles Passos. Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.917.

primeiro excerto, é lembrado um fato ocorrido durante a Guerra no Vietnã, enquanto o segundo trecho se refere a um acontecimento da Segunda Guerra Mundial. Essa ideia da presença de aspectos do discurso histórico nas narrativas sobre a Guerra do Golfo será melhor analisada ainda nesta pesquisa.

Assim sendo, por meio da análise das demarcações temporais, é possível dizer que, além de localizar-situar os acontecimentos da Guerra do Golfo nas narrativas, as marcas de tempo/espaço podem também configurar um enquadramento, o que pode despertar a atenção do leitor pela guerra e/ou aproximá-lo à realidade relatada. Observa-se que as ações, principalmente nas narrativas relativas às ofensivas bélicas, são organizadas a partir do momento e lugar de sua ocorrência. Além disso, nas narrativas analisadas, as marcas temporais e espaciais podem ser consideradas como um meio de enquadramento, de acordo com uma dimensão argumentativa, uma vez que elas podem levar o leitor a assumir algum tipo de posicionamento em relação à Guerra do Golfo — ou seja, é possível considerar uma hipótese de que o público-leitor possa considerar determinados acontecimentos da Guerra do Golfo importantes ou não de acordo com a seleção e ênfase de certas demarcações temporais e espaciais nas narrativas. Como por exemplo, e já citado nesta seção, quando ambos os impressos enfatizaram a duração do conflito até então, podendo fazer com que o leitor compreenda a dimensão do acontecimento e, assim, considerá-lo um fato importante para ser acompanhado.

Desse modo, é possível dizer que as funções que o localizar-situar exerceu nas narrativas não se limitaram à factualidade a descrever precisamente "quando" e "onde" as ações relatadas ocorrerem, como também serviram de estratégia para transmitir um efeito de verdade e de proximidade — uma vez que os índices temporais que se referiam ao Brasil (como a conversão para o horário de Brasília) podem ter criado uma aproximação entre a realidade do público-leitor e a da Guerra do Golfo. Além disso, certos índices temporais — como a ênfase no número de dias de duração da guerra — servem como uma estratégia de captação e pregnância, pois considera-se que eles tenham o poder de atrair a atenção do público e até mesmo impressioná-lo em relação ao andamento da guerra até dado momento.

4.2. Os personagens da guerra: o vilão, a vítima e o herói

Esta seção consiste em analisar os possíveis enquadramentos dos principais agentes envolvidos nos acontecimentos referentes à Guerra do Golfo. Ou seja, busca-se observar as prováveis imagens dos países e de seus respectivos governantes que foram construídas e transmitidas nas narrativas midiáticas da *Folha de S.Paulo* e *O Globo,* como já foi sinalizado no capítulo 1, na seção 1.3.1. Para isso, verifica-se então as fontes predominantes dos ditos e fatos relatados e, especialmente, as modalizações empregadas para cada personagem, assim como as qualificações, as designações, atribuídas a eles. Além disso, considera-se também uma presumível dimensão argumentativa por meio desses enquadramentos configurados pelos impressos. Então, para chegar à definição de seus enquadramentos, consideram-se os possíveis efeitos de sentido que podem ser transmitidos por meio desses recursos.

Primeiramente, foram analisadas as possíveis representações construídas em torno da figura do Iraque de Saddam Hussein e, posteriormente, do Kuwait e dos Estados Unidos de George Bush. Essas imagens foram examinadas a partir de determinados momentos da guerra: primeiro, procurou-se analisar quais foram os enquadramentos dos personagens nos dias iniciais do conflito. Em seguida, observou-se qual imagem era constituída após a chegada das tropas americanas no Golfo Pérsico (isto é, o início da "Operação Tempestade no Deserto"). E, por fim, analisou-se mais um novo enquadramento durante o período final da guerra[94].

Durante a análise do *corpus*, foi possível observar um significativo contraste entre as atribuições de atos aos países e às respectivas personalidades que se destacaram no andamento do conflito: enquanto ações e descrições de caráter mais “agressivo” foram remetidas ao Iraque de Saddam Hussein, o Kuwait, por sua vez, pôde ser visto – ou melhor, “enquadrado” – como uma “nação indefesa” que pede socorro ante ao ataque iraquiano. Esse fato já pôde ser constatado, também, no estudo a respeito do discurso relatado, citado na seção 2.1.1, do capítulo 2 desta pesquisa. Quanto aos Estados Unidos, governados por George Bush, atribuiu-se a eles uma imagem de “herói” – isto é, uma representação de alguém que é capaz de resolver o conflito em prol de um “bem comum”. Em outras palavras, analisam-se especificamente os possíveis efeitos de sentidos que tais enquadramentos podem ser transmitidos ao público-leitor.

---

[94] Agradecimentos à Professora Dra. Emília Mendes Lopes que, durante o Exame de Qualificação do Pré-Projeto deste estudo, sugeriu a presente forma de análise, além de outros pontos que serão ainda citados ao longo deste trabalho.

Essas observações podem ser relacionadas ao que Patrick Charaudeau se refere como "roteiro dramatizante", o qual é adotado pelas mídias a fim de relatar os acontecimentos e que foi explicado no tópico 3.2.2 desta pesquisa. Conforme citado anteriormente, o "roteiro dramatizante" consiste em

> mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores; (2) apelar para a reparação do mal, interpelando pelos responsáveis por este mundo; (3) anunciar a intervenção de um salvador, herói singular ou coletivo com o qual cada um pode identificar-se (CHARAUDEAU, 2012, p. 254).

Com isso, o autor lembra também que, dependendo do momento em que o acontecimento é apreendido, a instância midiática poderá enfatizar mais as vítimas, ou mais os perseguidores, ou o salvador[95]. Então, a partir dessa ideia, foi possível observar os enquadramentos dos "personagens da guerra", especialmente por meio do fato e dito relatados presentes nas narrativas de ambos os impressos analisados.

Em relação aos ditos relatados, vale lembrar que Emediato (2013) os considera fundamentais para uma compreensão da dimensão argumentativa presente no discurso de informação jornalística, uma vez que, por meio deles, é possível analisar as qualificações de atos, de atores sociais e de seus ditos, as tensões criadas em determinado contexto e suas implicações simbólicas, e também as opiniões partilhadas – mesmo que sejam "implícitas" — pelo sujeito-informante. Assim, pode-se associar essa ideia ao que Alain Rabatel[96] chama de "dimensão argumentativa indireta", já que, nesse caso, o público-leitor pode criar uma determinada imagem dos agentes na narrativa, de acordo com os ditos relatados atribuídos a eles pelo sujeito-informante.

---

[95] Para ilustrar esse conceito, Charaudeau (2012) usa como exemplo a própria Guerra do Golfo, a qual foi analisada por Fleury-Villate (2012) em sua obra *"Les Médias et la guerre du golfe".*O autor cita também o caso da cobertura midiática da Guerra da Bósnia, no início da década de 1990: segundo Charaudeau (2012), as mídias construíram a figura do perseguidor na pessoa do presidente sérvio Slobodan Milošević, justificando a intervenção salvadora dos Estados Unidos. Essa análise pode ser lida em sua obra *"La télévision et la guerre: Déformation ou construction de la réalité ? Le conflit en Bosnie (1990-1994)"*(2001).

[96]Ao analisar a narrativa de *"Le loup et l'agneau",* de Jean de La Fontaine, Alain Rabatel pôde observar que o leitor poderia criar representações acerca dos personagens por meio dos enunciados atribuídos a eles pelo escritor. Um exemplo: o lobo argumenta em frases curtas, imperiosas, o que traduziria um *ethos* de fúria, em um nível psicológico, e um *ethos* de autoridade, no nível político-institucional, uma vez que sua palavra é considerada incisiva e agressiva. Essa análise pode ser lida em "Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours", **Argumentation et Analyse du Discours** [En ligne], 20 | 2018, mis en ligne le 15 avril 2018, consulté le 05 juin 2018. URL: http://journals.openedition.org/aad/2493; DOI : 10.4000/aad.2493

4.2.1. O Iraque de Saddam Hussein: o vilão da guerra?

Já a partir do primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo, os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* enfatizavam as ações agressivas do Iraque, conforme pode ser observado nos seguintes trechos das notícias "Iraque ocupa Kuait e instala 'governo livre'" (*Folha*) e "Iraque derruba o Governo do Kuwait" (*O Globo*), respectivamente.

> Tropas e tanques do Iraque **invadiram** o Kuait às 2h de ontem (20h de anteontem em Brasília) e poucas horas depois já controlavam a maior parte do país. O palácio do governo em Kuait (capital) foi bombardeado (...). **Diplomatas kuaitianos disseram que de 100 a 300 pessoas já morreram na invasão, a maioria kuaitianos. Os preços do petróleo dispararam** (...). **Todos os terminais de exportação foram fechados e tanques e tropas iraquianas ocupavam os principais portos.** Carros blindados e helicópteros iraquianos patrulhavam as ruas da capital. Vários tanques foram estacionados na zona costeira (...). **O Iraque disse que transformará o Kuait num "cemitério" se forças estrangeiras entrarem no conflito**. Milhares de reservistas foram convocados (FOLHA, 1990; grifos da autora)[97].

> **Em uma ofensiva fulminante, milhares de soldados do Iraque invadem o território kuwaitiano** (...). O **número de baixas kuwaitianas era calculado em 300 e 500, inclusive um integrante da Família Real**. Pela primeira vez na História contemporânea um país árabe invadiu outro e derrubou o Governo. **A invasão**, às 2h de quinta-feira (20h da quarta, hora de Brasília), seguiu-se à **concentração de cerca de cem mil efetivos iraquianos na zona fronteiriça**. Encabeçadas pela Guarda Revolucionária, núcleo da luta de oito anos contra o Irã, **as tropas do Iraque cruzaram a fronteira com mais de 350 tanques e blindados, apoiados por caça-bombardeiros e artilharia pesada**. O Governo do Presidente do Iraque, Saddam Hussein, disse em uma declaração que a intervenção fora a pedido de jovens revolucionários que teriam derrubado a família Sabah, há 250 anos no poder, e à qual qualificou de "bando de agentes sionistas e do estrangeiro". **E advertiu que, em caso de intervenção estrangeira, "o Kuait se transformará em um cemitério"** (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[98].

Apesar da *Folha De S.Paulo* utilizar o verbo "ocupar" no título da notícia, o jornal denomina a ação do Iraque contra o Kuwait como uma "invasão", assim como acontece também no texto publicado pelo *O Globo* – além disso, observa-se que a *Folha* coloca o termo "governo livre" entre aspas, o que pode ser entendido como uma ironia[99], já que sua significação não condiz com as ações realizadas por Hussein. Ambos os jornais mencionam também o número de mortos já no início da notícia (apesar de não ser a mesma quantidade de vítimas nos dois impressos), além de enfatizarem a mobilização das forças armadas iraquianas

---

[97] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.
[98] Publicado em *O Globo*, na edição do dia 03 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano LXVI; Nº. 20.708.
[99] As aspas podem ser empregadas quando há a intenção de exprimir ironia por meio de palavras que manifestam um sentido oposto de seu significado literal em relação ao contexto em que são empregadas.

no território do Kuwait — nesse caso, observa-se então que o enunciador busca imprimir uma dimensão patêmica por meio da descrição do acontecimento relatado, especialmente ao mencionar os mortos, vítimas da guerra (como em "100 a 300 vítimas já morreram na invasão" ou em "o número de baixas kuwaitianas era calculado em 300 a 500, inclusive um integrante da Família Real") e poderio bélico do Iraque (por exemplo, "vários tanques foram estacionados na zona costeira"; "as tropas do Iraque cruzaram a fronteira com mais de 350 tanques e blindados, apoiados por caça-bombardeiros e artilharia pesada").

Essa dimensão patêmica pode também ser observada na encenação do dito relatado a respeito da declaração do Governo do Iraque, em que diz que "o Kuait se transformará em um cemitério", caso haja intervenção estrangeira na região. Diferentemente de *O Globo*, a *Folha* apenas usou as aspas na palavra "cemitério". Mas, apesar disso, o uso das aspas ainda confere a responsabilidade do dito diretamente ao governo iraquiano, o que pode contribuir para a construção de um "tom ameaçador".

Também no primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo, ambos os jornais publicaram um perfil sobre a figura de Saddam Hussein, que acompanhava a notícia acerca da anexação do Kuwait. Os textos resgatam acontecimentos passados, especialmente fatos de sua vida pessoal e política, como mostram os trechos a seguir, extraídos de "No poder desde 79, presidente dirige o país com mão-de-ferro" (*Folha de S.Paulo*) e "Saddam Hussein, um líder agressivo e sedento de poder" (*O Globo*), respectivamente.

> Saddam Hussein, 53, **governa o Iraque com mão-de-ferro desde que assumiu o poder em 1979** (...). Pouco depois de ser tornar presidente, **ele mostrou que não toleraria qualquer tipo de oposição ao seu regime, ordenando a execução de 21 funcionários públicos, por *"conspiração contra o Estado"*** (...). Em 1980, **Hussein ordenou a invasão do Irã, que levou a uma sangrenta guerra de oito anos.** Com o fim da guerra, **ele passou a alarmar o Ocidente com sua retórica militarista e corrida armamentista, que inclui a aquisição de gases venenosos e mísseis de longo alcance** (...). Em 1988, **o vice-presidente**, **Taha Mohiedin Maaruf, admitiu que o Iraque usou armas químicas em Halabja, ao Curdistão iraquiano** (...). Em 1959, **Hussein participou de uma tentativa de assassinar o primeiro-ministro Abdek Karim Kassem** (...). Saddam se casou com sua prima Sajida Talfah e tem cinco filhos (FOLHA, 1990; grifos da autora)[100].
>
> **Há 11 anos governando o Iraque com mão de ferro, incluindo os oito anos de guerra com o Irã, o Presidente Saddam Hussein, o "carniceiro de Bagdá", como a ele se referem muitos jornais ocidentais, sonha de fazer seu país a grande potência militar do Oriente Médio**. Para isso, conta com a devoção dos jovens iraquianos, que em suas canções prometem defendê-lo "com sua alma e seu sangue"**,** e com uma sorte que lhe dá um verdadeiro fôlego de gato. Em um livro lançado em 1983, BarzanTikrit, irmão de Saddam e então chefe dos serviços de informação do Iraque, revelou que o Presidente precisava cercar-se de rigorosas medidas de segurança, tendo escapado de sete tentativas de assassinato em 15 anos de sua

[100] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.

> atribulada vida política (...). Em 22 de setembro de 1980, por um problema fronteiriço, **o Iraque iniciou uma guerra com o Irã que só acabou – oito anos e um milhão de mortos depois** – quando Teerã concordou em negociar diretamente com Bagdá. Por causa da guerra, **Saddam dotou o Iraque com um poderoso exército, com um milhão de homens bem treinados e equipados com as mais modernas armas e estimulou o culto à personalidade que faz hoje com que sua imagem – em fotos, quadros, painéis e estátuas – seja vista em toda parte**. Casado desde 1963, o **Presidente** tem quatro filhos. O mais velho ficou preso alguns dias, em 1988, acusado de ter matado um guarda-costas do pai (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[101].

É interessante observar que nenhum dos jornais utiliza o termo "ditador" para identificar Saddam Hussein nas narrativas acima – *O Globo*, aliás, o denomina como "Presidente". No entanto, o enunciador enquadra-o como "ditador" por meio de determinados termos que se remetem ao imaginário comum da figura de um ditador, como, por exemplo, "mão de ferro", "carniceiro de Bagdá", "culto à personalidade", "retórica militarista" e "corrida armamentista". Vale ressaltar também outras informações que carregam um significativo teor de dramaticidade e que, consequentemente, colaboram para a construção de uma personalidade sanguinária e até mesmo sádica do líder iraquiano, tais como o número de execuções de opositores ou vítimas da Guerra Irã-Iraque (em que ele é enquadrado também como responsável), o uso de armas químicas e a militarização do país.

Os dois impressos mencionaram também fatos relacionados à Família Hussein: a *Folha* ressalta que o líder se casou com sua prima – apesar de ser um costume comum em sua cultura, esse fato poderia causar certo estranhamento ao leitor brasileiro, uma vez que o matrimônio entre parentes próximos deixou de ser uma prática em sua sociedade atual. Já *O Globo* lembra que o filho mais velho de Hussein foi preso por ter supostamente assassinado um guarda-costas do pai. Sendo assim, os jornais utilizaram fatos familiares como estratégia para criar uma imagem negativa ao líder iraquiano, uma vez que eles apelam também aos valores morais de seu público.

Essa prática de traçar um "perfil" de Saddam Hussein não se restringiu somente ao primeiro dia da cobertura midiática da Crise no Golfo. Um mês após o início do conflito, Caio Blinder publicou na *Folha de S.Paulo*: "Culto à personalidade do ditador se compara ao auge do stalinismo".

> **Saddam Hussein acusa os países do golfo Pérsico de serem monarquias feudais, que sobrevivem através de lealdades tribais**. A estrutura de poder no Iraque é efetivamente diferente. **O país é uma ditadura personalizada, consolidada em 1979, onde o culto à personalidade pode ser comparado ao auge do pode**

[101] Publicado em *O Globo*, na edição do dia 03 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano LXVI; Nº. 20.708.

> **stalinista.** A repressão e vigilância de toda a sociedade junta-se um genuíno populismo que modernizou o país e o discurso nacionalista do partido do Baath, o único na legalidade. Em comum com os xeques do petróleo da região, Saddam Hussein baseia seu poder em uma rede de lealdades pessoais. O melhor acesso aos privilégios é pertencer ao clã de Takrit, sua cidade natal (FOLHA, 1990; grifos da autora)[102].

O trecho acima se refere a um artigo de opinião de um enviado especial da *Folha de S.Paulo*, no qual o sujeito-enunciador configura explicitamente a imagem do Iraque como uma ditadura, fazendo uso também de acontecimentos passados para explicar o presente. Com isso, observa-se também a presença de um discurso informativo, mas a partir do qual se pode analisar a encenação de uma estratégia de "fazer crer" por meio de um "fazer sentir" ao público-leitor, com o possível intuito de mostrar que Saddam Hussein é um ditador. Além disso, o enunciador tenta deixar claro que, para o Iraque, o Ocidente é o seu inimigo.

Também no dia 05 de setembro de 1990, o enviado especial de *O Globo* em Bagdá publicou uma matéria na qual o sujeito enunciador-jornalista busca configurar uma representação ditatorial a Saddam Hussein, especialmente por meio do relato de atos e ditos atribuídos à população iraquiana, conforme pode ser visto no trecho a seguir.

> **Saddam Hussein está mantendo como reféns apenas cidadãos de países que ele classifica como "agressores" – ou seja, gente do Primeiro Mundo.** Mas, na prática, o embargo comercial e econômico começou a castigar também os iraquianos e outros estrangeiros que têm livre circulação aqui – como os latinos-americanos. Um diplomata brasileiro, por exemplo, não conseguiu comprar pão. Primeiro, disseram que o pão não está sendo mais vendido a estrangeiros. Depois, alegaram que ele não podia adquiri-lo porque não tinha o cartão de racionamento. Uma justificava, na verdade, compensava a outra: os cartões só vêm sendo distribuídos a iraquianos e árabes em geral (...) Os iraquianos, no geral, evitam comentar a situação com estrangeiros. Os mais ousados se permitem apenas uma frase-padrão, em inglês, ao notar a aproximação de um "gringo" – seja ele americano, brasileiro, francês ou grego. "Saddam isgood" (Saddam é bom), dizem eles com um forte sotaque, como alguém que acaba de aprender sua primeira fase num idioma estrangeiro. **Saddam é praticamente onipresente. Sua imagem está por toda a parte - na forma de fotos, gravuras ou estátuas, que parecem vigiar os movimentos dos cidadãos**. Ela é vista tanto nos escritórios públicos, nos bancos, no mercado e até mesmo nos mictórios públicos. Num salão de beleza no bairro de Karrada, por exemplo, Saddam está presente, através de uma foto em que aparece de óculos escuros, emoldurado ao lado de uma recente fotografia da roqueira Madonna, com o seu novo penteado (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[103].

Observa-se que o enunciador não utiliza o termo "ditador", mas os ditos e atos atribuídos a Hussein podem também remeter a características de uma sociedade ditatorial –

---

[102] Texto por Caio Blinder. Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 05 de setembro de 1990, quarta-feira; Ano 70; Nº 22.435.

[103] Texto por José Meirelles Passos. Publicado em *O Globo*, na edição do dia 05 de setembro de 1990, quarta-feira; Ano LXVI; Nº 20.741.

como, por exemplo, a adoração à imagem de Hussein pela população, estando presente em todos os lugares. Também é interessante notar que a citação do dito daqueles que apóiam o governo de Saddam Hussein – *"Saddam is good"* – é relatado de uma forma que não lhe atribui certa legitimidade, mais especificamente quando o enunciador o descreve: "(...) dizem eles com um forte sotaque, como alguém que acaba de aprender sua primeira frase num idioma estrangeiro" (O GLOBO, 1990). Dessa forma, é possível verificar que o jornalista, implicitamente, não confere autoridade ao testemunho dos apoiadores de Hussein.

Voltando ao primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo, a *Folha* ressalta a alta no preço do petróleo como consequência da ação iraquiana – esse fato, aliás, pôde ser visto em outros textos ao longo da cobertura midiática pelos dois impressos, destacando-se especialmente no dia 03 de agosto de 1990. Excertos dos textos "Guerra faz cotação do petróleo explodir" (*Folha de S.Paulo*) e "Sobem ouro, dólar e petróleo; caem as bolsas" (*O Globo*), respectivamente, podem exemplificar essa ideia.

> **A invasão do Kuait pelas tropas militares do Iraque, na madrugada de ontem, passou como um terremoto pelo mercado financeiro**. A cotação do petróleo entrou em alta, as Bolsas de Valores de Londres, Nova York e Tóquio registraram quedas. O ouro e o dólar, tradicionais refúgios dos investidores diante de crises internacionais, subiram. A moeda japonesa foi a que mais caiu. O Japão importa 70% do seu consumo do Golfo Pérsico e ficou em posição vulnerável (...). Sem estabelecer qualquer vínculo com a crise do Golfo, o governo brasileiro divulgou ontem aumento médio de 8,5% nos preços dos combustíveis**. O conflito Iraque-Kuait fez com que o preço do barril de petróleo do tipo "brent" subisse US$ 2,50, para fechar em Londres a US$ 22,70, depois de beirar US$ 24 no transcorrer do dia** (FOLHA, 1990; grifos da autora)[104].
>
> Os preços do petróleo aumentaram cerca de três dólares para os níveis mais elevados desde 1986, o dólar e o ouro subiram e as ações e as ações caíram**. Foram essas as principais reações nos mercados financeiros e de commodities à invasão do Kuwait por tropas do Iraque.** Os dois países respondem por um quinto da produção petrolífera na área do Golfo Pérsico, de onde provêm 25% da oferta internacional do produto (...). Para o Presidente do Iraque, Saddam Hussein, o aumento das cotações é uma importante vitória econômica: o dólar em alta nos preços, seu país arrecada mais US$ 1 bilhão anuais (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[105].

Os sujeitos enunciadores buscam estabelecer em suas narrativas um efeito de "causa e consequência" para dar sentido ao acontecimento da queda das Bolsas de Valores com a alta do barril de petróleo, atribuindo a responsabilidade por essa instabilidade econômica mundial às tropas militares iraquianas que invadiram o Kuwait. Com essa estratégia, os jornais buscam direcionar o olhar dos leitores sobre o Iraque de Saddam Hussein.

---

[104] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.
[105] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

Em meio à cobertura midiática da Guerra do Golfo, outro tema em que se pode atribuir uma "imagem agressiva" a Hussein é relacionado aos reféns estrangeiros, especialmente os brasileiros que trabalhavam no país como funcionários das empresas *Mendes Júnior*, da *Maxion* e da *Volkswagen*, além dos engenheiros que trabalhavam na indústria militar do Iraque. Assim, no dia 5 de setembro de 1990, os impressos destacaram o andamento das negociações para a liberação dos trabalhadores no Iraque, em que é possível atribuir também uma determinada representação ao país. *O Globo*, por exemplo, publicou a matéria "Bagdá quer trocar reféns por autopeças", do enviado especial José Meirelles Passos. Já pelo título é possível observar um enquadramento negativo do Iraque, o que pode ser confirmado ao longo de seu texto.

> O Ministério do Comércio iraquiano acenou ontem com uma possibilidade de saída para os 18 funcionários da Volkswagen (Autolatina), num contato com o representante da empresa e a Embaixada brasileira em Bagdá. **Os iraquianos insinuaram uma troca desse grupo de brasileiros por um carregamento de autopeças, atualmente retido em alto mar. É uma forte evidência de que o regime de Saddam Hussein está buscando uma oportunidade de quebrar em parte o bloqueio comercial, utilizando o Brasil como artifício**. **O Governo do Iraque insistiu também que os 246 brasileiros que continuam retidos aqui só poderão sair depois que as empresas que os empregam cumprirem seus contratos com o país** (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[106].

No trecho descrito acima, observa-se uma dimensão espacial – ou melhor, de proximidade — entre o acontecimento relatado e o público-leitor, uma vez que se trata de trabalhadores brasileiros feitos de "reféns" pelo governo iraquiano – isso, então, pode visar a um efeito de captação e pregnância, sendo possível atingir os sentimentos do leitor. Além disso, a informação de que o Iraque "se insinuou a trocar os reféns por autopeças" pode também provocar um "fazer sentir", o que pode influenciar na construção de uma imagem negativa do Iraque. Aliás, essa ideia fica mais evidente nos trechos seguintes dessa mesma reportagem:

> No acampamento Expressway, da Construtora Mendes Júnior, a situação é crítica – segundo contou o superintendente Berilo Torres:
> - Há muita tensão e o astral está cada dia mais baixo. A obra está parada por falta de material, nós estamos fazendo todas as vontades do Governo do Iraque, e nem assim nos liberam. Está ficando difícil segurar o pessoal. Todo mundo me vem com a mesma pergunta: "Afinal, nós somos reféns ou não?" – disse Torres ao GLOBO.
> Havia uma grande expectativa de que a situação seria resolvida ontem, quando vencia o prazo estipulado pelo próprio Ministério dos Transportes do Iraque, para resolver o problema – depois de vários contatos com o Itamaraty e a Mendes Júnior. O representante da empresa aqui, Malthus Antônio Soares, foi chamado àquela repartição. Mas ao chegar lá não recebeu a notícia que todos esperavam.

[106] Texto por José Meirelles Passos. Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 de setembro de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.741.

> - Em vez disso, o que nos fizeram foi um alerta: o de que o Iraque está começando a racionar os alimentos. Eles queriam saber como está o nosso estoque e advertir que daqui por diante teremos permissão para comprar no mercado local apenas a quantidade estipulada pelo governo local – contou Berilo Torres (O GLOBO, 1990)[107].

A designação dos trabalhadores brasileiros como "reféns" do governo iraquiano pode reafirmar a identificação do Iraque como um "inimigo" até mesmo do Brasil – mesmo que o país não estivesse envolvido diretamente e militarmente na Guerra do Golfo. Além do mais, essa ideia é reforçada também quando é citada a declaração de uma testemunha local (o superintendente da *Mendes Júnior*, Berilo Torres), que diz que os iraquianos estariam racionando os alimentos, além do atraso supostamente provocado pelas autoridades do país para a liberação dos brasileiros.

Já a *Folha de S.Paulo*, também na mesma data, publicou a matéria "Aviões com reféns são atrasados por Badgá", em que, apesar de não mencionar os trabalhadores brasileiros detidos no país, ressalta o número dos reféns ocidentais de cada nacionalidade ao longo do texto, ressaltando a quantidade de mulheres e crianças.

> Mais dois aviões fretados deixaram Bagdá ontem, levando cerca de 250 mulheres e crianças estrangeiras que estavam retidas no Iraque e no Kuait ocupado. Marlin Fitzwater, porta-voz da Casa Branca, disse que as autoridades iraquianas estavam retendo os vistos dos estrangeiros e impedindo as decolagens. O aeroporto de Bagdá disse que o atraso se deve a problemas técnicos (FOLHA, 1990)[108].

Sendo assim, a tematização em torno dos reféns estrangeiros no Iraque – especialmente os brasileiros – pode ser considerada uma estratégia de captação e pregnância, visando a atingir os valores e emoções de seu público-leitor, o que pode lhe proporcionar uma representação "agressiva" e "cruel" do governo iraquiano e seu respectivo líder político em meio ao conflito.

No entanto, assim que a cobertura midiática do conflito entra em sua "fase final" – com o ataque da coalizão ocidental contra o Iraque (a Operação Tempestade no Deserto) –, uma nova imagem é atribuída ao país governado por Saddam Hussein: a partir do dia 17 de janeiro de 1991, os jornais passam a enquadrá-lo como "derrotado", "recuado" e "militarmente inferior" ao exército ocidental.

> **O presidente iraquiano, Saddam Hussein**, **disse em mensagem transmitida pela rádio Bagdá que "a batalha suprema começou depois que Satã Bush cometeu seu crime"**, referindo-se ao primeiro ataque ordenado pelo presidente dos Estados

---

[107] Texto por José Meirelles Passos. Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 de setembro de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.741.

[108] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 05 de setembro de 1990, quarta-feira; Ano 70; Nº 22.435.

> Unidos (...). O Pentágono estima que 18 mil toneladas de bombas tenham sido lançadas sobre o território inimigo. **Saddam acredita que perderá meio milhão de homens em combate, segundo médicos norte-americanos recém-chegados de Bagdá** (FOLHA, 1991; grifos da autora)[109].
>
> **O avanço das tropas aliadas sobre o Kuwait e o Iraque que, iniciado sob chuva às 4h de ontem (22h de sábado em Brasília), foi arrasador, surpreendendo até mesmo as expectativas de seus comandantes.Diante de uma frágil resistência**, elas precisariam de apenas 12 horas para alcançar todos os objetivos programados para o primeiro dia (...). Ás 23h (locais) **os aliados já tinham penetrado 80 quilômetros no Iraque e continuavam avançando em direção ao Norte**. Fontes militares informaram que havia cerca de 300 helicópteros dos aliados em ação sobre o Kuwait e o Iraque (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[110].

Conforme pode ser visto, as ações da ofensiva ocidental são enfatizadas por meio da descrição e dos ditos relatados utilizados pelos enviados especiais em seu discurso – como o destaque para a quantidade de bombas lançadas sobre o território inimigo, o número de perdas iraquianas e o rápido avanço dos aliados pelo Iraque (aliás, vale lembrar mais uma vez que, ainda nesta pesquisa, será também discutido a respeito da imagem do Ocidente construída pela cobertura midiática de ambos os jornais). Além disso, a imagem "agressiva", "perigosa" e "incisiva" do Iraque é ainda utilizada no discurso da cobertura midiática dos impressos.

> O Iraque já domina a tecnologia que lhe permitirá a construção de um pequeno, mas devastador, arsenal de mísseis, ogivas e bombas nucleares em um prazo máximo de dez anos na opinião de peritos dos sistemas de informações de Israel, Grã-Bretanha e Estados Unidos (O GLOBO, 1991)[111].
>
> **O presidente iraquiano, Saddam Hussein, pode ser levado a julgamento por crimes contra o direito internacional.Essa é a opinião de alguns juristas brasileiros consultados pela Folha.** "**Basta que sejam apresentadas provas contra ele", disse Tércio Sampaio Ferraz Júnior, 49.** Para ser efetuada a sentença, Saddam deveria estar preso. Mas a ONU não pode realizar a detenção, nem os EUA estão legalmente amparados para invadir o Iraque atrás de Saddam (FOLHA, 1991; grifos da autora)[112].

No entanto, considerando o contexto da guerra – isto é, a atuação das tropas ocidentais no Golfo Pérsico –, é possível dizer que essa imagem negativa atribuída ao Iraque pelos jornais pode servir como uma justificativa à intervenção militar ocidental na região (ou seja, cria-se uma narrativa de "reparação do bem para se combater o mal"). Aliás, nota-se que os ditos relatados são majoritariamente provenientes de fontes cujos países estão envolvidos diretamente na guerra e que são contrários ao governo de Hussein. Esse fato pode ser

---

[109] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, na edição 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.
[110] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.
[111] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.
[112] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.

observado no quadro a seguir, que mostra as fontes dos ditos relatados nos textos de cada impresso analisado e sua respectiva quantidade.

FONTES DAS DECLARAÇÕES CITADAS NOS TEXTOS	A FOLHA DE S. PAULO	O GLOBO
Autoridades e órgãos oficiais do Iraque.	04	04
Autoridades e órgãos oficiais do Kuwait.	02	03
Autoridades e órgãos oficiais dos Estados Unidos.	04	05
ONU (Organização das Nações Unidas)	03	02
Meios de Comunicação do Iraque (jornais, rádios, TV)	02	-
Meios de Comunicação do Kuwait (jornais, rádios, TV)	02	01
Meios de Comunicação Ocidentais (especialmente jornais, rádios e TV dos EUA).	04	05
Especialistas brasileiros	02	-
Militares da Coalizão (principalmente americanos)	03	05
Reféns brasileiros no Iraque	-	02

Quadro 2: As fontes jornalísticas utilizadas pela *Folha de São Paulo* e *O Globo* | Fonte: Produzido pela autora

Conforme pode ser visto no quadro, a maioria das fontes encontradas nas narrativas jornalísticas do *corpus* desta pesquisa é composta por autoridades e órgãos (presidentes, embaixadores, porta-vozes oficiais, etc), militares (soldados, generais, etc), meios de comunicação e entre outros agentes ocidentais (principalmente de países que estão

diretamente envolvidos no conflito). Mas além de observar a quantidade, é necessário considerar também como os ditos desses enunciadores foram tratados – ou seja, enquadrados – nas narrativas impressas (o que já tem sido feito ao longo deste estudo).

Outro trecho do *corpus* que exemplifica também essa ideia é a matéria "Saddam pede resistência até a morte", do correspondente de O *Globo* em Tel Aviv, em Israel, Mario Chimanovitch. No texto, o jornalista ressalta alguns trechos do, então, mais recente discurso de Saddam Hussein, em que pedia pela resistência de seu exército contra as tropas ocidentais que, naquele momento, já avançavam pelo território iraquiano.

> **O presidente Saddam Hussein** proferiu um discurso emocional ontem de manhã, transmitido pela Rádio Bagdá, no qual exortou as Forças Armadas iraquianas a resistirem por todos os meios ao assalto terrestre aliado. **Ele pediu que seus soldados lutem até à morte, frisando que, quando os exércitos se defrontarem, o papel desempenhado pela tecnologia ocidental desaparecerá e o resultado final será dado apenas *"pelos bravos e pelos crentes"*** (...). **Saddam Hussein reiterou que o Iraque está empenhado em uma guerra santa e que *"Deus guiará o povo na vitória contra os inimigos"*** (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[113].

O discurso na íntegra de Hussein foi também publicado na mesma página, com seus ditos colocados entre aspas. No entanto, o texto recebeu o seguinte título: "Discurso do líder iraquiano conclama tropas à Guerra Santa". Assim como no texto de Chimanovitch (1991), é possível observar que o sujeito-enunciador, ao relatar as falas de Hussein, parece ter destacado aquelas mais patêmicas (como por exemplo: "ele pediu que soldados lutem até à morte", "o Iraque está empenhado em uma guerra santa"; e especialmente quando o sujeito enunciador ressalta a questão da religião presente no discurso). Assim, isso pode ser considerado uma estratégia para projetar uma imagem "belicista", "imperialista" — e até mesmo "insana" e "fanática" – do líder iraquiano.

Por fim, no dia 28 de fevereiro de 1991, quando é anunciado o fim da Guerra do Golfo pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, o efeito de sentido que pode ser observado no enquadramento dado ao Iraque é a imagem de uma nação "derrotada", "recuada", em que o "mal" finalmente havia sido derrotado pelo "bem" (conforme será explicado a respeito dos Estados Unidos de George Bush como personagens na narrativa da cobertura midiática dos impressos).

> **As forças multinacionais "esmagaram" o Exército de ocupação iraquiano, afirmou ontem o general norte-americano Norman Schwarzkopf, comandante**

[113] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

> **da operação Tempestade no Deserto.** O general disse que as forças da coalizão enfrentavam as duas últimas divisões da Guarda Republicana, no Sul do Iraque (...). **A rádio Bagdá afirmou que a retirada iraquiana se completou ontem de manhã. Segundo a coalizão, foram neutralizadas ou destruídas 29 das 42 divisões iraquianas no Kuait (...). Mais de cem tanques iraquianos foram destruídos, segundo o Pentágono. Oficiais da coalizão disseram que já há mais de 60 mil prisioneiros de guerra.** A maioria se entregou sem resistência. "É como tanger ovelhas", comparou um oficial britânico. **A coalizão não revelou o número de iraquianos mortos** (FOLHA, 1991; grifos da autora)[114].
>
> **A Rádio Militar de Israel anunciou que o Presidente do Iraque, Saddam Hussein, já teria fugido para o Norte do país, de onde lhe será mais fácil alcançar o Irã ou mesmo a União Soviética**, através da base iraniana de Tabriz, escala utilizada pelo Chanceler Tarek Aziz em suas viagens a Moscou (...). Outras fontes israelenses disseram não estar em condições de confirmar a informação mas enfatizaram que Saddam Hussein, a esta altura, não teria alternativa senão deixar o país.
> **- O Exército iraquiano entrou em colapso e está praticamente cercado. Saddam está, pode-se dizer, acuado e dentro em pouco se defrontará com uma situação em que sua própria cabeça é que estará em jogo.** É possível prever-se que ele tenha tomado medidas necessárias para se safar quando a situação ficar insustentável – disseram (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[115].

Os trechos dos textos jornalísticos acima ressaltam certa superioridade militar da coalizão ocidental em relação às tropas do Iraque, além da suposta fuga de Saddam Hussein. No entanto, é interessante observar que a maioria das fontes dos ditos relatados no texto é pertencente à coalizão ocidental (como o general americano, o oficial britânico e as fontes israelenses) – apenas com exceção da citação da *Rádio Bagdá* no texto da *Folha*, que confirma a retirada do exército iraquiano. Dessa forma, é possível identificar um enquadramento relacionado à "derrota" e à certa fragilidade do Iraque.

Os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo,* então, buscaram mostrar uma desordem social e seu respectivo responsável em um "roteiro dramatizante" – a que se refere Charaudeau (2012) – nas narrativas de sua cobertura midiática da Guerra do Golfo. Dessa forma, o Iraque de Saddam Hussein foi enquadrado pelos impressos como "agressor", "incisivo", "inimigo", de caráter ditatorial e militarista, e responsável pela instabilidade econômica mundial, de acordo com os temas que emergiam nos acontecimentos do andamento do conflito.

Essa ideia pôde ser analisada especialmente por meio das descrições dos ditos e fatos relatados, que apresentam uma dimensão patêmica que parece sinalizar uma estratégia do sujeito-enunciador para captar a atenção do leitor e direcionar o seu olhar em relação aos personagens da guerra. Ou seja, ao apelar implicitamente aos valores e sentimentos do leitor por meio dessas estratégias discursivas, as narrativas midiáticas constituíram um determinado "perseguidor", como também a imagem da "vítima" e de um "salvador".

---

[114] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.
[115] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.917.

4.2.2. Kuwait: a vítima indefesa

Enquanto o Iraque foi considerado "o agressor" nas narrativas da Guerra do Golfo dos impressos analisados, o Kuwait, por sua vez, pode ser observado como a sua "vítima". Além do número de mortos provocado pela invasão das tropas iraquianas – visto nas matérias do primeiro dia do conflito –, esse enquadramento foi analisado especialmente pelos atos atribuídos ao Kuwait por meio também dos ditos e fatos relatados – essa ideia pode ser melhor explicada a partir do seguinte exemplo, extraído do texto "Kuwait pede socorro para resistir", publicado em *O Globo*.

> **Em Washington, o Embaixador do Kuwait, Saud Nasir Al Sabah, pediu aos Estados Unidos e a outros países amigos ajuda, inclusive militar, para repelir a invasão iraquiana. País pacífico por excelência, o Kuwait não deve nada a ninguém, tem uma renda per capita altíssima** – a mais alta do Mundo, US$ 13,4 mil por habitante, em números de 1988. Uma invejável ficha econômica patrocinada pelo petróleo, que jorra generoso na extremidade noroeste do Golfo Pérsico e transformou a aridez do pequeno Kuwait num glamouroso oásis em pelo deserto (...). A invasão desse oásis é produto de longos anos de tensão com seu poderoso vizinho, o Iraque. **Desde sua criação como Estado independente, há 29 anos, o Emirado é pressionado pelas pretensões da grande potência de Bagdá** (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[116].

Já no título da matéria é possível observar um apelo às emoções – ou seja, uma patemização do acontecimento –, considerando a declaração do Embaixador do Kuwait como um "pedido de socorro" aos países aliados para repelir a ocupação iraquiana. Além disso, é interessante observar que, a partir das informações citadas a respeito do Kuwait, o sujeito-enunciador o descreve como um "país pacífico" (especialmente quando diz que "o Kuwait não deve nada a ninguém") e que sua farta economia proporcionada pelo petróleo tem sido a motivação do Iraque para pressioná-lo, "perseguindo-o" desde a criação de seu Estado nacional. Aliás, a representação do Kuwait como uma "nação pacífica e indefesa" pode também ser observada em outra matéria publicada pelo *O Globo*, intitulada "Kuwait não tem exército para enfrentar o Iraque".

> **Apesar de rico, o Kuwait não dispõe de forças armadas capazes de enfrentar o poderio bélico do invasor. Nem pode contar com o apoio de seus vizinhos do Golfo, igualmente despreparados. Enquanto o Iraque dispõe de um milhão de soldados e armas sofisticadas, o Kuwait tem apenas 20 mil e um equipamento**

[116] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

> **tecnologicamente inferior.** Segundo o Instituto de Estudos Estratégicos, as forças dos países em conflitos são as seguintes:
> Iraque – Um milhão de homens em armas em armas; 5.500 tanques; 450 peças de artilharia e lança-foguetes múltiplos; 510 aviões de combate; 160 helicópteros artilhados; cinco fragatas e 36 mísseis Scud. Os principais fornecedores de armas são URSS, Brasil, China, África do Sul e França.
> Kuwait – 20.300 homens; 275 tanques; 90 peças de artilharia e lança-foguetes; 36 aviões de combate e 18 helicópteros artilhados. As armas são fornecidas pela Inglaterra e os Estados Unidos (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[117].

O sujeito-enunciador, no trecho da matéria acima, utilizou dados numéricos em seu argumento para mostrar ao seu público-leitor o quanto o Kuwait é inferior militarmente se comparado ao Iraque – assim, pode-se inferir uma visada de "fazer saber", mas também de "fazer crer" que o Kuwait não poderá derrotar as tropas iraquianas. Além disso, essas descrições sustentam também o enquadramento do Iraque como um país agressivo, assim como podem mobilizar os valores morais do público por meio da representação de um "país belicista que ataca uma nação pacífica" (podendo também produzir um efeito patêmico), o que pode definir o posicionamento do leitor em relação aos envolvidos no conflito.

Essa ideia pode também ser observada na *Folha de S.Paulo*. No entanto, ao invés de recorrer a dados numéricos, o impresso buscou a opinião de dois treinadores de futebol brasileiros, Mário Jorge Lobo Zagallo e Carlos Alberto Parreiras, os quais trabalharam em equipes esportivas no Kuwait – sendo assim, já que eles vivenciaram a realidade do país, pode-se dizer que os técnicos possuiriam certa autoridade para testemunhar a respeito da nação.

> Zagalo, que dirigiu a seleção do Kuait entre 75 e 77, disse que apesar do clima "explosivo" da região, o país não acreditava em uma invasão**. "A razão para isso é que o Kuait é um dos menores países da área e um dos menos que se preocupa com questões de guerra e compras de armas". O técnico acha que o Kuait não tem a mesma resistência que o Irã, que esteve em guerra com o Iraque por quase dez anos (...). Ele [Carlos Alberto Parreiras] considera o país um dos mais modernos da região, mas que militarmente não tem condições de enfrentar o Iraque.** "O Kuait tem um alto nível de vida. A alimentação, subsidiada pelo governo, é muito barata. Educação e saúde são de graça, assim como a energia elétrica e as ligações telefônicas locais" (FOLHA, 1990; grifos da autora)[118].

Além de ressaltar a fragilidade militar do país, o apelo ao relato dos treinadores pelo sujeito- enunciador enquadra o Kuwait como um país pacífico que se preocupa com o bem-estar de sua população (conforme relata Carlos Alberto Parreiras). Aliás, como já mencionado, os técnicos podem ser considerados como testemunhas que vivenciaram a

---

[117] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.
[118] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.

realidade do Kuwait em sua experiência e, com isso, o jornal busca transmitir um efeito de verdade com seus ditos, fazendo com que o leitor possivelmente lhes atribua legitimidade – sendo assim, isso pode ser considerado uma estratégia para promover uma adesão do público ao acontecimento, e especialmente para transmitir uma "imagem inofensiva" do Kuwait.

Assim como O *Globo*, a *Folha de S.Paulo* enfatiza o pedido de ajuda do Kuwait às nações aliadas, mas também descreve o cotidiano do país após a invasão iraquiana, como pode ser observado no excerto a seguir. Assim, as descrições presentes na narrativa possuem um significativo teor de dramatização, o que pode também impactar na constituição da representação do Kuwait na visão do público.

> A rádio Kuait conclamou os kuaitianos a resistirem à "traição" e pediu que eles doassem sangue nos hospitais. A rádio fez um apelo aos países árabes para que ajudem o país a combater o Iraque. As transmissões foram feitas de um local desconhecido. A sede da rádio está tomada pelos iraquianos (...). **O Kuait está sob o toque de recolher e suas fronteiras estão fechadas. As ruas da capital permaneceram desertas por quase todo o dia. As pessoas só saíram pela manhã para obter alimentos. Os supermercados não abriram e as padarias tinham filas enormes. Todos os terminais de exportação de petróleo foram fechados e tanques e tropas iraquianas ocupavam os principais portos. Carros blindados e helicópteros iraquianos patrulhavam as ruas da capital.Vários tanques foram estacionados na zona costeira. O governo do Kuait pediu ajuda militar a Washington** (FOLHA, 1990; grifos da autora)[119].

As descrições das ações das tropas iraquianas no território kuwaitiano colaboram para configurar a representação do Kuwait como uma nação "invadida" e "indefesa", em que sua população agora precisa lidar com o cotidiano dessa ocupação. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o Kuwait pode ser representado como "vítima", o Iraque é enquadrado como seu "perseguidor" e "agressor".

Outra matéria jornalística em que é possível observar mais nitidamente o contraste entre as representações do Iraque e do Kuwait é a intitulada "Capital kuwaitiana está em chamas", publicada no dia 25 de fevereiro de 1991 pelo *O Globo*. Conforme pode ser observado, as informações – especialmente os ditos relatados pelas fontes mencionadas – descrevem a presente situação apelando à dramaticidade, principalmente quando se focaliza o terror provocado pelo Iraque no território do Kuwait.

> Pára-quedistas americanos já estariam na Cidade do Kuwait, segundo a rede de TV americana CBS, citando militares dos Estados Unidos na Arábia Saudita. **No entanto, segundo essas fontes, a Capital está em chamas. Amplos setores estão ardendo em consequência da política de terra arrasada aplicada pelos iraquianos antes de baterem em retirada diante dos aliados. Segundo as fontes, os soldados do Iraque se dedicaram à destruição sistemática dos serviços**

[119] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.

> **públicos e edifícios importantes da cidade, entre os quais a sede do Governo e o Parlamento**. Em Washington, o Assessor para Segurança Nacional da Casa Branca, Robert Gates, confirmou as notícias sobre a ação iraquiana na capital kuwaitiana. **Falando à rede de TV americana CNN, Gates declarou que "numa prática medieval", Saddam Hussein "está decidido a destruir tudo o que foi feito, num espetáculo digno dos períodos mais primitivos da história**" (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[120].

Para enquadrar o Kuwait como "vítima" nas narrativas midiáticas sobre a Guerra do Golfo, é possível que o sujeito-enunciador tenha se direcionado a um possível imaginário moralista do público-leitor, apelando ao sentimento de injustiça que estaria, então, sendo cometida pelo Iraque contra o Kuwait – isto é, ao enfatizar a grande diferença de poderio militar entre as nações, esse fato pode remeter à ideia de um oponente "forte" e "poderoso" contra um alvo consideravelmente mais "fraco" e "indefeso". Sendo assim, observa-se uma dimensão argumentativa subjacente ao texto que, possivelmente, consiste em tentar levar o leitor de então a aderir a uma opinião contrária às ações do Iraque.

Ao analisar o enquadramento do Kuwait como "a vítima que apela por socorro", foi possível também já observar a imagem de seu possível "salvador" – isto é, o anúncio da intervenção de um "herói" que pudesse libertar o Kuwait e o mundo "da tirania de Saddam Hussein". Então, ao dar continuidade à análise do "roteiro dramatizante" das narrativas sobre a Guerra do Golfo pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, observa-se também a construção da imagem dos Estados Unidos de George Bush como o responsável pela restauração da paz no Oriente Médio.

4.2.3. Os Estados Unidos e George Bush: a "salvação"

Já no primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo, os jornais noticiaram também a respeito da reação do Ocidente diante da invasão das tropas iraquianas no território do Kuwait, mais especificamente destacando a reação do Presidente dos Estados Unidos, George Bush. O jornal *O Globo*, como pode ser observado no excerto a seguir, descreve o líder americano como "irritado" perante o acontecimento, e que "condena" a ação iraquiana.

> O Governo dos Estados Unidos **condenou** ontem a invasão iraquiana do Kuwait e **exigiu a imediata retirada das tropas de Saddam Hussein**. Ao mesmo tempo,

[120] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

> **determinou** o congelamento dos bens do Iraque nos Estados Unidos, a fim de que não possam ser utilizados pelas **"autoridades ilegais que estão ocupando o Kuwait",** e enviou navios de guerra para a região do Golfo de Omã. Com o acordo das autoridades depostas do Kuwait, a Casa Branca também congelou os bens kuwaitianos nos EUA, "para evitar que Saddam Hussein se apodere deles".
> - **Os Estados Unidos condenam energicamente a invasão militar iraquiana do Kuwait e fazem um apelo à retirada imediata e incondicional de todas as forças iraquianas. A situação é gravíssima e estamos dispostos a dar todos os passos necessários para defender nossos interesses na região – declarou Bush irritado o Presidente George Bush, antes de uma reunião de emergência no gabinete.**
> **Bush salientou que não há lugar para esse tipo de flagrante agressão no Mundo de hoje e informou ter tomado uma série de medidas para indicar sua profunda preocupação com os fatos.** Acrescentou o Presidente que ia discutir com seus assessores diversas medidas, inclusive o rompimento de relações diplomáticas com o Governo de Bagdá. **Bush acrescentou que o alto grau de dependência dos Estados Unidos do petróleo do Oriente Médio é um dos motivos pelos quais o país não pode baixar a guarda no Mundo** (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[121].

Os verbos "condenar" e "exigir", utilizados pelo sujeito-enunciador para relatar os ditos de George Bush, podem transmitir um efeito de sentido de "autoridade" e de "poder", o que pode se dirigir ao imaginário do leitor, uma vez que os Estados Unidos são comumente conhecidos como a maior potência econômica e militar do planeta, a qual já participou de outros conflitos e saiu como vitoriosa (vale lembrar que a Guerra do Golfo acontecia no período pós-Guerra Fria). Além disso, a sua representação como uma nação que preza pela "defesa da Democracia" pode também estar presente no imaginário do leitor. Assim, o verbo "condenar" pode também colaborar para uma representação negativa das ações do Iraque.

Ainda a respeito do dito relatado de Bush no trecho acima, apesar dos interesses estratégicos dos Estados Unidos na região serem mencionados, o presidente "salienta" que "não há lugar para esse tipo de flagrante agressão no Mundo de hoje", o que justificaria também a sua preocupação pela situação no Golfo Pérsico. Nesse caso, o sujeito-enunciador realiza um apelo emocional no discurso, assim como no trecho em que diz que os Estados Unidos "fazem um apelo à retirada imediata e incondicional de todas as forças iraquianas". Aliás, antes, havia sido usado o verbo "exigir", o que remeteria a uma "ação de poder", enquanto o "fazer um apelo", usado adiante na forma de discurso direto, pode contribuir para produzir um efeito de dramaticidade, ressaltando a preocupação do país pelo conflito. Além disso, na declaração do presidente ainda em discurso direto, utiliza-se o termo "agressão" para se referir à ação do Iraque, o que pode conferir também mais um efeito patêmico.

Foi possível analisar um enquadramento que confere uma imagem pacificadora a George Bush, mesmo que os Estados Unidos tenham também utilizado a força militar como

[121] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

solução para o conflito no Golfo Pérsico. No entanto, foram observadas determinadas estratégias usadas pelos impressos a fim de "amenizar" as ações praticadas pelos Estados Unidos. A começar, por exemplo, pela matéria intitulada "Bush: 'o mundo já não podia esperar'", que fala sobre um discurso emitido por Bush. Composto predominantemente por enunciados no discurso direto, o texto jornalístico utiliza trechos do discurso para justificar as ofensivas ocidentais contra o Iraque e o Kuwait ocupado.

> No discurso que fez ontem logo após o ataque aéreo ao Iraque, o Presidente George Bush disse:
> - **Há cinco anos, o Presidente Saddam Hussein começou uma guerra cruel contra o Kuwait.** Durante esse tempo, houve inúmeros esforços diplomáticos de muitos países (...). Nossos objetivos são claros: Saddam Hussein tem que sair do Kuwait. O Governo legítimo do Kuwait vai ser restabelecido. Por que agora? A resposta é clara: o Mundo já não podia esperar.
> Bush acentuou que os 28 países aliados esgotaram seus recursos, e não tinham opção a não ser uma: a força (...). **O presidente mencionou as atrocidades cometidas contra o povo do Kuwait e disse que, enquanto o Mundo esperava, Saddam aumentou seu arsenal de armas químicas e levou mais forças para o Kuwait.**
> - EUA e ONU esgotaram todos os meios para a solução pacífica. Saddam poderia ter saído, mas sem manteve intransigente, seguro de que o tempo estava a seu favor. Enquanto o Mundo orava pela paz, Saddam se preparava para uma guerra.
> Bush prometeu então:
> - **Este não será outro Vietnam. Nossas forças vão ter o apoio de todo o Mundo, e não lutarão com um braço amarrado às costas. Espero que as baixas sejam mínimas. É um momento histórico. Temos oportunidade de fazer uma nova ordem mundial, onde irá prevalecer o direito.**
> **O Presidente enfatizou que os EUA nada têm contra o povo do Iraque:**
> - **Não buscamos a conquista do Iraque; queremos libertar o Kuwait.** E nossa esperança que o povo do Iraque convença seu ditador a depor suas armas e permitir que o Kuwait regresse à comunidade das nações.
> Dirigindo-se às tropas, concluiu:
> - **Que Deus os abençoe, e continue abençoando os EUA** (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[122].

Como já mencionado, o uso do discurso direto pode atribuir um efeito de responsabilidade para aquele que emite originalmente determinado enunciado. Assim, analisando os ditos de George Bush que foram selecionados e enfatizados para compor o texto da notícia, é possível dizer que o sujeito-enunciador tenta passar ao leitor uma imagem "conciliadora" do governo americano, o qual teria apenas o objetivo de libertar o Kuwait e restaurar a ordem mundial. Com isso, o uso da força pela coalizão ocidental é justificado pelos argumentos de Bush, em que Saddam Hussein é denominado como um "ditador" e que não permitiu que o conflito fosse resolvido por meio do diálogo.

A tentativa de enquadrar George Bush como um "líder que luta pela promoção da ordem e da paz mundiais" pode também ser exemplificada especialmente pelo texto "Bush

[122] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.

reza pelos soldados", em que a ênfase ao ato referente à religião pode contribuir para despertar emoções e mobilizar os valores do leitor, como pode ser analisado no excerto a seguir.

> O Presidente dos Estados Unidos, George Bush, acompanhado por sua mulher Barbara, pelo Vice-Presidente Dan Quayle, e outros assessores, participou, ontem, de manhã, uma missa na Igreja Episcopal de Saint Johns, nesta capital, em homenagem aos soldados convocados para a ofensiva terrestre no Kuwait (...). Em seu discurso de sete minutos transmitido aos americanos da Casa Branca, Bush disse que a libertação do Kuwait tinha entrado em sua "fase final" e lhes garantiu "uma vitória rápida e decisiva" (O GLOBO, 1991)[123].

Observa-se então o uso da temática voltada à religião como uma forma de promover positivamente a imagem de George Bush em meio ao conflito no Golfo. No entanto, vale lembrar que a religião foi também enfatizada em algumas notícias que se referiam a Saddam Hussein (conforme analisado anteriormente). Porém, observa-se que, em seu caso, a religião foi utilizada para enquadrá-lo negativamente, podendo transmitir um efeito de sentido referente a um "fanatismo", especialmente com uso de termos que apelam à dramaticidade do dito – como, por exemplo, em: "Saddam Hussein reiterou que o Iraque está empenhado em uma guerra santa e que 'Deus guiará o povo na vitória contra os inimigos'". Ou seja, enquanto Bush estaria rezando pela segurança de seu exército, Saddam utiliza a religião para promover a agressividade e incitar seus soldados a derrotarem o inimigo. Assim sendo, verifica-se então um contraste entre os ditos e atos relatados para se referir aos dois presidentes, apresentando enquadramentos distintos para uma mesma temática.

Esse contraste entre os atos atribuídos ao Iraque e aos Estados Unidos pode também ser observado nas descrições acerca das ofensivas militares: ao invés de enfatizar a agressividade (conforme aconteceu no caso do Iraque contra o Kuwait), a ação das tropas americanas é "suavizada", especialmente quando é ressaltado que a coalizão ocidental tenta evitar o maior número possível de vítimas – um exemplo dessa ideia pode ser visto no seguinte excerto.

> O último recado a Saddam era previsível. O anúncio ontem do envio de bombardeios B-52 e a concentração de seis porta-aviões norte-americanos no Oriente Médio já indicava a determinação dos EUA de começar a guerra com ataques aéreos maciços. **Foram feitos ataques de precisão, "cirúrgicos", contra alvos em Bagdá,** com caças como o F-15 e o F-117 (leia o texto ao lado). **Ataques pesados, "tapetes de bombas", foram reservados a tropas longe de**

[123] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

> **concentrações de civis, no Iraque e no Kuwait** (FOLHA, 1991; grifos da autora)[124]**.**

Aliás, o termo "guerra cirúrgica", que significa um ataque sem derramamento de sangue, atingindo com precisão alvos estratégicos (conforme explica o trecho acima), foi adicionado ao léxico global a partir da atuação dos Estados Unidos na Guerra do Golfo. Logo, os jornais analisados enfatizavam também certo "cuidado" das tropas ocidentais em agir no território inimigo – esse fato é evidente no texto do correspondente da *Folha* Roberto Lopes, intitulado "Ataque dos EUA visa evitar 'banho de sangue'".

> Saltando além dos campos minados no Kuwait – e das fantasias sanguinolentas de alguns pseudo-especialistas, que esperavam que os soldados da força multinacional anti-Iraque fossem iniciar a batalha terrestre, se arrastando por terrenos semeados de minas ("o domínio da morte", como eles chamavam) -, as tropas da coalizão militar realizaram uma série de ataques para envolver e perturbar o sistema de defesas fixas do Iraque em território kuwaitiano (...). **Os ataques atrás das principais linhas de defesa iraquianas no Kuwait, após a neutralização parcial dos aviões, canhões e blindados inimigos querem dizer apenas uma coisa: que os chefes militares dos EUA e da Europa pretendem, a todo custo, evitar que seus soldados se afoguem no próprio sangue – a profecia predileta de Saddam Hussein** (FOLHA, 1991; grifos da autora)[125].

É interessante observar também um contraste pela denominação dada pelos jornais à ação das tropas ocidentais no território iraquiano: os atos do Iraque eram considerados uma "invasão", mas as ofensivas do exército ocidental no Golfo Pérsico não recebem essa mesma designação, conforme pode ser analisado nos seguintes exemplos.

> Diante de uma frágil resistência, elas precisariam de apenas 12 horas para alcançar todos os objetivos programados para o primeiro dia (...). Ás 23h (locais) **os aliados já tinham penetrado 80 quilômetros no Iraque e continuavam avançando em direção ao Norte**. Fontes militares informaram que havia cerca de 300 helicópteros dos aliados em ação sobre o Kuwait e o Iraque (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[126].

> **O Iraque reconheceu ontem que forças aliadas conseguiram penetrar em seu território**, **ocupando** parte da cidade de Nasiriya e uma base aérea mais ao Norte, a 160km de Bagdá, mas afirmará que a incursão será repelida, descrevendo-a como "uma jogada acrobática e fútil" (FOLHA, 1991; grifos da autora)[127].

O sujeito-enunciador, nos excertos acima, utilizou os verbos "penetrar", "avançar" e "ocupar" para se referir às ações das forças aliadas pelo território iraquiano, os quais sinalizam um teor de dramaticidade (ou melhor, de agressividade) mais ameno do que o verbo

---

[124] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.
[125] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 25 de fevereiro de 1991, segunda-feira; Ano 71; Nº 22.606.
[126] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.917.
[127] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.

“invadir”. Essa ideia pode ser sustentada também por meio dos significados desses verbos no dicionário Aurélio (2001): o verbo "invadir", por exemplo, possui uma definição relacionada diretamente a uma ação de caráter hostil.

- "Penetrar": "**1**. Passar para dentro de. **2.** Passar através de**. 3.** Chegar ao íntimo de. **4.** Chegar a perceber; entender. T.*c*. **5.** Introduzir-se. **6.** Embrenhar-se. **7.** Compenetrar-se” (p. 525).
- "Avançar": "**1.** Andar para frente; adiantar-se. **2.** Ir além de; ultrapassar. T.*i.* **3.** Investir, atirar-se. T.c. **4.** Prolongar-se, estender-se. *Int.* **5.** Caminhar para frente. **6.** Passar (o tempo)" (p. 77-78).
- "Ocupar": "**1.** Estar ou ficar na posse de. **2.** Invadir, conquistar. **3.** Tomar ou encher (algum lugar no espaço). **4.** Preencher. **5.** Empregar, aproveitar**. 6.** Dar trabalho ou ocupação a. **7.** Tomar (tempo); levar. *P*. **8.** Dedicar-se a; cuidar de." (p. 495).
- "Invadir": "**1.** Entrar à força ou hostilmente em. **2.** Difundir-se, espalhar-se por. **3.** Tomar, dominar" (p. 399).

Ainda sobre isso, durante a análise do *corpus*, uma notícia apresentou um fato curioso: para relatar o dito do General Norman Schwarzkopf, o sujeito-enunciador utilizou o verbo “ocupar” e “entrar” para relatar o dito do oficial americano. No entanto, utilizando o discurso direto, o jornalista cita na íntegra a fala do general, em que ele mesmo usa o verbo “invadir”, conforme pode ser visto no trecho a seguir.

> Antes do pronunciamento de Bush, o Comandante das forças aliadas, General Norman Schwarzkopf, disse que as táticas e a performance das tropas iraquianas têm se revelado tão frágeis que, se quisesse, **os aliados já teriam entrado em Bagdá e até mesmo ocupado todo território do Iraque.**
> - Se a intenção fosse **invadir** a Capital do Iraque e ocupar o País todo já teríamos feito isso sem o menor problema – disse Schwarzkopf (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[128].

Assim sendo, a escolha por determinados verbos para designar as ações dos governos e seus respectivos exércitos podem construir certo enquadramento, produzindo, então, sentidos específicos em relação àqueles que executam as ações relatadas e enfatizadas no texto jornalístico. Nesse caso, acerca do papel dos Estados Unidos na narrativa midiática sobre a Guerra do Golfo, suas ações foram “suavizadas” e justificadas no discurso produzido

[128] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

pelos impressos analisados, enquanto os atos praticados pelo Iraque eram enfatizados como agressões.

Nas narrativas publicadas pelos jornais no último dia do conflito, a superioridade da coalizão ocidental perante as tropas iraquianas continua sendo enfatizada, assim como George Bush pode ser enquadrado não apenas como vencedor, mas também como "herói" que libertou o Kuwait e restabeleceu a paz mundial.

> **O presidente George Bush proclamou a libertação do Kuwait e a vitória das forças de coalizão contra o Iraque**, em discurso de 7 minutos transmitido por uma rede nacional de TV dos Estados Unidos, às 21h locais (23h de Brasília). **Bush decretou a suspensão de fogo**, mas disse que os ataques serão reiniciados se Saddam Hussein não acatar todas as resoluções da ONU, além de um conjunto de outras condições (FOLHA, 1991; grifos da autora)[129].

> **O Presidente George Bush anunciou ontem à noite um cessar-fogo na guerra no Golfo a partir de meia-noite de Washington** (2h de Brasília). "**O Kuwait foi libertado e o Exército iraquiano derrotado. O Kuwait está de novo nas mãos de seu povo, no controle de seu destino, no controle de seu destino. Compartilhamos sua alegria.** Esta noite, a bandeira kuwaitiana voltou a tremular na capital daquela nação livre e soberana e a bandeira americana flutua sobre nossa embaixada". **O Presidente americano pediu também que as tropas sejam recebidas de volta nos EUA "com orgulho e com carinho", lembrando que nenhum país poderá dizer que a vitória é só sua ou apenas do Kuwait, mas "dos membros da coalizão, da ONU, de toda a Humanidade e do Direito Internacional**" (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[130].

É interessante observar que os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos no Golfo Pérsico não puderam ser encontrados nesta parte do *corpus* da pesquisa (ou seja, no desfecho final do conflito). Em contrapartida, ambos os jornais atribuíram o ato de anunciar o fim da Guerra do Golfo a George Bush, enquadrando-o como um "herói", um "salvador" que se empenhou para libertar o Kuwait das agressões cometidas pelo Iraque, em prol da justiça e da democracia.

Ao longo da análise, então, foi observada uma forte ênfase – que pode ser considerada um "massivo enquadramento" – à figura de Saddam Hussein como um agressor que provocou uma instabilidade em nível mundial. Aliás, até mesmo quando os jornais representavam o Kuwait como sua vítima e os Estados Unidos como salvador, a constituição da imagem negativa ao Iraque ainda estava presente. Isso pode ser associado ao que o pesquisador Richard Vincent[131] considera como a "demonização do inimigo" pelas mídias, a

---

[129] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.
[130] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.917.
[131] A narrative analysis of US press coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo. In: **European Journal of Communication 15** (3), 2000, pp. 321-44. Disponível em http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323100015003004. Acesso em 14 de junho de 2018.

fim de influenciar a opinião pública a aderir à participação de seu país em conflitos armados, seja por motivos ideológicos e/ou mercadológicos.

Sendo assim, o “inimigo” é construído socialmente e discursivamente pela mídia por meio de um apelo ideológico e patriótico direto, ou por determinadas estratégias como os enquadramentos que puderam ser observados pelas tematizações acerca do acontecimento da guerra e pelas descrições dos atos atribuídos aos países e às personalidades envolvidos.

A constituição dos agentes do acontecimento da Guerra do Golfo como vilão, vítima e herói pode ser considerada uma estratégia de captação e pregnância pelos impressos analisados, uma vez que tais representações são baseadas em um apelo emocional ao leitor, que procuram atingir os valores e as emoções do seu público, o que pode fazê-lo a aderir determinado posicionamento perante o conflito. Nesse caso, por meio da comoção, um acontecimento pode ser tornar próximo à recepção.

4.3. A presença de acontecimentos passados nas narrativas

Durante o processo de análise, um fato que chamou atenção foi uma significativa presença de informações acerca de acontecimentos passados nas narrativas impressas sobre a Guerra do Golfo. Mais precisamente, essas informações referem-se a eventos históricos anteriores ao conflito analisado, possuindo, na maioria das vezes, um tom didático quando inseridos nestas narrativas.

Em uma primeira observação, pode-se dizer que o enunciador tenha tido a intenção de explicar o advento da guerra ao leitor por meio desses acontecimentos passados, criando assim uma contextualização e facilitando o entendimento do público-leitor sobre o que ocorreu no Golfo Pérsico no início dos anos 1990. Mas apesar dessa possível intenção de contextualizar e explicar o conflito – o que poderia torná-lo mais "próximo" do leitor –, esse fato pode também ser considerado uma estratégia para promover outros efeitos de sentido, especialmente no que se refere ao enquadramento das nações envolvidas na guerra.

Sendo assim, nesta seção, busca-se analisar os possíveis efeitos de sentido transmitidos por meio do uso de informações de caráter histórico e/ou didático como argumentos para se referir a um acontecimento que emergia naquela atualidade específica. Desse modo, pretende-se também observar os enquadramentos configurados a partir desses acontecimentos históricos e/ou didáticos em meio à narrativa de guerra, considerando também

uma possível dimensão argumentativa por trás desses elementos presentes nos textos informativos.

Ao comparar algumas características do discurso da informação com as de outros discursos, Charaudeau (2012) alega que existe uma considerável aproximação entre o discurso informativo e o discurso didático, que se dá por meio de uma explicação explícita. Além disso, ambos possuem alvos amplos e não especializados e precisam colocar uma verdade em evidência. Segundo o supracitado autor, essa atividade é definida como "vulgarização", a qual

> depende do alvo construído pelo sujeito que conta ou explica: quanto mais amplo for o alvo, tanto no plano sociológico quanto no intelectual e cultural, maior a necessidade de que o saber que deu origem à informação seja transformado, ou mesmo deformado, para parecer acessível ao alvo (CHARAUDEAU, 2012, p. 62).

Além disso, Charaudeau (2012) lembra que a atividade da vulgarização midiática é constantemente atravessada por uma visada de captação, o que tende a transformá-la em uma vulgarização dramatizada. Desse modo, o autor alega que "as mídias trapaceiam cada vez que uma explicação é apresentada como a decodificação simplificada de uma verdade oculta, como acessível a todos e a mesma para todos (...)" (CHARAUDEAU, 2012, p. 63). A partir dessa ideia, pode-se dizer que a verdade não está no discurso, mas nos efeitos que produz.

Em relação ao *corpus* deste estudo, as informações referentes a acontecimentos históricos puderam ser observadas com uma maior frequência nas narrativas da *Folha de S.Paulo*, enquanto *O Globo* pareceu investir em outras informações que pudessem também constituir certo caráter explicativo e de fácil entendimento ao leitor. Quanto aos conceitos teóricos que guiaram a pesquisa, foi considerada especialmente a noção da dimensão argumentativa em relação aos enquadramentos e seus possíveis efeitos de sentido, além dos conceitos acerca da constituição do acontecimento na instância midiática.

No primeiro dia da cobertura midiática da *Folha de S.Paulo*, o enunciador tenta explicar os motivos que culminaram na Guerra do Golfo por meio de adventos passados – em outras palavras, ele tem a intenção de dar um sentido ao acontecimento atual por meio de acontecimentos passados. Esse fato pode ser observado no trecho a seguir, extraído do texto "Relação entre os dois países sempre foi tensa".

> As relações entre o Kuait e o Iraque são historicamente tensas, especialmente devido à controvérsia sobre a fronteira de 120 km entre os países. O Kuait proclamou sua independência da Grã-Bretanha em 1961. **O Iraque, que pretendia anexar o território, a reconheceu dois anos depois.** Em maio de 1990, o chanceler iraquiano

> Tareq Aziz, criticou alguns países da Opep, entre eles o Kuait, pela excessiva produção de petróleo, que teria forçado a redução do preço. No dia 18 de julho, o Iraque acusou o vizinho de extrair petróleo do campo de Rumallah, na fronteira entre os dois países. Bagdá exigiu uma indenização de U$ 2,4 bilhões. No dia 24 de julho, 30 mil soldados iraquianos foram deslocados para a fronteira com o Kuait (FOLHA, 1990; grifos da autora)[132].

Conforme pode ser visto, o trecho acima traz um breve resumo da história entre o Iraque e o Kuwait, ressaltando uma espécie de rivalidade atrelada entre os dois países. No entanto, foram enfatizadas as ações do Iraque contra o Kuwait, colocadas cronologicamente desde a independência do Kuwait até às vésperas do conflito nos anos 1990. Esses fatos históricos podem também transmitir (e reforçar) uma imagem agressiva ao Iraque, especialmente quando é mencionado que o país já pretendia anexar o território do Kuwait até antes mesmo de sua independência.

Já no primeiro dia da cobertura da Guerra do Golfo em *O Globo*, na matéria "Iraque derruba Governo do Kuait", o enunciador ressalta que "pela primeira vez na História Contemporânea um país árabe invadiu outro e derrubou o Governo" (O GLOBO, 1990). Essa informação pode servir para enquadrar a Guerra do Golfo como um advento relevante na atualidade – ou seja, um acontecimento que precisa ser acompanhado devido ao seu impacto na história. Aliás, isso serve também como uma estratégia para captar a atenção do leitor para dar importância à guerra, já que o enunciador, ao utilizar essa informação, pode ter tido a intenção de transmitir um efeito patêmico de surpresa ou de horror (especialmente no que se refere à figura do Iraque).

Nesta mesma edição, *O Globo* publicou também a matéria "Os três temas que provocaram a luta". Já pelo título, é possível observar que o texto possui aparentemente um caráter didático a fim de explicar ao leitor as motivações do conflito.

> **As três divergências entre o Iraque e o Kuwait são a dívida externa iraquiana, as fronteiras territoriais dos dois países e uma disputa na cotação do preço do petróleo.** No que se refere à dívida, o Iraque quer a anulação da dívida que contraiu com o Kuwait durante a guerra com o Irã e, ao mesmo tempo, uma compensação de U$S 2,4 bilhões, pelo petróleo que o Kuwait vinha extraindo de poços iraquianos – segundo Bagdá – durante o conflito. Segundo as autoridades do Iraque, esse petróleo fora “roubado” de seus poços nos campos de Rumaila. Quanto às fronteiras, elas jamais foram formais e definitivamente fixadas desde que o Kuwait se tornou independente em 1961. A despeito da renúncia iraquiana a reivindicações territoriais, anunciada em 1963, o Iraque exige, fundamentalmente, os portos das ilhas de Bubyan e Warba, que dariam ao país outros acessos diretos ao Golfo Pérsico, além da que já dispõe através da passagem pela Península de Fao.Bagdá também acusa o Kuwait de se aproveitar da guerra entre o Iraque e o Irã para avançar progressivamente e de forma programada sobre o território iraquiano. O

[132] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano 70; Nº. 22.402.

> Kuwait rejeita todas essas acusações e também acusa o Iraque de perfurar poços petrolíferos em seu território (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[133].

O jornalista-enunciador parece ter tido o propósito de facilitar o entendimento do leitor a respeito das causas da guerra. Desse modo, o enunciador orienta o olhar de seu público-leitor em direção àquilo que é considerado a motivação da tensão no Golfo Pérsico. Ou seja, a presença de acontecimentos passados ajuda a explicar os motivos da guerra atual – o que pode provocar uma ideia de que o que acontecia naquele momento poderia ser uma consequência de fatos passados. Sendo assim, ao colocar para o leitor determinadas razões do conflito, pode-se considerar a visada de um "fazer saber", mas também de um "fazer crer".

Em relação aos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, as passagens que trazem acontecimentos passados puderam ser encontradas nas narrativas publicadas no jornal *O Globo* apenas no primeiro dia da Guerra do Golfo, já que o uso dessas informações era guiado aparentemente pelo intuito de fornecer um entendimento ao leitor sobre as causas do conflito. Já na *Folha de S.Paulo*, relatos de acontecimentos anteriores foram identificados ao longo da cobertura midiática, especialmente nas narrativas que se referiam às ofensivas bélicas – um exemplo disso pode ser visto no trecho a seguir, da matéria "EUA lançam tapetes de bombas contra o Iraque".

> O último recado ao Iraque não poderia ser mais claro. **Os B-52 são veteranos da Força Área dos EUA**. **O bombardeiro entrou em serviço na década de 50. Graças a ele, os norte-vietnamitas foram levados à mesa de negociações em 1972, após ataques pesados a cidades do então Vietnã do Norte. O B-12 foi projetado para lançar bombas nucleares na União Soviética, mas sua carreira ativa foi baseada em bombas tradicionais de alto explosivo.** O enorme tamanho do avião [veja ficha técnica abaixo] faz dele a plataforma ideal para lançar ataques conhecidos no jargão militar como “tapetes de bomba”. Cada avião pode levar 84 bombas de 227 kg em um compartimento interno e mais 24 de 340 kg penduradas nas asas. Uma formação de aviões pode arrasar uma área com centenas de toneladas de bombas (FOLHA, 1991; grifos da autora)[134].

A explicação detalhada sobre o avião e as bombas possui um caráter didático. Mas relatar a história e os detalhes pode possuir outra intenção, além de promover um entendimento por parte do público. É possível considerar também os efeitos patêmicos que podem resultar das descrições desses equipamentos bélicos, como um efeito de espanto ou horror quando é enfatizada a quantidade de bombas, e também um enquadramento que possa

---

[133] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.
[134] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.

configurar uma imagem de superioridade do exército ocidental. Porém, em seguida, o enunciador retoma com os acontecimentos passados no mesmo texto:

> O anúncio da presença do B-52 foi o lance final da guerra de nervos e um sinal claro de que os EUA pretendiam jogar pesado. **Em apenas uma batalha no Vietnã, em Khe Sahn, 1968, foram lançadas 110.000 toneladas de bombas em três meses. Em 72, a destruição da infra-estrutura econômica do Vietnã do Norte e os ataques a cidades forçaram negociações diplomáticas** (FOLHA, 1990; grifos da autora)[135].

Nesse caso, o enunciador pode ter tido a intenção de utilizar esses acontecimentos passados na narrativa para justificar as estratégias agressivas e equipamentos de destruição usados pelos americanos – ou seja, o poder de destruição dos ocidentais seria enquadrado como necessário para estabelecer a ordem no Golfo Pérsico, uma vez que esta mesma estratégia tenha sido bem sucedida em um conflito anterior (na Guerra do Vietnã). Aliás, essa comparação entre as guerras foi um recurso recorrente nas narrativas da *Folha de S.Paulo* — outro exemplo pode ser visto no texto "Ataque dos EUA visa evitar 'banho de sangue'", mais especificamente no trecho a seguir.

> Em 1944, o comandante aliado na Europa, general Dwight Eisenhower, deixou que as tropas francesas do general Leclerc fossem as primeiras a desfilar na retomada de Paris. **É possível que, passados 47 anos, o comandante aliado do Golfo, general Norman Schwarzkopf, planeje algo semelhante.** Pode ser esta a explicação para o fato de as unidades kuaitianas estarem ontem a apenas 40 km da capital de seu país (FOLHA, 1990; grifos da autora)[136].

O enunciador jornalista traça uma comparação entre um advento passado com um acontecimento atual, a fim explicar esse determinado momento do conflito. Isto é, o enunciador recorreu aos fatos de guerras passadas para explicar as estratégias militares e, assim, dar uma camada de sentido àquele momento específico do conflito atual.

Conforme foi visto anteriormente, *O Globo*, no primeiro dia de sua cobertura midiática, utilizou um fato histórico para tentar atribuir importância ao acontecimento da Guerra do Golfo – e, assim, captar a atenção do público-leitor. Já a *Folha de S.Paulo* aparentemente utilizou esse recurso no último dia de sua cobertura midiática dos conflitos no Golfo Pérsico. Esse fato pode ser observado no seguinte trecho, extraído do texto "Coalizão esmagou o Iraque, diz comandante".

> Mais de 700 tanques norte-americanos entraram em combate ontem com a divisão Hamurabi da Guarda Republicana, cerca de 80 km a oeste da cidade de Basra. **Foi o**

---

[135] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano 70; Nº. 22.569.
[136] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 25 de fevereiro de 1991, segunda-feira; Ano 71; Nº 22.606.

> **maior confronto de tanques desde a 2ª Guerra,** segundo o coronel Miguel Monteverde, diretor de Informações do Pentágono (FOLHA, 1991; grifos da autora)[137].

Considerando que a Segunda Guerra Mundial seja conhecida por muitos como um dos maiores conflitos armados da história, fazendo parte então de um imaginário coletivo, a comparação feita com esse acontecimento passado serve para dar uma dimensão ao acontecimento que acabava de ocorrer naquela atualidade – o que pode ser relacionado a um efeito patêmico sobre a grandiosidade do conflito, podendo despertar determinadas emoções como surpresa, admiração ou até mesmo o horror.

Ao analisar as passagens das narrativas que trazem acontecimentos anteriores à Guerra do Golfo, pode-se dizer que, em um primeiro momento, o enunciador pode ter tido o propósito de criar uma contextualização em sua narrativa e, assim, tentar explicar melhor as origens e causas do conflito para o seu público-leitor. Além do mais, considera-se que, quanto mais há o entendimento das ocorrências do mundo que lhe são reportadas, mais "próximo" o público-leitor pode se sentir desses acontecimentos. Sendo assim, o enunciador recorreu a informações históricas e didáticas para promover um melhor entendimento do conflito por parte de seu público.

No entanto, conforme observado, essas informações não tinham apenas uma "função didática", uma vez que o enunciador pode ter tido a intenção de utilizá-las a fim de captar a atenção do público-leitor para o acontecimento da guerra. Logo, isso pode ser considerado como uma estratégia para fazer com que o leitor se tornasse e se sentisse "próximo" do que lhe era relatado acerca da tensão no Golfo Pérsico

Em outro momento dessa mesma análise, foi observado também que as passagens com acontecimentos passados foram utilizadas como argumentos que poderiam reforçar "implicitamente" a imagem agressiva do exército iraquiano, assim como exaltar as estratégias militares da coalizão ocidental, transmitindo, assim, efeitos de sentido distintos.

Logo, pode-se dizer que, por trás da didática, haveria uma intenção. Ou seja, o ato de resgatar acontecimentos passados para dar uma camada de sentido à narrativa de um novo acontecimento não se limitou apenas a uma estratégia de garantir o entendimento do leitor, como também se trata de uma estratégia de captação e de pregnância em relação a determinados enquadramentos (como a imagem agressiva do Iraque, por exemplo) e a seus efeitos de sentido.

---

[137] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.

Uma vez identificados e analisados alguns dos componentes das narrativas impressas sobre a Guerra do Golfo como estratégias discursivas e argumentativas a fim de captar a atenção do público-leitor brasileiro, o próximo capítulo busca observar as principais temáticas que a *Folha de S.Paulo* e *O Globo* estabeleceram em torno do acontecimento da Guerra do Golfo, especialmente as temáticas que tentaram estabelecer certa relação entre o conflito e a realidade do leitor brasileiro. Assim sendo, esta parte da análise pretende compreender como determinados temas podem também ser considerados estratégias discursivas para atrair a atenção da audiência brasileira para a Guerra do Golfo.

5. A TEMATIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PROXIMIDADE: COMO A GUERRA DO GOLFO SE TORNOU NOTÍCIA NO BRASIL?

Durante a análise, foi possível observar que a *Folha de S.Paulo* e *O Globo* publicaram matérias jornalísticas em que o sujeito-enunciador buscou traçar uma relação direta entre a Guerra do Golfo e o Brasil. Essa ideia pôde ser verificada por meio dos temas predominantes nos textos que se referiam ao conflito em relação à realidade brasileira – mais especificamente, trata-se de assuntos que poderiam despertar a atenção do público-leitor para o acontecimento da guerra, o que pode ter contribuído para tomar um posicionamento em relação às ocorrências que lhes eram relatadas.

Esse fato pode ser associado a um dos conceitos acerca do acontecimento midiático postulado por Patrick Charaudeau, que diz que os acontecimentos podem ser considerados representações linguageiras do fluxo da experiência do mundo, produzidos a partir de uma fragmentação semântica ordenada por um "ato de tematização" (CHARAUDEAU, 2012, p. 94). Além disso, o autor considera também a tematização como um espaço que constitui os dados internos que regem o contrato de comunicação. Nessa perspectiva, Charaudeau (2012) define o espaço da tematização como a instância em que são organizados os temas nos quais o locutor vai se apoiar. O tema, então, pode ser considerado um domínio de saber, em que, ao tomar posição em relação ao tema, o sujeito-enunciador deve escolher um modo de intervenção e um modo de organização discursivo particular.

Pode-se dizer que o acontecimento midiático é também constituído pela seleção de temas – ou seja, pela configuração de enquadramentos. Essa ideia, aliás, pode ser relacionada aos estudos de Emediato (2013) acerca dos enquadramentos midiáticos (conforme foi visto no capítulo 2 desta pesquisa): de acordo com o autor, a tematização pode ser tida como um meio de operação de referências pelo qual a entidade de produção do discurso representa a situação e o objeto do discurso.

A partir desse diálogo teórico, foi possível observar, em uma primeira análise do *corpus*, a predominância de quatro "grandes temas" nas narrativas sobre a Guerra do Golfo, sendo que três deles se referiam diretamente ao Brasil. Esses temas puderam ser definidos a

partir dos enquadramentos baseados nos critérios de noticiabilidade alusivos ao impacto sobre a nação e o interesse nacional, e ao valor-notícia da representatividade.

Sendo assim, os quatro grandes temas identificados nas narrativas midiáticas dos impressos sobre o conflito foram referentes: 1) à política, mais especificamente voltada a questões diplomáticas; 2) à economia; 3) a uma determinada participação do Brasil no ato da guerra em si; 4) às ofensivas militares. Desse modo, eles podem ser considerados como "macro temas", já que englobam determinados assuntos que constituem o acontecimento da guerra na narrativa como um todo.

Seguindo essa percepção, este capítulo busca analisar como esses "macro temas" foram trabalhados pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo* e quais foram os predominantes em cada impresso. Mais precisamente, visa a analisar como esses grandes temas constituem uma dimensão espacial na narrativa sobre a Guerra do Golfo em relação ao público-leitor brasileiro — isto é, como esses temas podem transmitir um efeito de sentido de proximidade, podendo diminuir as distâncias entre o acontecimento relatado e o público. Por fim, esta parte da pesquisa objetiva apresentar esses temas como uma possível estratégia de captação, buscando identificar possíveis traços de uma dimensão patêmica presente em seus enquadramentos.

Para que o objetivo dessa análise fosse alcançado, foi preciso mobilizar os conceitos acerca do enquadramentos em relação à dimensão argumentativa, propostos por Emediato (2003) e apresentados no capítulo 2 deste trabalho. Desse modo, consideraram-se então as categorias de enquadramentos de acordo com sua temática e discursos relatados. Além disso, as noções a respeito dos critérios de noticiabilidade, do acontecimento relatado (ditos e fatos relatados), das visadas argumentativas e das estratégias de captação foram também necessárias para chegar às tematizações predominantes na cobertura midiática da Guerra do Golfo, e seus possíveis efeitos de sentido transmitidos.

5.1. Os temas predominantes na *Folha de S.Paulo*

Das 15 matérias jornalísticas da *Folha de S.Paulo* selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa, sete trazem acontecimentos sobre a Guerra do Golfo que se relacionam diretamente ao Brasil. Em relação aos "macro temas" identificados, três textos da *Folha* trazem assuntos referentes às ofensivas bélicas com certa relação ao Brasil; dois falam sobre a guerra de acordo com um viés político; e dois abordam a questão econômica.

Sendo assim, esta seção visa apresentar uma análise focalizando como a *Folha de S.Paulo* tratou esses grandes temas, em relação às estratégias utilizadas para tentar aproximar duas realidades geograficamente distantes – a da Guerra do Golfo e a do público brasileiro – por meio do discurso.

5.1.1. O Brasil no campo de batalha

No primeiro dia da cobertura midiática da *Folha de S. Paulo* sobre a Guerra do Golfo, o impresso ressaltou o posicionamento do Brasil diante da ofensiva das tropas iraquianas no território do Kuwait, conforme pode ser observado no excerto do texto a seguir, intitulado "Brasil condena ação contra o Kuwait".

> O Itamaraty divulgou ontem uma nota oficial condenando a ação iraquiana no Kuwait. Segundo o comunicado, o Brasil faz um apelo para que seja encontrada uma ação solução negociada. Também não serão vendidas armas ao país enquanto durar o conflito. "O Brasil condena o uso da força e faz apelo para que seja encontrada uma solução pacífica e imediata para a crise", diz a nota, que apoia a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (FOLHA, 1990) [138].

Já a partir do título do texto, é possível que o leitor brasileiro adote um determinado posicionamento a respeito da ação iraquiana contra o Kuwait. Aliás, há certos termos que parecem imprimir dramaticidade ao fato relatado, como "condenar", "uso da força" e "solução pacífica", por exemplo. Além do mais, uma vez que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil tenha se pronunciado sobre a invasão da Kuwait, pode-se supor que o público brasileiro de então pudesse atribuir determinada importância ao fato que lhe era relatado – isto é, ao ter incluído o Brasil no acontecimento noticiado na época, o público poderia tê-lo considerado relevante. Também nesse mesmo texto, o jornal menciona o relacionamento entre Brasil e Iraque por meio do comércio de armamento bélico – um assunto o qual será explicado também pelo impresso.

Nesta mesma página, a *Folha de S.Paulo* publica a matéria "Iraque deixa armas brasileiras na retaguarda": nesse texto, o jornalista Roberto Lopes tenta mostrar que, apesar do Brasil ser o principal fornecedor de armamento e veículos bélicos do Iraque, as tropas de

---

[138] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano 70; Nº 22.402.

Saddam Hussein não utilizaram esse equipamento durante a invasão no Kuwait. Esse fato pode ser observado no seguinte excerto:

> Em uma ofensiva de ontem contra o Iraque, o Exército iraquiano não empregou nem o lançador de foguetes Astros-2, fabricados pela companhia paulista Avibrás, nem os tanques sobre rodas do tipo Cascavel da Engesa. É possível que as tropas reunidas para a invasão tenham se servido de algumas dezenas de veículos blindados de reconhecimento do tipo Jararaca, também da Engesa, mas não havia como confirmar esse dado. Além dos tanques pesados de fabricação soviética, as primeiras fotografias do conflito recebidas no Ocidente mostram apenas blindados para o transporte de tropas igualmente soviéticos. No princípio da tarde, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil estava informado de que os três batalhões iraquianos equipados com o Astros-2 não estavam envolvidos no ataque (FOLHA, 1990) [139].

Pode-se observar que o enunciador tenta isentar a participação do Brasil – mesmo sendo indireta – na invasão do Kuwait, alegando que seus veículos e armas não foram utilizados pelo Iraque. Para isso, ele utiliza declarações oficiais (o Ministério das Relações Exteriores do Brasil) e outras informações provenientes do Ocidente (as fotografias do conflito) que afirmam que apenas o armamento de origem soviética tenha sido usado pelas tropas iraquianas. Em seguida, o jornalista diz também que o Iraque possui uma dívida com o Brasil devido à compra desses mesmos equipamentos, como pode ser visto no trecho a seguir.

> O governo de Bagdá também deve à Engesa. Em 88 essa dívida estava estimada no Itamaraty em cerca de US$ 80 milhões. Depois de uma negociação conduzida, do lado brasileiro pelo então secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (atual embaixador em Londres), Paulo Tarso Flexa de Lima, os iraquianos concordaram com uma forma de pagamento que parcelava o débito em oito prestações iguais. A Engesa comunicou ao Itamaraty que recebeu duas dessas parcelas; as outras, não (FOLHA, 1990) [140].

É possível dizer que o enunciador-jornalista tentou captar a atenção do leitor para o acontecimento da guerra por meio de um tema relacionado ao Brasil, o que pode sinalizar a busca por um efeito de proximidade entre o conflito e a recepção do jornal – buscando provocar uma possível identificação de seu público com o fato noticiado. Mas apesar do locutor-jornalista mencionar a relação comercial entre os dois países, pode-se também observar uma tentativa de estabelecer um posicionamento do leitor em relação ao Iraque, representando-o negativamente na notícia (como por meio do argumento da dívida com o Brasil e/ou pelo seu caráter "agressivo" na invasão). Nesse caso, então, observa-se uma

---

[139] Texto por Roberto Lopes. Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano 70; Nº 22.402.

[140] Texto por Roberto Lopes. Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano 70; Nº 22.402.

dimensão argumentativa em que o locutor almeja captar a atenção do público e influenciá-lo a respeito da representação de um agente envolvido no acontecimento.

Outra estratégia de captação interessante, que pôde ser observada no *corpus* desta pesquisa, está na matéria "Invasão causa surpresa a técnicos de futebol". No texto, já dado como exemplo no capítulo 2, na seção 2.1.1, dois técnicos de futebol brasileiros, Mario Jorge Zagalo e Carlos Alberto Parreira, emitem sua opinião a respeito da invasão das tropas iraquianas no território do Kuwait, já que os dois treinadores trabalharam com equipes de futebol no Kuwait, no passado. Sendo assim, foram utilizadas as declarações de testemunhas brasileiras que vivenciaram a realidade do local do atual conflito e, por isso, supõe-se que os treinadores possuam autoridade para testemunhar a respeito. Aliás, sabe-se que o futebol permeia o imaginário brasileiro, então, o uso dos treinadores como fontes jornalísticas sobre a guerra pode ser considerada uma estratégia de captação e também de pregnância para atrair a atenção do leitor, assim como para comovê-lo e convencê-lo a respeito daquilo que é noticiado (como, por exemplo, a imagem negativa atribuída ao Iraque). Mais especificamente, utilizou-se o futebol como uma maneira de aproximar o público brasileiro com o acontecimento relatado sobre a guerra.

Nesses casos analisados, a construção do acontecimento midiático em torno da Guerra do Golfo parece ter se fundamentado em um princípio de sociabilidade, que Charaudeau (2012) relaciona a um princípio de pregnância – uma vez que é considerada a ideia de que assuntos relacionados diretamente ao Brasil podem atrair significativamente a atenção do público brasileiro para a Guerra do Golfo.

A partir da análise dos textos jornalísticos que compõem o *corpus* desta pesquisa, é possível observar também a construção da narrativa da Guerra do Golfo enquanto um acontecimento midiático a partir de um viés político, enfatizando especialmente questões voltadas à diplomacia entre o Brasil e os países envolvidos diretamente no conflito.

5.1.2. Relações políticas entre Brasil, Iraque e Estados Unidos

No primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo pela *Folha de S.Paulo*, foi publicado a respeito da reação das nações diante da invasão das tropas iraquianas no Kuwait, que foi condenada especialmente pelos países ocidentais, incluindo o Brasil. Assim, ao longo da narrativa do conflito, de acordo com o *corpus* desta pesquisa, o acontecimento recebeu um

enquadramento direcionado à política, especialmente no que se refere às relações diplomáticas entre o Brasil e os países diretamente envolvidos no conflito.

Nesse viés político/diplomático, a *Folha de S.Paulo* destacou a questão da retirada dos brasileiros no Iraque e a problemática entre a relação do Brasil com os Estados Unidos, conforme pode ser observada no seguinte trecho da matéria "Itamaraty desiste de fazer retirada em bloco".

> Ontem foi mais um dia sem os 82 vistos de saída que faltavam para os empregados da construtora Mendes Júnior, mas não foi o único problema que a missão especial do Itamaraty que está em Bagdá teve que enfrentar. Pela manhã, depois de entrevistar-se com o vice-ministro das Relações Exteriores do Iraque, Nevir Hamdoun, a missão brasileira foi consultada, de maneira não-oficial, pelo chefe do departamento consular da chancelaria iraquiana, embaixador Ijam, sobre o teor de declarações atribuídas ao presidente Fernando Collor à saída de seu encontro com o presidente George Bush. De acordo com o chefe da missão brasileira, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, o embaixador Ijam disse que essas supostas declarações tinham parecido aos iraquianos "muito agressivas, especialmente à pessoa do presidente" (FOLHA, 1990)[141].

No texto, o enunciador traça uma relação entre a dificuldade enfrentada pelo Itamaraty para retirar os brasileiros do Iraque e as supostas declarações feitas pelo presidente brasileiro Fernando Collor durante o seu encontro com o líder americano George Bush (quem, naquele momento, era o principal opositor de Saddam Hussein). Posteriormente, na mesma matéria, o jornalista José Meirelles Passos explica também que

> As declarações do "Briefing" foram imediatamente desmentidas. "O chanceler Rezek me fez questão de passar as informações por telegrama, de Praga", disse Flecha de Lima. "Comuniquei essas informações depois à chancelaria iraquiana". O embaixador brasileiro disse também que durante o encontro com o presidente Bush, o presidente Fernando Collor não tratou de cooperação nuclear, "ele apenas reafirmou que o Brasil não pretende desenvolver energia nuclear para fins estratégicos". Ontem, na primeira página de um dos mais importantes jornais de Bagdá, foi publicada uma nota dizendo que durante o encontro com Bush, Collor revelou que o Brasil tinha realizado, no passado, um programa de cooperação nuclear com os iraquianos (FOLHA, 1990)[142].

Ao focalizar os brasileiros retidos no Iraque, o sujeito-enunciador parece ter visado captar a atenção do público-leitor, além de tentar despertar seu interesse pelo fato relatado, já que também é destacada certa importância do Brasil na geopolítica daquele contexto específico. Dessa forma, é possível que o leitor da época pudesse considerar uma relação do

---

[141] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quarta-feira, 03 de outubro de 1990; Ano 70; Nº. 22.463.
[142] Publicado na *Folha de S.Paulo*; São Paulo, quarta-feira, 03 de outubro de 1990; Ano 70; Nº. 22.463.

Brasil, mesmo que indireta, com o conflito do Golfo Pérsico, por meio de sua atuação na política internacional.

Aliás, essa ênfase à atuação indireta do Brasil na Guerra do Golfo por meio da política/diplomacia pode ser observada com mais evidência na matéria "Bush ligou para Collor antes do pronunciamento", do jornalista Gustavo Krieger, em que diz que o presidente americano teria comunicado diretamente ao líder brasileiro para anunciar a vitória da coalizão ocidental e o fim das hostilidades no Oriente Médio.

> O presidente Fernando Collor foi informado do cessar-fogo no golfo Pérsico por um telefonema do presidente norte-americano, George Bush, às 9h45 de Brasília. O ministro de Relações Exteriores, Francisco Rezek, disse que Collor "recebeu com muita satisfação" o discurso de Bush. Segundo Rezek, o telefonema de Bush a Collor não se limitou à informação final do conflito. Bush disse ao presidente brasileiro que a principal tarefa agora é reconstruir as áreas devastadas. O ministro de Relações Exteriores afirmou que "o presidente Bush manifestou esperança de que nesta hora de reconstrução seja mantido entre Brasil e Estados Unidos o mesmo diálogo construtivo durante a crise" (FOLHA, 1991)[143].

Além de destacar a relação do Brasil com os Estados Unidos em meio ao conflito, é possível dizer que o texto buscou enfatizar também o posicionamento do Brasil diante da Crise do Golfo Pérsico, enquadrando-o como um governo que esteve ao lado da coalizão liderada pelos Estados Unidos. Mais uma vez, o jornal tenta isentar a participação do Brasil no "lado iraquiano".

Ao enquadrar o acontecimento da Guerra do Golfo segundo um viés político, a *Folha de S.Paulo*, em seus textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, parece ter enfatizado as relações diplomáticas entre o Brasil e os países diretamente envolvidos na guerra – seja mobilizando o assunto em torno dos brasileiros detidos no Iraque ou buscando enfatizar a proximidade política propriamente em si entre os países (especialmente entre o Brasil e os Estados Unidos). Com isso, ao ter incluído o Brasil na tematização acerca do caráter político da guerra, o jornal pôde empregar estratégias que pudessem captar a atenção do leitor e direcionar o seu olhar a respeito dos agentes dos acontecimentos em questão, uma vez que os assuntos referentes ao seu próprio país podem despertar um maior interesse no público – essa ideia se baseia no critério de noticiabilidade substantivo (visto no capítulo 2, na seção 2.2) que diz respeito ao fator importância e interesse nacional. Nesse caso, esse critério refere-se ao impacto do acontecimento sobre a nação, assim como em sua relevância e significatividade quanto à evolução futura da situação, o que pode sinalizar que o sujeito-enunciador considerou o critério de proximidade.

---

[143] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.

5.1.3. A questão do petróleo

Já no primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo, a *Folha de S.Paulo* enfatizou fortemente a alta no preço do barril do petróleo e a queda das Bolsas de Valores pelo mundo como uma consequência imediata do conflito no Oriente Médio. Logo, o impresso reportou especialmente esse impacto econômico da guerra no cotidiano brasileiro, conforme pode ser observado no trecho a seguir do texto "Guerra faz cotação do petróleo explodir" – aliás, já pelo título, pode-se verificar como o sujeito-enunciador parece mobilizar uma estratégia de dramatização do acontecimento, especialmente pelo uso do verbo "explodir" para se referir a uma grave consequência causada pela guerra.

> A invasão do Kuait pelas tropas militares do Iraque, na madrugada de ontem, passou como um terremoto pelo mercado internacional. A cotação do petróleo entrou em alta, as Bolsas de Valores de Londres, Nova York e Tóquio registraram quedas. O ouro e o dólar, tradicionais refúgios dos investidores diante de crises internacionais, subiram (...). Sem estabelecer qualquer vinculação com a crise do Golfo, o governo brasileiro divulgou ontem aumento médio de 8,5% nos preços dos combustíveis (FOLHA, 1990) [144].

É possível verificar determinados termos que conferem um significativo teor de dramaticidade ao acontecimento na narrativa, tais como a metáfora "passou como um terremoto pelo mercado internacional" e, conforme já mencionado, o uso do verbo "explodir" no título para se referir ao efeito da guerra na cotação do petróleo. Além disso, esse acontecimento foi constituído em torno de uma causa (o conflito no Golfo Pérsico) e consequência (a instabilidade econômica) também por meio desse apelo à dramaticidade. Isso pode ser considerado como mais uma estratégia para atrair a atenção do leitor para a guerra. Mas apesar do enunciador mencionar que o governo brasileiro não tenha afirmado que o aumento dos preços dos combustíveis tenha se dado devido à invasão das tropas iraquianas no Kuwait, a presença dessa informação no texto pode mostrar que se buscou estabelecer certa relação entre tais acontecimentos.

Ao tratar a Guerra do Golfo sob um viés econômico, o jornal tenta mostrar ao seu público-leitor os efeitos diretos do conflito na realidade brasileira, o que pode sustentar a relevância de sua cobertura midiática – e, consequentemente, provocar um efeito de

---

[144] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano 70; Nº 22.402.

proximidade entre a guerra e o Brasil. Aliás, também no primeiro dia do conflito, a *Folha de S.Paulo* publicou mais duas notícias que se referiam aos possíveis efeitos da guerra na economia brasileira em relação ao petróleo – ambos os textos foram publicados na editoria "Guerra do Golfo", criada especialmente para falar sobre o andamento do conflito. Os trechos a seguir são dos textos "Petrobrás tem estoque para 77 dias" e "Ozires descarta problema de desabastecimento", respectivamente, publicados na mesma edição.

> O Brasil tem hoje uma posição mais confortável em relação a um possível novo choque do petróleo, como consequência entre Iraque e Kuait, do que em 1973, quando ocorreu o primeiro choque. Na época, a dependência do petróleo importado era de 80% do consumo diário, 800 mil/barris por dia, enquanto hoje o país consome 1,15 milhões de barris/dia, mas já produz quase 60% deste total, isto é, importa pouco mais de 40%. As informações foram prestadas ontem pelo presidente da Petrobrás, Luiz Octavio Veiga, 39 (...). Segundo Motta Veiga, a preocupação da empresa em relação à guerra Iraque-Kuait é muito mais com o novo patamar de preços que o petróleo atingirá do que com riscos no abastecimento (FOLHA, 1990) [145].

> O ministro da Infra-estrutura Ozires Silva, 59, disse ontem que a invasão do Kuait pelo Iraque não causará problema de desabastecimento de combustíveis no Brasil. Ele não acredita que o conflito irá durar muito tempo e disse que a Petrobrás tem estoques de óleo cru para refino suficientes para o abastecimento de 40 a 45 dias. Os preços, porém, devem ter aumentos bruscos para depois se estabilizarem, na opinião do ministro. Mais tarde, à noite, o governo anunciou o aumento dos combustíveis. Hoje, o Iraque é o maior fornecedor de petróleo para o Brasil. Dos 630 mil barris (50% do consumo total) importados diariamente pela Petrobrás, cerca de 160 mil vêm do Iraque. O Kuait é o quarto maior fornecedor, com cerca de 40 mil barris por dia (...). Ozires ressaltou, porém, que qualquer efeito da invasão do Kuait só será sentido no Brasil a partir dos próximos 20 dias, tempo médio que leva um carregamento de petróleo embarcado no Oriente Médio para chegar ao Brasil (FOLHA, 1990) [146].

Apesar de o enunciador alegar, em ambos os textos, que não havia motivos para preocupação em relação ao estoque dos combustíveis naquele momento, ele não deixava de dar relevância/importância ao acontecimento da guerra, pois o problema estava relacionado aos preços do petróleo no mercado internacional, o que poderia ainda afetar o Brasil. Sendo assim, mesmo dizendo que não havia motivos para pânico, é possível ainda observar certo apelo à dramaticidade em algumas informações e termos ressaltados nas narrativas, como por exemplo, os números (enfatizando que o Iraque e Kuwait – os dois países que estavam em guerra – eram os maiores fornecedores de petróleo do Brasil) e as datas estipuladas quanto às reservas de petróleo — no título "Petrobrás tem estoque para 77 dias", pode-se já verificar uma encenação de dimensão patêmica, já que tal informação poderia provocar certa preocupação no leitor e, consequentemente, captar sua atenção.

---

[145] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano 70; Nº 22.402.
[146] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano 70; Nº 22.402.

Além dessas informações, as conjunções adversativas colaboram também para imprimir dramaticidade à informação como, por exemplo, em: "(...) Petrobrás tem estoques de óleo cru para refino suficientes para o abastecimento de 40 a 45 dias. Os preços, **porém**, devem ter aumentos bruscos para depois se estabilizarem, na opinião do ministro". Como já pontuado, ao mesmo tempo em que o enunciador tentava apaziguar as preocupações, ele não descartava a possibilidade da guerra surtir efeitos na economia brasileira.

Pode-se dizer que as notícias que enquadraram a temática econômica mostram, de forma mais nítida, certa relação da Guerra no Golfo com o Brasil e, assim, possuem um apelo mais forte à dramaticidade, uma vez que foi enfatizada a temática do petróleo e como isso poderia impactar na vida dos brasileiros. Aliás, esse tema pode ser observado em outros textos ao longo da cobertura midiática da *Folha de S.Paulo* – como, por exemplo, na edição do dia 17 de janeiro de 1991, com a matéria "Ministra discute com empresários efeitos da guerra e inflação alta", cujo trecho pode ser lido a seguir.

> A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, 37, reúne-se hoje com empresários de diversos setores da economia, como IBM, Rhodia, Siemens, Filsan, Itáu, Weg, Sharp e Agroceres. **O objetivo é discutir as consequências da guerra no golfo Pérsico para o país**, além da aceleração da inflação (SANCHEZ, 1991; grifos da autora) [147].

O enunciador já menciona, no primeiro parágrafo do texto, que a Guerra do Golfo poderia provocar consequências no Brasil. Dessa maneira, observa-se mais uma tentativa de estabelecer uma proximidade entre o conflito e o país do público-leitor do jornal. Também nessa mesma edição, o impresso publicou o texto "Veja como a guerra afeta o seu bolso" – já pelo título, é possível notar uma visível tentativa de captar a atenção do leitor para o acontecimento da guerra por meio do viés econômico. No texto, o enunciador tentou instruir o leitor sobre como deveria agir diante do conflito, e mencionou quais outros efeitos que a guerra poderia surtir na vida dos brasileiros. No excerto a seguir, é possível analisar como o jornalista tenta preparar seu leitor para as possíveis consequências do conflito.

> **Uma guerra como esta – que atinge o abastecimento de combustíveis – afeta inevitavelmente a sua vida. No Brasil ainda não há motivo para pânico, mas você pode tomar algumas precauções para adaptar sua vida à economia de guerra.** Uma das medidas que o governo pode adotar é o aumento dos preços dos combustíveis e fechamento dos postos nos finais de semana após as 20h, além de racionamento. Portanto, evite viagens desnecessárias. Tente estabelecer com vizinhos e companheiros de trabalho o sistema de mutirão de transporte. Outra medida que pode ter reflexos na sua vida diária é a possível alteração do horário do funcionamento das repartições públicas. Confira antes de se dirigir a uma delas.

[147] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 17 de janeiro de 1991, quinta-feira; Ano 70; Nº 22.569.

> Economize gás. Há confusão no governo sobre os estoques reais do gás liquefeito de petróleo, o GLP, gás doméstico engarrafado. Assim, evite o desperdício em sua casa (...). Evite pânico. O andamento dos primeiros combates indica, em princípio, por uma guerra curta, atenuando os impactos sobre a economia brasileira, como o desabastecimento e falta de petróleo por período prolongado. Não há sinais de desabastecimento na produção de alimentos e bens de consumo necessários ao cotidiano. Outras medidas que o governo pode anunciar: restrição temporária de importações; suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira; racionamento de energia elétrica em Rondônia, Acre, Manaus, Amapá e Roraima, regiões atendidas por usinas termoelétricas; fiscalização, por parte da Polícia Federal, sobre veículos movidos a gás de cozinha; Fiscalização do Departamento Nacional de Combustíveis e da Polícia Federal nas distribuidoras de gás, para evitar irregularidades no fornecimento (FOLHA, 1991; grifos da autora) [148].

Mais uma vez, observa-se que o enunciador busca imprimir dramaticidade à sua narrativa jornalística, que se refere à temática econômica em torno da guerra – o uso do advérbio "inevitavelmente" e o termo "economia de guerra", no trecho acima, são alguns exemplos que contribuem para imprimir um teor emocional. Assim, é evidente a presença das visadas do "fazer saber" e do "fazer fazer", mas é possível também observar uma dimensão patêmica na informação – isto é, há também uma visada de "fazer sentir" por meio de um "apelo à preocupação", uma vez que tenha sido explicado ao público-leitor que a Guerra do Golfo poderia impactar em seu cotidiano, especificamente em sua vida financeira.

A partir dessa análise, foi possível observar que o jornal *Folha de S.Paulo* enfatizou consideravelmente a temática econômica em torno da Guerra do Golfo em relação ao Brasil. Em comparação a outros temas, como os referentes à política e às ofensivas, por exemplo, o viés econômico recebeu uma atenção mais especial pelo impresso, pois a equipe editorial parece ter considerado que os assuntos voltados à economia poderiam chamar mais a atenção do leitor, pois fatos relacionados à economia — como a alta do dólar ou a escassez do petróleo — poderiam ter um impacto mais significativo e imediato em sua vida do que as questões relacionadas à diplomacia, por exemplo. Vale ressaltar que, naquele contexto específico, no início da década de 1990, o Brasil passava por uma grave crise econômica que provocou uma alta inflação. Esse fato pode também sustentar essa observação de que o tema econômico — especialmente relacionado à alta do petróleo — possa ter sido considerado mais relevante e, consequentemente, pudesse atrair a atenção e o interesse do público-leitor.

Ao enquadrar a Guerra do Golfo de acordo com seus efeitos na economia, sobretudo no cotidiano brasileiro, tal estratégia parece ter objetivado a organizar a experiência do leitor, que está distante geograficamente do Oriente Médio, com a guerra. Uma vez que os assuntos

---

[148] Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 17 de janeiro de 1991, quinta-feira; Ano 70; Nº 22.569.

voltados à questão dos combustíveis tenham sido enfatizados pelo impresso, observou-se também uma maior dramaticidade nessas narrativas. Assim, essa tematização pode ser considerada como uma estratégia de captação e de pregnância que orienta também o olhar do público-leitor para a guerra, fazendo com que o distante se tornasse próximo.

Na sequência, analisa-se então as tematizações presentes nas narrativas sobre a Guerra do Golfo publicadas pelo jornal *O Globo*. Além dessa observação, será importante também verificar possíveis diferenças e semelhanças entre as tematizações dos dois impressos analisados, especialmente por meio dos tratamentos — enquadramentos — dados aos temas em cada narrativa dos jornais e seus possíveis efeitos de sentido.

5.2. Os temas predominantes em *O Globo*

Das 15 matérias jornalísticas de *O Globo* selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa, nove trazem acontecimentos sobre a Guerra do Golfo que se relacionam diretamente ao Brasil. Em relação aos "macro temas" já identificados, cinco textos de *O Globo* trazem assuntos referentes às ofensivas bélicas e certa relação com o Brasil; dois falam sobre a guerra de acordo com um viés diplomático; e dois abordam a questão econômica.

Conforme foi feito com os textos *da Folha de S.Paulo*, nesta seção, analisa-se como *O Globo* tratou esses grandes temas, especialmente em relação aos seus enquadramentos e aos possíveis efeitos de sentido que puderam ser produzidos.

5.2.1. Os brasileiros em meio ao conflito

Assim como fez a *Folha de S.Paulo* no primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo, o jornal *O Globo* publicou a respeito do posicionamento brasileiro em relação à invasão das tropas iraquianas no Kuwait, a partir também de um comunicado oficial emitido pelo Itamaraty, como pode ser observado a seguir, no trecho da notícia "Itamarati apela por solução pacífica".

> O Governo brasileiro condenou ontem a invasão do Iraque ao Kuwait, ao mesmo tempo em que fez "veemente um apelo para que seja encontrada uma solução pacífica e imediata para a crise, com base no respeito aos princípios de auto-determinação e não-intervenção". Manifestou também "firme apoio" à resolução da ONU que além de condenar a invasão, pede que o Iraque se retire imediatamente e incondicionalmente do Kuwait (O GLOBO, 1990) [149].

É possível notar, no último trecho acima, a presença de termos que imprimem dramaticidade ao fato relatado, como "condenar", "apelo" e "solução pacífica", por exemplo, o que pode contribuir para a produção de um efeito de captação da audiência por meio de um apelo às suas emoções. Come já dito no tópico anterior, uma vez que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil tenha se pronunciado contrário à ação do Iraque, isso pode contribuir para que o público-leitor atribua importância ao fato que lhe é relatado — ou seja, a partir do momento que um órgão oficial brasileiro tenha se manifestado sobre os acontecimentos no Golfo Pérsico, é provável que a audiência passasse a dar mais atenção a esse conflito. Desse modo, pode-se supor também que o público-leitor pudesse se aderir ao posicionamento manifestado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (que é contrário ao Iraque).

Ao contrário da *Folha*, *O Globo* aproveitou para falar de maneira mais aprofundada sobre as relações entre o Brasil e o Iraque, na medida em que relata precisamente os acordos comerciais e diplomáticos entre os países. Como pode ser visto no excerto a seguir, do texto "Brasil condena intervenção militar", apesar de o país reprovar as ações iraquianas no território, é enfatizado ainda o relacionamento entre as nações, uma vez que o conflito pode provocar certos efeitos no Brasil.

> O Brasil condenou "o uso da força nas controvérsias internacionais" ao comentar, em nota oficial divulgada pelo Itamaraty, "a intervenção militar iraquiana" no Kuwait. **A condenação, segundo o porta-voz do Ministério, José Vicente Pimentel, não afeta necessariamente as relações entre os dois países. Ele admitiu, no entanto, que não serão feitos novos contratos de fornecimento de armas enquanto a situação perdurar. O relacionamento entre o Brasil e o Iraque foi analisado sob vários aspectos em reuniões durante o dia de ontem (...). Não se imagina tomar medidas que alterem o relacionamento, inclusive porque há interesses brasileiros em jogo** (...). **Uma das conclusões é que haja desabastecimento de petróleo, mas é muito provável que os preços subam. O Iraque é o maior fornecedor de petróleo do Brasi**l (...). **Cada área do Governo fará avaliações sobre como a crise pode afetar o Brasil.** Também abordou-se a questão das empresas brasileiras com negócios no Iraque. No que diz respeito a armamentos, o Itamaraty garante que desde 1988 não é feito nenhum novo contrato, já que o Iraque estava com dificuldades de saldar seus compromissos (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[150] .

---

[149] Publicado em *O Globo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano LXVI; Nº. 20.708.
[150] Publicado em *O Globo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano LXVI; Nº. 20.708.

É possível observar que o impresso tentou mostrar ao leitor, ao longo do texto, a relevância da Guerra do Golfo ao tentar aparentemente enfatizar determinadas informações, como por exemplo, o relacionamento entre o Brasil e o Iraque pelo comércio de armas e de petróleo. Aliás, a tentativa de relacionar o Brasil com o conflito ficou ainda mais evidente quando o enunciador citou explicitamente que "não se imagina tomar medidas que alterem o relacionamento, inclusive porque há interesses brasileiros em jogo". Dessa forma, o público-leitor pode ter atribuído importância ao acontecimento da guerra, uma vez que os interesses de seu país poderiam ter sido atingidos por ela. Ao ter enfatizado esse relacionamento entre os países, o jornal parece ter tido a intenção de fazer com que seu leitor sentisse que a Guerra do Golfo estivesse mais próxima de seu país, apesar de ele não ter se envolvido diretamente no conflito.

Outro assunto referente à presença indireta do Brasil na guerra se refere aos trabalhadores brasileiros no Iraque, o que foi enfatizado também no primeiro dia da cobertura midiática sobre o conflito pelo *O Globo*. O trecho a seguir pertence ao texto "Mendes Júnior garante que brasileiros estão bem".

> As versões sobre o conflito entre Iraque e o Kuwait não chegaram a provocar pânico entre os diretores da construtora mineira Mendes Júnior, uma das mais importantes do país e com já uma tradicional parceria com o Governo iraquiano iniciada há mais de dez anos durante as obras de construção da ferrovia ligando Bagdá a Akashat (O GLOBO, 1990). [151]

Uma vez que foi anunciada a presença de brasileiros em uma zona de guerra, o enunciador parece ter tido a intenção de despertar a atenção do público-leitor, assim como afetar suas emoções, considerando que poderia haver um efeito de identificação com a notícia quanto à nacionalidade dos agentes envolvidos — ou seja, a audiência brasileira pode ter se identificado com os brasileiros que estavam presentes uma zona de guerra. Esse fato pode ser relacionado ao valor-notícia de "impacto sobre a nação", que diz que os acontecimentos que envolvem indivíduos de determinado país tendem a receber mais atenção de seu público nacional. No entanto, vale ressaltar que, mesmo que a empresa tenha declarado que os brasileiros no Iraque estariam bem naquele momento, isso possivelmente não interferiria na atenção e na importância que o acontecimento poderia ter recebido do público-leitor.

Ainda sobre o Brasil em relação ao conflito em si, outro fato interessante também observado foi a notícia sobre a venda de equipamentos bélicos brasileiros para o Iraque.

[151] Publicado em *O Globo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano LXVI; Nº. 20.708.

Conforme já analisado, isso foi também noticiado pela *Folha de S.Paulo* no primeiro dia de sua cobertura midiática sobre a guerra. No entanto, *O Globo* reporta a notícia com o título "Tanques da Engesa usados na invasão", da autoria dos jornalistas Mílton da Rocha Filho e José Eustáquio de Freitas: a partir daí, o impresso afirma que tanques brasileiros tinham sido utilizados, de fato, pelas tropas iraquianas durante a invasão do Kuwait – a *Folha*, por sua vez, tentou refutar tal informação. Um trecho da matéria de *O Globo* pode ser lido a seguir:

> **Blindados leves Cascavel, fabricados pela empresa brasileira Engesa, foram um dos tipos de veículos utilizados pelo Exército do Iraque para invadir o Kuwait.** O Iraque comprou mais de 300 Cascavel desde 1976, **e a Engesa forneceu assistência técnica mesmo durante toda a guerra daquele país contra o Irã.** A empresa brasileira também estava tentando vender os Cascavel para o Kuwait; as negociações estavam adiantadas e, agora, a empresa não sabe o que ocorrerá. Nos últimos dez anos, mais de US$ 500 milhões em armamentos foram exportados pela Engesa para o Iraque. Esse país também comprou quase uma centena de blindados Jararaca, que são menores do que o Cascavel e apresentam bom desempenho no deserto, devido à facilidade de deslocamento. Outra empresa brasileira que vende armas para o Iraque é a Avibrás. São os lançadores de foguetes Astros II (...). Com a venda dos lançadores, a Avibrás passou a fornecer também milhares de foguetes, acionados a um combustível sólido denominado composite e inteiramente desenvolvido em São José dos Campos (...). O Iraque também tem 80 aviões Tucano, teoricamente para treinamento de pilotos, mas que podem ser empregados em guerrilhas e ataques rápidos a objetivos no deserto (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[152].

Em nenhum momento do texto, os jornalistas confirmaram a presença dos tanques brasileiros durante a invasão militar do Iraque no Kuwait, ao contrário do que é anunciado no título da matéria. Além do mais, não há a presença de ditos de fontes que possam confirmar a informação transmitida pelo título (ao contrário da notícia publicada pela *Folha*). No entanto, devido aos seus argumentos utilizados na narrativa – como a quantidade e os tipos de mercadoria bélica, os valores das compras efetuadas pelo Iraque –, é possível acreditar que o uso desses equipamentos militares brasileiros pelo Iraque tenha sido inevitável. Ou seja, pode-se dizer que o enunciador buscou convencer o leitor de que o equipamento brasileiro tivesse sido usado na invasão por meio de informações e descrições precisas. Aliás, o enunciador ainda explicou detalhadamente sobre cada produto brasileiro fornecido ao Iraque, acompanhados por imagens que ilustram cada um desses equipamentos – isso, aliás, pode ser considerado como uma estratégia para imprimir ainda mais dramaticidade ao que é noticiado e, consequentemente, para captar a atenção do público-leitor, como pode ser observado em "Veículos bélicos criados no Brasil foram utilizados no ataque".

---

[152] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

> O Cascavel é por muitos considerado o melhor veículo do gênero, podendo levar um canhão antiaéreo de 25 ou 50 milímetros. **Movimenta-se facilmente no deserto** com suas seis rodas e dois motores. Há também a versão que utiliza um canhão de longo alcance de 90 milímetros, desenvolvido pela Engex. A velocidade máxima é de cem quilômetros por hora, com autonomia de 750 quilômetros. Seu peso, quando carregado, é de 13,7 toneladas.
> **O Iraque possui 80 unidades do avião Tucano, turbo-hélice para treinamento militar ou para combate.** Equipado com armamentos, o Tucano chega a pesar 3,1 toneladas. Sem armamentos, somente preparado para treinamento, seu peso é de 2,5 toneladas. Seu motor é um Pratt & Whitney de 750 cavalos, que pode fazer com que alcance a velocidade máxima de 448 quilômetros por hora, com autonomia de vôo de 2.058 quilômetros.
> O conjunto lançador de foguetes Astros II, da Avibrás, de São José dos Campos, possui um computador de programa o radar captar a presença de invasores. **Lança foguetes de forma múltipla, com incrível força destruidora.** O chassi, inicialmente importado da Alemanha, é hoje desenvolvido no País. **O Iraque financiou seu desenvolvimento, embora alguns dos dirigentes da Avibrás não admitam o fato.**
> O Jararaca, com um motor e quase quatro rodas, tem 5,8 toneladas e uma velocidade máxima de 100 quilômetros, com autonomia de 700 quilômetros, e leva um canhão de 50 milímetros, antiaéreo**. É um blindado mais leve que o Cascavel, que a Engesa desenvolveu e que se mostrou muito apropriado para missões no deserto**, por ser de deslocamento rápido e ter boa autonomia (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[153].

Então, enquanto a *Folha de S.Paulo* tentou isentar certa participação do Brasil na ofensiva iraquiana contra o Kuwait, *O Globo* não descartou essa possibilidade. De fato, o título possui um significativo teor de dramaticidade ("Veículos bélicos criados no Brasil foram utilizados no ataque"), apelando então à atenção do leitor. No entanto, o enunciador pode ter tido a intenção de despertar as emoções do leitor ao longo da leitura do texto, especialmente com a descrição detalhada dos equipamentos vendidos ao Iraque — mais especificamente, esse efeito patêmico pode ser transmitido por meio da descrição do poderio dos equipamentos (como, por exemplo, em: "Lança foguetes de forma múltipla, com incrível força destruidora"). Ademais, essas informações poderiam impactar os leitores que não tinham um conhecimento prévio sobre a produção de equipamentos bélicos no Brasil, promovendo um sentimento de espanto ou horror. As descrições detalhadas podem também transmitir um "efeito de veracidade" e levar o público a crer que os veículos brasileiros foram, de fato, utilizados pelas tropas iraquianas durante a invasão — especialmente quando é citado várias vezes que tais equipamentos são ideais para missões no deserto. Além disso, é mencionado também que a Engesa tinha fornecido assistência técnica ao Iraque durante o conflito anterior do país contra o Irã (1980-1988). Dessa forma, é possível que o enunciador tenha desejado projetar uma “imagem militarista e agressiva do Iraque”, como também se

[153] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

pode criar uma representação negativa do Brasil no contexto da produção de notícias sobre a guerra.

Essa temática, que sugere uma participação mais direta do Brasil na guerra "propriamente dita", foi também identificada em outras partes do *corpus* da pesquisa, como na edição do dia 25 de fevereiro de 1991, em que *O Globo* publicou o texto "Jornal: Brasileiros estariam pilotando aviões para Saddam", assinado por Mário Chimanovitch, cujo excerto pode ser lido a seguir.

> Pilotos brasileiros estariam entre 140 selecionados pelos iraquianos, por intermédio de um comando militar instalado na Jordânia, para recrutar cidadãos estrangeiros e países árabes pró-Iraque que queiram, mediante bom pagamento, combater em favor de Bagdá na Guerra do Golfo, informou o semanário "Al-Hakika", do Cairo. Os pilotos brasileiros integram um grupo de 15 homens formados por chilenos, indianos e árabes escolhidos por comandantes militares iraquianos que estão instalados num discreto quartel-general montado nas vizinhanças de Amã (O GLOBO, 1991)[154].

A presença de pilotos brasileiros no lado iraquiano da guerra não foi confirmada pelo impresso, já que a informação parece ter sido uma especulação publicada por um jornal local. Aliás, esses brasileiros não são identificados em nenhum momento no texto. Mas apesar disso, é possível ainda notar a encenação de um enquadramento que não isenta a participação do Brasil na Guerra do Golfo – ao contrário do que foi observado na análise sobre esse mesmo tema na *Folha de S.Paulo.*

Pode-se observar que *A Folha De S.Paulo* e *O Globo* publicaram notícias de mesma temática referente ao Brasil em relação às ofensivas iraquianas no Golfo Pérsico. No entanto, esse tema, no discurso de suas narrativas informativas, receberam enquadramentos diferentes: enquanto a *Folha* tentou mostrar que o Iraque não tinha utilizado equipamentos brasileiros durante a ocupação, *O Globo*, por sua vez, sugere o oposto. Ainda a respeito desse tema, *O Globo* foi o impresso que mais enfatizou certa participação direta do Brasil na guerra, especialmente com a notícia de que haveria pilotos brasileiros no exército iraquiano.

É possível dizer que nas narrativas publicadas pelo *O Globo*, que se referiam à presença do Brasil nas ofensivas iraquianas, os enunciadores tenham buscado imprimir uma significativa dramatização do acontecimento que é noticiado, especialmente a partir do título, que já confirmava a presença de equipamentos e profissionais brasileiros entre as tropas de Hussein. Ou seja, para *O Globo*, houve certa participação do Brasil no conflito, mesmo que

[154] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

indiretamente. Em relação ao seu público-leitor, esse fato pode ser considerado como mais uma estratégia de captação e de pregnância.

5.2.2. Política e diplomacia: a questão dos brasileiros detidos no Iraque

Já em relação ao "macro tema" que se refere à política e à diplomacia entre o Brasil e os demais países envolvidos diretamente na Guerra do Golfo, *O Globo* tratou esse tema — ou melhor, o enquadrou — a partir do acontecimento referente aos trabalhadores brasileiros que não puderam deixar o Iraque durante o conflito. Assim, *O Globo* se concentra na diplomacia entre Brasil e Iraque para narrar o andamento das negociações para a liberação dos brasileiros.

No dia 5 de setembro de 1990, o impresso publica o texto "Bagdá quer trocar reféns por autopeças", do enviado especial José Meirelles Passos. Já pelo título é possível observar que o enunciador designou os brasileiros como "reféns" — o que já parece revelar uma intenção de imprimir dramaticidade à notícia —, assim como um enquadramento negativo das ações do governo iraquiano, conforme pode ser analisado também ao longo do texto.

> O Ministério do Comércio iraquiano acenou ontem com uma possibilidade de saída para os 18 funcionários da Volkswagen (Autolatina), num contato com o representante da empresa e a Embaixada brasileira em Bagdá. **Os iraquianos insinuaram uma troca desse grupo de brasileiros por um carregamento de autopeças, atualmente retido em alto mar. É uma forte evidência de que o regime de Saddam Hussein está buscando uma oportunidade de quebrar em parte o bloqueio comercial, utilizando o Brasil como artifício**. **O Governo do Iraque insistiu também que os 246 brasileiros que continuam retidos aqui só poderão sair depois que as empresas que os empregam cumprirem seus contratos com o país** (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[155].

No excerto acima, observa-se uma possível busca em diminuir as distâncias entre acontecimento relatado e o público-leitor por meio da produção de um efeito patêmico — uma vez que se trata de trabalhadores brasileiros considerados como "reféns" pelo governo iraquiano. Esse fato, então, pode despertar valores e emoções do leitor, pois são brasileiros (ou seja, conterrâneos do público-leitor do jornal) que estão retidos no Iraque. A ideia em torno do "fazer sentir" na narrativa fica mais evidente nos trechos seguintes dessa mesma reportagem:

---

[155] Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 de setembro de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.741.

> **No acampamento Expressway, da Construtora Mendes Júnior, a situação é crítica** – segundo contou o superintendente Berilo Torres:
> - Há muita tensão e o astral está cada dia mais baixo. A obra está parada por falta de material, nós estamos fazendo todas as vontades do Governo do Iraque, e nem assim nos liberam. Está ficando difícil segurar o pessoal. Todo mundo me vem com a mesma pergunta: **"Afinal, nós somos reféns ou não?"** – disse Torres ao GLOBO.
> Havia uma grande expectativa de que a situação seria resolvida ontem, quando vencia o prazo estipulado pelo próprio Ministério dos Transportes do Iraque, para resolver o problema – depois de vários contatos com o Itamaraty e a Mendes Júnior. O representante da empresa aqui, Malthus Antônio Soares, foi chamado àquela repartição. Mas ao chegar lá não recebeu a notícia que todos esperavam.
> - **Em vez disso, o que nos fizeram foi um alerta: o de que o Iraque está começando a racionar os alimentos.** Eles queriam saber como está o nosso estoque e advertir que daqui por diante teremos permissão para comprar no mercado local apenas a quantidade estipulada pelo governo local – contou Berilo Torres (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[156].

Nos trechos destacados no último excerto da matéria, é possível observar uma intenção de provocar um efeito patêmico que parece expressar pessimismo, o que evidencia a dramaticidade na narrativa do acontecimento, especialmente por meio do uso dos seguintes recursos: a qualificação da situação no acampamento como "crítica"; os ditos relatados que descrevem o local; o relato sobre o alerta de que o Iraque estaria racionando os alimentos; o uso do termo "reféns" para se referir aos trabalhadores retidos.

Além disso, na mesma página, o jornal também destaca que o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek, acenou com ajuda humanitária, caso a escassez de alimentos dos brasileiros detidos no Iraque pudesse se agravar. Além de se tratar de um assunto que se refere diretamente ao Brasil, o jornalista busca ainda imprimir maior dramaticidade na narrativa, o que poderia ter atraído ainda mais a atenção do público-leitor no Brasil e aproximá-lo da realidade que lhe era relatada naquele contexto.

Assim como a *Folha de S.Paulo*, no dia 3 de outubro 1990, *O Globo* publicou uma notícia que falava a respeito das negociações para a partida dos brasileiros detidos no Iraque. No título de seu texto, o enviado especial José Meirelles Passos diz: "Brasileiros saem esta tarde de Bagdá". Mas, como já analisado, a *Folha* enfatizou em seu título que "Itamaraty desiste de fazer retirada em bloco". A partir dessa comparação, é possível dizer que ambos os impressos publicaram o mesmo acontecimento, mas enquadrando-os de formas distintas: enquanto se pode notar o intuito de produzir um efeito patêmico de "alívio" no título de *O Globo* ("Brasileiros saem esta tarde de Bagdá"), observa-se um efeito de preocupação no título do texto do correspondente Roberto Lopes (da *Folha*) – "Itamaraty desiste de fazer retirada em bloco" – o que dramatiza então a ocorrência que é relatada ao público-leitor. No entanto, no texto de *O Globo*, é possível ainda observar certos elementos que conferem

[156] Publicado em *O Globo;* Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 de setembro de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.741.

também dramaticidade ao acontecimento relatado, como pode ser analisado no trecho a seguir.

> O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima decidiu marcar para esta tarde – 14 horas em Bagdá (8 da manhã no Brasil) – a partida do Boing 747 da Iraq Airways com **os reféns brasileiros**. Caso até esse momento não tenham sido concedidos os últimos 82 vistos de saída, para os operários da construtora Mendes Júnior, o avião decolará com os 173 que já têm autorização para partir. Nesse caso, Flecha de Lima permanecerá no Iraque negociando **a libertação** dos restantes. **O clima de tensão** se manteve ontem pelo fato de terem chegado notícias a Bagdá de que o Presidente Fernando Collor fizera duras críticas ao Iraque e ao próprio Presidente Saddam Hussein, durante seu encontro com seu colega americano George Bush. A informação, publicada nos jornais locais, e repercutida várias vezes ao longo do dia nas transmissões internacionais das rádios BBC, de Londres, e Voz da América, de Washington, criou mal estar aqui (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[157].

Mais uma vez, é interessante observar que o sujeito-enunciador denomina os brasileiros detidos no Iraque de "reféns", o que pode revelar o desejo de produzir um efeito patêmico de preocupação no público-leitor – sendo assim, é possível interpretar que os brasileiros no Iraque seriam os "reféns de guerra" de Saddam Hussein. Em relação ao dado contexto, os termos "libertação" e "clima de tensão" podem também ter colaborado para a dramatização do acontecimento.

Também nesse texto, o enunciador explica as supostas críticas feitas por Fernando Collor a Saddam Hussein. No entanto, foi dado um destaque maior para os esforços do Embaixador Flecha de Lima para resolver a situação dos trabalhadores brasileiros detidos no Iraque. Como pode ser observado no trecho a seguir, em "Flecha de Lima fala a trabalhadores", é possível identificar a intenção de se produzir uma emoção de otimismo e tranquilidade referente às negociações.

> Os operários da construtora Mendes Júnior, que vivem aqui no Acampamento Expressay, ficaram satisfeitos com a vinda repentina do Embaixador Flecha de Lima, às 23 horas de ontem**. Ele trazia a notícia esperada por 120 dos operários – a volta ao Brasil hoje – além de esperança aos 82 que ainda dependem de vistos de saída.**
> - Todos terão seus vistos. Estamos com um avião pronto para levar quem já está com os vistos na manhã, e amanhã (hoje) cedo, poderemos ter a concessão dos vistos finais, para irmos juntos – disse ele.
> Flecha de Lima foi aplaudido pelos trabalhadores ao afirmar que mesmo que os tais vistos não saiam hoje, os que sobrarem voltarão para suas casas em breve:
> - **A garantia de que todos voltarão para nossa terra é que eu ficarei aqui com vocês. Inclusive, mandei trazer a minha patroa, lá de Londres, para ficar aqui se não sairmos todos amanhã (hoje)** – disse o diplomata (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[158].

---

[157] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quarta-feira, 03 de outubro de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.769.
[158] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quarta-feira, 03 de outubro de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.769.

Especialmente por meio do dito relatado do embaixador, é possível observar a intenção de se produzir um efeito patêmico que parece expressar um sentimento de coletividade movido principalmente pela identificação nacional (quando utiliza o termo "nossa terra", por exemplo), além de contribuir para a construção de credibilidade para o embaixador pela sua atitude em permanecer no Iraque junto com sua família até que a situação dos trabalhadores fosse resolvida. Como já dito anteriormente, pode-se também considerar a intenção de produzir um efeito que poderia ter promovido uma tranquilidade ao público-leitor, já que é possível observar, no relato do dito do embaixador, uma garantia de que os brasileiros sairiam do Iraque em breve.

Sendo assim, em relação ao "macro tema" em torno da política na cobertura midiática da Guerra do Golfo, *O Globo* enfatizou a questão dos reféns brasileiros no Iraque, enquanto na *Folha de S.Paulo*, o assunto predominante se referia às relações diplomáticas do Brasil com o Iraque e os Estados Unidos – isto é, enquanto *O Globo* enfatizou a situação dos brasileiros detidos no Iraque, a *Folha de S.Paulo* tratou de ressaltar certa relevância do Brasil no contexto geopolítico do conflito, especialmente a relação do país com os Estados Unidos.

Ambos os assuntos podem ter tido o potencial para atrair a atenção do público-leitor naquele contexto, uma vez que se enfatizou certa presença do Brasil na guerra. Desse modo, ressaltam-se, mais uma vez, os valores-notícias referentes ao impacto sobre a nação e à relevância do acontecimento quanto à sua evolução futura. Além disso, vale mencionar também o critério da proximidade, pois mesmo se tratando de um acontecimento distante geograficamente, a dramaticidade presente nas narrativas faz com que as ocorrências se tornem mais próximas do público-leitor, considerando que seus sentimentos e valores podem ser despertados quando seus compatriotas estão em meio a uma guerra. Observa-se, então, um efeito patêmico de proximidade.

5.2.3. A Guerra do Golfo e a economia brasileira

Assim como na cobertura midiática da *Folha de S.Paulo*, o jornal *O Globo* enfatizou também os impactos da Guerra do Golfo na economia brasileira, sobretudo em relação à alta do barril do petróleo e uma possível crise de racionamento de combustíveis no Brasil. No entanto, essa temática não foi predominante se comparada aos outros temas abordados pelo impresso, pois, conforme já observado, a maioria dos textos jornalísticos de *O Globo* que

compõem o *corpus* desta pesquisa se referiam mais especificamente a uma presença do Brasil na guerra em si – o contrário aconteceu na cobertura da *Folha de S.Paulo*, que enquadrou o conflito a partir de suas possíveis consequências na economia do Brasil, sendo possível identificar o princípio da saliência mais evidente nas narrativas dessa temática. No entanto, a questão do petróleo não deixou de ser um tema relevante na cobertura midiática de *O Globo* sobre a Guerra do Golfo, uma vez que é possível identificar determinados índices de dramaticidade nestes textos, além de considerar que essa temática em si já teria o potencial para atrair o interesse do público-leitor daquela época.

No primeiro dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo, *O Globo* publica o texto "Óleo: Governo não descarta alta no preço interno". Já pelo título é possível observar como o enunciador buscou imprimir certa dramaticidade ao acontecimento relatado, especialmente quando se refere ao "preço interno" – o que poderia afetar diretamente o cotidiano do público-leitor. Porém, ao longo do texto, pode-se observar a tentativa de produção de um efeito patêmico que tenta amenizar o medo e o pânico de uma eventual crise energética, apesar de ainda considerar uma possível alta nos preços – um exemplo dessa ideia pode ser observado no trecho a seguir.

> **Embora importe 50% do petróleo consumido no País, o Brasil não vai ter uma alta imediata nos preços dos combustíveis em função do conflito entre o Iraque e o Kuwait.** A afirmação é do Ministro da Infra-Estutura, Ozires Silva, que **apesar desta avaliação considera inevitável o reajuste dos preços do produto no mercado interno**. Segundo o Ministro, durante algum tempo o Brasil estará recebendo petróleo a preços anteriores ao conflito e poderá usar alguns mecanismos para retardar a alta, como a redução dos estoques (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[159].

O uso das conjunções "embora" e "apesar" evidencia a intenção de se estabelecer certo contraste entre possíveis efeitos de preocupação e alívio que podem ser produzidos ao longo da narrativa. Assim, ao mesmo tempo em que o impresso diz que não havia motivos para pânico naquele momento, ele deixa claro também que haveria riscos da guerra impactar negativamente a economia do Brasil – dessa maneira, é possível observar também a relevância dada ao conflito pelo jornal, devido ao seu impacto no interesse nacional. Outro exemplo em que se pode analisar a dimensão patêmica que proporciona um "efeito de tranquilidade" pode ser visto no último parágrafo dessa mesma notícia:

> O Brasil compra 160 mil barris de petróleo por dia dos iraquianos, e 40 mil barris/dia do Kuwait. Mas, além do estoque existente, o Governo brasileiro tem uma segunda alternativa para não enfrentar uma nova crise de abastecimento: o Irã.

[159] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

> Recentemente foi fechado um contrato com aquele governo para fornecimento de 100 mil barris de petróleo por dia (O GLOBO, 1990)[160].

Pode-se dizer que, nesse caso, o impresso apresentou o problema no título da matéria como uma estratégia de pregnância, enquanto as possíveis soluções para esse problema foram abordadas ao longo da narrativa. No entanto, essas soluções não deixam de ser relevantes, pois, por meio delas, pode-se verificar esse contraste entre a busca pela produção de efeitos emocionais (preocupação e alívio), sendo que, em nenhum momento, a possibilidade de uma instabilidade econômica no Brasil devido ao petróleo tivesse sido descartada (o que reforça a dramaticidade no fato relatado). Por meio desse enquadramento, o impresso mostrou ainda a relevância desse conflito em relação à realidade brasileira. Mais um exemplo dessa ideia pode ser visto na retranca[161] da mesma notícia, intitulada "Estoques do País dão para 77 dias": apesar da possibilidade do título provocar um efeito de preocupação, o seu texto enfatiza um otimismo referente ao risco de desabastecimento no Brasil — uma vez que, naquele momento, acreditava-se que o conflito não teria uma longa duração.

> A direção da Petrobrás está mais preocupada com os reflexos imediatos do conflito nos preços do petróleo do que com algum problema no escoamento do óleo que o Brasil importa daquela região, **embora o Iraque seja a principal fonte de óleo comprado pelo país no mercado externo.** A avaliação foi feita pelo Presidente da Petrobrás, Luís Octávio da Motta Veiga, ao ressaltar **que apesar de o País importar cerca de 40% de suas necessidades do petróleo, não há riscos no abastecimento, já que o estoque de óleo importado dá para 77 dias** (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[162].

Vale ressaltar que as notícias aqui citadas foram publicadas em uma página em que há apenas textos que abordam certa relação do Brasil com o conflito, tais como "Brasil condena intervenção militar" e "Tanques da Engesa usados na invasão" (já mencionados aqui anteriormente). Ao dedicar uma página inteira para tratar especificamente da Guerra do Golfo e o Brasil, esse fato já pode ser considerado como uma estratégia de saliência e de pregnância, que teria visado a orientar o olhar do leitor para certa relevância da guerra no Brasil.

Em relação ao *corpus* desta análise, o tema sobre o impacto da guerra na economia brasileira só voltou a ser enfatizado pelo *O Globo* em sua edição do dia 17 de janeiro de 1991, quando o exército da coalizão ocidental atacou o território iraquiano. Mas se antes era possível identificar certo otimismo quanto ao abastecimento de petróleo no país, observa-se agora um enquadramento que buscou projetar certo efeito de preocupação. Aliás, antes se

---

[160] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.
[161] No jargão jornalístico, retrancas são palavras que identificam um texto adicional da matéria principal.
[162] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, sexta-feira, 03 de agosto de 1990; Ano LXVI; Nº. 20.708.

acreditava que o conflito teria uma curta duração, o que na realidade não ocorreu, além de ter sido anunciado que os estoques de petróleo durariam aproximadamente 77 dias. O trecho da matéria "Collor convoca reunião de emergência", da jornalista Silvia Faria, a seguir, exemplifica esse efeito de preocupação do governo brasileiro com a Guerra do Golfo.

> **O Presidente Fernando Collor convocou no final da noite de ontem, após ser deflagrada a guerra no Iraque, uma reunião ministerial de emergência para hoje de manhã, quando dará início à execução de um pacote de 23 medidas aprovadas para o país conviver com os efeitos da crise no Golfo Pérsico.** Para a reunião, Collor vai convocar representantes dos poderes Legislativos e Judiciário. O Ministério da Economia deverá determinar ainda hoje o aumento dos preços dos combustíveis, por volta de 30%, e começar com a política de administração diária das importações. O Ministério da Infra-Estrutura vai determinar o horário de funcionamento dos postos de gasolina e a Petrobrás cuidará da redução das cotas de fornecimento de derivados (gasolina, álcool, gás, diesel e óleo combustível) imediatamente. **O Presidente Collor vai ouvir os diagnósticos militares sobre a expectativa de extensão e duração do conflito para decidir o grau do consumo interno de derivados. As medidas dependerão basicamente do impacto da guerra sobre os preços externos do petróleo** (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[163].

Nesse excerto da matéria, pode-se observar mais explicitamente como o enunciador buscou estabelecer uma relação entre a Guerra do Golfo e o Brasil, especialmente quando o locutor-jornalista diz que o governo planeja executar 23 medidas para **"o país conviver com os efeitos da crise no Golfo Pérsico"** e que tais medidas dependerão **"do impacto da guerra sobre os preços externos do petróleo"**. Além disso, são citadas informações a respeito dos possíveis efeitos do conflito na vida do público-leitor, como o horário do funcionamento dos postos de combustíveis e a alta dos preços. É possível dizer que esses elementos dramatizam a narrativa do acontecimento relatado, podendo provocar efeitos patêmicos que, por sua vez, atraem a atenção do leitor para a guerra.

O enquadramento dado à Guerra do Golfo a partir da questão do petróleo parece revelar a intenção de criar um efeito de proximidade entre o conflito e o público-leitor, uma vez que foi estabelecida – até de uma forma mais explícita – uma relação entre o conflito e o Brasil, sendo sustentada pela dramaticidade presente no discurso destas narrativas. Desse modo, tanto a *Folha de S.Paulo* quanto o jornal *O Globo* enquadraram a Guerra do Golfo sob um viés econômico a partir do princípio de saliência, com a possibilidade de despertar o interesse e as emoções do público-leitor.

No entanto, é importante lembrar que o tema em torno da questão do petróleo foi tratado de forma diferente pelos dois jornais analisados: ao comparar esse enquadramento

---

[163] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.

entre os impressos, foi possível observar que *O Globo* não enfatizou tanto a economia quanto a cobertura midiática da *Folha de S.Paulo*, a qual dramatizou ainda mais o tema em suas narrativas, evidenciando a busca pela produção de um possível efeito de sentido de preocupação. *O Globo*, por sua vez, buscou enfatizar a presença do Brasil no conflito em si, como o uso de armamentos brasileiros pelo Iraque na invasão do Kuwait e especialmente os trabalhadores brasileiros no Iraque, os quais foram enquadrados como "reféns" nas narrativas do jornal. Essa ideia, aliás, pode ser observada também por meio de número de notícias sobre cada tema.

Ao enquadrar a Guerra do Golfo nas narrativas de sua cobertura midiática segundo um viés econômico, político e diplomático – ou seja, a partir dos "macro temas" aqui identificados – os jornais podem ter intencionado a orientar o olhar e as experiências do público-leitor sobre o conflito, uma vez que esses "macro temas" podem ser considerados uma estratégia de captar sua atenção e para atribuir importância ao acontecimento que lhe era relatado. Além disso, foi possível analisar uma presença significativa da dramaticidade nas narrativas sobre os temas que se referiam diretamente ao Brasil com a guerra. Assim sendo, esses enquadramentos podem ser relacionados ao princípio de saliência e de pregnância, o que pode despertar o interesse do público-leitor, assim como suas emoções e valores.

Vale considerar também que esses temas podem ser associados ao valor-notícia de significância, proposto por Galtung & Ruge (1965), cujas ideias foram apresentadas no capítulo 2, na seção 2.2. Segundo os autores, a significância se refere geralmente às "nações de elite" — ou seja, quanto mais um acontecimento diz respeito às nações que possuem uma significativa representatividade no cenário geopolítico mundial, maior a possibilidade de ele ser representado pela instância midiática. Essa ideia pode também ser associada aos critérios de notoriedade e representatividade, conforme alega Charaudeau (2012). Além disso, esses temas possuem também um potencial de "sociabilidade" e de "imprevisibilidade".

Segundo Charaudeau (2012, p. 102), para as mídias, o potencial de "sociabilidade" refere-se a uma tentativa de "responder à condição de pregnância, o que as leva a construir os universos de discurso do espaço público, configurando-os sob a forma de rubricas", como a política e economia, por exemplo. Já o potencial de "imprevisibilidade" se refere à finalidade de captação do contrato de informação. A saliência, nesse caso, "é produzida pelo fato de que o acontecido escolhido veio perturbar a tranquilidade dos sistemas e de expectativas do sujeito consumidor de informação, o que levará a instância midiática a pôr em evidência o insólito ou o particularmente notável" (CHARAUDEAU, 2012, p. 102). Foi possível observar essa ideia durante a análise desta pesquisa principalmente quando os impressos enfatizavam a alta do

preço dos combustíveis e a situação dos trabalhadores brasileiros detidos no Iraque, por exemplo – mais especificamente, quando a narrativa buscava mostrar que o acontecimento da Guerra do Golfo poderia causar instabilidade na realidade dos brasileiros.

O valor-notícia de significância proposto por Galtung & Ruge (1965) se refere também à relação da proximidade do acontecimento com o interesse do público. De acordo com os autores, o acontecimento terá mais impacto quanto maior for a "proximidade cultural" com a audiência. Esse conceito foi possível de ser observado por meio das tematizações enquanto enquadramentos acerca da Guerra do Golfo pelos jornais analisados, pois mesmo que o local do conflito estivesse geograficamente distante, os enunciadores buscavam tornar o acontecimento mais próximo especialmente pelo uso da dramatização para relatar os fatos que pudessem impactar de certa forma o Brasil.

A dramaticidade, junto às operações de enquadramentos, pode provocar um efeito patêmico de proximidade. As narrativas dos acontecimentos da Guerra do Golfo, transmitidas pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, foram constituídas a partir de determinados temas — os quais foram analisados neste capítulo —, sendo eles, em sua maioria, referentes ao Brasil no conflito — o que, conforme já explicado, pode ter constituído uma estratégia para atrair a atenção do leitor brasileiro para o Golfo Pérsico. Desse modo, a seleção de determinados temas (considerando os agentes envolvidos nos acontecimentos) pode ser encarada como uma estratégia de captação, uma vez esses temas possam despertar os valores e sentimentos do leitor, a ponto de tornar tais ocorrências mais próximas do público por meio dos efeitos de sentido que são operados.

Além do mais, a construção do acontecimento da Guerra do Golfo nas narrativas dos jornais a partir dos enquadramentos da tematização pode orientar o olhar do leitor e organizar suas experiências a respeito do conflito, fazendo-o possivelmente a tomar determinados posicionamentos sobre aquilo que lhe é transmitido, correspondendo ou não aos efeitos visados pelos meios de comunicação.

5.3. As ofensivas bélicas e o papel das emoções

Ao longo da observação do *corpus* desta pesquisa, foi possível verificar uma significativa presença de assuntos relacionados às batalhas – ou seja, às ofensivas militares –

nas narrativas da *Folha de S.Paulo* e *O Globo* sobre a Guerra do Golfo. Mais especificamente, esse assunto foi predominante em cinco textos da *Folha*, enquanto esteve fortemente presente em quatro textos de *O Globo*.

Essas narrativas, por sua vez, contam com detalhadas descrições acerca do fato relatado, o que pode ter tido como intenção provocar uma "visualização" das ofensivas que eram narradas ao público. Assim, é possível que alguns elementos dessas descrições tenham tido o potencial para provocar um efeito de dramatização do acontecimento. Essa ideia condiz com o que Carvalho (2013) define como uma das características dos textos jornalísticos sobre conflitos armados: segundo o autor, "o 'fator choque' e o apelo às emoções estão intimamente ligados às notícias de guerra" (CARVALHO, 2012, p. 20). A partir dessa noção, buscou-se analisar as descrições como um elemento essencial para a constituição da dramaticidade dos acontecimentos.

Nesta seção, serão analisadas as narrativas sobre as ofensivas armadas publicadas durante a cobertura midiática da Guerra do Golfo da *Folha de S.Paulo* e *O Globo.* Mais precisamente, interessa-se observar uma possível dimensão argumentativa nos elementos discursivos que podem carregar certo teor de dramaticidade — isto é, analisar o papel da emoção nessas narrativas e quais efeitos de sentido podem ser transmitidos por meio das descrições.

Essa ideia se baseia no fato que todo ato discursivo é orientado por uma intencionalidade e, segundo Charaudeau (2007), a emoção pode ser utilizada nesse processo discursivo como um efeito visado (ou suposto), mas sem ter a garantia sobre o efeito produzido na recepção. Então, na perspectiva da Análise de Discurso Francesa, a emoção é classificada como patemização.

De acordo com Charaudeau (2007), o locutor recorre então a determinadas estratégias discursivas que podem atingir as emoções e valores do público, o que pode seduzi-lo ou amedrontá-lo, a fim de alcançar o seu efeito visado. Em relação a essas estratégias discursivas, Freneda & Silvestre (2017) citam especialmente o caso das descrições. No âmbito da configuração linguística, os autores dizem que

> o efeito patêmico pode ser obtido pelo uso de enunciados que visam produzir tal efeito: pela descrição ou pela manifestação do estado emocional em que o locutor supostamente se encontra pela descrição do estado emocional no qual o outro supostamente deveria se encontrar; por uma descrição patêmica de uma cena capaz de produzir no destinatário uma determinada emoção. Portanto, para Charaudeau, as emoções são analisadas discursivamente em termos de efeitos de patemização, que só podem ser analisados como efeitos visados e resultantes da atividade inferencial dos parceiros de comunicação. Tal atividade está diretamente relacionada aos

> universos de crenças partilhadas por um grupo social. Tais crenças, por seu turno, servem de apoio a julgamentos de ordem moral. Temos, assim, representações sócio discursivas que constroem saberes de crença, apoiados em certas tópicas (FRENEDA & SILVESTRE, 2017, p. 6).

É importante lembrar que "as emoções são orientadas em direção a um objeto 'imaginado', já que este objeto é retirado da realidade para se tornar um 'real' significante. A relação entre o sujeito e este objeto se faz pela mediação de representações" (CHARAUDEAU, 2007, p. 2). Assim sendo, esses conceitos auxiliam na reflexão acerca do papel das emoções nos discursos produzidos na mídia por meio de elementos textuais que compõem as narrativas noticiosas.

A partir dessa ideia, conforme mencionado anteriormente, esta última parte da pesquisa pretende analisar como as narrativas informativas, cuja temática se refere às ofensivas bélicas, apresentam suas estratégias de captação e de pregnância. Primeiramente, serão analisadas as narrativas publicadas pelo jornal *Folha de S.Paulo* para que, em seguida, sejam estudados os textos de *O Globo* e feita uma comparação entre os impressos.

5.3.1. As ofensivas na *Folha de S.Paulo*

No primeiro texto informativo referente ao início da Guerra do Golfo, publicado pela *Folha de S.Paulo* no dia 3 de agosto de 1990, já é possível observar uma narrativa constituída por elementos descritivos que permitem que o público-leitor "visualize" e até mesmo "ouça" o acontecimento enquanto lhe é narrado pelo locutor-jornalista. Um exemplo desse fato pode ser visto no excerto a seguir, pertencente ao texto "Iraque ocupa Kuait e instala 'governo livre'".

> **Diplomatas kuaitianos disseram que de 100 a 300 pessoas já morreram na invasão, a maioria kuaitianos. Os preços do petróleo dispararam.** No início da noite, as tropas iraquianas controlavam as ruas do centro da capital. A resistência kuaitiana concentrava-se no prédio do Ministério de Defesa e na sede do Comando Geral do Exército, na periferia da capital, **onde se ouviam ainda alguns disparos** (...). O Kuait está sob toque de recolher e suas fronteiras estão fechadas. As ruas da capital permaneceram desertas por quase todo dia. As pessoas só saíram pela manhã para obter alimentos. Os supermercados não abriram e as padarias tinham filas enormes. Todos os terminais de exportação foram fechados e tanques e tropas iraquianas ocupavam os principais portos. Carros blindados e helicópteros iraquianos patrulhavam as ruas da capital. Vários tanques foram estacionados à zona costeira (...). **Em Bagdá, motoristas buzinavam** e piscavam os faróis de seus carros para comemorar o sucesso da invasão**. Rádios e TVs transmitiam ordens de**

> **mobilização para as Forças Armadas e canções patrióticas iraquianas**. (FOLHA, 1990; grifos da autora)[164].

O texto descreve detalhadamente o cenário do Kuwait durante e após a ocupação das tropas iraquianas em seu território, conforme já visto no capítulo 3. No excerto acima, observa-se precisamente o lugar (onde) e o momento (quando) em que as ações relatadas ocorreram, assim como a identificação dos respectivos agentes das ações narradas (como, por exemplo, "kuaitianos", "resistência kuaitiana" e "iraquianos"). Desse modo, observa-se uma precisão nos detalhes que compõem os fatos relatados, especialmente na descrição do ambiente em que as ações ocorrem. É interessante notar que, além de descrever aquilo que via, o jornalista descreve também aquilo que ouvia, como os disparos na periferia da capital do Kuwait, o som da buzina dos motoristas em Bagdá e as "canções patrióticas" transmitidas pelas rádios e TVs iraquianas.

É possível dizer que essa descrição detalhada dos acontecimentos narrados pode provocar um "efeito de verdade" – isto é, ao que Charaudeau (2012) se refere como "fazer crer que o que é dito é verdadeiro". As descrições altamente precisas podem ser consideradas uma forma de tornar o fato relatado verossímil. Assim, a instância midiática tenta "autenticar" o que é relatado por meio de uma reconstituição dos fatos baseada em um "visto-dito-ouvido".

No entanto, por meio das descrições aqui analisadas, elas não só consistem em um "fazer crer", mas também em um "fazer sentir": ao acompanhar a narrativa do acontecimento, especialmente pela descrição minuciosa dos elementos que compõem o cenário do conflito, é possível que o leitor visualize a cena, sentindo-se então mais próximo daquilo que lhe é relatado – nesse caso, observa-se então uma dimensão espacial que aproxima o público-leitor ao acontecimento da guerra.

Baseando-se nas contribuições de Platin (1999), Fernandes (2012) diz também que é possível analisar a emoção nas argumentações por meio de determinados termos, sejam eles lexicais ou sintáticos. Ao aplicar esse conceito na análise do trecho acima, pode-se dizer que as informações referentes ao número de mortes ("100 a 300 pessoas morreram, a maioria kuaitianos") e aos preços do petróleo (que "dispararam") podem despertar certas emoções no público-leitor, como o horror e a preocupação, por exemplo. Além disso, os seguintes termos podem agregar também dramaticidade ao fato relatado: "toque de recolher", "invasão", "fronteiras fechadas", "tanques e tropas" e "carros blindados". Considerando seu respectivo

---

[164]Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano 70; Nº 22.402.

contexto, tais termos podem ser associados ao imaginário de uma zona de conflito e/ou de uma localidade hostil, o que pode sustentar o efeito patêmico.

As descrições detalhadas das operações ofensivas na Guerra do Golfo estão presentes ao longo do *corpus* analisado da cobertura midiática da *Folha de S.Paulo,* conforme pode ser analisado no trecho a seguir da matéria "18.000.000 kg de bombas numa noite", publicado na edição do dia 17 de janeiro de 1991.

> Continuavam esta manhã os ataques aéreos das forças aliadas sobre o território do Iraque e do Kuait ocupado (...). **O Pentágono estima que 18 mil toneladas tenham sido lançadas sobre o território inimigo**. **Sadam acredita que perderá meio milhão de homens em combate**, segundo médicos norte-americanos recém-chegados de Bagdá. O ataque ao Iraque começou pelo ar e à noite, confirmando previsões dos estrategistas militares ocidentais. As primeiras esquadrilhas aliadas decolaram de bases na Arábia Saudita à 0h58, hora local (19h58 em Brasília). **Bagdá, capital do Iraque, começou a ser atingida por bombas às 2h40 locais, o início oficial da guerra.Essa é a primeira guerra da história cujo início foi transmitido pela TV. O correspondente da rede americana ABC, Gary Shephard, falava por telefone aos EUA, quando os primeiros sinais do ataque foram notados na cidade. A emissora colocou o jornalista imediatamente no ar. Shephard disse que via clarões no céu, sobre a zona oeste da capital, e que ouvia explosões. Logo após, a rede CBS, e a CNN – esta última, captada no mundo todo – também colocaram seus correspondentes no ar, com o barulho das bombas e da artilharia antiaérea iraquiana ao fundo. A informação do início do ataque foi transmitida à opinião pública internacional às 21h40 (horário de Brasília), 30 minutos antes do informe oficial da Casa Branca** (...). O ataque aéreo se estendeu a todo território iraquiano, e não apenas a Bagdá. Quase toda aviação iraquiana foi destruída pelas forças aliadas, segundo a CNN, citando funcionários do Pentágono (FOLHA, 1991; grifos da autora)[165].

As informações referentes à quantidade de bombas despejadas pelas forças aliadas no Iraque (18 mil toneladas, segundo o Pentágono) e número de baixas que Saddam Hussein acredita ter sofrido (meio milhão de homens em combates) dramatizam o acontecimento relatado, podendo provocar um efeito patêmico voltado ao horror e ao espanto. A partir dessas informações, é possível dizer que houve a intenção de atribuir uma imagem referente à superioridade bélica do exército aliado contra a inferioridade das forças armadas iraquianas.

Verifica-se também que as ações relatadas são organizadas a partir do horário (do "localizar-situar") em que ocorreram. Em relação à narrativa como um todo, as demarcações temporais projetam ações futuras, além de funcionarem como uma estratégia de enquadramento em que determinam os momentos da guerra considerados de maior relevância. Vale ressaltar mais uma vez que, com a precisão na descrição dos lugares e momentos, o locutor-jornalista pode tentar transmitir um "efeito de verdade" ao seu público-leitor.

---

[165]Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 17 de janeiro de 1991, quinta-feira; Ano 70; Nº 22.569.

Ainda nesse excerto, vale mencionar também que o impresso considera – ou melhor, enquadra – aquele acontecimento (o ataque da coalizão ocidental contra o Iraque) como o marco inicial da Guerra do Golfo. Outro enquadramento também observado é à relevância atribuída a essa guerra, ao mencionar que se trata do primeiro conflito armado televisionado ao vivo na história.

O "efeito de verdade", que pode ser transmitido por meio das descrições, é reforçado ainda quando o jornalista ressalta a atuação da imprensa em meio ao conflito, citando que os jornalistas testemunhavam o acontecimento que era transmitido ao vivo ao público-leitor. Tratando-se de um meio impresso, os correspondentes descreviam aquilo que era vivenciado, o que pode tocar as emoções dos leitores, uma vez que jornalistas estão em meio à destruição da guerra para reportar a informação dos *fronts* de batalha ao público.

Foram analisadas até então as narrativas que, predominantemente, contam com procedimentos de construção objetiva do mundo (apesar da presença — talvez, implícita — da subjetividade do locutor especialmente por meio das qualificações adjetivas, por advérbios, por exemplo). No entanto, há narrativas sobre as ofensivas bélicas em que se pode verificar a produção de efeitos de subjetividade (e, com isso, os valores e emoções transmitidas pelo locutor-jornalista) de forma mais evidente. Um exemplo é o texto "EUA lançam tapetes de bombas contra o Iraque", cujo trecho pode ser lido a seguir.

> **O último recado a Sadam era previsível.** O anúncio ontem do envio de bombardeios B-52 e a concentração de seis porta-aviões norte-americanos no Oriente Médio já indicava a determinação dos EUA de começar a guerra com **ataques aéreos massivos.Foram feitos ataques de precisão, "cirúrgicos", contra alvos em Bagdá, com caças como o F-15 e o F-117***[leia texto ao lado]*.**Ataques pesados, "tapetes de bombas", foram reservados a tropas longe de concentrações civis, no Iraque e no Kuwait. O superbombardeiro B-52 não foi utilizado contra alvos em Bagdá, segundo os relatos dos correspondentes da CNN que mantinham comunicação telefônica constante com a rede de televisão. A falta de precisão poderia ter causado danos sérios à população** (...). Com o envio dos B-52 e das forças-tarefa de porta-aviões, os elementos que faltavam para **um ataque aéreo maciço**entraram em cena. O cenário previsto aparentemente foi confirmado: foi feita interferência eletrônica nas comunicações do Iraque, que chegaram a interromper as transmissões da CNN; aviões como o caça F-117ª – "invisível" ao radar – foram utilizados para eliminar os radares e os mísseis antiaéreos. Com a defesa iraquiana cega e os mísseis inoperantes ou destruídos, o caminho ficou livre para os aviões mais "detectáveis". **Partiram então os peso pesados, como o A-6 Intruder da Marinha, com cargas de oito toneladas de bomba.E depois da "cirurgia", vem o nocaute – o pesadão B-52. Seu apelido na Força Aérea diz tudo: "Big Ugly Fat Fellow" (um sujeito grande, gordo e feio)**" (FOLHA, 1991; grifos da autora)[166].

[166]Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 17 de janeiro de 1991, quinta-feira; Ano 70; Nº 22.569.

Considerando o contexto da narrativa, os termos “ataques aéreos massivos”, “ataques pesados”, “tapetes de bombas”, “superbombardeiro”, “ataque aéreo maciço” e “oito toneladas de bomba” conferem dramaticidade ao acontecimento, podendo provocar um efeito patêmico de espanto e/ou horror, especialmente por meio da qualificação desses ataques (maciços, pesados, massivos, etc). No entanto, observa-se que as ofensivas bélicas da coalizão ocidental são amenizadas, “suavizadas”, especialmente quando o locutor-jornalista caracteriza os ataques como “cirúrgicos” — isto é, ataques feitos com muita precisão contra alvos estratégicos, longe de concentrações civis. Dessa forma, pode-se notar a construção de uma imagem “menos agressiva” ao exército aliado, sobretudo o americano. Aliás, o termo “cirúrgico” (ou “cirurgia”) é enfatizado como uma forma de caracterizar as operações militares do exército aliado — lembrando que a Guerra do Golfo ficou conhecida posteriormente como uma “guerra cirúrgica”, devido a esse enquadramento dado aos ataques americanos.

Observa-se também que Neto (1991) utiliza termos da linguagem militar, como o nome dos caças F-15, B-52, F-117 e A-6. Porém, o locutor-jornalista usa uma linguagem mais acessível, de mais fácil entendimento, para caracterizar e explicar cada um desses caças, utilizando até mesmo um linguajar popular, como em: “(...) Partiram então **os peso pesados**, como o A-6 Intruder da Marinha, **com cargas de oito toneladas de bomba**” e “E depois da ‘cirurgia’, vem o nocaute – o **pesadão** B-52. Seu apelido na Força Aérea diz tudo: “Big Ugly Fat Fellow” (um sujeito grande, gordo e feio)”. Esse fato pode também ser analisado em outras narrativas que tratam a respeito dos conflitos armados, em que o locutor-jornalista explica detalhadamente as operações ocorridas, especialmente por uma reconstituição do acontecimento, conforme pode ser visto, por exemplo, no trecho a seguir da matéria “Ataque dos EUA visa evitar ‘banho de sangue’”.

> **Saltando além dos campos minados no Kuait – e das fantasias sanguinolentas de alguns pseudo-especialistas, que esperavam que os soldados da força multinacional anti-Iraque fossem iniciar a batalha terrestre, se arrastando por terrenos semeados de minas (“o domínio da morte”, como eles chamavam)**-, as tropas da coalizão militar realizaram uma série de ataques para envolver e perturbar o sistema de defesas fixas do Iraque em território kuaitiano. Dois dos mais importantes, levados a cabo por tropas norte-americanas, francesas e britânicas, visaram às linhas de suprimentos que passam pelas cidades de Nasiriya e Basra, no sul do Iraque. Como os contingentes da Guarda Republicana – força de elite dos iraquianos – estão dispostos por uma região muito extensa, entre Bagdá e a capital kuaitiana – tipo de “defesa em profundidade” preconizado pela doutrina militar soviética -, é necessário seccionar essas rotas, para impedir que as unidades iraquianas no Kuait recebam ajuda quando estiverem a ponto de ser asfixiadas por outras manobras de cerco. Simultaneamente, tropas sauditas lançaram ataques diversionistas pela fronteira de seu país com o Kuait, com o objetivo de reter em suas oposições os soldados iraquianos que poderiam ser remanejados para o sul do

> Iraque, a fim de enfrentar os ocidentais (...). Parte dessa euforia é atribuída à notícia de que, agindo com em coordenação com tropas anfíbias, paraquedistas dos EUA desceram na capital do Kuait. Esse ataque, reforçado por um bombardeio contra a estratégica ilha de Failaka, defronte à cidade do Kuait, e por uma investida de tropas kuatianas (refugiadas na Arábia Saudita) contra uma região ao norte da capital, deve, na verdade, servir para inquietar os soldados iraquianos entrincheirados diante da fronteira da Arábia Saudita. **Afinal, as minas terrestres que eles "plantaram" à espera dos atacantes ainda estão lá, inermes e inúteis** – pois não houve um ataque frontal (LOPES, 1991; grifos da autora) [167].

No trecho da narrativa acima, o locutor-jornalista explica a série de ataques do exército aliado que surpreendeu as tropas iraquianas. A partir de determinados termos utilizados na descrição dos eventos e de seus agentes, é possível observar a subjetividade do locutor-jornalista com mais evidência na narrativa, como "fantasias sanguinolentas", "pseudo-especialistas", "terrenos semeados por minas" e em "as minas terrestres que eles **'plantaram'** à espera dos atacantes ainda estão lá, **inermes e inúteis**" – revelando, então, a visão do jornalista-locutor sobre o conflito, a qual é baseada em seus valores e impressões sobre o ocorrido.

Essa explicação muito bem detalhada pode contribuir para aproximar o acontecimento da guerra ao público-leitor, especialmente por meio dos termos empregados que ajudam a constituir a dramatização do relato. Além do mais, essa narrativa (contando com a descrição e explicação dos ataques da coalizão e seus respectivos objetivos) contribui também para provocar um efeito de sentido que desperte os valores e emoções do leitor referente a uma aprovação da atuação do exército aliado. Desse modo, é possível observar uma dimensão argumentativa que visa a convencer o leitor a respeito de uma "reparação do bem contra o mal", em que as forças aliadas evitam um "banho de sangue" provocado pelas tropas iraquianas.

Já no último dia da cobertura midiática da Guerra do Golfo pela *Folha de S.Paulo*, nota-se uma significativa ênfase dada à vitória da coalizão ocidental, especialmente à conquista do exército americano liderado pelo General Norman Schwarzkopf, o comandante da Operação Tempestade no Deserto. Em outras palavras, o locutor-jornalista transmite uma imagem forte, superior e vitoriosa das tropas americanas, enquanto o exército iraquiano é visto como fraco e inferior. Esse enquadramento pode ser observado não apenas por meio dos termos axiológicos, mas principalmente pela ênfase dada aos ditos relatados e demais informações, que podem também despertar os valores e emoções do público-leitor. Isso pode ser visto no trecho a seguir, extraído do texto "Coalizão esmagou o Iraque, diz comandante".

[167]Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 25 de fevereiro de 1991, segunda-feira; Ano 71; Nº 22.608.

> **As forças multinacionais "esmagaram" o Exército de ocupação iraquiano, afirmou ontem o general norte-americano Norman Schwarzkopf, comandante da operação Tempestade no Deserto.** O general disse que as forças da coalizão enfrentavam as duas últimas divisões da Guarda Republicana, no sul do Iraque. Mais de 700 tanques norte-americanos entraram em combate com a divisão Hamurabi da Guarda Republicana, cerca de 80 km a oeste da cidade de Basra. **Foi o maior confronto de tanques desde a 2ª Guerra, segundo o coronel Miguel Monteverde, diretor de Informações do Pentágono.** A divisão Hamurabi, com entre 250 e 300 tanques, tentava romper o cerco da coalizão rumo ao norte. O 7º Corpo do Exército e a 24ª Divisão de Infantaria Mecanizada dos EUA impediram a passagem dos iraquianos. Mais de 470 tanques M1-A1 entraram em combate, contra tanques T-72 soviéticos. Outro combate com uma divisão iraquiana foi travado ontem mais ao Sul do Iraque, por tropas dos EUA e britânicas. Mais de cem mil soldados norte-americanos, auxiliados por tropas francesas e britânicas, cercaram o Exército iraquiano (...). Marines norte-americanos tomaram o controle do aeroporto da Cidade do Kuait, ontem, após dois dias intensos de combates. Mais de cem tanques iraquianos foram destruídos, segundo o Pentágono. **Oficiais da coalizão disseram já há cerca de 60 mil prisioneiros de guerra.** A maioria se entregou sem resistência (...). A coalizão não revelou o número de iraquianos mortos. Pelo menos 90 soldados da coalizão morreram na ofensiva por terra, inclusive 28 atingidos por um Scud iraquiano em Dahran, na Arábia Saudita. Entre eles, havia duas mulheres. Dois franceses e nove britânicos foram mortos por um avião A-10 norte-americano por engano (o chamado "fogo amigo") (FOLHA, 1991; grifos da autora)[168].

Ao enfatizar o dito do General Schwarzkopf, especialmente no título da matéria, pode-se notar uma intenção do sujeito-enunciador em exaltar a superioridade do exército americano diante das tropas do Iraque — esse enquadramento é sustentado pelo verbo "esmagar" que, dado o contexto da narrativa, pode provocar um efeito voltado à agressividade e à superioridade das tropas aliadas. Esse enquadramento é também reforçado quando é enfatizado o número de prisioneiros de guerra capturados pela coalizão (cerca de 60 mil), o número de tanques iraquianos destruídos (mais de 100), o número de soldados das tropas aliadas (100 mil) e as conquistas feitas até então. Isso também proporciona certa visualização do cenário dos campos de batalha, o que se aproxima da atenção do leitor.

Além disso, o texto é constituído por vários elementos que conferem dramaticidade à narrativa, o que pode despertar a atenção e o interesse do leitor como, por exemplo, ao ressaltar que, em uma das batalhas relatadas, foi travado "o maior confronto de tanques desde a 2ª Guerra", segundo o testemunho de um coronel.

A narrativa descreve precisamente onde e quando as batalhas ocorreram, assim como também "quem participou" (Divisão Hamurabi, 7º Corpo do Exército, 24ª Infantaria Mecanizada dos EUA, etc), o que sinaliza a intenção de produção de um efeito de verdade sobre aquilo que é relatado dos campos de batalha, o que pode consequentemente captar a

---

[168]Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.

atenção do leitor. Mais uma vez, observa-se a presença de termos da linguagem militar (o nome original dos tanques utilizados, divisões, *Scud*, “fogo amigo”, entre outros), o que colabora também na constituição da verossimilhança nas descrições.

Apesar do locutor-jornalista citar o número de soldados aliados mortos, é enfatizado também que eles não morreram pelas mãos do inimigo, mas sim acidentalmente pelas suas próprias tropas (ou seja, pelo “fogo amigo”). Dessa forma, isso pode revelar a intenção de amenizar um possível efeito relacionado à perda do exército aliado. Além disso, essa informação confere dramaticidade ao fato, voltado para os sentimentos e valores do leitor – mais precisamente, pode provocar um efeito que remete ao imaginário de soldados que deram sua vida para lutar contra o “mal”. Esse “mal”, aliás, é ainda enfatizado nesse mesmo texto, quando são relatados ditos que ressaltam as atrocidades cometidas pelos iraquianos contra o Kuwait e o valor financeiro necessário para reconstruir o país.

> Kuaitianos ignoraram as advertências de minas e saíram às ruas para comemorar a liberação do país. **Muitos denunciaram as atrocidades cometidas pelos soldados iraquianos nos últimos dias. “Nos matavam sem razão alguma”, disse Maadi al Kallaf, membro da resistência kuaitiana. “Vi muitas, muitas execuções”, completou.O embaixador do emirado em Londres calculou que serão necessários US$ 50 bilhões e dez anos para reconstruir o país** (...). **Bagdá voltou a ser atingida ontem. A capital iraquiana já tem casos de cólera e tifo** (FOLHA, 1991; grifos da autora) [169].

Além dos relatos sobre o Kuwait, o texto cita brevemente os novos bombardeios na capital iraquiana, Bagdá, e os casos de cólera e tifo como uma consequência da guerra. Assim, essas informações contribuem para produzir um efeito de dramatização sobre o acontecimento relatado até então, podendo transmitir um efeito patêmico voltado ao horror da guerra.

A partir da observação das narrativas da *Folha de S.Paulo* sobre as ofensivas bélicas da Guerra Golfo, foi possível verificar a presença de uma dimensão patêmica por meio de determinados termos utilizados especialmente para uma descrição detalhada dos componentes que compõem a reconstituição dos acontecimentos. Esses termos, por sua vez, não consistem apenas em adjetivos, advérbios ou outros elementos lexicais (os quais evidenciam mais diretamente a subjetividade do locutor-jornalista), mas também a seleção e ênfase em determinadas informações (como o número de baixas, de soldados e equipamentos bélicos, etc) que também podem despertar os sentimentos do público-leitor e conferir veracidade ao fato relatado.

---

[169]Publicado na *Folha de S.Paulo*, na edição do dia 28 de fevereiro de 1991, quinta-feira; Ano 71; Nº 22.611.

As descrições presentes nas narrativas da *Folha de S.Paulo* são constituídas essencialmente pelas categorias do modo descritivo conforme alega Charaudeau (2008), que consistem na identificação, qualificação e localização (espacial e temporal) dos seres, singularizando-os por um processo de referenciação. Além disso, foi possível também observar a presença de termos provenientes da linguagem militar, mas que eram especificados pelo locutor-jornalista para facilitar o entendimento de seu público-leitor.

Assim, a partir dessas descrições precisas sobre as ofensivas bélicas, foi possível verificar uma dimensão patêmica, a qual pode provocar certos efeitos de sentidos, que consistem em: 1) um efeito de verdade, de verossímil, uma vez que as descrições altamente detalhadas podem servir como uma autenticação dos fatos relatados, podendo fazer com que o público-leitor acredite que tais fatos realmente aconteceram; 2) um efeito de proximidade, já que os detalhes descritos podem fazer com que o público-leitor "visualize", "ouça" e "sinta" os acontecimentos relatados, especialmente quando há a presença de termos que despertem seus sentimentos; 3) constituir uma imagem de um exército mais "forte e superior", que luta pela reparação do "bem contra o mal" — isto é, direcionar o olhar do leitor para a atuação da coalizão ocidental no Golfo Pérsico, especialmente os Estados Unidos.

É importante mencionar que esses efeitos não são isolados, pois eles podem sustentar e reforçar um ao outro. Além disso, os efeitos provocados por essa dimensão patêmica nas narrativas da *Folha de S.Paulo* podem ser considerados como estratégias de captação e de pregnância pelo locutor-jornalista para atrair a atenção de seu público-leitor para a Guerra do Golfo, tornando-os de certa forma "mais próximos" dos campos de batalha. Assim, uma vez explicadas as emoções nas narrativas sobre os conflitos na *Folha de S.Paulo*, vale observar como este processo também ocorreu na cobertura midiática do jornal *O Globo.*

5.3.2. As ofensivas em *O Globo*

Já no primeiro texto informativo referente ao início das hostilidades no Golfo Pérsico, publicado pelo *O Globo* no dia 3 de agosto de 1990, observe-se também uma narrativa constituída por descrições que permitem que o público-leitor "veja", "ouça" e "sinta" a ocorrência reportada. Um exemplo dessa ideia pode ser visto no excerto a seguir, pertencente ao texto "Iraque derruba o Governo do Kuwait".

> No entanto, **explosões e rajadas de metralhadora se ouviam na Cidade do Kuwait**, onde as reduzidas forças kuwaitianas tentavam resistir a efetivos inimigos cerca de dez vezes superiores. **Ao cair da noite,** as tropas invasoras pareciam ter garantido o controle completo da capital. O centro da cidade foi fechado ao tráfego, tanques foram postados nas vias de acesso ao Palácio do Emir (Palácio Dasman), ao aeroporto internacional e ao Banco Central (...). Pelo menos 50 tanques cercavam ontem o Palácio e a vizinha Embaixada americana. Os combates se concentravam a sete quilômetros a oeste da capital, em Khiwane, onde se situa o complexo do Ministério da Defesa e do Exército. Havia bolsões de resistência também ao norte, na base militar de Shuwaiki, a maior do país. **Mas a luta foi diminuindo de intensidade ao longo do dia de ontem**, apesar de tiroteios nos subúrbios da capital, e de transmissões de rádio feitas ao que se acredita do deserto, exortando os kuwaitianos a obrigarem os soldados do Iraque "a provarem o cálice da Morte" (O GLOBO, 1990; grifos da autora)[170].

O jornalista cita precisamente o local (demarcações espaciais) e o momento (demarcações temporais) em que as ofensivas aconteceram, descrevendo até mesmo o som que se podia ouvir na capital kuwaitiana (explosões e rajadas de metralhadora). Essa narrativa rica em detalhes pode fazer com que o leitor tenha o sentimento de que esteja presenciando aquilo que lhe é narrado, o que se remete a um efeito de proximidade e também de verdade. Essa ideia pode também ser analisada em outras narrativas do *corpus* desta pesquisa, como a intitulada "Avanço surpreende até os aliados", publicada no dia 25 de fevereiro de 1991.

> **O avanço das tropas aliadas sobre o Kuwait e o Iraque, iniciado sob chuva às 4h de ontem (22h de sábado em Brasília), foi arrasador**, surpreendendo até mesmo as expectativas de seus comandantes. **Diante de uma frágil resistência**, elas precisaram de **apenas** 12 horas para alcançar todos os objetivos programados para o primeiro dia (...). Ás 16h, diante do sucesso da investida inicial, o Comando Central enviou uma nova ordem às linhas de frente: os soldados deveriam ir adiante na maior velocidade possível (...). Ás 23h, os aliados já tinham penetrado 80 quilômetros no Iraque e continuavam avançando em direção ao Norte. Fontes militares informaram que havia cerca de 300 helicópteros dos aliados em ação sobre o Kuwait e o Iraque (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[171].

Mais uma vez, é possível observar uma narrativa em que as demarcações temporais são especificadas e que organizam as ações relatadas. Além dessas descrições objetivas (por exemplo, em "iniciado sob chuva" e "havia cerca de 300 helicópteros"), há ainda as descrições em que se pode verificar mais nitidamente a subjetividade do locutor-jornalista — isto é, sua "visão" acerca do acontecimento que vivencia —, especialmente pelas qualificações por meio de adjetivos e advérbios, como, por exemplo, "arrasador", "frágil resistência" e "precisaram de **apenas** 12 horas".

---

[170]Publicado em *O Globo*, na edição do dia 3 de agosto de 1990, sexta-feira; Ano LXVI; Nº. 20.708.
[171] Publicado em *O Globo*; Rio de Janeiro, quinta-feira, 17 de janeiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.875.

Conforme analisado nas narrativas da *Folha de S.Paulo*, vale lembrar que não são apenas os adjetivos que contribuem para a dramatização do acontecimento, mas também determinadas informações, como o número de mortos, de prisioneiros, de soldados que lutaram nos *fronts*, a quantidade de equipamento bélico utilizado, entre outros. A seleção e a ênfase dessas informações, aliás, pode também enquadrar uma determinada imagem para os personagens da narrativa. Essa ideia pode também ser analisada nos textos publicados pelo *O Globo* a respeito das ofensivas bélicas. No último excerto, citado aqui, pode-se analisar a intenção de se construir uma imagem forte e superior às tropas ocidentais, enquanto o exército iraquiano é enquadrado como recuado e derrotado. Outro exemplo pode ser visto na matéria "Aliados estão a 160 km de Bagdá", publicada em 28 de fevereiro de 1991, no dia em que foi anunciado o fim da Guerra do Golfo.

> No momento em que o Presidente dos Estados Unidos, George Bush, declarou o fim das hostilidades, **as tropas aliadas estavam a apenas 160 quilômetros – a distância do Rio a Cabo Frio – de Bagdá, na maior aproximação das forças da coalizão da Capital do Iraque**. Os pará-quedistas americanos da 101ª Divisão Aerotransportadora haviam desembarcado num campo de pouso a 160 km de Bagdá. Em outro ataque de para-quedistas – franceses e americanos -, uma base aérea perto da cidade de Nassiriya também havia sido dominada**. Os ataques fizeram parte do movimento aliado que aniquilou a Guarda Republicana. E a destruição começara algumas horas antes**, tropas de elite de Tanques M1 Abrams, helicópteros Apache e aviões A-10 Thunderbolt**haviam conseguido destruir a maior parte de uma das três divisões mecanizadas da Guarda, enquanto outra tentava fugir para o Norte do Iraque, em imensos caminhões que carregavam os T-72** (...). O principal combate dos 500 blindados americanos e ingleses – Da Primeira Divisão Britânica, que inclui os Ratos do Deserto – foi com a Divisão Tawakkalma. As lutas com esta força começaram com pequenas escaramuças há dois dias. **Na madrugada de ontem, aviões A-10 Thunderbolt já tinham destruído 35 tanques, preparando o terreno para a investida dos Abrams**(O GLOBO, 1991; grifos da autora)[172].

O texto narra as operações militares da coalizão ocidental dentro do território iraquiano. No início, já é possível identificar um enquadramento que gera um efeito de sentido voltado à competência e ao sucesso das tropas ocidentais na conquista do território inimigo, especialmente quando o locutor-jornalista enfatiza: "as tropas aliadas estavam a **apenas** 160 quilômetros (...) de Bagdá, **na maior aproximação** das forças da coalizão da Capital do Iraque". Os termos "aniquilou" e "destruição" contribuem para imprimir mais dramaticidade ao fato relatado, os quais se remetem às ações executadas pela coalizão, o que colabora também na constituição de um imagem forte e superior do exército ocidental, sobretudo o americano. Em contrapartida, pode-se enquadrar o exército de Hussein como

[172] Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 28 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.917.

derrotado, principalmente quando o locutor-jornalista cita que uma parte da Guarda Iraquiana tentava fugir, e também pelo número de destruições provocadas pelos aliados.

Já em relação à descrição presente na narrativa, vale notar a precisa identificação, qualificação e principalmente a localização (espacial e temporal) dos agentes, o que colabora na reconstituição do acontecimento que será transmitido e que poderá provocar um efeito de verdade. Aliás, pode-se também considerar um efeito de proximidade, pois, conforme já explicado anteriormente, ao "visualizar", "ouvir" e "sentir" as ações que lhes são narradas, é possível que o público-leitor se sinta "mais próximo" do acontecimento, o que também se associa a um efeito de verdade.

Ainda em relação ao último trecho aqui citado, uma passagem que vale ser melhor analisada é: "(...) as tropas aliadas estavam a apenas 160 quilômetros – a distância do Rio a Cabo Frio – de Bagdá (...)". Como já explicado anteriormente nesta pesquisa, a fim de mostrar ao público-leitor o quão perto estavam as tropas aliados de Bagdá, o locutor-jornalista utilizou uma informação supostamente pertencente ao "saber comum" de seu público-leitor (já que a sede do jornal *O Globo* se localiza no Rio de Janeiro). Dessa forma, o público-leitor teria uma dimensão especial da distância entre a localização dos aliados e a capital iraquiana. Além de facilitar o entendimento do leitor, isso pode ser considerado como uma estratégia de captação — isto é, um recurso em meio às descrições da narrativa para aproximar o público-leitor do acontecimento relatado.

Outra narrativa do *corpus* que pode também servir de exemplo para ilustrar essa ideia de proximidade entre acontecimento relatado e recepção por meio das descrições é a intitulada "'Missouri' dá senha para ataque" (também já apresentada como exemplo nesta pesquisa). Conforme pode ser visto no trecho a seguir, o enviado especial José Meirelles Passos narra o andamento de um ataque das Forças Aliadas no território iraquiano, em que é possível visualizar o cenário e as ações por meio de suas descrições.

> **Caía uma fina chuva e ventava muito quando chegou a ordem para o avanço. O céu estava coberto por uma espessa fumaça negra que brotava dos poços de petróleo incendiados pelos iraquianos.** Além de contar com os veículos blindados, bombas atiradas por aviões e artilharias, as forças terrestres tinham o terreno à sua frente sacudido por projéteis de 900 quilos disparados do Golfo Pérsico pelos encouraçados "Missouri" e "Wisconsin". Os fuzileiros navais começaram a caminhar. Os que iam na frente arrastavam no chão uma vara de plástico de oito metros. Com ela, eles podiam detectar as minas que não tivessem sido descobertas pelos companheiros que, dois dias antes, haviam aberto cerca de cem corredores com muros de areia, com dois metros de altura, levantados pelos iraquianos ao longo da fronteira saudita tanto com o Iraque quanto com o Kuwait. **Os marines pareciam seres extraterrestres, por causa de suas máscaras e trajes especiais contra armas químicas.** Eles tinham uma missão específica: ir o mais longe possível, sem se deter para ataque aos iraquianos nas trincheiras, para chegar logo às peças de

> artilharia inimigas, que incluíam centenas de morteiros sul-africanos B-5, com capacidade para lançar projéteis a até 40 quilômetros de distância. Enquanto dois pelotões especialmente treinados da 1ª Divisão de Fuzileiros, apelidados de Força-Tarefa Grissly e Força-Tarefa Taro, avançavam, paraquedistas da 82ª Divisão Aerotransportada do Exército saltavam atrás das trincheiras e cuidavam de seus ocupantes. Os flancos eram protegidos por unidades mecanizadas, com tanques M-60 e carros de combate Bradley. Helicópteros Apache e Cobra cuidavam dos tanques iraquianos e da explosão dos bunkers. Estava escuro, mas os americanos conseguiam enxergar com seus óculos de lentes especiais para noite. Houve um golpe de sorte: uma mudança de ventos, que dispersou boa parte da fumaça negra, permitindo aos caças americanos, britânicos, sauditas, canadenses, italianos e dos Emirados descobrirem cerca de cem peças de artilharia (O GLOBO, 1991; grifos da autora)[173].

Como já analisado, jornalista inicia a narrativa sobre o avanço das tropas aliadas com uma descrição do cenário, como em "caía uma fina chuva e ventava muito (...)" e "O céu estava cobertura por uma espessa fumaça negra (...)". Posteriormente, o modo narrativo começa assim que o locutor-jornalista inicia o desencadeamento das ações, a partir do trecho "Os fuzileiros navais começaram a caminhar. Os que iam na frente arrastavam no chão uma vara de plástico de oito metros (...)". Desse modo, é possível transmitir ao público-leitor um efeito de sentido que lhe proporcione a sensação de acompanhar as ações narradas (como se estivesse ali presente), o que é reforçado também pelas descrições.

As descrições estão presentes ao longo de toda narrativa, sendo elas objetivas ou subjetivas. A descrição objetiva (ou que tenta mostrar um caráter objetivo) apresenta o cenário e os seres narrados de uma forma mais concreta, buscando uma maior proximidade com a realidade — isto é, tenta alcançar o ideal de verossímil a fim de provocar um "fazer crer ser verdadeiro" (um efeito de verdade). No trecho acima, esse tipo de descrição pode ser exemplificado por meio da caracterização do ambiente em que ocorreu o ataque e quando são citados os equipamentos bélicos utilizados e as distâncias geográficas. Já a descrição subjetiva é feita a partir das impressões e sensações pessoais do locutor-jornalista sobre aquilo que presencia e relata — um exemplo interessante dessa ideia pode ser visto no trecho: "os marines pareciam seres extraterrestres, por causa de suas máscaras e trajes especiais contra armas químicas". Nesse caso, o jornalista faz uma comparação em que é possível perceber sua opinião/impressão sobre o uniforme dos oficiais. Aliás, essa comparação serve para que o público-leitor tenha uma noção para visualizar a acompanhar aquilo que lhe é reportado — o que mais uma vez pode ser relacionado a um efeito de verdade.

Assim como foi analisado nas narrativas publicadas pela *Folha de S.Paulo*, pode-se observar também uma dimensão argumentativa subjacente às descrições presentes nos textos

---

[173]Publicado no jornal *O Globo;* Rio de Janeiro, segunda-feira, 25 de fevereiro de 1991; Ano LXVI; Nº. 20.914.

de *O Globo* sobre as ofensivas armadas na Guerra do Golfo. Essa dimensão argumentativa consiste em provocar um efeito de verdade e de proximidade entre o acontecimento relatado e o público-leitor, sendo que tais efeitos também se apoiam em uma dimensão patêmica presente nessas narrativas, uma vez que puderam ser analisados determinados termos axiológicos e informações que imprimem dramaticidade ao fato relatado, o que consequentemente pode atrair a atenção do público-leitor por meio do despertar de suas emoções e valores.

Considerando-as então como um componente das narrativas impressas sobre as ofensivas da Guerra do Golfo, as descrições podem provocar então um efeito que faça o público-leitor "visualizar", "ouvir" e "sentir" as batalhas, fazendo com que o aconteceu nos *fronts* no Golfo Pérsico se tornasse mais próximo dos leitores brasileiros. Assim, verifica-se então uma dimensão espacial por meio das descrições, além do efeito de verdade que pode também ser provocado, especialmente pelos detalhes precisos, o que pode ser considerado uma estratégia de captação e de pregnância para o acontecimento da Guerra do Golfo noticiado pelos jornais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar as características discursivas do jornalismo de guerra, mais especificamente da cobertura midiática da Guerra do Golfo pelos jornais brasileiros *A Folha de S.Paulo* e *O Globo*, atentando-se às estratégias discursivas utilizadas pelos impressos a fim de captar a sua audiência de modo a torná-la "próxima" do conflito que lhe era relatado. Para responder a questão que moveu este estudo, procurou-se observar as descrições e os enquadramentos em torno das temáticas e dos agentes envolvidos na guerra, utilizando a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau como principal aparato teórico-metodológico, em diálogo com os Estudos da Dimensão Argumentativa de Ruth Amossy, e com as noções de Enquadramento, provenientes do campo dos Estudos da Comunicação. Em outras palavras, foi proposto então um diálogo entre os Estudos Comunicacionais e da própria Análise do Discurso.

A primeira parte da análise consistiu em identificar e analisar os componentes das narrativas sobre a Guerra do Golfo na *Folha de S.Paulo* e em *O Globo*. Tais elementos constituintes tratam-se das marcas temporais e espaciais, dos personagens das narrativas sobre a guerra, e de uma significativa presença de acontecimentos passados e informações didáticas em meio aos textos de caráter factual.

Sendo assim, o primeiro componente identificado se refere à categoria do "localizar-situar" do modo descritivo — ou seja, os índices temporais e espaciais (advérbios e locuções adverbiais temporais) que ajudam a organizar e a orientar as ações da narrativa. Mas além dessa função, as demarcações temporais puderam também transmitir um efeito de verdade — o que se refere à visada de "fazer saber" e "fazer crer" ser verdadeiro —, já que as descrições detalhadas podem proporcionar ao leitor uma "visualização" daquilo que lhe é narrado (o que condiz com os critérios de autenticidade e verossimilhança com o real) . Além disso, foi possível também analisar que esses mesmos índices temporais puderam organizar a experiência do público-leitor com o acontecimento da guerra, já que os impressos enfatizaram determinadas datas, por exemplo, que eram mais relevantes no andamento do conflito. Ao analisar também esses elementos a partir das noções de Dimensão Argumentativa, pode-se dizer que, ao empregá-los, os enunciadores podem ter tido a intenção de captar a atenção do público-leitor para a guerra por meio da ênfase ao "localizar-situar" dos fatos relatados e de

seu caráter factual, criando assim um efeito de proximidade entre audiência e o acontecimento no Golfo Pérsico.

A partir das modalizações empregadas para relatar os ditos e das designações atribuídas aos seus enunciadores, foi possível identificar alguns "personagens" da narrativa da Guerra do Golfo, constituídos ao longo da cobertura midiática da *Folha de S.Paulo* e *O Globo.* Tais personagens são representados a partir da constituição da imagem de: um vilão que invadiu uma nação pacífica, que violava os direitos humanos e que causava uma instabilidade econômica mundial (O Iraque de Saddam Hussein); uma vítima indefesa que sofria os horrores da invasão pelo país vizinho (o Kuwait); uma salvação, de um herói capaz de libertar a nação indefesa da tirania iraquiana e resgatar a estabilidade mundial (Os Estado Unidos de George Bush).

Durante a análise da cobertura midiática de ambos os impressos, foi possível observar uma forte ênfase numa "imagem diabólica" de Saddam Hussein. Mas apesar de ter sido representado como agressivo e superior militarmente no início da coberta midiática, ele e seu exército são enquadrados como inferiores diante do poderio ocidental nos momentos finais da guerra, passando então a ser visto como "derrotado" e "fraco". É interessante observar também que a ênfase na imagem da vítima (o Kuwait ocupado) pode ser considerada um argumento para justificar a intervenção de outras nações (especialmente dos Estados Unidos) no conflito na região e, logo, serem enquadrados como os "salvadores" da guerra. No entanto, os reais interesses políticos e econômicos de George Bush na região foram excluídos das narrativas. Aliás, a justificativa para a intervenção no conflito do Golfo Pérsico foi enquadrada a partir do argumento de que Saddam Hussein desrespeitava os direitos humanos ao invadir o Kuwait (além da suspeita de um arsenal nuclear e de armas químicas no Iraque) e que prejudicava toda a economia mundial devido à alta do petróleo.

Já em relação à presença de acontecimentos passados nas narrativas, foi observado, primeiramente, uma narrativa que apresenta um tom didático a fim de criar uma contextualização e promover uma explicação acerca das origens e causas do conflito para o seu público-leitor — o que pode ser considerado como uma estratégia de captação, como também poderia orientar as experiências do leitor sobre os fatos relatados. Mas seguindo a perspectiva da dimensão argumentativa, essas passagens podem ter sido utilizadas também como estratégias para reforçar "implicitamente" a imagem agressiva do exército iraquiano, assim como para exaltar as estratégias militares da coalizão ocidental, produzindo, então, diferentes efeitos de sentido.

Em relação ao Brasil, o acontecimento da Guerra do Golfo foi constituído a partir de certas temáticas predominantes — denominadas, aqui, de "macro temas" —, que apresentavam um viés econômico, político/diplomático e uma certa "participação" do Brasil em meios às ofensivas bélicas. No entanto, essas temáticas tiveram enquadramentos distintos em cada jornal analisado: enquanto a *Folha de S.Paulo* tentou isentar certa participação do Brasil na ofensiva iraquiana contra o Kuwait (devido à suposta presença de equipamentos bélicos brasileiros no exército iraquiano), *O Globo* não descartou essa possibilidade. Além disso, *O Globo* optou por enfatizar a questão dos trabalhadores brasileiros detidos no Iraque, enquanto *A Folha de S.Paulo* se ocupou com a possível escassez de petróleo no país devido à tensão no Golfo Pérsico. Em ambos os casos, foi observada uma significativa dramatização dos fatos relatados. Assim sendo, essas temáticas podem ser consideradas como uma estratégia de captação e de pregnância — isto é, uma estratégia para atrair a atenção do leitor brasileiro, a ponto de torná-lo "próximo" das ocorrências da guerra. Então, mesmo que o local do conflito estivesse geograficamente distante, os enunciadores buscavam tornar o acontecimento mais próximo especialmente por meio dos temas analisados e pelo uso da dramatização para relatar os fatos que pudessem impactar de certa forma o Brasil.

As emoções são um dos componentes principais das narrativas de guerra. O efeito patêmico não é apenas produzido pela temática da guerra em si, mas pelas descrições detalhadas e por determinados ditos relatados, que podem ser capazes de reforçar ainda mais este despertar de valores e sentimentos do público-leitor. No caso das descrições, que foi outro componente predominante nas narrativas sobre a guerra, seus detalhes precisos sobre os cenários e ações dos campos de batalha podem produzir um efeito de verdade, como também um efeito de proximidade devido à "sensação de visualização" causada pelos detalhes descritos — como se o leitor estivesse "inserido" no acontecimento enquanto lhe é relatado. Esse efeito de proximidade pode também ser relacionado às emoções que são produzidas pelos detalhes — quando é citado, por exemplo, o número de mortos, de vítimas, os armamentos bélicos, o poder de destruição, etc. Desse modo, é possível considerar esse efeito patêmico, produzido pelas descrições, como também uma estratégia de captar a atenção do leitor e "aproximá-lo" da guerra.

Outro fato que chamou atenção foi a parcialidade na seleção das fontes dos discursos relatados identificados nesta pesquisa. Conforme foi possível observar, a maioria das fontes eram provenientes de países ocidentais, sendo que alguns participavam da guerra como opositores ao Iraque (como é o caso dos militares, especialistas, líderes de governo, etc). O lado iraquiano — ou "o lado inimigo" — foi pouco ouvido, mas também tratado de uma

forma distinta: os enunciadores (jornalistas), em seus textos, enfatizavam apenas os ditos relatados de Saddam Hussein que eram passíveis de produzir uma imagem de agressividade relacionada ao líder iraquiano. Além disso, em ambos os impressos analisados, a política agressiva de Hussein no Oriente Médio impactava todo o mundo, o que incluía o Brasil: a alta do preço do petróleo e uma eventual escassez do óleo no mercado interno foi atribuída à invasão do Kuwait. Além desse enquadramento poder aproximar a realidade brasileira da guerra, é possível também que o público-leitor brasileiro possa ter encarado o Iraque como o "vilão". Aliás, essa ideia pode ter sido reforçada ainda a partir do momento em que *O Globo* referiu-se aos trabalhadores brasileiros detidos como "reféns" do Iraque.

No entanto, ainda a respeito da escassez de fontes provenientes do lado iraquiano, esse fato pode ter também alguma relação com a atuação dos correspondentes da imprensa no campo de batalha: se os repórteres estiveram realmente "integrados" às tropas ocidentais — ou seja, os chamados *"embedded"* — as vozes iraquianas seriam dificilmente ouvidas. Nesse caso, considera-se uma restrição no âmbito situacional, o que teve uma significativa influência na constituição do Contrato de Comunicação da cobertura midiática da guerra.

Em contrapartida, os fatos relatados a respeito da coalizão ocidental no Iraque e no Kuwait ocupado receberam um enquadramento diferenciado: isto é, por mais que as tropas ocidentais tivessem causado destruição, suas ações foram "amenizadas" nas narrativas de ambos os jornais (muitas vezes caracterizadas como "ataques cirúrgicos"). Foi possível observar tal fato por meio dos índices lexicais, verbos de valor axiológico e adjetivações, que foram contrastantes se comparados com os fatos relatados referentes ao exército iraquiano. Além disso, essa representação "suavizada" do Ocidente se deve também à necessidade de "reparar o mal causado por Saddam Hussein", o que esteve presente na narrativa da cobertura impressa da Guerra do Golfo. Em relação ao Brasil, enquanto Saddam Hussein era representado como "inimigo" devido também aos reféns brasileiros detidos no Iraque, foi possível observar um certo posicionamento a favor das ações americanas no Golfo Pérsico — esse fato tem como exemplo o texto que relata que George Bush teria se comunicado diretamente com o presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, para anunciar o fim da Guerra do Golfo, antes mesmo de seu pronunciamento oficial.

Segundo Charaudeau (2010), a situação de comunicação pode ser definida como um conjunto de condições situacionais não enunciadas que determinam em parte o sentido de um ato de linguagem. Além disso, "a situação de comunicação constitui um lugar de restrições à produção e à interpretação de enunciados, proporcionando aos sujeitos produtor e interpretante instruções de construção/interpretação do sentido" (CHARAUDEAU, 2010). A

partir dessas definições, pode-se dizer que a situação comunicativa se refere a um processo que envolve o contexto imediato do discurso e a forma como ele está sendo empregado. A partir então dessa ideia, é importante lembrar a respeito do contexto histórico-político do Brasil em relação à época da Guerra do Golfo. Apesar do Iraque e o Brasil terem sido aliados comerciais no passado, Freire (2009, p. 68) alega que “o Brasil não mais apoiaria o regime de Hussein em detrimento de sua imagem no exterior, tão importante para a construção de sua credibilidade internacional, uma vez que emergia como uma Nova República Democrática”. Além disso, o supracitado autor ainda defende que

> substituir a dependência brasileira pelo petróleo iraquiano e por outros bens e serviços transacionados entre ambos poderia facilmente ter sido alcançado no médio prazo. Todavia, substituir a dependência brasileira por investimentos, comércio e acordos governamentais norte-americanos e europeus parece algo impensável até para os padrões atuais (FREIRE, 2009, p. 72).

Sendo assim, é possível cogitar numa relação entre a representação (os enquadramentos) dos Estados Unidos na cobertura impressa brasileira (o posicionamento a favor das tropas ocidentais) e o contexto das relações geopolíticas entre os países. Em outras palavras, pode ter havido certa influência de uma situação de comunicação — o contexto geopolítico — na constituição e na produção de sentido das narrativas impressas sobre a Guerra do Golfo, especialmente em relação aos enquadramentos constituídos em torno dos "personagens da guerra". Porém, são necessárias ainda investigações com um viés mais aprofundado para alegar que, de fato, o contexto geopolítico referente às relações entre Brasil, Estados Unidos e Iraque impactaram nos discursos das narrativas jornalísticas sobre a Guerra do Golfo.

Os autores Mercier (2005), Dimitrova & Strömbäck e Vincent (2000) concordam que, em tempos de conflito, os meios de comunicação servem como "ferramentas de guerra". Sendo assim, as mídias criam determinadas estratégias a fim de convencer a opinião pública a aderir à participação de seu país em conflitos armados — e uma dessas estratégias se refere à "demonização do inimigo", que foi algo identificado e analisado na cobertura midiática dos impressos sobre a Guerra do Golfo.

As narrativas da cobertura midiática da Guerra do Golfo pela *Folha de S.Paulo* e *O Globo* foram constituídas a partir daquilo que Charaudeau (2012) chama de "roteiro dramatizante" — isto é, os enunciadores mostraram uma desordem social com suas vítimas e seus perseguidores (a invasão do Kuwait e suas consequências pelo mundo); apelaram para a reparação do mal, interpelando os responsáveis por este mundo (O Iraque de Saddam Hussein

como o mal); anunciou a intervenção de um salvador, herói singular ou coletivo (a coalizão ocidental, sobretudo os Estados Unidos).

A cobertura impressa da *Folha de S.Paulo* e *O Globo* sobre a Guerra do Golfo consistiu em uma narrativa do bem contra o mal, o que sinaliza a produção de uma estratégia que visou captar a atenção do público-leitor brasileiro. No fim dessa narrativa, os enunciadores buscaram evidenciar que o "mal" foi vencido pelo "bem", o qual lutara para restaurar a ordem geopolítica e econômica mundiais. Aliás, foi devido à questão do petróleo e dos reféns brasileiros que Guerra do Golfo passou a ser próxima do Brasil e, possivelmente, de vários outros países. Talvez esse fato ajude a explicar, mesmo que superficialmente, o porquê de muitos conflitos armados — como aqueles que ocorrem no interior do continente africano — não recebam a mesma visibilidade que a Guerra do Golfo. Diante esse questionamento, é válido refletir que, em tempos de guerra, não existem um "bem" e um "mal", mas sim interesses.

REFERÊNCIAS

ALLAN, Stuart; ZELIZER, Barbie. **Reporting war: Journalism in wartime**. Abigdon: Routledge, 2004.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.

_____. Introduction: la dimension argumentative du discours — enjeux théoriques et pratiques. In: **Argumentation et Analyse du Discours** [Online], 20 | 2018, Online since 15 April 2018. Disponível em http://journals.openedition.org/aad/2560. Acesso em 20 de julho de 2018.

_____. **L´argumentation dans le discours**. Paris: Nathan, 2000.

_____. Nouvelle rhétorique et linguistique du discours. In: KOREN, R.; AMOSSY, R. (Orgs.) **Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?** Paris: L"Harmattan, 2002. p. 153-171.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva**. 2.ed. São Paulo: Benvirá, 2018.

ARBEX JÚNIOR, José**. Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. Vol. 1, 4a.ed., São Paulo: Ática, 1990.

BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio Humberto; CÂMARA, Marco Túlio (Orgs.). **Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

BRANT, Celso. **A guerra do Golfo Pérsico e o futuro do petróleo no mundo**. Editora da Mobilização Nacional, 1992.

CARVALHO, Élvio da Silva. **Jornalismo de Guerra: O caso da Imprensa Portuguesa.** 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) — Instituto Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã. 2013.

CARDOSO, Pedro.Jornalismo de guerra. In: **Fórum Media**. Disponível em http://www.ipv.pt/forumedia/4/13.htm. Acesso em 19 de setembro de 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L (Org.). **As emoções no discurso**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2010. v. 2. p. 23-56.

_____. A televisão e o 11 de Setembro : alguns efeitos do imaginário. In: **LOGOS 24: cinema, imagens e imaginário**, Ano 13, 1º semestre, 2006. Disponível em http://www.patrick-charaudeau.com/A-televisao-e-o-11-de-Setembro.html. Acesso em 22 de agosto de 2018.

_____. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008b.

_____. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. In: **Revista Diadorim/Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Vol. 10, Dez., 2011. Disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3932. Acesso em 18 de fevereiro de 2018.

_____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

_____. Langage et Discours. Paris: Haclutte, 1983.

_____. Linguagem e discurso: modos de organização. Trad.: PAULIUKONIS, M.A.L. & MACHADO I. L. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

_____. Pathos et discours politique. In: RINN, M. (Org.). **Émotions et discours – L'usage des passions dans la langue.** Rennes/França: Presses Universitaires de Rennes, 2008.

_____.Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.) **Da Língua ao Discurso: Reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R (Orgs). **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE UFMG, 2004.

_____ ; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHOMSKY, Noam. **O que o Tio Sam realmente quer?** Trad. Sistílio Testa e Mariúchka Santarrita. Brasília: UNB, 1996.

CORRÊA, Vitor de Abreu. **Os diários de Taunay e Euclides da Cunha: um estudo sobre o início da correspondência de guerra no Brasil**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CORRÊA-ROSADO, Leonardo Coelho. Teoria Semiolinguística: alguns pressupostos. **Revista Memento**. v. 5, n 2, 2014. p. 1-18.

DAVID-SILVA, Giani. A análise semiolingística do discurso de informação televisivo**.** In: **Kaleidoscópio** (Coronel Fabriciano) , v. 1, 2009. p. 1-12.

DÁVILA, Sérgio. **Diário de Bagdá: a guerra do Iraque segundo os bombardeados**. São Paulo: Dorea Books, 2003.

DIMITROVA, Daniela V.; STRÖMBÄCK, Jesper. Foreign policy and the framing of the 2003 Iraq War in elite Swedishand US newspapers. In: **Media, War &Conflict**. 2008, p. 203-217.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: Emediato, W. (Org). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: NAD, 2013. p. 69-103.

_____. L'argumentation dans le discours d'information médiatique. In: **Argumentation et Analyse du Discours** [Enligne], 7 | 2011, mis enlignele 15 octobre 2011. Disponível em http://journals.openedition.org/aad/1209. Acesso em 31 de março de 2018.

ENTMAN, Robert Mathew Framing: toward clarification of a fractured paradigma. **Journal of Communication**, New York, v.43, n.4, 1993. p. 51-58.

FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque**. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200009. Acesso em 30 de dezembro de 2017.

FARO, Miguel Coldron de Tovar. **A Guerra do Golfo de 1991.** Disponível em http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/6982. Acesso em 30 de maio de 2017.

FERREIRA, Jorge Carlos Feliz. **Narrar a Guerra - produção de sentido no Fotojornalismo**. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FERNANDES, Adélia Barroso. Estratégias Discursivas do Pathos na Folha de São Paulo: a emoção como argumento no jornalismo. **Rumores** (USP) , v. 1, p. 108-122, 2012.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 4 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. In: **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 24, 2012. p. 10-21. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406. Acesso em 06 de dezembro de 2017.

FREIRE, André de Aguiar. **O Governo Collor de Mello e a Crise no Golfo Pérsico**. In: Cadernos de Relações Internacionais, v.2, n. 1, 2009.

FRENEDA, Jorge Luiz ; SILVESTRE, N. . A patemização no discurso: As emoções no relato do fotojornalista Mahmoud Rislan e as imagens do menino Omran Daqneesh na ambulância

que rodou todo o mundo veiculada pelos portais R7 e G1 de notícias. **Revista FASP**, Centro Novo, Carlos Gomes, 2017.

FURLAN, Rodrigo. **Dez veículos militares projetados e construídos no Brasil**. Portal Abril, Quatro Rodas. Disponível em http://quatrorodas.abril.com.br/noticias/dez-veiculos-militares-projetados-e-construidos-no-brasil/. Acesso em 30 de dezembro de 2016.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news. In: **Journal of Internacional Peace Research**, n.1, 1965.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the new left**. Berkeley: University of California, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. Nova York: Harper & Row, 1974.

GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. **The Generals' War: The Inside Story of the Conflict in the Gulf**. Boston: Ed. Back Bay Books, 1995.

GOYZUETA, Verónica; OGIER, Thierry (Org.). **Guerra e Imprensa: um olhar crítico da cobertura da Guerra do Iraque**. São Paulo: Summus, 2013.

HELLER, R. J; MONTEIRO, T. A. A. O Papel da Imprensa em Conflitos Armados: O Caso da Guerra Civil na Síria. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação**, 2015, Rio de Janeiro. Anais Intercom 2015, p. 1-15. Disponível em https://docplayer.com.br/7595501-O-papel-da-imprensa-em-conflitos-armados-o-caso-da-guerra-civil-na-siria-1.html. Acesso em 28 de setembro de 2018.

HIRST, M; PINHEIRO, L. A Política Externa Brasileira em Dois Tempos.**Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 38, No.1, 1995, p. 5-23.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOHLFELDT, Antonio Carlos. O repórter Euclides da Cunha em Canudos. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, Ano VI, nº 2, 2009. p. 131-147. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n2p131. Acesso em 16 de fevereiro de 2018.

LEÃO, Rogério do Espírito Santo. **Propaganda de guerra: aspectos discursivos.** 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

LESSA, Cláudio Humberto. **A função dos índices de polifonia da construção e desconstrução de imagens em textos opinativos.** 2001. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LOPES, Rodrigo Guimarães. **A prática jornalística em árabes de guerra – um experiência brasileira na cobertura do conflito na Líbia. 2016.** 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation de la subjectivité dans le langage**, Paris: Armand Colin, 1980.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: a Semiolinguística. In: MARI, H. *Et allii* **Análise do discurso: fundamentos e práticas.** Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE UFMG, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas.** Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MEARSHEIMER, John J. An un necessary war. In: **Foreign Policy**. Disponível em http://foreignpolicy.com/2009/11/03/an-unnecessary-war-2. Acesso em 30 de março de 2018.

MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia. (org.). **As Emoções no Discurso**, Volume I. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

MERCIER, Arnaud. Quelle place pour les médias en temps de guerre?.In: **Revue Internationale de la Croix-Rouge**, vol. 85, 2005. p. 233-244. Disponível em https://www.icrc.org/fre/assets/files/other/irrc_860_mercier.pdf. Acesso em 06 de dezembro de 2017.

MIRANDA, Fernando Albuquerque. **Experiências de guerra: o relato do jornalista e os meios de reprodução técnica**. 2015. 172 f. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Literários) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MITCHELL, Bill. **When a Journalist Goes to War**. Disponível em https://www.poynter.org/uncategorized/4295/when-a-journalist-goes-to-war. Acesso em 10 ago. 2017.

MORAIS, Veridiana Delia Bueno de. **O Iraque na TV brasileira**. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabe) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOREIRA, Djenane Arraes. **Jornalismo em Quadrinhos: a narrativa de Joe Sacco na Guerra da Bósnia**. 2017. f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MORETTI, Marco Aurélio Morrone.**A ética no jornalismo: O jornalismo em tempos de guerra**. São Paulo:Uninove, 2004.

MORLEY, David. **Televisión, audiencias y estudios culturales**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

MUNIZ, Sodré. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política.** Petrópolis: Vozes, 2006.

NATALI, José Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2003.NEUMAN, Johainna. **Lights, camera, war: Is media technology driving international politics?**. New York: St Martins Pr, 1996.

ORLANDI, Eni P. Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7º ed. Campinas: Pontes, 2007.

PASSOS, Lucio Kurten dos. **Narrativas visuais da Guerra do Contestado: a fotografia como recurso de compreensão estética e histórica do episódio.** 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

PAULIUKONIS, M. A. L.; GOUVÊA, L. H. M. Texto como discurso: uma visão semiolinguística. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 8 - n. 1 - p. 49-70 - jan./jun. 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** (1975). Tradução
de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucïe. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** 2. ed. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERES, Andréa C. S. Breve história dos Bálcãs: a imprensa brasileira nas guerras da ex-Iugoslávia. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 15 nov. 2005. Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/a-imprensa-brasileira-nas-guerras-da-exiugoslavia/ . Acesso em 22 de agosto de 2018.

PLANTIN, Christian. **Les raisons des émotions.** 1999b. Disponível em http://icar.univ-lyon2.fr/membres/CPlantin/documents/1999b.doc . Acesso em 29 de junho de 2018.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. In: ALBINO, Antonio; RUBIM, CANELAS, A (Orgs.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Unesp, 2002.

RABATEL, Alain. **Argumenter en racontant**. Bruxelles: De Boeck, 2004.

_____. O papel do enunciador na construção interacionais dos pontos de vista. Tradução Wander Emediato. In: EMEDIATO, Wander. (Org.). **A construção da opinião na mídia.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 19-61.

_____. Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. In: **Argumentation et Analyse du Discours** [Online] 20 | 2018, 15 Abril 2018. Disponível em http://journals.openedition.org/aad/2493. Acessado em 05 de junho 2018.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V. R. V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

_____. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, v. 6, 2005, p. 59-75.

_____. L'événement Introduction. In: BEAUD, Paul et al. (Org.). **Sociologie de la communication**. Paris: Réseaux/CNET, 1999. p. 84-98.

SALLES, Maria Inês Pinheiro Cardoso. **Cicatrizes submersas d'Os Sertões: Descartes Gadelha e Euclides da Cunha em correspondência.** 1998. 300 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

SANT'ANNA,Vera Lúcia de Albuquerque. O discurso relatado como estratégia organizadora da notícia. **The Especialist** , São Paulo, v. 24, p. 1-11, 2003.

SARFATI, Georges-Elia. **Éléments d´analyse du discours**. Paris: Nathan. 1997.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, New York, v.49, n.1, mar. 1999. p.103-122.

SEABRA DE CRUZ JR, A.; CAVALCANTE. A.R.F.; PEDONE, L. Brazil's Foreign Policy under Collor. **Journal of Interamerican Studies & World Affairs**, vol. 35, No. 1, 1993, p. 119-144.

SILVEIRA, Mauro César. Os múltiplos papéis do jornalismo brasileiro na guerra contra o Paraguai. **Historiae** , v. 5, p. 213-236, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** 4ª edição, RJ: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Daniela. **O jornalismo internacional na televisão portuguesa: O caso do "Jornal da Noite" da SIC**. 2012. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) — Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

TEIXEIRA, Gisela Cardoso. Vilão ou vítima: uma análise dos enquadramentos dos países nos conflitos do Golfo Pérsico na mídia impressa brasileira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 14, p. 66- 82, jul/dez.2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: por que as notícias são como são**. 3. ed. Florianópolis: Ed. Insular, 2008.

_____. Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3. ed. Florianópolis: Ed. Insular, 2008.

VICENT, Richard C. A narrative analysis of US press coverage of Slobodan Milosevic and the Serbs in Kosovo. In: **European Journal of Communication 15**. 2000, p. 321-44. Disponível em http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323100015003004. Acesso em 14 de junho de 2018.

VIDIGAL-DOLABELLA, Ana Rosa. **O discurso relatado na imprensa brasileira: jogo de estratégias de apropriação de vozes e de construção de efeitos**. 1999. 378 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2008.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. **A Longa Guerra do Golfo (1991-2003): uma análise comparada sob a ótica dos jornais "O Estado de São Paulo" e a "Folha de São Paulo".** 2012. Disponível em www.uel.br/cch/his/Evento2012AnaisPosStrictoSenso.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2016.